

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS  
PESQUISADORES NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Belo Horizonte  
2020

MAÍRA PRADO DA SILVA

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS  
PESQUISADORES NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutorado em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Usuário, gestão do conhecimento e práticas informacionais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

BELO HORIZONTE

2020

S586p

Silva, Maíra Prado da.

As práticas informacionais na produção científica dos pesquisadores na pós-graduação [recurso eletrônico] / Maíra Prado da Silva. - 2020.  
1 recurso online (203 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 175-197.

Apêndices: f. 198-203.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Comunicação na ciência – Teses.  
3. Redes de informação – Teses. 4. Estudo e ensino (Pós-graduação) – Teses.  
5. Publicações científicas – Teses. I. Título. II. Araújo, Carlos Alberto Ávila. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 002:5

Ficha catalográfica: Rosimeire Silva Campos de Lima CRB:6/3145

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



## ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA MAÍRA PRADO DA SILVA

Realizou-se, no dia 03 de dezembro de 2020, às 08:00 horas, por videoconferência, a defesa de tese, intitulada *AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES NA PÓS-GRADUAÇÃO*, apresentada por MAÍRA PRADO DA SILVA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Carlos Alberto Avila Araujo - Orientador (UFMG), Profa. Ana Paula Meneses Alves (ECI/UFMG), Profa. Janicy Aparecida Pereira Rocha (Unirio), Profa. Tatiane Krempser Gandra (Polícia Militar), Prof. Eduardo Valadares da Silva (ECI/UFMG), Profa. Ileamar Christina Wey Berti (UEL), Prof. Claudio Paixão Anastácio de Paula (UFMG).

A Comissão considerou a tese:

) Aprovada

) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2020.

Prof. Carlos Alberto Avila Araujo( Doutor )

Profa. Ana Paula Meneses Alves (Doutora)

Profa. Tatiane Krempser Gandra (Doutora)

Profa. Janicy Aparecida Pereira Rocha (Doutora)

Prof. Eduardo Valadares da Silva (Doutor)

Profa. Ileamar Christina Wey Berti (Doutora)

Prof. Claudio Paixão Anastácio de Paula (Doutor)

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano”. Isaac Newton

## AGRADECIMENTOS

O percurso desse doutorado foi árduo, mas não passei sozinha por ele, muitos foram os amigos que me apoiaram nas horas mais tênues, me incentivando até chegar no último ponto final dessa tese.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria Luiza e Mauri pelo carinho e esforço para que eu pudesse sempre ter a oportunidade de estudar.

À Carla Pascoine, pela torcida sincera e amizade, sempre disposta a me ouvir.

À Camila Mariana, por todo o acolhimento nos momentos mais difíceis e pelas histórias mais engraçadas que vivi em Belo Horizonte.

À Flávia Virgínia, por me receber sempre com muito carinho e pela sua ajuda com que me incentivou na caminhada dessa tese.

Aos amigos e às amigas de pós, Cassia Dias, Heloá Oliveira, Admeire Santos, Vinícius Tolentino e Eliane Apolinário pelas angústias compartilhadas, apoio e risadas.

Às todas as meninas que passaram pela República 201, Silvana Schneider, Natália da Mata, Cleide Rocha, Taynara Azevedo e a Virgínia Guimarães pelo convívio.

À Prof<sup>a</sup> Adriana Bogliolo (*in memoriam*), por seu profissionalismo e generosidade, na qual guardo com doçura seu sorriso.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, pela paciência, aprendizado e por ter aceitado essa parceria no meio do caminho.

Aos membros da banca: a Prof<sup>a</sup>. Dra Ana Paula Meneses Alves, Prof<sup>a</sup>. Dra Janicy Aparecida Pereira Rocha, Dra Tatiane Krempser Granda, Dra Christina Lanson Wey Berti, Prof. Dr. Cláudio Paixão Anastácio de Paula e Prof. Dr. Eduardo Valadares da Silva pela prontidão e atenção atribuída a essa pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG por me conceder seus relatos para viabilizar essa pesquisa.

À CAPES pelo bolsa de estudos que permitiu a minha dedicação exclusiva no desenvolvimento dessa tese.

E a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram e me incentivaram nessa caminhada.

## RESUMO

A pesquisa problematizou a relação do sujeito com a produção do conhecimento buscando compreender as práticas informacionais de pesquisadores na produção científica e sua comunicação, a partir da abordagem dos pesquisadores do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os objetivos se desdobraram em identificar os recursos informacionais utilizados pelos pesquisadores no processo de produção científica; compreender os significados atribuídos pelos pesquisadores nas estratégias utilizadas; e analisar como os pesquisadores percebem os efeitos da organização da pós-graduação sobre a produção e comunicação científica. Utilizou-se como referência a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu, principalmente, a noção de campo científico, agentes e instituições. A pesquisa teve abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, no qual utilizou-se a análise de conteúdo. Para coletar os dados, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados mostrou que os pesquisadores utilizam ferramentas e estratégias que os auxiliam na busca e recuperação da informação, sendo a confiabilidade o requisito que embasa as fontes de informação. As atividades e as ações do cotidiano dos pesquisadores estão delineadas pelas práticas científicas convencionais e perpassam por percepções afetivas, sociais e políticas ao produzirem conhecimento. As situações vivenciadas pelos pesquisadores ao produzirem e se comunicarem despertam o movimento a favor daquilo que tem pouco espaço no campo, como a busca por conhecimento não hegemônico, outros meios de publicação e comunicação. Ao mesmo tempo, os pesquisadores assimilam o funcionamento do campo científico, representado pelas instituições com suas regras e normas que devem ser seguidas por eles para se manterem atuantes na pesquisa. Isso reflete na busca, uso e no compartilhamento de informação dos pesquisadores, delineando o processo de pesquisa, por meio dos recursos de informação, da seleção de autores na literatura, tipo de publicação e idioma, canais de comunicação, e o compartilhamento e armazenamento de dados. Nesse processo, abre-se possibilidade para que novas iniciativas se insiram como a utilização de outros campos de interlocução, publicações e meios para localizar a informação, principalmente para aqueles pesquisadores críticos da estrutura do campo científico.

**Palavras-chave:** Produção científica. Comunicação científica. Práticas Informacionais. Pós-graduação.

## ABSTRACT

The research problematized the subject's relationship with the production of knowledge, seeking to understand the informational practices of researchers in scientific production and their communication, based on the approach of researchers in the Postgraduate Program in Social Communication at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The objectives is identifying the information resources used by researchers in the scientific production process; understand the meanings attributed by the researchers in the strategies used; and to analyze how researchers perceive the effects of postgraduate organization on scientific production and communication. Pierre Bourdieu's praxiological theory was used as a reference, mainly the notion of scientific field, agents and institutions. The research had a qualitative approach, through a case study, in which content analysis was used. To collect the data, 12 semi-structured interviews were carried out. The analysis of the data showed that the researchers use tools and strategies that help them in the search and retrieval of information, with reliability being the requirement that supports the sources of information. The researchers' daily activities and actions are outlined by conventional scientific practices and permeate affective, social and political perceptions when producing knowledge. The situations experienced by researchers when producing and communicating awaken the movement in favor of what has little space in the field, such as the search for non-hegemonic knowledge, other means of publication and communication. At the same time, the researchers assimilate the functioning of the scientific field, represented by the institutions with their rules and norms that they must follow in order to remain active in the research. This reflects in the search, use and sharing of information by researchers, outlining the research process, through information resources, the selection of authors in the literature, type of publication and language, communication channels, and the sharing and storage of information. In this process, it opens up the possibility for new initiatives to be inserted, such as the use of other fields of dialogue, publications and means to locate information, mainly for those researchers who are critical of the structure of the scientific field.

**Keywords:** Scientific production. Scientific communication. Information Practices. Postgraduate studies.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

<a href="#">Figura 1: Modelo Tradicional da Comunicação Científica</a> .....	
	30
<a href="#">Quadro 1: Linhas de Pesquisa</a> .....	
	84
<a href="#">Quadro 2: Apresentação dos pesquisadores</a> .....	
	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPCORP	Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações e Públicas
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
ARIST	Annual of Information Science and Technology
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e os
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAT	Digital Audio Tape
ELIS	Everyday Life Information Seeking
EPIC	Estudos em Práticas Informacionais e Cultura
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FI	Fator de Impacto
FID	The International Federation for Information and Documentation
GTs	Grupos de Trabalhos
HD	Hard disk
IBBD	Instituto Brasileiro da Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICSU	Conselho Internacional das Uniões Científica
IIS	Institute of Information Scientists
INTERCOM	Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação
JCR	Journal Citation Reports
NSF	The National Science Foundation
PPGCOM	Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
PROAP	Programa de Apoio à Pós-graduação
RIME	Research Group on Information and Media Practices
SBPC	Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência
SCI	Science Citation Index
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SNPG	Sistema de Avaliação da Pós-graduação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO	Nações Unidas para a Educação e a Cultura
UNISIST	United Nations International Scientific Information System
VHS	Home System
WoS	Web of Science

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA .....</b>	<b>19</b>
2.1 A construção do conhecimento científico.....	19
2.2 A Comunicação Científica .....	23
2.3 A Comunicação Científica sob o olhar da Ciência da Informação .....	25
2.4 A Comunicação e a Produção Científica sob a atuação do pesquisador .....	34
2.5.A pós-graduação e seu funcionamento .....	48
<b>3 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: PERSPECTIVA PARA OS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>54</b>
3.1 Antecedentes históricos .....	54
3.2. A perspectiva das Práticas Informacionais .....	59
3.3 Delineando a teoria praxiológica nas práticas informacionais .....	63
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>75</b>
4.1 Universo e amostra da pesquisa .....	77
<b>5 ENTENDENDO AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS PESQUISADORES.....</b>	<b>81</b>
5.1 Delineando o caminho da pesquisa dos pesquisadores.....	81
5.2 Os recursos de informação .....	88
5.3 Localizando e escolhendo os autores na literatura .....	96
5.4 Escolhendo a publicação.....	105
5.5 Determinando a autoria nas publicações .....	115
5.6 O idioma na circulação das publicações .....	121
5.7 Participando dos eventos científicos .....	127
5.8 Usando as redes sociais .....	133
5.9 Compartilhando e armazenando dados .....	143
5.10 Pós-graduação e seus efeitos .....	150
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE A - Declaração de Anuência .....</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista .....</b>	<b>186</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a maioria das pesquisas científicas está vinculada aos programas de pós-graduação. Há poucas instituições de pesquisa e, menos ainda, cargos exclusivos com a denominação de pesquisador. A maioria dos pesquisadores divide sua atuação entre a docência e a pesquisa (SOARES, 2018). Assim, as universidades públicas brasileiras responderam por mais de 95% da produção científica no Brasil, entre os anos de 2011 e 2016, segundo dados do levantamento feito pela *Clarivate Analytics*, a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Enquanto 80% da pesquisa brasileira está relacionada à pós-graduação, segundo Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC) (TATEMOTO, 2018).

Considera-se a pós-graduação como potencializadora da produção do conhecimento científico, onde o pesquisador se envolve em diversas atividades que subsidiam as investigações, proporcionando condições para novas descobertas. Para tanto, é necessário que os pesquisadores se envolvam em diversos processos, que os acompanhem em todas as etapas de desenvolvimento, como a comunicação científica. Essa se inicia com a concepção de uma ideia pelo pesquisador até a sua divulgação, passando por uma série de outras atividades associadas à produção, uso e compartilhamento da informação.

Assim, entre os afazeres intrínsecos à pesquisa está a comunicação das descobertas e dos avanços identificados. Autores como Latour (2011) e Hyland e Salager-Meyer (2008) já diziam que os esforços dos pesquisadores estão direcionados em produzir artigos, que registrem contribuições para uma determinada área do conhecimento. Tal atividade tem por objetivo comunicar aos seus pares os resultados da pesquisa, e, atualmente, destaca-se por estabelecer a produtividade do pesquisador.

Todavia, várias dificuldades e críticas têm permeado a produção e comunicação científica, afetando a realidade do trabalho dos pesquisadores. Domingues (2014) apontou, dentre outros problemas, o produtivismo que impõe a necessidade de mais publicações com menos tempo de reflexão, valorizando a quantidade de publicações em detrimento da qualidade, o que pode comprometer a maturação da pesquisa. O produtivismo está ligado à tentativa dos programas de pós-graduação em alcançarem um *ranking* de acordo com indicadores de avaliação, que acabam se convertendo em instrumentos de controle e auditagem, impulsionando a competição entre universidades, áreas do conhecimento e pesquisadores.

O uso de indicadores e métricas se tornou uma prática rotineira na avaliação e desempenho da produção científica de modo geral, se refletindo nos programas de pós-graduação, já que são os principais locais de desenvolvimento da pesquisa científica no país. As agências de avaliação, regulamentação e fomento como a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e agências nos âmbitos

estaduais como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) são os principais mecanismos de legitimação dos programas de pós-graduação. Assim, há certa dependência dos programas em relação aos parâmetros estabelecidos pelo governo e agências reguladoras, que impõem controle sobre a produção científica, na medida em que estimulam seu ritmo por meio de um regime de punições e recompensas.

Os critérios de avaliação estabelecem os meios de publicação e os espaços que serão priorizados, de acordo com os indicadores de qualidade, número de publicações, dentre outros. Isso implica em os pesquisadores observarem suas práticas em torno do fazer científico, uma vez que se desejam se manterem em atuação, precisam administrar os critérios expostos, adequando a execução de suas atividades.

No entanto, ao produzirem, os pesquisadores tomam decisões que envolvem vários processos, dentre eles, pode-se citar a seleção de literatura, canais de publicação, autoria, idioma de publicação, canais de comunicação, armazenamento e compartilhamento de dados da pesquisa. A maneira como as decisões são tomadas revelam não só as características dos pesquisadores em uma determinada área do conhecimento, como também o funcionamento desta área. As ações dos pesquisadores não são imparciais, ou seja, ao longo da trajetória de pesquisa, eles necessitam interagir com seus pares e com o meio a que estão vinculados. Assim, esse ambiente é propício para se realizar estudos na perspectiva das práticas informacionais, buscando compreender a forma de interação entre os sujeitos e a informação no espaço em que estão imersos (SAVOLAINEN, 2007).

Como explica Berti (2018), os estudos de práticas informacionais têm buscado compreender as ações dos sujeitos por meio dos processos conscientes e inconscientes, perpassando pelas interações sociais. De modo que as pessoas e informações, embora diferentes e independentes, constituem-se em uma relação de reciprocidade no campo do significado. Dessa maneira, os indivíduos não são totalmente determinados pelo contexto em que se encontram e sequer totalmente isolados ou alheios a ele. Estudos de usuários da informação, sob esse prisma, buscam perceber como os sujeitos são determinados pelo contexto social ao mesmo tempo em que incorporam e vão recriando os significados desse contexto (ARAÚJO, 2012).

Assim, a produção de conhecimento insere os pesquisadores em uma esfera social que determina seu modo de funcionamento, trazendo costumes, hábitos que são interiorizados pelos sujeitos durante a sua formação científica. Levando em consideração o contexto em que os produtores de conhecimento estão expostos, pressupõe-se que as instituições científicas exercem influência no processo de produção científica, podendo reconfigurar as ações informacionais dos pesquisadores. Assim, a tese principal volta-se para o entendimento de que os pesquisadores observam as transformações que têm ocorrido no fazer científico, principalmente nos processos que subsidiam a busca, a seleção, o uso e o compartilhamento das informações e que, diante disso, há tentativas em diferentes direcionamentos.

Diante do exposto, este estudo buscou problematizar a relação do sujeito ao produzir conhecimento, no intuito de compreender as suas práticas informacionais na produção científica. Para tanto, buscou-se a interlocução entre a Ciência da Informação e a perspectiva Bourdiesiana, por se entender que o campo científico é dotado de uma estrutura, a partir de regras que estão em constantes disputas nas interações entre os sujeitos, localizados em posições ortodoxas ou heterodoxas.

Nos estudos de informação, o diálogo com teorias das Ciências Sociais se torna necessário para “[...] captar o significado da informação para os seus produtores, organizadores e usuários, a partir dos contextos histórico e social nos quais os processos informacionais se estabelecem e adquirem determinadas características e sentidos” (FROTA, 2017, p. 54).

Para tanto, as seguintes questões foram levantadas: como os pesquisadores têm se orientado em suas ações no processo de produção e comunicação científica? Quais são os significados apresentados por eles nesses processos? Para responder a essas perguntas, estabeleceu-se como objetivo geral investigar o processo de produção e comunicação científica na perspectiva das práticas informacionais dos pesquisadores dos programas de pós-graduação associados à área de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representada, nesta pesquisa, pelos pesquisadores associados ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, a partir dos relatos desses sujeitos.

Os objetivos específicos desdobraram-se em: a) identificar os recursos informacionais utilizados pelos pesquisadores no processo de produção científica; b) compreender os significados atribuídos nas estratégias utilizadas pelos pesquisadores, no processo de produção e comunicação científica; c) analisar como o ambiente da pós-graduação influencia na produção e comunicação científica.

A comunidade científica determina valores e regras que regerão as práticas de pesquisa. Assim, analisar as práticas informacionais dos pesquisadores na produção científica permite compreender os esforços na interação entre os indivíduos e com o sistema em que estão inseridos, capturando como os pesquisadores vão criando e negociando os significados a partir de suas ações no contexto científico.

Esta investigação se justifica tendo em vista a necessidade de se revelar o panorama das práticas informacionais dos pesquisadores no fazer científico no contexto atual de regulação dos programas de pós-graduação numa perspectiva produtivista, baseada no ranqueamento, uma temática importante para a Ciência da Informação. Desde o seu surgimento, a área manteve uma relação forte com a comunicação científica, que permanece presente, integrando-a como uma subárea. Grande parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação envolve os estudos métricos ligados à produção científica, canais de comunicação científica, colégios invisíveis, acesso aberto, redes de colaboração, dentre outros (GRÁCIO, OLIVEIRA, 2010; SILVA, TAVARES, PEREIRA, 2010; PINHEIRO, 2012).

No entanto, a temática da comunicação científica também integrou outra subárea da Ciência da Informação, denominada de estudos de usuários. Nas investigações iniciais, os estudos de usuários se preocupavam em conhecer os hábitos dos cientistas a fim de realizarem aprimoramento nos sistemas de informação.

Essa postura recebeu críticas por se pautar, principalmente, por pesquisas quantitativas, nascendo, assim, a abordagem alternativa com os estudos de comportamento informacional. O foco se voltou para a individualidade dos usuários de informação, movidos por uma necessidade de informação em busca do preenchimento de lacunas informacionais. Nessa abordagem alternativa, houve pesquisas produzidas no contexto da comunicação e produção científica como as de Gasque (2008), Cunha (2009), Silva, Costa e Barrocas (2017) e Kwon (2017), por exemplo.

Entretanto, geralmente, essa abordagem desconsidera os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos da relação dos sujeitos com a informação, que envolvem os esquemas de produção, consumo, transmissão e disseminação da informação (NUNES; CARNEIRO, 2018), sendo que tal percepção abriu caminho para o desenvolvimento da perspectiva das práticas informacionais.

Há poucos estudos de práticas informacionais nas relações do fazer científico (ROCHA, 2018). Pesquisas que se aproximaram da dimensão sociocultural estão mais direcionadas ao âmbito dos estudos de laboratório, que abrangem as áreas das ciências exatas e da saúde (NERSESSIAN, 2005; ISAH, 2012). Assim, se justifica também a escolha do grupo de pesquisadores da comunicação social para análise das práticas informacionais, visto que as áreas das ciências sociais e humanas são pouco abordadas e possuem configurações diferentes quando comparadas às exatas e da saúde. Ademais, há estudos que se propõem a trabalhar com a perspectiva das práticas informacionais, porém com uso efetivo da abordagem comportamento informacional (BØYUM; AABØ, 2015).

Dessa maneira, optou-se por analisar as práticas informacionais de pesquisadores da área de comunicação social, por incorporarem um campo ainda pouco explorado pelos Estudos de Usuários da Informação. Entende-se que esse grupo represente parte da realidade desse universo de pesquisa, pois as áreas do conhecimento se diferenciam em vários aspectos das práticas de comunicação e produção científica (VELHO, 2006). O interesse pela área de humanidades está atrelado também à natureza das pesquisas que tendem a ter um processo mais vagaroso e reflexivo em relação a outras áreas do conhecimento. Condição que tem mudado na medida em que as agências governamentais, responsáveis por promover, expandir e avaliar os cursos de pós-graduação no país, têm estipulado critérios de funcionamento que pouco se diferenciam de outras áreas cujo modo de fazer científico é bem diferente.

Esta pesquisa auxilia no delineamento do panorama das práticas informacionais nas humanidades, apontando os principais desafios frente à forma em que o trabalho do pesquisador está sendo realizado. E mais do que indicar isso, é mostrar como os sujeitos

tentam superar as dificuldades existentes, buscando melhorias ao produzirem e se comunicarem, processos imprescindíveis à ciência. As correlações identificadas elucidam não só as disputas e conflitos que esse cenário coloca para os sujeitos, mas como eles constroem o fazer científico.

Esta tese foi organizada em seis seções compostas por subseções que buscaram especificar ou julgar os aspectos que foram importantes para a construção da pesquisa. Na primeira seção, **Introdução**, foram apresentadas as informações iniciais da pesquisa, a contextualização do tema e do problema, os objetivos gerais e específicos, a hipótese, tese defendida, justificativa e as contribuições que a pesquisa pode oferecer.

Na segunda seção, **Produção do conhecimento e comunicação científica**, reviu-se as principais teorias que apoiam as narrativas da análise da construção do conhecimento. Discorreu-se sobre a comunicação científica, destacando o seu papel para ciência e a trajetória desses estudos, principalmente, no âmbito da Ciência da Informação. Ademais, abordou-se o funcionamento da pós-graduação como ambiente de produção científica.

Em seguida, na terceira seção, **As práticas informacionais: perspectiva para os estudos de usuários da informação**, foram abordadas as mudanças nos estudos de usuários e as novas perspectivas de estudos sob o prisma das práticas informacionais. Também se abordou a teoria praxiológica de Bourdieu e alguns dos principais conceitos sobre o funcionamento do campo científico, para auxiliar na compreensão das ações dos sujeitos na produção científica. Indicaram-se, também, pressupostos teóricos que ajudaram a entender as práticas informacionais dos pesquisadores.

Na quarta seção, **Percurso metodológico**, apresentou-se o percurso realizado pela pesquisa, que possui uma abordagem qualitativa, com o uso da entrevista a partir de um roteiro semiestruturado para a coleta de dados. O enquadramento da pesquisa se constitui por um estudo de caso, a partir da análise de conteúdo dos relatos dos sujeitos e retirada das categorias que nortearam o modo de exposição dos achados pela pesquisa.

Na quinta sessão, **Entendendo as práticas informacionais dos pesquisadores**, foram expostas as análises dos dados encontrados a partir dos relatos dos entrevistados. E a sexta e última seção, **Considerações finais**, apresentou-se uma análise final dos resultados, com propostas para trabalhos futuros.

## **2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

O campo da Ciência da Informação desenvolveu, em seu percurso histórico, diversas abordagens sobre sua origem, suas teorias, suas correntes, seus paradigmas e seu objeto de estudos. Tais abordagens são a base fundamental para a construção teórico-metodológica da área.

Nesta seção, apresentam-se a produção e a comunicação científica como uma subárea da Ciência da Informação. Buscou-se apontar as atividades de investigação dos pesquisadores e expor a situação que os pesquisadores vivenciam. Além disso, são tecidas considerações sobre a construção do conhecimento e sobre a comunicação científica, que pontua o funcionamento das comunidades científicas e auxilia na compreensão do comportamento dos pesquisadores.

### **2.1 A construção do conhecimento científico**

Existem diversas concepções de ciência na literatura científica. Ziman (1979) sugere que ciência é conhecimento público que, após ser analisado por especialistas, passa a ser aceito universalmente, alcançando, assim, um consenso racional. Se não obedecesse a esta lógica, a ciência poderia ser feita por qualquer indivíduo que se sentisse impelido a criar teorias e publicar seus achados e reflexões.

Ademais, todo conhecimento científico diferencia-se do senso comum, pois este repousa sobre as tradições e os hábitos dos seres humanos e é subjetivo. Enquanto o conhecimento científico é racional e se desenvolve por meio de investigações, com metodologias bem definidas, capazes de provar os resultados obtidos e formular uma teoria.

Na perspectiva de Cronin (1984), a ciência deve ser entendida como um sistema social e os cientistas como membros de uma comunidade que compartilha perspectivas, atitudes, crenças e um esquema conceitual. Dessa maneira, a ciência provoca um senso coletivo, já que a validação e o reconhecimento são provenientes dos próprios pares.

Refletir sobre a ciência abrange as comunidades científicas, já que estas dispõem de membros com comportamentos e costumes heterogêneos, que são modificados de acordo com as áreas do conhecimento e os contextos institucionais e geográficos nos quais estão inseridos.

De acordo com Meadows (1999), os gregos reuniam-se durante os séculos V e IV a.C na periferia de Atenas, denominada de Academia, para discutir questões filosóficas. O termo academia continua a ser empregado no século XXI para indicar o local onde os intelectuais se encontram e/ou trabalham. A organização ou institucionalização das primeiras sociedades acadêmicas ocorreu na Europa somente nos Séculos XVI e XVII, como intuito de criar uma ciência experimental e motivar as atividades de seus membros.

Com os anos, outras sociedades acadêmicas foram criadas e se espalharam por diversos países. A contribuição dessas primeiras sociedades foi a promoção do

desenvolvimento de uma ciência com qualidade, visto que elas estavam preocupadas em incentivar o debate e o compartilhamento de informação entre seus membros (MEADOWS, 1999).

No ponto de vista de Le Coadic (2004), essas sociedades, entendidas também como comunidades científicas, funcionam mediante um sistema de doação, em que o pesquisador transfere gratuitamente as informações que detém, sem esperar recursos econômicos. Essa doação só é possível na medida em que a comunidade científica reconhece o pesquisador como cientista e autor da descoberta. No entanto, percebe-se que essa gratuidade é parcialmente verídica, pois publicar tornou-se imprescindível para obter reconhecimento da comunidade científica e destaque na área de atuação, já que os cientistas estão em constante competição por um mesmo espaço que envolve cargos, convites, aprovação de trabalhos em eventos científicos entre outros. Assim como a obtenção de financiamento para a pesquisa, por oferecer condições para que os pesquisadores adquiram insumos, ferramentas para o desenvolvimento da pesquisa.

Para compreender as reflexões acerca da comunidade científica, Thomas Samuel Kuhn, Pierre Bourdieu e Knorr Cetina são alguns teóricos que realizam essa discussão. A obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, publicada em 1962, é considerada um clássico da História e da Sociologia da Ciência.

Kuhn (1996) apresenta a noção de paradigma, que constitui a base do que ele denominou de ciência normal (período em que o paradigma responde aos problemas e o cientista desenvolve seus trabalhos de forma estável). Quando esse paradigma não permite responder aos problemas existentes, a ciência normal entra em crise (período em que as anomalias são percebidas, ideias são discutidas e novas teorias formuladas), possibilitando a ocorrência de uma revolução científica.

Assim, a comunidade científica que adquire um paradigma, “[...] adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, pode-se considerar como dotado de uma solução possível.” (KUHN, 1996, p. 61). O paradigma fornece uma direção para os cientistas estudarem e resolverem problemas ou preocupações, sustentando as suas pesquisas.

Já o sociólogo Pierre Bourdieu (1975) introduz a noção de campo científico em oposição ao conceito de comunidade científica de Kuhn (1996), apesar de utilizar muitos termos deste autor.

No campo científico instaura-se um conflito pelo crédito científico, que representa um capital simbólico, não-monetário, que pode ser acumulado, transmitido e até reconvertido, sob certas condições, em outro tipo de capital (BOURDIEU, 1975). Assim, no campo científico, o que está em jogo é uma espécie particular de capital social, a autoridade científica, e quem a detém ocupa “legitimamente a posição dominante, atribuindo a mais alta

posição na hierarquia dos valores científicos para as capacidades científicas que detém, pessoalmente ou institucionalmente” (KUHN, 1996, p. 23).

A autoridade/competência científica é um capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo convertido em capital monetário. Esse processo de acumulação do capital científico seria idêntico ao de qualquer outro tipo, se iniciando no processo educacional, passando pelas experiências da vida profissional até a obtenção de um capital suplementar por meio do reconhecimento dos primeiros trabalhos, títulos e publicações.

No entanto, a comunidade científica transforma-se em um mercado científico que não oferece concorrência igualitária. A chance de o cientista ser bem-sucedido dependerá da posição na estrutura do campo, do mercado. O campo científico de Bourdieu é um espaço socialmente predeterminado e não o resultado puro e simples da interação de seus agentes.

Enquanto Kuhn e Bourdieu apresentam uma abordagem macroanalítica, Latour, Woolgar e Knorr-Cetina partem de uma perspectiva microanalítica da ciência. A proposta metodológica de Latour e Woolgar (1997) em *Vida de laboratório*, que descreve a ciência “tal como ela acontece”, é uma reação às análises que atribuem um lugar especial ao conhecimento científico, assim como à noção de comunidade científica. Isso ocorre devido ao posicionamento dos critérios que analisam o conhecimento científico, pois não refletem como a prática da ciência é produzida.

Por isso, Latour e Woolgar (1997, p. 38) encorajam: “vá ao laboratório e veja” a produção do conhecimento científico. Os autores encorajam que, em vez de se impor categorias e conceitos estranhos ao mundo dos observados, o fenômeno deve ser analisado contextualmente, tendo em vista o que os participantes/observados consideram como relevante, e são eles e só eles que podem validar a descrição.

A proposta desses autores é embrenhar-se nesse universo “para construir um relato baseado na experiência do contato íntimo e diário com cientistas de laboratório.” (LATOUR, WOOLGAR, 1997, p. 21). *A Vida de Laboratório* apresenta uma descrição do funcionamento das práticas científicas e da própria ciência, revelando uma análise diferente que favorece às macrodimensões da vida social. Cientistas e grupos de trabalho aparecem como estrategistas, negociadores, calculadores, mobilizadores de recursos de todos os tipos, em permanente competição.

Para Latour e Woolgar (1997), o cientista é investidor em credibilidade (recompensa, confiança, influência, reputação, na capacidade de responder no futuro às expectativas e investimentos do presente), avaliará a qualidade de suas informações, os seus receptores, as probabilidades de convencê-los e sua estratégia de carreira e buscará a conversão de uma forma de credibilidade em outras. A ideia de ciclo de credibilidade torna possível compreender essa conversão em monetização, equipamento, informações, prestígio, credenciais, áreas de estudo, argumentos, *papers* e livros, prêmios, vinculando o cientista

ao mundo exterior ao laboratório, por exemplo, com agências de financiamento, leitores, fornecedores etc. (LATOURE; WOOLGAR, 1997).

*The Manufacture of Knowledge*, de Karin Knorr-Cetina (1981), é outra obra de referência para todos os chamados estudos de laboratório. Ela busca investigar como o conhecimento científico é gerado, dando pouca relevância às razões pelas quais esse conhecimento é produzido. Knorr-Cetina (1981, p. 5) adota uma perspectiva construtivista, que coloca os produtos da prática científica como “construções contextualmente específicas que têm como característica a situação contingente e a estrutura de interesse do processo pela qual foram geradas”.

Segundo Hochman (1994), o produto da ciência não deve ser visto como algo isolado das práticas que o constroem. Essa perspectiva, nomeada de interpretação construtivista, critica o “objetivismo” que separa o produto do processo de sua produção. Para o autor, existem perspectivas que buscam identificar interesses sociais que explicam as escolhas e o trabalho dos cientistas, mas não mostram as crenças que influenciam o cotidiano da produção científica e como são negociadas por eles. Resumidamente, a interpretação construtivista considera os produtos científicos como resultados de um processo de fabricação em um local pré-construído – o laboratório. (KNORR-CETINA, 1981).

Knorr-Cetina (1981) defende que as comunidades científicas são praticamente irrelevantes para quem trabalha no laboratório. A forma de organização relevante e a interação dos agentes na produção do conhecimento científico devem ser verificadas nas percepções dos participantes dessa produção no seu contexto específico, o laboratório, e não por características a eles atribuídas. A forma organizacional e interativa relevante da prática científica deve ser verificada empiricamente, a partir da observação do cotidiano das práticas científicas nos laboratórios, podendo variar em contextos diversos.

Percebe-se, diante das reflexões e entendimento de Kunh, Bourdieu, Latour e Woolgar, e Knorr-Cetina, que os cientistas se organizam e interagem de maneiras diversas. Se por um lado há pesquisadores que buscam entender a lógica de funcionamento da comunidade científica em um sentido macro de análise, também há outros que analisam em uma perspectiva micro. Contudo, dada a posição nesta pesquisa, as perspectivas apresentadas não são excludentes. Se por um lado os estudos de interação da comunidade científica se baseiam nos conflitos e na lógica do funcionamento do mercado, por outro, o funcionamento é determinado pelas práticas dos envolvidos, que abrangem uma ampla cadeia de sujeitos.

Assim, considera-se que não se pode deixar de ponderar sobre questões sociais, políticas, de mercado, históricas, entre outras, que influenciam as comunidades científicas, pois elas não têm a mesma conformação e nem todas estabelecem suas práticas em laboratórios. Os pesquisadores são os melhores atores para narrar a sua situação, mas

estão imersos em um sistema científico que também influencia suas ações, e essa conjuntura deve ser considerada ao analisar a produção do conhecimento científico.

Para compreender essa dinâmica de produção do conhecimento científico, recorre-se à comunicação científica, subárea de estudo da Ciência da Informação que ajudou a mapear os fluxos de informação científica e tem trazido novas discussões, conforme será abordado nas subseções que se seguem.

## 2.2 A Comunicação Científica

Com a institucionalização da ciência e a formação das comunidades científicas, ocorreu um estímulo e uma necessidade de desenvolver mecanismos para vincular as informações produzidas. O conhecimento científico sobre determinado fenômeno é obtido diante de uma metodologia científica que busca explicá-lo.

Portanto, a confiabilidade é uma das características mais importantes da ciência, pois distingue o conhecimento não científico do conhecimento científico e para isso, os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista precisam ser divulgados e submetidos ao julgamento de outros cientistas.

Segundo Ziman (1979), é o aval concedido pelos pares que possibilitará o surgimento de uma área científica. Sendo assim, a comunicação científica é um instrumento essencial para o estabelecimento do diálogo público no universo científico (VALERIO, PINHEIRO, 2008).

No entanto, procurar definir o que seja a comunicação científica não parece ser uma tarefa simples. Caribé (2015) observou que existe uma carência de estudos mais aprofundados a respeito do significado de comunicação científica. A autora esclarece que há uma abrangência do termo que vai além das fronteiras da comunidade científica, isso porque se defende que tanto o cientista quanto o público leigo receberiam as informações necessárias e úteis.

Dessa maneira, a informação científica não seria disseminada apenas para os cientistas, mas também para o público em geral. Isso permitiu à comunicação científica ser vista sob dois aspectos: o primeiro no âmbito interno, estabelecendo a comunicação entre os pares; e o segundo no âmbito externo à comunicação científica, denominada de educação científica e popularização da ciência. Todavia, o interesse pela comunicação nessa pesquisa está direcionado ao uso realizado pelos pesquisadores.

John Desmond Bernal (1939) cunhou o termo comunicação científica no livro *A função Social da Ciência*, incorporando as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, que parte da concepção da ideia pelo cientista até a informação ser aceita pelos pares e ser disseminada, sendo a informação um elemento intrínseco a esse processo de comunicação para a produção do conhecimento científico (CARIBÉ, 2015).

Em sua proposta de análise da origem da comunicação científica, Weitzel (2006) baseou-se no estudo dos modelos de comunicação científica que envolvem três processos que foram se modificando. O primeiro processo está voltado para a geração de conhecimento científico, que esteve em plena atividade entre os séculos XVII e XX, liderado principalmente por Bacon, Boyle, Oldenburg e Merton. O segundo processo volta-se para o enfoque na disseminação no século XX, representado por Bernal e Garvey. E o terceiro processo, o uso das tecnologias, desenrola-se no século XX/XXI, representado principalmente por Ginsparg e Harnad.

O processo de construção/geração inicialmente foi estabelecido por um sistema de informação da ciência, bem como de sua estrutura social para a promoção do conhecimento científico. A ênfase da comunicação/disseminação do conhecimento surge da necessidade de melhorias nos mecanismos de disseminação, principalmente ocasionados pela explosão bibliográfica e fragmentação do conhecimento científico. Enquanto o uso/aceso representa a promoção do acesso ao conhecimento pelas tecnologias e a favor do modelo de acesso aberto (WEITZEL, 2006).

Esses modelos refletem a emergência de se resolver as dificuldades presentes em cada época, ou seja, os modelos descritos apontam uma dificuldade percebida entre os pesquisadores na busca por gerar, disseminar, e usar a informação para desenvolver a pesquisa científica.

Já Meadows (1999) busca descrever três elementos que compõem a comunicação científica, apresentando uma visão micro sobre as ações desenvolvidas pelos pesquisadores. Inicialmente o autor discute os canais de comunicação científica e suas especificidades (projeto gráfico para leitura; legibilidade do texto; ato de ler; livros; editoras; bibliotecas; comunicação oral; congressos e conferências; colégios invisíveis; fluxo de informação, canais eletrônicos).

No segundo elemento, discute como tornar públicas as pesquisas (tipos de publicação; diferentes canais de publicação; editores e avaliadores; ciência e mídia); e no terceiro elemento, o autor discorre sobre a procura da informação científica.

Em primeiro lugar, ocorre a formulação da necessidade de informação. Segue-se a identificação de possíveis fontes que contenham a informação requerida. Então vem o processo de extrair e absorver a informação das fontes. Por fim, a informação é avaliada e, sendo satisfatória, incorporada à atividade de pesquisa.

A maioria dos cientistas do meio acadêmico executa todas essas quatro etapas sozinhos ou com colegas e alunos. A ação inicial, depois de se decidir sobre qual informação é necessária, é buscar as fontes apropriadas. O método clássico consiste em encontrar material de partida que sirva para desencadear o processo de recuperação. Esse material pode vir do conhecimento prévio do pesquisador, sugestões de colegas ou da literatura primária e secundária (MEADOWS, 1999).

Pode ser observado que o autor descreve algumas práticas do cotidiano do

pesquisador voltadas à busca, uso e compartilhamento da informação, expondo algumas maneiras possíveis encontradas pelos cientistas para o desenvolvimento das pesquisas.

Assim, entende-se que a comunicação científica envolve uma ampla cadeia de atividades que auxilia o pesquisador a produzir conhecimento a partir dos modos que são articulados por ele para encontrar, compartilhar, usar e acessar a informação. Os modelos buscaram apresentar os sistemas de informação científica, porém, não basta somente saber quais revistas científicas foram escolhidas para publicar os resultados da pesquisa, e sim os significados construídos que levaram o pesquisador a tomar essa decisão, significados esses que dialogam com as razões de cunho individual, social, institucional, político, cultural, entre outros.

Em resumo, a comunicação científica configura-se como uma temática de interesse para todas as áreas científicas, isso porque revela inúmeras características e formas de articulação dos pesquisadores. Nos últimos séculos, a comunicação científica se tornou uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da Ciência, permitindo uma maior articulação entre pesquisadores e, assim, o aparecimento de novos questionamentos.

A seguir, será apresentado o contexto histórico da comunicação científica na perspectiva da Ciência da Informação e a sua consolidação como uma subárea de estudo que engloba alguns dos principais modelos de comunicação científica.

### **2.3 A Comunicação Científica sob o olhar da Ciência da Informação**

Para Araújo (2014), o surgimento e a consolidação da Ciência da Informação é consequência de diversos fatores históricos e científicos de épocas e locais diferentes. O autor ressalta cinco fatores: o surgimento da bibliografia e da documentação; a relação institucional com a biblioteconomia; a atuação dos primeiros cientistas da informação no fornecimento de serviço em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; e por último, a fundamentação na teoria matemática.

A terceira dimensão, que introduz a atuação dos primeiros cientistas da informação, é muito importante para compreender como a comunicação científica foi se desenvolvendo como subárea da Ciência da Informação. Araújo (2014) explica que entre as décadas de 1920 e 1940, no Reino Unido, nos Estados Unidos e em outros países, os cientistas de diversas áreas tais como Química, Física e Engenharia começaram a fornecer informação aos seus colegas, dando origem ao chamado *science service*<sup>1</sup>.

Apesar dessas atividades nascerem da prática, elas foram institucionalizadas. Nesse sentido, surgiu em 1950, nos Estados Unidos, a *National Science Foundation*. No Reino Unido, em 1948, ocorreu a *Scientific Information Conference* organizada pela *Royal Society*, e a implantação do *Institute of Information Scientists* (IIS) em 1958 (ARAÚJO, 2014).

---

<sup>1</sup> Esse serviço consistia na elaboração de índices, resumos, promoção de canais de disseminação com o intuito de facilitar e agilizar o trabalho de seus pares.

O IIS deu origem ao termo cientista da informação, esses se distinguiram dos cientistas de laboratórios, na medida em que os primeiros se constituíram em profissionais de várias disciplinas que se dedicavam às atividades de organizar e suprir de informações os seus colegas cientistas de laboratórios (RUSSO, 2010).

Em 1962, ocorreu a *Conferences on Training Science Information Specialist* no *George Institute of Technology*, encontro que formalmente consolidou a Ciência da Informação. Na ocasião, a Ciência da informação foi definida como:

[...] a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. A área é derivada de ou relacionada à matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computacional, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas (BRAGA, 1995, p.4).

Araújo (2014) esclarece que durante o processo da institucionalização consolidou-se a ideia de que a Ciência da Informação era uma ciência dedicada à informação em ciência e tecnologia. A base das ações não estava assentada sob a posse do documento, mas sim, sob a circulação, fluxo e atendimento das necessidades dos cientistas.

Essa nova tendência se espalhou no Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. Nesta última, Alexander Mikhailov, em 1958, apresentou o projeto de uma nova disciplina, a *informatika*, que se dedicava ao estudo das propriedades da atividade científica. Inclusive, ele apresentou um trabalho no âmbito da *The International Federation for Information and Documentation* (FID), apresentando as leis gerais das atividades científicas na tentativa de aperfeiçoar os sistemas de informação ligados às etapas de cada processo das atividades científicas.

Nos Estados Unidos, em 1962, Fritz Machlup publicou o livro *The production and distribution of knowledge in the United States*, que teve o intuito de abordar a produção e distribuição de conhecimento na sociedade norte-americana. Em 1963, Alvin Weinberg e a equipe do *Science Advisory Committee* do presidente dos Estados Unidos publicaram o relatório “*Science, government and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information*”, concluindo que as agências de fomento de pesquisa científica deveriam assumir a responsabilidade pela transferência do conhecimento gerado (ARAÚJO, 2014).

Diante desses acontecimentos, os pesquisadores começaram a estudar o processo da chamada comunicação científica, que abrange os vários registros produzidos pelos cientistas. Esse processo inicia-se com o surgimento da ideia da pesquisa e perpassa os suportes e atividades desempenhadas pelos cientistas até as vantagens e desvantagens, e tempo médio de produção. Além disso, abarca os meios utilizados pelos pesquisadores para

buscar a informação, representado pelos serviços e sistemas de informação (bibliotecas, arquivos, museus, base de dados, artigos científicos e junto a seus pares).

Araújo (2014) explicita o contexto histórico do fim da Segunda Guerra Mundial, que causou uma corrida em busca da hegemonia entre os países, na qual a atividade científica e tecnológica consolidou-se como condição fundamental. A informação passou a ser entendida, nesse contexto, como um recurso, uma condição de produtividade. A subárea da Ciência da Informação que se desenvolve nesse contexto tem uma grande preocupação em conhecer e caracterizar canais, fontes, serviços e sistemas de informação, tanto aqueles que os cientistas podem vir a precisar como insumo para atividade de pesquisa quanto aqueles os quais são convertidos os produtos da atividade científica.

A evolução dos estudos contemplava as chamadas fontes formais de informação, mas, ao longo dos anos, se focou também na dimensão informal das fontes, caracterizada pelos estudos voltados aos *gatekeepers*<sup>2</sup> e aos colégios invisíveis<sup>3</sup>. Essa nova dimensão deslocou o campo da comunicação científica, das fontes de informação para o fluxo. Assim, em vez de se caracterizar as várias fontes, tornou-se necessário observar o que acontecia com elas, por que algumas circulavam mais do que outras, por que algumas eram esquecidas ou negligenciadas, outras promovidas e repassadas.

O fluxo de informação científica normalmente é representado por meio de modelos. O mais famoso deles foi desenvolvido na década de 1970 por dois pesquisadores americanos, Garvey e Griffith, que observaram como os cientistas da área de psicologia se comunicavam e divulgavam suas informações. O estudo descreve os procedimentos gerais e alguns dos resultados de 78 estudos sobre as atividades e as trocas de informações de mais de 12 mil cientistas e engenheiros. Mais tarde, o modelo foi adaptado para diversas áreas do conhecimento, indo das ciências exatas às humanidades (HURD, 2004).

Gomes (2013) explica que os modelos são elaborados principalmente com o propósito de fornecer a sistematização do fluxo da informação científica, ou seja, a descrição de todo o processo, que engloba desde o início do projeto até a divulgação dos resultados da pesquisa. A autora esclarece que as bases estruturais/conceituais da ciência já estavam estabelecidas e percebia-se a necessidade de articular os elementos da pesquisa com a comunicação. Assim, Garvey e Griffith conseguiram retratar o que era (ou é)

---

<sup>2</sup> Ele parece ser um nódulo na rede interna de comunicações de seu grupo de trabalho: serve como consultor para os membros de seu grupo e traz ideias à atenção desse grupo. Parece ser também o destinatário principal da informação externa: tem acesso a fontes externas que não são acessíveis a seus pares. É provavelmente um supervisor e tem grande competência técnica e status profissional. Ele, de fato, parece servir como um catalisador do grupo, contribuindo para a sua produtividade, além de apresentar um grande desempenho individual (HOLLAND, 1972 apud KREMER, 1981).

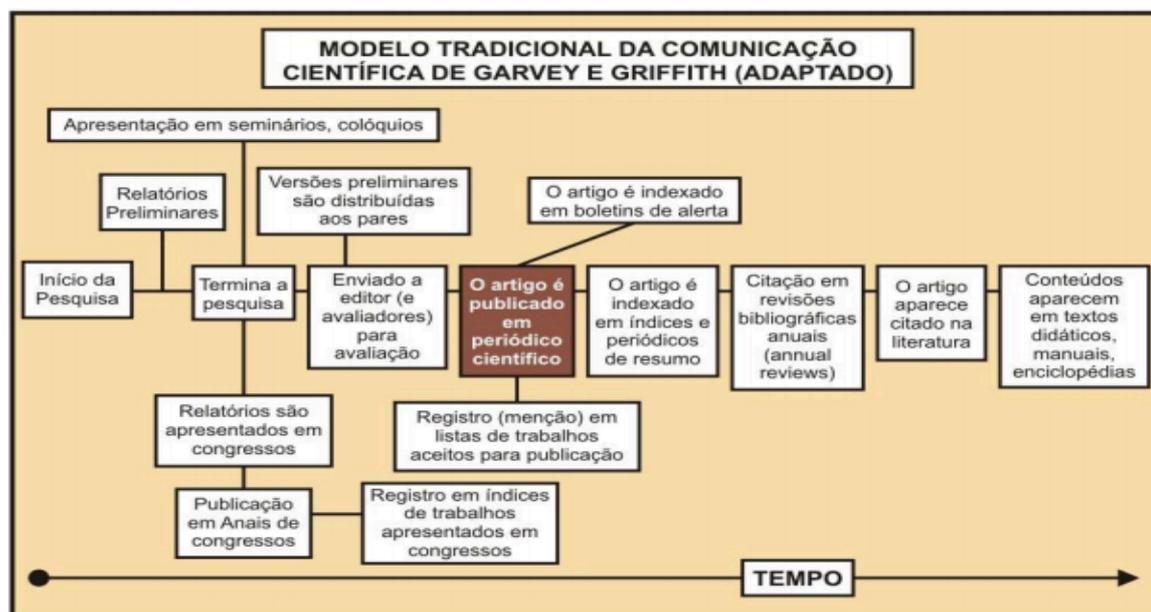
<sup>3</sup> São comunidades informais de pesquisadores que se comunicam, trocam informações, experiências e ideias, *pré-prints*, discutem projetos e também publicam formalmente seus resultados de pesquisa.

o sistema tradicional da comunicação científica, como sinônimo de fluxo da informação científica.

O modelo de Garvey e Griffith (1979), apresentado na Figura 1, é um dos diagramas mais difundidos do sistema de comunicação científica, que possibilitou uma visão holística que se inicia no trabalho do pesquisador perpassando pelos relatos orais, pela publicação e por outras ações.

Fonte: Mueller, 2000, p.29.

Figura 1: Modelo Tradicional da Comunicação Científica



Nesse modelo, o processo de comunicação aparece representado por um contínuo, onde se situam, em sucessão e por ramificações, as diversas atividades cumpridas por um pesquisador e os documentos que tais atividades geram. O início da pesquisa é seguido por relatórios preliminares e comunicações de pesquisas em andamento. Um pouco antes e logo após o término da pesquisa, há uma sucessão de seminários, colóquios, conferências e relatórios, que geram trabalhos escritos completos ou resumos (publicados geralmente em anais) e que já serão indexados em fontes adequadas.

Ao submeter o original para publicação em periódico científico, aparecem as versões preliminares (*preprints*), distribuídas à comunidade de pares, assim antes da publicação do artigo em periódico haverá normalmente uma série de notícias sobre ele, em veículos de alerta, índices e resumos e talvez, também, em obras que realizam ensaios bibliográficos sobre as tendências de pesquisa e desenvolvimento da área, tipo anual *reviews*. Se a pesquisa gerou o impacto desejado pelo autor, citações aos trabalhos começam a aparecer assim que o artigo se torna disponível (MUELLER, 2000).

Destaca-se que o processo de comunicação científica é permeado por atividades que são nomeadas de comunicação formal e comunicação informal. Tardino (2000) explica

que a comunicação formal utiliza os canais formais que possuem como características principais um público potencialmente grande; a informação é armazenada e recuperável; a informação é relativamente antiga; a direção do fluxo é selecionada pelo usuário, há redundância moderada; há avaliação prévia e *feedback* irrisório para o autor.

Em contrapartida, os canais informais envolvem um público restrito; a informação geralmente não é armazenada e recuperável; a informação é recente; a direção do fluxo é selecionada pelo produtor; a redundância, às vezes, é significativa; não há avaliação prévia; e há *feedback* significativo para o autor. As comunicações formal e informal estão voltadas para a forma de acesso às informações científicas, enquanto a forma do registro está centrada nas fontes de informação, que são classificadas em fontes primárias, secundárias e terciárias.

Souto (2004) explica que as fontes primárias registram informações originais ou novas interpretações de fatos e ideias, de modo que o conteúdo não foi assimilado pela comunidade científica. Entre os principais exemplos estão artigos de periódicos, teses e dissertações, relatórios técnicos, patentes, anais de congresso etc. As fontes secundárias organizam e filtram as informações das fontes primárias de acordo com um arranjo estabelecido, por exemplo, dicionários, enciclopédias, livros, manuais, tratados entre outros. E as fontes terciárias facilitam a localização das fontes primárias e terciárias, como as bibliografias, periódicos de indexação e resumo, catálogos coletivos e diretórios. Assim, as fontes primárias cumprem a função de registrar as descobertas, enquanto as secundárias facilitam o uso das fontes e a terciária facilita a atualização.

Retornando ao modelo inicial proposto por Garvey e Griffith (1979), esse já não representa tão bem o processo de comunicação científica moderno. Todas as fases desse processo foram e continuam sendo afetadas pelo emprego da tecnologia. O quadro geral foi se alterando e estimulando outras formas de comunicação e modelos, como o do *United Nations International Scientific Information System* (UNISIST) na década de 1970, desenvolvido por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO) em cooperação com o Conselho Internacional das Uniões Científica (ICSU).

Gomes (2013) explica que, para alguns teóricos, o modelo UNISIST possui um caráter sociológico, que acontece via “produtores de conhecimento”, que são constituídos como uma população organizada em diferentes grupos ou discursos envolvidos em padrões diferentes de comportamento e coleta de informações. O modelo apresenta os canais informais (pessoas, manuscritos, preprints, etc), os semi-informais (outra designação conceitual incorporada pelo mesmo – corresponde às conferências profissionais ou reuniões) e os formais (com duas variáveis - os documentos publicados e os inéditos – teses, relatórios técnicos distribuídos em cópias limitadas, etc).

Observa-se que ambos os modelos - Garvey/ Griffith e o UNISIST foram analisados, criticados e revisitados por diferentes investigadores inseridos em culturas disciplinares

distintas, o que acabou por acrescentar outras perspectivas que somadas às primeiras, aprimoraram os mesmos.

Em 1996, Hurd revisou o processo de comunicação científica a partir do trabalho de Garvey e Griffith (1979), levando em consideração os efeitos advindos da internet, tais como a utilização do e-mail, listas de discussões, publicações eletrônicas, dentre outros elementos. Na década seguinte, em 2000, o autor reavaliou o modelo incluindo a autopublicação na web e os repositórios institucionais<sup>4</sup> (BJORK, 2007).

Quatro modelos derivam da publicação de Hurd, que são o *Modernized Garvey/Griffith Model*; o *No-Journal Model*; o *Unvetted Model*; e o *Collaboratory Model*. De modo sintetizado, Gomes (2013) explica que no primeiro modelo, a modernização está direcionada pela via eletrônica. No segundo modelo, existe a remoção do periódico, mas continua presente a manutenção da revisão por pares, tendo os artigos/relatórios como unidades principais, ou seja, altera-se o canal de comunicação, mas os pilares de qualidade são mantidos. No terceiro modelo, retira-se o processo de revisão, de modo que a estrutura de poder estabelecida é transposta para outras instâncias. Por fim, no último modelo, os dados são as unidades de troca de informações – o foco é direcionado para o compartilhamento do trabalho do grupo.

A versão original do modelo UNISIST foi revisada por Sondergaard, Andersen e Hjørland (2003) com o intuito de realçar as diferenças entre domínios/disciplinas e de refletir sobre as mudanças causadas pela internet na comunicação científica e na academia em geral. Os autores esclarecem que o modelo envolve vários ângulos de análise, sendo que o último dialoga com o contexto disciplinar englobando *inputs*<sup>5</sup> e *outputs*<sup>6</sup> para a produção do conhecimento científico.

Além de *inputs* e *outputs*, cada domínio científico ou acadêmico contém diferenças oriundas do contexto geográfico e das particularidades entre os intervenientes da comunicação científica e das estruturas únicas de comunicação, publicações e tipos diferentes de documentos (patentes na engenharia; mapas na geografia; partituras na música; dentre outros) necessitando de adaptações ao modelo (SONDEGAARD; ANDERSEN; HJORLAND, 2003).

---

<sup>4</sup> Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa). Contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição (LEITE et al., 2012).

<sup>5</sup> *Input* de pesquisa: infraestrutura de pesquisa que compreende espaços equipamentos, recursos humanos de apoio, além de suporte institucional e financeiro. São exemplos de input de pesquisa as universidades, os programas de pós-graduação para capacitação e o fomento à pesquisa (LARA, 2006).

<sup>6</sup> *Output* de pesquisa: resultados da pesquisa científica expressos em publicações ou patentes contabilizados com o objetivo de verificar sua disseminação. Na avaliação do output são utilizadas medidas quantitativas e o fator de impacto para produzir indicadores de verificação do fluxo dentro do contexto socioeconômico (LARA, 2006).

Desse modo, existe uma complexa relação entre os universos disciplinares e a generalização de um sistema de comunicação científica que pode ser aplicado a todas as áreas. Esse fato combina com a diversidade de intervenientes dos processos da comunicação científica que tradicionalmente são: os investigadores que realizam a pesquisa e publicam o material; os financiadores da pesquisa que influenciam fortemente o sistema; os editores que gerenciam e realizam o efetivo processo de publicação; as bibliotecas que ajudam no arquivamento e acesso às publicações; os serviços bibliográficos que facilitam a identificação e recuperação das publicações; leitores que pesquisam, recuperam e leem as publicações; profissionais que implementam os resultados da pesquisa, direta ou indiretamente (BJORK, 2007).

Os atores sociais cooperam, para além da história e dos modelos para a compreensão do sistema da comunicação científica na contemporaneidade, a partir das suas influências e particularidades. Bjork (2007) esclarece que há quatro grandes conjuntos de componentes que interagem com a comunicação científica – os cientistas/pesquisadores/estudiosos, as sociedades científicas, os editores comerciais e as bibliotecas acadêmicas/bibliotecários. Por isso, torna-se importante observar a forma que eles participam, pois possibilita compreender o seu funcionamento, demarcado por meio dos acontecimentos presentes dentro de um período histórico.

Por meio dos modelos apresentados, percebe-se o delineamento da comunicação científica, ou seja, os caminhos percorridos pelos pesquisadores e as ferramentas que auxiliavam na construção do trabalho científico. No entanto, considera-se importante a abrangência que envolve os atores sociais, pois esses atores são parte integrante do processo de comunicação e a participação deles interferem no processo comunicacional. Assim, o pesquisador seleciona uma revista para publicar, utiliza um sistema de informação, participa de um evento, entre outros, levando em consideração as diferenças em cada área disciplinar.

Alguns autores escreveram obras que até hoje são clássicas para a comunicação científica e sua evolução, entre eles estão Derek John de Solla Price (1976), John Michael Ziman (1979), Belver Callis Griffith e William Garvey (1979), Diana Crane (1988), Susan Crawford, Julie Hurd e Ann Weller (1996), e Jack Meadows (1999). É importante ressaltar que esses autores, cujos conhecimentos fundamentam teoricamente a comunicação científica, vêm de formações distintas e tornaram-se especialistas em história da ciência e sociologia da ciência.

No âmbito brasileiro, esses autores influenciaram fortemente a Ciência da Informação nos estudos de comunicação científica, em especial no processo de implantação da pós-graduação em Ciência da Informação no país (PINHEIRO, 2012).

Com a institucionalização da Ciência da Informação por meio do primeiro curso de pós-graduação em 1970 no Instituto Brasileiro da Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - foi introduzida a disciplina de Comunicação Científica e Bibliometria, com a adoção de métodos bibliométricos para analisar e gerar indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

O fortalecimento da Ciência da Informação no Brasil também avança consideravelmente com a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em 1989. A ANCIB nasceu com o intuito de acompanhar e estimular as atividades de ensino e pós-graduação e de pesquisa da Ciência da Informação. A associação tem se projetado especialmente dentro do país e fora como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação.

A ANCIB é responsável por em coordenar o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) que, desde 1994, promove a união de pesquisadores e socializa a produção do conhecimento em temas especializados da Ciência da Informação, os quais estão organizados em Grupos de Trabalhos (GTs). Dentre esses GTs, investigações relacionadas à produção e à comunicação científica têm sido desenvolvidas, principalmente no GT-7, que historicamente compreende os estudos voltados para a comunicação. Os estudos abordam aspectos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso de CT&I, incluindo pesquisas relacionadas ao processo de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CT&I (ANCIB, 2018).

Alguns estudos usam os procedimentos bibliométricos para analisar a produção científica dos grupos de trabalhos do GT-7, e outros, o estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica no Brasil. Esses estudos são importantes para essa pesquisa porque revelam os elementos que caracterizam essa subárea de estudo da Ciência da Informação, como os temas centrais abordados na área, servindo de parâmetro para o recorte temático que orientou as questões levantadas.

Grácio e Oliveira (2010) cobriram a análise de artigos publicados no GT-7 de 2003 a 2009, por meio das referências dos trabalhos, resumos e respectivas palavras-chaves, analisando algumas variáveis como autoria, temática, dentre outros. Pode-se observar que, dentre as temáticas mais contempladas, destaca-se o termo “produção científica” que sugere um maior enfoque nas temáticas relativas à “bibliometria” e “cientometria” ou “cienciometria”, “indicadores bibliométricos” e “estudos bibliométricos”.

Outras temáticas contempladas foram “políticas científicas e tecnológicas” e “indicadores de ciência e tecnologia”, “patentes”, “redes de colaboração”, “redes sociais” e “coautoria”, “análise de citação”, “comunicação científica”, “grupo de pesquisa”, “infometria”, “busca e uso da informação”, “gestão do conhecimento” e “comportamento informacional”. Os estudos teóricos são menos frequentes, com preponderância de pesquisas aplicadas. Esses estudos permitem uma apreciação do panorama da consistência das pesquisas do

GT-7, contribuindo para uma visualização da produção científica no tema e para o avanço da construção do conhecimento na área na Ciência da Informação.

Já Pinheiro (2012) mapeou, em sua pesquisa os temas dos 55 artigos de pesquisa sobre comunicação científica tendo como fonte a revista *Ciência da Informação* (1972-2004), identificados por análise dos títulos, palavras-chaves e conteúdo, de forma a verificar a concentração, as lacunas ou novas questões em comunicação científica. A frequência dos temas dos artigos de comunicação científica foi respectivamente: “comunicação científica”, “periódicos científicos”, “produção científica”, “acesso aberto”, “canais de comunicação científica”, “colégios virtuais”, “crescimento da literatura”, “frente de pesquisa”, “gatekeepers”, “redes de colaboradores científicos”.

Na investigação de Silva, Tavares e Pereira (2010), o objetivo foi analisar o estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica no Brasil, cobrindo o período de 1996 a 2006. O escopo da pesquisa foi o conjunto de seis revistas brasileiras da área de Ciência da Informação com classificação Qualis A<sup>7</sup> da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de elaboração da pesquisa, que na ocasião abrangiam as revistas *Ciência da Informação*, *Informação e Sociedade* (I&S), *Datagrama*, *Encontros Bibli*, *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Transinformação*.

Em relação à temática dos estudos, os autores constataram que o enfoque dos artigos estavam enquadrados, respectivamente, como estudos de canais, veículos, ciclos e modelos de comunicação (incluindo avaliação de periódicos e fontes de informação); estudos da produção e da produtividade científica (incluindo indicadores científicos); estudos bibliométricos, cientométricos, webmétricos (incluindo estudos de citação); estudos de processos envolvidos na publicação e divulgação científica, e por último, estudos de autoria.

Ao apontar o panorama dos estudos desenvolvidos, delineam-se os principais processos do fazer científico adotados nesta tese. Dentre eles, a comunicação científica dos pesquisadores envolvendo os canais e as fontes de informação utilizadas, que já foram abordados anteriormente. Os estudos métricos que envolvem os estudos de autoria, coautoria, citação, produção e produtividade. Além disso, envolve os estudos das TICs que possibilitou novas perspectivas para fomentar o trabalho dos pesquisadores, como é o caso da altmetria, acesso aberto e Ciência Aberta. Desse modo, apresentam-se a perspectiva de investigação da comunicação e produção científica adotados nesta pesquisa.

---

<sup>7</sup> Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (CAPES, 2019).

## 2.4 A Comunicação e a Produção Científica sob a atuação do pesquisador

Como já se referendou, a comunicação científica é basilar para a produção científica e abarca uma gama de atividades que permitem a troca de informação, e que foram se constituindo na Ciência da Informação por estudos que buscam compreender os canais de disseminação, estudos de citação e métricas, estudos de colaboração, estudos sob a inserção das TIC's entre outros, conforme foi visto no tópico anterior.

Assim, a comunicação científica subsidia a produção científica, que é entendida como um “produto final do trabalho do cientista: de um lado comunica informações; de outro lado, garante a propriedade científica e através dela o cientista passa a ser conhecido e reconhecido por seus pares” (MOREL; MOREL, 1977). Desse modo, esse produto final é representado pelos mais diversos tipos de publicações científicas.

A produção científica tem sido objeto de estudo para se entender a evolução da ciência, pois a partir da década de 1960, a ciência passou ser vista como determinante para o desenvolvimento econômico e social das nações. Consequentemente cresceu o interesse em coletar informações para planejar, monitorar e avaliar a C&T.

Mugnaini et al. (2006, p.316) explicam que “[...] para se entender a evolução da ciência, como forma de expressão do conhecimento humano produzido, são utilizadas técnicas de mediação”, que envolvem os estudos métricos realizados para estabelecer ou fortalecer indicadores que traçam um perfil das comunidades científicas nos âmbitos nacional e internacional. Além disso, essas técnicas revelam o comportamento dos pesquisadores ao se engajarem nas atividades de produção científica.

Os estudos métricos são considerados uma forma de elucidar as questões nas quais os pesquisadores estão envolvidos em suas pesquisas. É através dos estudos métricos que se busca compreender os efeitos da dinâmica da produção científica.

Macias-Chapula (1998) explica que o interesse pelos estudos métricos, inicialmente voltados à análise de documentos (bibliometria), permitiu o surgimento de outros estudos, como as disciplinas (cienciometria), de palavras/conteúdos (informetria), de bibliotecas (bibliotecometria), de páginas da web (webmetria), de patentes (patentometria) e na web (altmetria).

Esses tipos de estudos apresentam abordagens quantitativas, tendo como diferencial os objetos de estudo, suas variáveis, seus métodos e objetivos. Todavia, as aplicabilidades são diferentes, já que cada métrica afere a disseminação do conhecimento sob uma perspectiva diversa (BUFREM; PRATES, 2005).

Noronha e Maricato (2008, p. 123) explicam que os estudos métricos da informação, sobretudo os estudos baseados na bibliometria e na cienciometria, atuam em diferentes áreas e com temas relativamente bem definidos e aceitos pela comunidade. Os principais indicadores extraídos desses estudos podem ser apresentados de modo genérico por:

Evolução quantitativa e qualitativa da literatura; Obsolescência da informação e dos paradigmas científicos; Dinâmica e estrutura da comunicação científica (principalmente formal); Características e funções de diversos tipos documentais (literatura branca e cinzenta); Ranking de publicações, autores, instituições, países, etc.; Estudos de citação, fator de impacto; Relações interdisciplinares, intradisciplinares e multidisciplinares na ciência; Estudos de colaboração científica (principalmente baseados em co-autoria); Comportamento de uso e crescimento do acervo em bibliotecas; Evolução de disciplinas, subdisciplinas e novos conceitos; Características de frequência de ocorrência de palavras em textos.

Apesar dos estudos envolverem metodologias quantitativas, observa-se diversos aspectos que caracterizam o comportamento dos pesquisadores na sua interação com o campo científico, descrevendo a comunicação e a produção científica.

Na comunidade científica, a citação é uma importante forma de incluir a ideia de alguém na pesquisa, fazendo a devida referência. A citação evidencia a relação entre citante e citado, relacionando os assuntos abordados nas diferentes áreas do conhecimento (VANZ, 2004).

Nesse sentido, Leydesdorff (1998) relata que as citações são importantes referenciais textuais e estabelecem relações entre os pares, assim a rede de citação ocorre a cada formulação e se reproduz ao longo do tempo. Com base nessa repetição do processo de citação, a rede adquire uma estrutura que permite identificar as características da comunidade científica.

Dentre as razões para citar outros autores em artigos científico, Garfield (1962) e Santos et al., (2018) enumeram: 1) prestar homenagem aos pioneiros; 2) atribuir crédito aos trabalhos relacionados; 3) identificar metodologias, equipamentos etc.; 4) fornecer leituras de referência; 5) corrigir o próprio trabalho; 6) corrigir o trabalho de outros; 7) criticar estudos anteriores; 8) reivindicar provas; 9) alertar investigadores para futuros trabalhos; 10) indicar trabalho pouco divulgado, mal indexado ou não citado; 11) autenticar dados e fatos; 12) identificar publicações originais em que ideias ou conceitos foram discutidos; 13) recusar trabalhos ou ideias de terceiros; 14) contestar ideias de terceiros.

E, nesse sentido, Leta e Cruz (2003) observam que as citações carregam diversos fatores sociais e hábitos dos pesquisadores, logo, devem ser apreendidas como um valor estimado e parcial do impacto e da qualidade da publicação.

A investigação desses fatores é uma oportunidade de observar o que ocorre nesse processo de construção da literatura. Por exemplo, o pesquisador ao citar diversos autores provavelmente percorreu alguns caminhos para encontrá-los, como se deu esse encontro e o que foi interveniente para a sua escolha. Assim, pode observar questões comportamentais e situacionais, relacionadas aos hábitos, motivo, particularidades, fenômenos e outras questões que possam surgir para os pesquisadores.

Não obstante, Velho (2008) explica que as áreas de conhecimento diferem uma das outras quanto à estrutura cognitiva e aos modos de socialização de novos conhecimentos. Dessa maneira, a forma como se estabelecem as práticas e como são produzidas as

comunicações científicas de diferentes áreas do conhecimento dependerão da orientação, nacional ou internacional, dos problemas estudados e dos resultados obtidos. Em algumas áreas das ciências básicas, como a Física e a Química, os problemas de pesquisa relevantes são definidos por uma comunidade internacional que tem interesse nos resultados produzidos na esfera internacional.

Para alcançarem a comunidade científica e obterem reconhecimento, os pesquisadores das áreas básicas buscam publicar em língua inglesa, em periódicos de alta visibilidade e com bom fator de impacto. Em contrapartida, a produção de conhecimento de outras áreas, como as Ciências Humanas e Sociais, Ciências Agrárias e Engenharias, está voltada para a resolução de problemas nacionais e regionais. Isso implica que o resultado de pesquisas dessas áreas será viabilizado principalmente por meio de publicações periódicas no âmbito nacional, monografias e relatórios técnicos escritos no idioma nacional, refletindo também sobre a tipologia documental (VELHO, 2008).

Velho (1998) afirma que as pesquisas realizadas nas ciências básicas têm um apelo mais universal, tanto para a pesquisa aplicada quanto para a discussão de temas locais. Os pesquisadores dessas áreas, ao escolherem um meio de publicação, têm como principal critério a audiência que se pretende atingir.

Essa alegação também faz refletir acerca dos esforços colocados para aquelas áreas que não trabalham no apelo internacional ou da internacionalização das pesquisas. Sabe-se que cada vez mais os pesquisadores são motivados a publicar em outros idiomas, principalmente na língua inglesa, seja por seus departamentos, programas de pós-graduação ou agências de fomento. Assim, seja por qualquer um dos motivos mencionados, os pesquisadores estão lidando com essa demanda, que tem ganhado impulso nos últimos anos.

As áreas de conhecimento, além de definirem preferências quanto à orientação nacional ou internacional de seu público, também possuem veículos de publicação característicos. Nas Ciências Exatas e Naturais, por exemplo, os resultados de pesquisas são apresentados geralmente em revistas científicas. Já nas Ciências Humanas e Sociais, os resultados são publicados habitualmente em livros (REGO, 2014).

Com o intuito de identificar a tipologia documental utilizada por pesquisadores, Santana e Silva (2015) observaram as sete grandes áreas do conhecimento adotadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia e Linguística, Letras e Artes. Os autores mostraram que essas áreas podem variar quanto à escolha dos canais utilizados. Nas Ciências Sociais Aplicadas, por exemplo, existe uma preferência por artigos e trabalhos completos. Em contrapartida, as Ciências Humanas utilizam capítulos de livros e resumos.

Já Queiroz e Moura (2016) analisaram a produção científica da Matemática brasileira e identificaram a existência de uma supremacia de publicações no idioma em inglês,

inclusive sobre o idioma português, fator que pode ser indício de uma internacionalização da área. Essa internacionalização da área exige a utilização de uma “linguagem universal ou linguagem franca<sup>8</sup>”, o que facilita a comunicação entre pares e para esse fim, foi escolhida a língua inglesa. Outro possível motivo para a preponderância do idioma inglês nos artigos brasileiros de Matemática é o baixo número de periódicos brasileiros indexados na base de dados *Web of Science* (WoS)<sup>9</sup>.

Para Velho (1998), isso ocorre porque as Ciências Exatas e Naturais, por meio dos campos conceituais característicos de cada área, requerem uma comunicação dinâmica e concisa. A linguagem utilizada permite a elaboração de textos cifrados (fórmulas e números) e reduzidos, enquanto as Ciências Humanas e Sociais empregam vários sistemas simbólicos que precisam ser complementados por uma apresentação textual extensa. Vale ressaltar que os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais não só publicam em livro, mas também o utilizam preferencialmente como material de consulta, revelando que as publicações utilizadas não são indexadas pela base de dados *Science Citation Index* (SCI).

O SCI organiza e classifica as publicações em ordem decrescente, das mais citadas para as menos citadas. Ele é considerado um classificador responsável pela elaboração do índice e pelo cálculo do Fator de Impacto (FI). O FI criado por Eugene Garfield e indica o número médio de vezes que artigos publicados por uma determinada revista, nos dois anos anteriores ao ano avaliado, são citados por artigos publicados em outras revistas no ano considerado.

O FI publica o *ranking* dos periódicos no *Journal Citation Reports* (JCR), criado em 1975 pelo *Institute for Science Information* (ISI). Atualmente, o ISI está integrado à companhia Thomson Reuters, responsável pela JCR e pela *Web of Science* (WoS). Em escala mundial, essa companhia é considerada a maior organização de classificação de informação científica.

Para ser incluída em um desses índices, a revista precisa cumprir alguns requisitos, como regularidade de publicação, acesso à informação sobre as fontes dos artigos, diversidade internacional de autores e da equipe editorial e do número de citações.

Os grupos editoriais utilizam o FI e a indexação como elementos para potencializar sua relevância. Nas multinacionais que dominam o mercado, a indexação e o elevado FI de suas revistas é considerado sua mais-valia comercial. Além disso, esses grupos têm aumentado sua dimensão e seu volume de negócios ao adquirir editoras menores.

---

<sup>8</sup> São línguas de larga escala, utilizadas internacionalmente e/ou a contraposição a uma língua materna ou vernácula. Enquanto a primeira se aprende no contexto de uma organização que a usa de forma consciente e delibera, a segunda aprende-se no contexto familiar (SERRA, 2017).

<sup>9</sup> É uma base de dados que abrange documentos de diversas áreas do conhecimento que está atrelada ao *Journal Citation Reports* (JCR), que divulga anualmente o fator de impacto dos periódicos científicos. Isso significa que, para que uma revista tenha suas citações convertidas em fator de impacto, ela precisa necessariamente estar indexada na WoS. (LABORATÓRIO..., 2020).

Larivière, Haustein e Mongeon (2015) apontam que os grupos das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Economia, a Antropologia, as Ciências Políticas e os Estudos Urbanos, de acordo com a WoS, foram responsáveis pela publicação de 15% dos artigos em 1995, já em 2013, somaram 66%.

Diante desse cenário, é possível falar da existência de um mercado de publicações científicas no modelo de oligopólio (MCGUIGAN; RUSSEL, 2008). O produto comercializado, os artigos científicos, e o controle de qualidade, a avaliação por pares, são oferecidos de modo gratuito, visto que os autores e os avaliadores não são remunerados. A contrapartida é que os pesquisadores e avaliadores adquirem prestígio ao publicarem ou elaborarem um parecer para uma revista conceituada, que incide na promoção profissional, com a melhoria do *curriculum vitae*.

Haro (2017) questiona se a publicação em revistas ligadas a grupos editoriais privados é plausível na configuração do financiamento público, pois essas revistas restringem o acesso do público geral aos artigos para comercializarem com os compradores que disponibilizarão novamente aos produtores.

À vista disso, o financiamento do setor público é transferido para grupos empresariais privados, uma vez que os cientistas entregam o resultado das suas pesquisas, ou ainda, avaliam os resultados das investigações dos pares sem custo algum para as revistas desses grupos. Percebe-se também que esse panorama implica nos critérios e processos de avaliação de áreas do conhecimento, pois há uma tendência crescente de avaliar o desempenho de áreas do conhecimento, instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores por meio de suas publicações.

Um exemplo é a avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES, que atribui qualidade às publicações científicas dos pesquisadores, por meio do Qualis CAPES. Desde 2008, a estratificação dos periódicos é dividida em oito níveis: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, que obedecem a características e atributos. Para alcançarem os níveis mais altos, como A1 e A2, as revistas devem estar indexadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*<sup>10</sup>, que possuem fatores de impacto. Dessa maneira, esses indicadores poderão determinar aos pesquisadores onde publicar seus resultados, uma vez que isso possui grande importância para quem deseja manter-se vinculados à pós-graduação.

Quando se observa o peso de outros canais de publicação parece ser uma questão mais problemática, principalmente pelas áreas que possuem como preferência o formato de livro. Diante do peso atribuído ao artigo em periódico científico e em livro no Sistema de Avaliação da CAPES, é possível verificar a maior representatividade alcançada pelo artigo de periódico em relação ao livro por dois fatores. O primeiro pelo tempo de institucionalização do Qualis CAPES, que apesar dos questionamentos, ainda permanece como principal ferramenta de avaliação. E a segunda razão é que algumas áreas indicam

---

<sup>10</sup> Banco de dados bibliográficos que contém resumos, citações e textos completos de artigos de periódicos científicos.

como publicações de qualidade o livro e os artigos em periódico científico e, quando discorrem sobre o processo de internacionalização dos programas de pós-graduação, optam em priorizar o artigo em periódicos científicos.

Na Antropologia e na Arqueologia, por exemplo, a internacionalização dos programas é medida pelo critério de número de publicações em periódicos internacionais. No Direito, a internacionalização é medida pela quantidade de publicações em periódicos classificados com Qualis A ou B1 (RODRIGUES et al., 2018).

A inserção dos programas de pós-graduação<sup>11</sup> brasileiros no campo científico internacional ainda é deficitária. Um dos recursos que poderia ser utilizado para uma maior projeção dos estudos produzidos no Brasil seria a publicação de mais artigos científicos em língua inglesa. Isso faria com que os trabalhos fossem citados com mais frequência em publicações internacionais, sendo capazes de competirem de forma igualitária com produções de outros países. Para que as diferentes áreas fossem avaliadas de forma igualitária, Hicks (2004) argumenta que deveriam ser levados em consideração revistas, livros, literatura nacional (desenvolvida num contexto local) e literatura não científica (conhecimento em busca de aplicação).

Também repousam sob o prisma dos estudos métricos, os estudos de autoria e coautoria que delineiam dados sobre os sujeitos, as instituições às quais eles pertencem, os periódicos nos quais publicam, as temáticas estudadas e outros desdobramentos. Assim, o autor ou os autores são centrais para a análise da produção científica.

Um dos principais autores a discutir a função e a conceituação de autor foi Michel Foucault. Em 1969, ele publicou o livro *O que é um autor?* onde aponta que, inicialmente, os textos poéticos e artísticos circulavam sem atribuição de autoria. Ainda de acordo com Foucault, as publicações, inclusive as produções científicas, começam a estampar o nome de seus autores quando passam a ser transgressoras, tornando-se passíveis de punição.

Conforme expõe Foucault (2010), devido ao caráter social, dinâmico e acumulativo da ciência, que estabelece as verdades de cada época, a identificação de autoria nos textos científicos se torna uma exigência. O autor, enquanto elemento fundamental ao processo de corroboração ou refutação de hipóteses e teorias, que está exposto aos seus pares, é quem nutre o interesse contínuo em debater o trabalho do colega.

Desse modo, publicações que indicam sua autoria são consideradas mais confiáveis no meio científico, pois conferem autenticidade e distinção ao discurso. Por meio da assinatura do autor pode-se “reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos.” (FOUCAULT, 2009, p. 44).

Targino (2005) explica que o modo de pensar a autoria e a produção intelectual como únicas, originais e íntegras constitui a essência da ciência. A ciência baseia-se na aplicação de métodos sistemáticos, porém a dinamicidade intrínseca à própria natureza determina que

---

<sup>11</sup> Site que fornece acesso baseado em assinatura a vários bancos de dados que fornecem dados em diferentes áreas do conhecimento. Também conhecida por ser a antiga ISI.

os resultados da ciência sejam sempre temporários. Se a dinamicidade e interinidade caracterizam a ciência como um processo de construção, a autoria de qualquer texto decorre de conhecimento pré-existente, sendo que a originalidade em ciência é sempre relativa e nunca absoluta.

Targino (2005) também assinala essa posição, pois todo discurso, textual ou não, busca comunicar ou produzir sentido, objetiva sempre repassar valores ideológicos. O autor inicialmente é um sujeito social e logo, historicamente construído. O autor se constitui como produto do ato de escrever, assim o ato de escrever forja o autor.

A partir da perspectiva foucaultiana, Hilário et al. (2018) caracterizam a função de autor em quatro aspectos. O primeiro se relaciona com mecanismos de apropriação, por uma função repressiva para os autores que transgridam a ordem estabelecida. Na prática científica, a primeira característica da função do autor não está relacionada somente com a discussão sobre o acesso aberto e direitos autorais, mas pelas responsabilidades legais e morais, principalmente nos casos de plágio, falsificação de dados, retratações, etc. Assim, as práticas desonestas estão sujeitas a punições pelos pares e instituições acadêmicas e científicas.

Segundo, pela possibilidade de estabelecer a veracidade da informação científica e a origem do texto. Foucault exemplifica com as transformações históricas da aceitação da verdade. Na idade Média um argumento só era aceito quando marcado com o nome do autor (por exemplo, “disse Hipócrates”, mas não necessariamente como argumento da autoridade, mas como um marcador). Nos séculos XVII e XVIII notou-se uma inversão, pois o autor passou a ser utilizado para redemonstrar o discurso e não necessariamente para se referir ao sujeito que produziu o conhecimento.

Hilário et al. (2018) esclarece que o argumento da democratização dos meios de produção científica, egos acadêmicos e requisitos para avaliação, tais como citações, conjuntamente com o reconhecimento dos pares enaltecem em demasia a importância do autor. Por exemplo, não basta um pesquisador optar por um discurso para sua análise, ele precisa indicar sob qual perspectiva teórica a pesquisa será pautada, assim o autor utilizado cumpre a função de legitimar a validade da pesquisa diante de uma escola de pensamento.

Terceiro, para a construção do ser racional chamado autor, ou seja, o construtor do discurso. O autor pode se relacionar ao processo de construção do conhecimento, que envolve as ideologias, caminhos e treinamentos dos sujeitos. Essa ideia se alinha a Kuhn 1970 (apud HILÁRIO et al., 2018), pois a conduta dos cientistas é reflexo de normas cognitivas, que incluem as experiências, ideologias e a formação social dos sujeitos. Porém, Foucault (2009) declara que a atribuição de um discurso do autor não é espontânea e pode levar tempo para a sua identificação. Pode-se confundir doutrinas e obras de um mesmo sujeito, mas é comum que os autores tenham diferentes visões e posições epistemológicas durante a carreira, pois eles vão reformulando suas reflexões, o que implica nas mudanças.

E quarto, pela distinção e dispersão do “eu” que pode aparecer no texto. As circunstâncias dos modos de ser dos sujeitos estão relacionadas com o tempo e a cultura. No seio de uma mesma época e cultura, o sujeito pode ocupar vários lugares em um enunciado, sendo autor, narrador, signatário, relator entre outros possíveis. Assim, nenhuma dessas figuras corresponde ao que se pode chamar de “eu primordial”, pois dentro de uma mesma obra, pode-se entrar diferentes posições-sujeito ou vários “eus”, como exemplifica Foucault por meio do tratado de matemática, no qual o sujeito que fala no prefácio não é o mesmo que fala no percurso de uma demonstração ou que discorre sobre as dificuldades encontradas no transcorrer do trabalho (ALVEZ, 2015).

Desse modo, a autoria volta-se para uma questão discursiva do autor, que pode ser utilizada como base analítica dos estudos de autoria e coautoria. Esses estudos com autoria individual ou múltipla podem investigar aspectos relacionados aos egos e às personalidades dos autores expressos no texto, como vocabulários distintos, estilo de redação entre outros; além de visões críticas e posições epistemológicas.

Sobre a autoria única, Meadows (1999) e Le Coadic (2004) explicam que, até a primeira metade do século XX, era comum que as pesquisas fossem desenvolvidas de forma solitária, uma vez que os meios de transporte eram muito mais lentos. A comunicação entre os pesquisadores era feita por meio de cartas que demoravam semanas ou até mesmo meses para chegarem ao destinatário.

A partir da Segunda Guerra Mundial, acontece um fenômeno que ficará marcado na história da ciência como *Big Science*. Trata-se de uma série de mudanças ocorridas nos países industrializados e que fizeram com que os projetos científicos passassem a ser financiados pelos governos ou por grupos governamentais, possibilitando um enorme progresso científico. Os projetos passam a ser de grande porte, envolvendo uma cadeia extensa de pesquisadores, o que fez diminuir as publicações de autoria individual.

Greene (2007) lembra que, na década de 1950, já se percebia uma queda acentuada de publicações individuais, dando espaço para a colaboração nas pesquisas multidisciplinares, compartilhando os créditos entre os autores. Porém, a autoria única não se tornou inexistente. Queiroz e Vilan Filho (2019) apontam algumas razões que levam pesquisadores a optarem por publicarem seus trabalhos de maneira autônoma, tais como:

- a) preferência do pesquisador por escrever sozinho;
- b) área de interesse de pesquisa singular e/ou especializada;
- c) características inerentes à área de pesquisa;
- d) área de pesquisa que não demanda laboratório e equipe;
- e) agilidade no processo de escrita e publicação do artigo, levando em consideração que o envolvimento de outros pesquisadores demanda diálogo nesse processo;

- f) pressão das universidades, instituições de pesquisas, agências de fomento e governo para efetivar o pesquisador no seu posto de trabalho, receber uma promoção, ou ainda receber recursos financeiros.
- g) comprovar competência e capacidade para desenvolver a pesquisa;
- h) isolamento pessoal ou geográfico do pesquisador;
- i) independência após a obrigatoriedade de coautoria com outros pesquisadores como orientadores, chefes de laboratório, colegas e outras parcerias estabelecidas, ou como forma de livrar-se do sentimento de endividamento com outros pesquisadores;
- j) enaltecimento próprio.

A autoria única pode estar vinculada tanto a aspectos que constituem o interesse pessoal do sujeito quanto à dinâmica de publicação do campo científico. Faber (2005) realizou um estudo para identificar a autoria individual em diferentes disciplinas, e descobriu que ela se constitui como uma tendência em pesquisas de cunho teórico.

Os estudos de coautoria se concentram nos aspectos da colaboração científica entre pesquisadores para elaboração e publicação de pesquisas científicas. Essas colaborações são muitas vezes determinadas pela proximidade física, mas também são influenciadas por fatores subjetivos como afinidades pessoais e intelectuais. As cooperações interinstitucionais são, em grande medida, possibilitadas pelas atuais políticas científicas nacionais e internacionais (GRÁCIO, 2018).

Nesse contexto, os coautores são aqueles pesquisadores que tiveram considerável colaboração no desenvolvimento da pesquisa, seja por meio da elaboração de projetos, da participação em etapas específicas com significativa contribuição intelectual, ou ainda, por meio da validação dos resultados (VANZ; STUMPF, 2010).

Com o crescimento da quantidade de artigos com autorias múltiplas (coautoria), alguns estudos buscam compreender a ordem com que são registrados os nomes dos pesquisadores que assinam uma publicação. Esses estudos buscam compreender o tipo e a intensidade da colaboração de cada um dos nomes para os resultados da pesquisa. Alguns autores que se debruçaram sobre o tema são Moya-Anegón et al (2013), Larivière et al (2016), Corrêa Jr. et al. (2017), Hilário, Grácio e Wolfram (2017).

Apesar de algumas áreas, como a Física e a Matemática, tenderem a apresentar os autores em ordem alfabética, os estudos mais recentes revelam que a primeira posição da lista de coautores da publicação é ocupada pelo pesquisador atuante em todas as etapas da pesquisa, como: elaboração do projeto, construção do referencial teórico, recolhimento de dados, análise dos resultados e elaboração das conclusões. Já a última posição é atribuída ao pesquisador que coordenou as diversas etapas do desenvolvimento da pesquisa, que em grande parte das vezes é representada pelo pesquisador mais titulado da equipe. Enquanto as posições intermediárias são habitualmente ocupadas por

pesquisadores que contribuíram de maneira parcial no processo da pesquisa (HILÁRIO; GRÁCIO; WOLFRAM, 2017).

Tais análises têm chamado atenção para as questões éticas da coautoria em publicações científicas. Um de seus efeitos é pensar a “hiperautoria” na Ciência. É chamada hiperautoria a necessidade de atribuir a autoria de uma pesquisa a muitos pesquisadores, situação que coloca em dúvida a credibilidade do estudo e a participação dos autores envolvidos. O principal questionamento se concentra na real medida que cada um dos autores subscritos contribuiu intelectualmente para a pesquisa que está sendo publicada. Hilário, Grácio e Wolfram (2017) afirmam ser necessário combater o que chamam de autoria promíscua, que é citar como autor um pesquisador que de fato não teve uma participação intelectualmente significativa.

Diante das circunstâncias expostas, Petroianu (2005) propõe critérios que buscam quantificar objetivamente o mérito dos colaboradores que trabalham em uma pesquisa. Os principais critérios que, segundo o autor, devem ser observados são: criação da ideia; estruturação da metodologia; redação do texto do relato de pesquisa, revisão da literatura e sugestões importantes incorporadas ao trabalho.

Monteiro et al., (2004) apontam outra modalidade de coautoria que chamam de participativa. Nessa modalidade, o colaborador integra a assinatura de uma publicação por emitir uma indicação de literatura ou orientação temática. Os autores criticam esse tipo de coautoria pelo fato de o pesquisador não ter participado ativamente das atividades de pesquisa. Trata-se de um tema delicado, pois, em muitos casos, a não inclusão pode acarretar um desconforto entre os colaboradores e provocar problemas no convívio social.

Há ainda a “coautoria convidada” que é a inclusão do nome de pessoas que efetivamente não tiveram participação na pesquisa. Nesse caso, a indicação é feita no intuito de agradar uma pessoa que está em uma posição hierarquicamente superior aos colaboradores, para se ter prestígio e reconhecimento na comunidade científica. Esse tipo de coautoria tem a tendência de beneficiar os pesquisadores com menos capital científico e social, pois os coloca em evidência ao estarem em parceria com pesquisadores que já possuem prestígio.

Quando os líderes de um grupo determinam a inclusão de seus nomes na autoria da pesquisa realizada por membros de sua equipe, fala-se em coautoria “pressionada”. Essa situação é mais comum em pesquisas e geralmente é vista como uma “tradição departamental” submersa na cultura daquele grupo. A não inclusão do nome dos líderes na publicação dos resultados de uma pesquisa é vista como uma questão crítica.

Uma última forma de coautoria que pode ser mencionada é a coautoria fantasma. Nesse caso, os nomes de colaboradores que tiveram participação ativa na pesquisa são omitidos na publicação dos resultados. Trata-se geralmente de alunos ou outros profissionais que, por não terem reconhecimento na comunidade científica, não têm seus nomes mencionados.

A coautoria também tem sido observada pelo âmbito da relação entre orientador e orientando, dado que o orientador é o principal mentor para guiar a construção de uma tese ou dissertação. Witter (2010) esclarece que durante o trabalho de orientação, podem surgir questões éticas relacionadas à autoria, sendo principalmente representadas por: reprodução parcial ou total do trabalho do orientando sem ser atribuído o devido crédito; falta de crédito ao orientando ou ao orientador a um trabalho oriundo dos resultados da tese ou da dissertação; inserção de outros autores pelo orientando ou pelo orientador que não tiveram contribuições efetivas ou significativas na construção da pesquisa e, por fim, submissão, pelo orientador, de uma publicação fruto de orientação de tese ou dissertação, constando como primeiro autor.

Vale destacar que a conduta antiética nem sempre parte do indivíduo considerado autor, mas pelo colaborador estar associado à obra por questão temática ou pela escassa cooperação na obra (HILÁRIO, GRÁCIO, GUIMARÃES, 2018).

Assim, cada área do conhecimento possui suas particularidades e formas de interação, mas se faz necessário compreender as maneiras com que os pesquisadores vão se integrando ao trabalho dos outros e os meios que estabelecem essa cooperação, ou seja, como esses laços vão sendo formados tanto no seio da sua instituição, como fora dela. Essa cooperação reflete nos índices de participação de autoria, como pode ser observado nas publicações, mas essa cooperação pode se estender para outras esferas, assim como para outro tipo de participação ou contribuição (CANCHUMANI; LETA, 2017).

Nesse sentido, Newman (2001) esclarece que a colaboração científica se desenvolve por meio de uma rede social, pois é uma coleção de atores (pessoas, grupos ou organizações) em que subconjuntos de conhecidos estão ligados por relações explícitas ou implícitas. Uma relação explícita geralmente refere-se à colaboração efetiva entre atores (por exemplo: coautoria, orientação acadêmica). Já uma relação implícita refere-se comumente à colaboração não documentada entre atores (por exemplo: participação em projeto de pesquisa, avaliação de trabalhos).

Assim, nem toda colaboração resulta em artigos e vice e versa. A negociação entre pesquisadores sobre quem vai assinar o artigo varia de acordo com a área de conhecimento e com o contexto histórico e social em que os colaboradores estão inseridos (LIMA, VELHO; FARIA, 2007).

Segundo Luukknen, Persson e Sivertsen (1992, apud VANZ; STUMPF, 2010, p. 46):

Nem todos os esforços colaborativos terminam em co-autoria, e nem todos os artigos escritos em co-autoria necessariamente implicam em colaboração íntima entre autores. Não obstante, nós assumimos que, em muitos casos, co-autoria [sic] indica a íntima cooperação entre os parceiros, mais íntima e mais ativa do que a troca de material, informação e comentários, que geralmente aparecem, por exemplo, nos agradecimentos.

Na perspectiva de Solla Price (1976), a colaboração científica ocorre no âmbito dos colégios invisíveis. Tal afirmação está pautada em estudos empíricos que demonstram que

os pesquisadores participam de congressos, conferências, reuniões de suas áreas de estudos, o que permite os intercâmbios institucionais. Nesse espaço, os pesquisadores trocam ideias, *preprints*, discutem projetos de pesquisa, o que permite a interação e a formação de um grupo que possui fundos para subsidiar pesquisa e laboratório. Assim, relações informais entre pesquisadores permitem a abertura de colaborações científicas.

Odelius e Ono (2019) chamam a atenção para as características que levam à colaboração científica entre grupos de pesquisa atuantes nas áreas das Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas. Os principais motivos estão relacionados ao atendimento de demandas de publicação, desenvolvimento, complementariedade e compartilhamento de conhecimento; compartilhamento de recursos; ampliação da pesquisa e complexidade do estudos; acesso geográfico; elaboração de projetos e obtenção de financiamento e desenvolvimento/incentivos; formação; obtenção de resultados/interesse na produção de conhecimento, afinidade em linhas de pesquisa e/ou pessoal; suprir lacunas de pessoal qualificado, partilhar vantagens.

Em relação às razões que fazem com que os pesquisadores escolham seus parceiros para atuar em colaboração, Odelius e Ono (2019) apontam: os contatos estabelecidos previamente com pessoas que compartilham interesses pessoais e/ou acadêmicos; e ou/ identificação de pesquisadores considerados referência na área do conhecimento. Há também a colaboração por meio da participação em bancas de defesas de projetos, dissertações e teses; convivência durante a realização do mestrado e/ou doutorado; relacionamento com o orientador ou com orientandos; contato em congresso e seminários; e ter desenvolvido conjuntamente projetos anteriores.

Atenta-se para a diversidade de espaços que envolvem a colaboração científica, assim como as condutas orientadoras dos pesquisadores, e esses apontamentos são importantes para se refletir acerca dos aspectos da dinâmica da produção científica, percebendo as relações estabelecidas num contexto histórico, social e político que perpassa a ciência.

Outro estudo métrico muito utilizado atualmente é a altmetria, que analisa a disseminação científica através de resultados de pesquisa no contexto da web social e seus recursos. De acordo com Priem et al. (2010), a altmetria, também conhecida como métrica alternativa, avalia as atividades de *bookmarking* e disseminação e as menções em portais de notícias, *blogs*, mídias sociais e gestores de referências, com o intuito de medir a disseminação e o compartilhamento de informações científicas por meios das ferramentas da web social

Araújo e Furnival (2016, p. p.74) explicam que a altmetria é uma nova forma de perceber o “uso” e a citação da informação científica, “[...] que antes da citação convencional em outra publicação científica, ganha visibilidade nestas menções, curtidas e compartilhamentos nas redes e mídias sociais”. Desse modo, essa métrica incide no

impacto que artigos científicos alcançam em plataformas como Facebook, Twitter, Google+, Research Gate e serviços de referência como Mendeley e CiteUlike, entre outros.

Cave (2012, p. 349-350) e Tanabaum (2013, p.5) explicam que a altmetria apresenta usualmente algumas categorias, e chamam a atenção para as mídias sociais, que de acordo com os autores podem levantar:

[...] atividades dos usuários de Facebook, Twwitter, Reddit, Google+ etc. Quantas curtidas no Facebook tem o artigo? Quantas vezes foi compartilhado no Linkeln e outras redes sociais? Quantos tweets gerou o artigo? Estas medidas podem contribuir ao senso de atualidade, imediação do artigo (ARAÚJO; FURNIVAL 2016, p. 75).

Os questionamentos propostos para análise enfatizam aspectos adjacentes e transitórios devido ao caráter dinâmico da circulação de dados dentro das mídias sociais. Todavia, outro aspecto da altmetria que pode ser destacado é o movimento mútuo quando comparado com outros estudos, pois normalmente possui comentários e assim pode-se apontar o tipo de apropriação e uso do item analisado.

O crescimento do interesse pelos estudos métricos sugere um crescimento no uso das redes sociais como canais de produção e circulação de informação científica. As redes sociais geram novas possibilidades para a comunicação da ciência, permitindo novas formas de disponibilizar o conteúdo e agilizando o processo de publicação. Dessa forma, a rede se torna mais próxima do público interessado que busca comprovação por indicadores.

O uso das redes sociais enseja uma nova leitura acerca dos papéis e funções dos pesquisadores, já que permite o debate científico e aproximação com o público leigo. No entanto, é preciso compreender o uso efetivo desses espaços pelos pesquisadores

Com efeito, desde as últimas décadas do século XX, os pesquisadores sentem o impacto da internet e da infraestrutura tecnológica no cotidiano. Nielsen (2012) acredita que daqui a alguns anos, os historiadores olharão para o passado e perceberão a existência de duas eras da ciência, uma antes e a outra depois do surgimento da rede. Isso porque a internet facilitou e agilizou o compartilhamento e o envio de informações, assim como a colaboração dos cientistas.

A influência da cultura digital sobre a forma de se divulgar a ciência deu origem ao conceito de Ciência Aberta ou *Open Science*. Trata-se de um modelo de prática científica que busca a disponibilização de informações científicas na web. Neste modelo, diferentemente do que é praticado nos laboratórios, há uma ampla participação de colaboradores, os materiais são compartilhados de forma aberta, abrindo mão de patentes. Dessa forma, as informações circulam sem custo para os usuários que têm acesso a todos os dados e resultados, tanto os positivos, quanto os negativos.

O movimento Ciência Aberta acarretou uma mudança de paradigmas na comunicação científica. Albagli, Clinio e Raychtock (2014, p. 435) afirmam que a Ciência Aberta:

Configura-se hoje num verdadeiro movimento de alcance internacional em favor da ciência aberta, a partir do suposto de que os modos atualmente dominantes de produção e de comunicação científica são inadequados, por estarem submetidos a mecanismos que criam obstáculos artificiais de várias ordens, especialmente legais e econômicos, à sua livre circulação, e, logo, a seu avanço e difusão.

O impulso para esse movimento ganhou forças principalmente pelos altos preços cobrados pelas editoras para dar acesso às publicações científicas, frequentemente financiadas com recursos públicos.

Ciência Aberta é um termo guarda-chuva que engloba outros movimentos que possuem o propósito de disponibilizar todos os processos de construção científica. Dentre esses movimentos, podem ser mencionados o código aberto; o acesso aberto; os dados abertos; a ciência cidadã; os cadernos abertos de laboratórios; os recursos educacionais abertos; e a revisão por pares aberta.

Em vista disso, diversas iniciativas têm surgido com o intuito de tornar a ciência mais acessível, como a criação do projeto Foster, em 2014. Esse projeto tem o intuito de criar mecanismos sustentáveis para que os pesquisadores da União Europeia adotem:

A condução da ciência de um modo que outros possam colaborar e contribuir, em que os dados de pesquisa, as notas de laboratório e outros processos científicos estejam livremente disponíveis, com termos que permitam reuso, redistribuição e reprodução da pesquisa (DELFANTI; PITRELLI, 2015, p. 60).

Outra iniciativa criada com a mesma finalidade foi a *Open Source Initiative* (OSI), em 1998. Em 2002, a declaração da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) também se tornou um marco para o movimento ao defender o acesso aberto às informações científicas e propor duas estratégias importantes: o autoarquivamento e os repositórios de acesso aberto, que definem a via verde (editoras permitem o autoarquivamento da produção científica realizada por pesquisadores em repositórios) e a via dourada (periódicos de acesso aberto com conteúdo gratuito para o usuário).

É inegável que, atualmente, pesquisadores, instituições acadêmicas, editoras, agências de fomento e instituições de pesquisa orientam suas ações pautadas no conceito de Ciência Aberta (CURTY et al., 2017). Essas ações orientam a produção científica desde o compartilhamento até o armazenamento de dados.

As práticas de pesquisa, entendidas como o ato de citar outros autores, uso de canais e fontes de informação, de interação com os pares e o uso de mecanismos que amparam as atividades científicas, situam o fazer científico. Essas ações são facilitadoras para mapear o trabalho de pesquisa, mas também envolvem a intencionalidade dos sujeitos, se tornando um campo fértil para os estudos de práticas informacionais. Ao compreender as razões que levam os pesquisadores a tomarem determinadas decisões em detrimento de

outras, pode-se revelar um quadro contextual sob as implicações que afetam a produção do conhecimento e a comunicação entre os pesquisadores, influenciando a busca, o uso e o compartilhamento das informações.

Dessa maneira, as práticas informacionais que perpassam as ações dos sujeitos ajudam a ilustrar a construção deles no ambiente histórico, político e social em que estão inseridos. A seguir, apresenta-se o contexto da pós-graduação, visto que é um dos principais *locus* de produção científica e por estabelecer mecanismos que normatizam o seu funcionamento, permeando as práticas informacionais dos pesquisadores.

## 2.5.A pós-graduação e seu funcionamento

A produção do conhecimento está associada, em sua maior parte, às universidades e aos programas de Pós-graduação *stricto sensu*<sup>12</sup> (OLIVEIRA, 2015). A expansão da Educação Superior no Brasil ocorreu no período do Regime Militar (1964-1985), que instituiu o sistema de Pós-Graduação para a formação do quadro de alto nível e a geração de conhecimento que se financia o desenvolvimento do país.

Adotou-se como política estratégica a criação e a implantação de universidades, principalmente das federais, associando-as entre ensino, pesquisa e extensão. Priorizou-se a criação de um quadro docente estável por meio da contratação de professores em regime de 40 horas, com Dedicção Exclusiva (DE). Além disso, destinou-se recursos da CAPES e do CNPq para a expansão da pós-graduação e da pesquisa. A partir desse contexto, a CAPES direcionou-se para o fomento e avaliação dos cursos/programas, enquanto o CNPq centrou-se suas ações na carreira dos pesquisadores e no financiamento à pesquisa.

Nesse sentido, a CAPES e o CNPq, criados em 1951, têm sido considerados instâncias reguladoras e modeladoras do desempenho e do comportamento da pós-graduação, pois são indutores de políticas, formas e mecanismos de avaliação e de gestão, que se associam com mecanismos de fomento. Curty (2009) e Bianchetti e Sguissardi (2009) explicam que a CAPES busca definir o caminho da pós-graduação e, ao mesmo tempo, forma recursos humanos para atuarem com os projetos e demandas do desenvolvimento do país. Assim, o modo de ser e agir das diferentes áreas de conhecimento é moldado pelas forças e estratégias adotadas, o que resulta em alterações no processo de formação, produção intelectual, definição de prazos, e das práticas e rotinas de gestão, avaliação, entre outros. Já o CNPq tem suas funções direcionadas para a ciência, tecnologia e inovação, de modo que define a macroagenda da pesquisa, avalia e incentiva as carreiras científicas mais produtivas.

---

<sup>12</sup> As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação.

Há diversas formas de pressão das agências de financiamento e de avaliação da pós-graduação. Dentre elas, está o incentivo financeiro ou redução dos recursos para bolsas de estudantes e docentes ou para manutenção e ampliação dos programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação. Os cortes orçamentários reduzem as bolsas existentes ou impedem a aquisição de novas bolsas, bem como os embates em torno dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)<sup>13</sup>, considerando que esses recursos são definidos a partir de áreas que a CAPES considera de maior ou menor prioridade (OLIVEIRA, 2015).

Assim, nas instituições públicas federais, esses recursos são fundamentais para a manutenção e o funcionamento dos cursos/programas. Outras fontes de recursos são limitadas para viabilizar as atividades acadêmicas, como bancas, realização ou participação de eventos científicos, aquisição de equipamentos, melhorias da infraestrutura entre outros.

Oliveira (2015) explica que para a incrementação da pós-graduação há um Sistema de Avaliação da Pós-graduação (SNPG), instituído pela CAPES, que acompanha, controla e estabelece critérios de qualidade para os programas nos níveis de mestrado e doutorado, perpetuando a continuidade. A CAPES se fortalece na comunidade científica ao organizar comissões por áreas do conhecimento, que desempenhem a função de avaliação e comissões consultivas. Na avaliação dos programas há uma atribuição de notas (conceitos) de 1 a 7 a partir da análise de determinados critérios, cuja nota 3 é a menor nota para que o programa inicie suas atividades ou que tenha continuidade.

Os quesitos de avaliação estão distribuídos em seis formas: 1) proposta do programa; 2) corpo docente; 3) corpo discente, teses e dissertações; 4) produção intelectual; 5) inserção social; e 6) diferenciais de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional.

Para avaliar o quesito produção intelectual, desde 1998, a CAPES passou a utilizar o sistema Qualis CAPES, que faz a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros e tem norteado o posicionamento dos sujeitos na produção científica. Outra maneira de orientação está nos regimentos que regulamentam o funcionamento de cada programa de pós-graduação. Com o intuito de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação, o conhecimento foi dividido em nove grandes áreas, das quais se distribuem em 48 áreas de avaliação da CAPES. Essas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam-se em áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades.

A área de Comunicação Social, que é o campo empírico desta pesquisa, está localizada na área 31 - Comunicação e Informação, que também abarca outras áreas como a Ciência da Informação (Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação e do

---

<sup>13</sup> Destina a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mantidos por instituições públicas brasileiras.

Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) e Museologia. De acordo com o documento da área 31- Comunicação e Informação (CAPES, 2019), o número de programas de pós-graduação em Comunicação passou de 39 em 2009 para 89 em 2018, um aumento significativo que representa 128,20%. Na avaliação quadrienal, os conceitos dos cursos que incluem mestrado, mestrado profissional e doutorado são Conceito 2 (1 programa); Conceito 3 (16 programas); Conceito 4 (21 programas); Conceito 5 (8 programas); Conceito 6 (3 programas) e Conceito 7 (1 programa).

Os conceitos são imprescindíveis para o funcionamento dos programas, pois permitem a continuidade do desenvolvimento das pesquisas, no âmbito do corpo docente e discente. Esses conceitos implicam em maiores investimentos nos programas, possibilitando melhorias na infraestrutura para o desenvolvimento das pesquisas, circulação da publicação científica em canais de maior prestígio, acesso a informação científica, como as participações em eventos, visita de pesquisadores entre outros.

Para tanto, os programas buscam estabelecer regimentos internos que orientam os integrantes a atingirem os conceitos, e estão alinhados à Portaria n. 81 da CAPES, que regulamenta exigências legais ao estabelecimento de regras para o processo de credenciamento e descredenciamento do corpo docente dos programas de pós-graduação. No caso do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da UFMG, a resolução número 02/2019, de dezembro de 2019 (UFMG, 2019), demarca requisitos que devem ser cumpridos pelos pesquisadores para se manterem ativos nos programas.

De modo geral, os docentes permanentes já credenciados devem apresentar produção intelectual alinhada à linha de pesquisa à qual pertencem, no mínimo, 12 produções nos últimos quatro anos. Podem ser artigos em periódicos científicos, organização de coletânea, capítulo de livro e livro (texto integral). Os artigos científicos devem ser publicados em periódicos classificados nos extratos superiores do Qualis CAPES. Já os livros ou capítulos de livros são avaliados de acordo com a editora, verificando sua inserção em circuito de distribuição nacional e internacional. Os pesquisadores devem apresentar regularmente, pelo menos uma vez ao ano, nos últimos quatro anos, trabalhos em eventos científicos, promovidos por associações científicas consolidadas.

Para isso, as entidades acadêmicas e científicas da área de Comunicação têm contribuído para alimentar a sistemática de funcionamento da pós-graduação, assim como para contribuir no desenvolvimento do campo da Ciência da Comunicação. Krohling e Gobbi (2016) lembra que as escolas e/ou faculdades de Comunicação são as grandes articuladoras e impulsionadoras do crescimento e da consolidação desta área de conhecimento. Elas possuem diferentes frentes de atuação, como congressos, seminários, fóruns, grupos de estudos temáticos, publicações etc. A presença dessas associações

científicas contribui uma interlocução mais representativa com a comunidade acadêmica nacional e internacional.

Krohling e Gobbi (2016) apresentam uma das mais importantes associações na área de Comunicação. Os autores consideram a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS) como associações científicas interdisciplinares. Associações acadêmicas que congregam subáreas da Comunicação e especialidades profissionais são integradas pela Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp); Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine); Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine); e Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade (ABP2). Em relação a associações acadêmicas de área específica e multidisciplinar do campo das Ciências da Comunicação, há a Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber); Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Rede Alcar); Rede de Estudo e Pesquisa em Folkcomunicação (Folkcom); União Latinoamericana de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc); Associação Nacional de Comunicação Política (Compolítica); Sociedade Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político (Politicom); e Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Educação (ABPEducom).

Os programas de pós-graduação também apoiam e ajudam integrar as Associações. Como referência do âmbito científico, a COMPÓS se situa como um dos principais eventos na área de Comunicação, que além das discussões e amostras dos trabalhos em desenvolvimento, ajuda a alcançar os requisitos de publicação para o funcionamento dos programas. Segundo os dados da Plataforma Sucupira<sup>14</sup> (2021), há no Brasil 50 programas de pós-graduação na área de Comunicação, dispostos entre mestrado e doutorado acadêmico, e também mestrado profissional.

Outro fator considerado para o funcionamento da pós-graduação se relaciona com a consistência nas atividades de orientação de iniciação científica, mestrado e/ou doutorado, deve-se respeitar o número mínimo de duas orientações no quadriênio anterior. Devem, ainda, manter vínculo com o ensino de graduação, por meio da oferta de disciplinas e orientações de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso. Também, deve ser desenvolvido regularmente projetos de extensão e/ou atividades de inserção social, tais como cursos de curta duração, palestras etc. Vale ressaltar que esses critérios variam de acordo com a forma de participação desses pesquisadores, ou seja, se serão considerados

---

<sup>14</sup> Ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência dos Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

docentes permanentes ou colaboradores, ou ainda, se estão em processo de credenciamento ou recredenciamento na pós-graduação.

Desse modo, os pesquisadores precisam garantir as condições mínimas para se manterem na pós-graduação, pois eles estão permeados por normas e regras que precisam ser atendidas. Isso acontece dentro de um campo, que especifica os espaços de atuação e funcionamento, e no caso da academia, fala-se do campo científico. Pierre Bourdieu (1983), foi um pensador a se debruçar sob essa questão e observou que os atores se posicionam de acordo com sua posição no campo, no qual a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições.

Bourdieu (1983) explica que o campo científico é sempre o lugar de uma luta entre agentes desigualmente dotados de capital específico, de modo que os dominantes ocupam as posições mais altas na estrutura desse capital, em oposição aos dominados, que são os novatos. Na luta que os opõem, os dominados e dominantes, há estratégias antagônicas profundamente opostas em sua lógica e princípio. Os interesses que os motivam e as ações dependem da posição dos agentes no campo, ou seja, do capital científico e do poder conferido sob o campo de produção e circulação científica, e sob os lucros que eles produzem.

Os dominantes consagram as estratégias de conservação, em busca de assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam. Essa ordem não se reduz apenas à ciência oficial, mas engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos introduzindo no *habitus* científico (domina as técnicas de pesquisa mais adequadas; valora corretamente os objetos de análise; distingue os temas e dados mais relevantes da pesquisa; possui capital relacional significativo de outros pesquisadores, entre outros), os novatos no campo.

Além das instâncias de consagração (academias, prêmios etc.), há ainda as revistas científicas que funcionam por meio de princípios dominantes, representados pela ciência oficial, mas exercendo uma censura sobre as produções heréticas (diferente ou contrário de um sistema). Isso leva os autores a pensarem os lugares de publicação em função das ideias que eles possuem de suas “normas”.

Bourdieu (1983) complementa que o campo designa a cada agente suas estratégias, segundo a posição que ele ocupa no campo. Por exemplo, os novatos podem se orientar para estratégias de sucessão mais seguras, assegurando caminhos que permitam uma carreira previsível, ou seja, tentando reproduzir as ações daqueles que já estão em posição de dominância no campo. E também podem se orientar para uma estratégia de subversão, que imputa maiores investimentos e riscos. Os novatos que rejeitam os caminhos pré-estabelecidos só poderão [...] “vencer os dominantes em seu próprio jogo se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema”. (BOURDIEU, 1983, p.18).

A pós-graduação ajuda a perpetuar as disputas dentro de um determinado campo científico, principalmente por ser um local de concorrência. Devido à necessidade de atender aos parâmetros de funcionamento da pós-graduação, de normas e regras, os pesquisadores precisam estabelecer práticas no seu cotidiano para continuarem produtivos. Assim, a pós-graduação é uma forma orientadora de nortear as práticas informacionais dos pesquisadores, que compõem um panorama sob a dinâmica da produção científica.

Ao selecionar os recursos informacionais, a literatura utilizada, canais de publicação, idioma de publicação das pesquisas, espaços de compartilhamento e armazenamento de informação, os pesquisadores não descrevem apenas suas ações, mas apontam para as motivações que os cercam. Por isso, a pós-graduação ganha um espaço importante de discussão, pois é um sistema viabilizador para a manutenção da função de pesquisador. Os sujeitos precisam estabelecer estratégias para a sua manutenção, independente de qual posição que ocupam dentro do campo científico.

Na próxima seção, apresenta-se a perspectiva das práticas informacionais e a adoção das teorias que embasaram o desenvolvimento desta pesquisa.

### **3 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS: PERSPECTIVA PARA OS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO**

Desde sua fundação, a Ciência da Informação passou por transformações em seus paradigmas, revelando novas formas de relacionar o usuário, a informação e métodos de análise. Com efeito, as discussões que se desenvolvem no âmbito dos estudos de usuários, inicialmente vinculadas a sistemas de bibliotecas, mais recentemente abriram seu leque para usuários nos mais diversos contextos. Esta seção busca explorar alguns aspectos relativos à evolução dos estudos de usuários para, posteriormente, evidenciar a perspectiva das práticas informacionais.

#### **3.1 Antecedentes históricos**

Para se entender a perspectiva das práticas informacionais, é preciso compreender a percepção em torno deste conceito, tendo como ponto de partida os estudos de usuários.

Historicamente, os estudos de usuários ocupam um espaço importante no âmbito da Ciência da Informação, com grandes contribuições pelas pesquisas empíricas e acumulação de conhecimento teórico (BAPTISTA, CUNHA, 2007; PINHEIRO, 1982). Os estudos de usuários tiveram dois grandes marcos.

O primeiro, em 1930, na Escola de Chicago, Estados Unidos. Esses estudos possuíam como objetivo principal, ou quase exclusivo, “focar no uso das fontes e sistemas de informação, isolando ou desconsiderando os aspectos humanos do uso da informação” (COSTA, 2016, p. 58).

Na escola de Chicago, os estudos de usuário se desenvolveram como instrumentos de administração de bibliotecas. Durante a década de 1940, essa escola passou a incorporar em suas análises a leitura e o uso das bibliotecas públicas, com o objetivo de aprimorar serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas que se restringiam às ciências exatas (FERREIRA, 1997).

A cidade de Chicago passava por um grande crescimento demográfico, principalmente devido ao recebimento de imigrantes. As bibliotecas realizavam pesquisas apenas com indicadores demográficos, sociais e humanos da população atendida. Tais estudos de avaliação eram direcionados aos produtos e serviços das bibliotecas e não propriamente aos usuários (ARAÚJO, 2010).

Nessa época, os estudos de usuários eram conhecidos como estudos de comunidade, sendo utilizados para apoiar a existência da biblioteca, mostrando sua função específica, a justificativa de sua criação e para motivar a sobrevivência e o crescimento da mesma. Ademais, esse tipo de estudo possuía um caráter fundamentalmente funcionalista (FIGUEIREDO, 1994).

Conforme afirma Araújo (2010, p. 7), os progressos neste tipo de estudo apontam que “[...] os estudos de usuários passaram a ser utilizados para se obter mais conhecimento sobre as fontes, os serviços e os sistemas de informação.”

O segundo grande marco dos estudos de usuários acontece em 1948, a partir de pesquisas apresentadas durante a Conferência da *Royal Society* de Londres. Tais pesquisas instigaram pesquisadores a desenvolverem estudos focados em verificar como cientistas e técnicos procediam para obter informação. De acordo com Dervin e Nilan (1986), o ponto principal dessa perspectiva de estudos de usuários era planejar e desenvolver os sistemas de informação de forma mais orientada à satisfação das necessidades de seus usuários, que ao sistema.

Nesse período, os grupos estudados eram, principalmente, os cientistas das áreas de exatas e os engenheiros, a fim de se entender seus hábitos de uso da informação (FERREIRA, 1994). Assim, os estudos de usuários eram desenvolvidos principalmente como suporte da comunicação e da produção científica.

Pinheiro (1982, p. 1) afirma que “os estudos sobre usuários da informação são importantes para que se conheça o fluxo da informação científica e técnica, sua demanda, a satisfação do usuário, os resultados ou efeitos da informação [...]”. Por conseguinte, os estudos de usuários de informação tornaram-se praticamente sinônimos de estudos de necessidade de informação dos cientistas. Em decorrência disso, pode-se notar que os estudos de bibliometria de análise de citação foram incluídos no campo de estudos de usuários (DIAS; PIRES, 2004). Assim, foi nesse momento que cientistas começaram a ser integrados como um dos públicos-alvo dos estudos de usuários.

Durante a década de 1950, os estudos de usuários se expandiram também às áreas de ciências aplicadas, e foram surgindo outros estudos dedicados a interesses de leitura, a fontes de informação e a serviços oferecidos pelas bibliotecas. Essa tendência permaneceu nas décadas de 1960 e 1970.

Nos anos que se seguiram aos dois marcos fundadores, os estudos de usuários consolidaram uma tradição de pesquisa, caracterizada pela ideia de produtividade, de uma aplicação “útil”, conforme afirma Araújo (2010). Em suma, inicialmente os estudos de usuários tiveram o enfoque no auxílio à integração dos imigrantes e, posteriormente, na avaliação dos produtos e serviços bibliotecários. E por fim, na otimização dos fluxos e na transmissão do conhecimento científico e tecnológico.

Essas fases iniciais dos estudos de usuários foram consolidadas como abordagem tradicional, marcadas pelo modelo positivista. Araújo (2010) pontua as principais características desses estudos. Entre elas estão a preocupação em estabelecer leis do comportamento do usuário da informação, válidas para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas, e a necessidade de “medir” o comportamento dos usuários. Grande parte dos estudos apresentados nessa época usava os questionários como técnica de coleta de

dados e buscavam quantificar hábitos de comportamento de busca e uso da informação, assim como a frequência de acesso e os graus de satisfação.

Com o passar dos anos, a abordagem tradicional passou a receber inúmeras críticas. As mais contundentes podem ser encontradas nos escritos de Dervin e Nilan (1986). Estes pesquisadores escreveram um artigo para o *Annual of Information Science and Technology* (ARIST) avaliando o uso e a necessidade de informação em mais de 300 artigos produzidos no período entre 1978 e 1986. Esse trabalho propunha uma reavaliação dos fundamentos do uso e necessidade de informação e indicava uma abordagem, a alternativa.

Na abordagem alternativa, o foco concentra-se em como as pessoas constroem sentido, buscam por dimensões universais da tomada de consciência ou de compreensão e, ainda, busca identificar o processo de uso da informação em situações específicas. A abordagem alternativa examina o sistema apenas do ponto de vista do usuário, questionando-se “como” (DERVIN; NILAN, 1986).

Dentre os autores que elaboraram os trabalhos mais relevantes na perspectiva da abordagem alternativa, podem ser citados Belkin (1980), Wilson (1981), Taylor (1984), Ellis (1987), Dervin (1998) e Kuhlthau (2004). Dervin e Nilan (1986) relatam que os pesquisadores compartilhavam uma essência na proposta de seus modelos. O usuário se depara com a ausência de determinado conhecimento, lacuna informacional ou “estado anômalo de conhecimento”, na expressão de Belkin (1984), e para prosseguir em sua linha de ação, se vê compelido a buscar informação em alguma fonte ou sistema.

Várias pesquisas buscaram, então, estabelecer os diferentes passos deste processo, ou as diferentes formas de se perceber a lacuna informacional, ou as relações entre tipos de percepção de lacuna informacional e as estratégias adotadas para a busca de informação a fim de suprir essa lacuna. Tais estudos ampliaram o universo empírico dos estudos de usuários, até então dominados por estudos sobre cientistas e engenheiros, englobando também estudos de comportamento informacional em ambientes educacionais, empresariais e de saúde.

A informação, nessa perspectiva, deixa de ser entendida como documento ou item informacional usado/acessado pelos usuários e passa a ser definida por sua relação com o conhecimento – ou melhor, com a ausência de conhecimento. A informação passa a ser entendida como algo capaz de alterar os estados cognitivos dos sujeitos, o que levou os pesquisadores, a partir daí, a dedicarem especial atenção à maneira como os indivíduos percebem seus estados de lacuna cognitiva e as estratégias utilizadas por eles na busca e no uso da informação de que necessitam (ARAÚJO, 2010).

Assim, os estudos de comportamento informacional, que têm como base os estudos cognitivos, foram se consolidando como um conceito-chave na literatura internacional na área de Ciência da Informação. Segundo Case (2012), os pesquisadores que descreveram o comportamento informacional, porém Tom Wilson (1981) representou de forma mais profunda o conceito, pois desenvolveu um dos modelos mais citados na literatura da área,

estimulando reflexões que levaram outros pesquisadores a proporem a perspectiva das práticas informacionais.

No início dos anos 1980, Tom Wilson publicou um texto intitulado *On user studies and information needs*, que evidenciou o papel das ações humanas em detrimento dos aspectos técnicos dos sistemas de informação a partir do conceito de comportamento informacional. Wilson (1981) apresentou um modelo cuja intencionalidade era contribuir para a fundamentação teórica dos estudos de comportamento informacional, como: a necessidade de informação, contexto do usuário e busca da informação. O autor explicou que os fatores socioculturais, políticos e físicos relacionados com o usuário são relevantes para o seu comportamento informacional, sendo a necessidade de informação uma motivação para o comportamento.

Nessa lógica, o estudo se propõe a analisar o comportamento do usuário ao entrar em contato com a informação sob o ponto de vista cognitivo, sendo o comportamento de busca do usuário uma ação intencional com a finalidade de resolver problemas. Assim, o sujeito apresenta um comportamento de busca de informação quando tem necessidade cognitiva, e por meio do uso da informação poderá alterar seus esquemas mentais e permitir o seu desenvolvimento (WILSON, 1981).

Para Wilson (1981), o comportamento informacional constitui:

[...] a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e aos canais de informação, incluindo tanto a busca passiva quanto ativa e o uso da informação. Assim, isso inclui a comunicação face a face como os outros, bem como a recepção passiva de informação, como, por exemplo, assistir comerciais de TV sem prestar atenção às informações veiculadas (WILSON, 2000, p. 49, tradução nossa).

O comportamento informacional (*Information Behavior*), entendido como campo mais abrangente, engloba outros subcampos, como o comportamento de busca de informação (*Information Seeking Behavior*), que tem o objetivo de investigar as maneiras como os sujeitos buscam por informação. E o comportamento de busca em sistemas de informação (*Information Search Behavior*), que está voltado para a investigação da interação entre usuário e os sistemas de computadores (WILSON, 1999).

O paradigma cognitivo influenciou de maneira significativa os estudos desenvolvidos na abordagem alternativa, que destaca os aspectos cognitivos, afetivos, físicos e contextuais do usuário. A partir da interrelação entre a Ciência da Informação e a Psicologia Cognitiva, as investigações buscam apreender o modo como as pessoas pensam, interpretam e percebem o mundo (NEVES, 2006).

No entanto, a abordagem alternativa também sofre críticas por desconsiderar outras dimensões ao estudar a relação do usuário com a informação, tais como a econômica, a política e a sociocultural, considerando predominantemente os aspectos cognitivos inerentes aos sujeitos.

Nesse cenário, na década de 1990, surgiram estudos com uma abordagem social. Vários movimentos teóricos se desenvolveram para apoiar e discutir essa abordagem, como na *International Conference on Conceptions of Library and Information Science e Information Seeking in Context*. Os estudos desenvolvidos durante esses dois eventos buscavam compreender o usuário considerando seu contexto histórico, político, econômico e sociocultural. Na busca por superar o modelo cognitivo, os pesquisadores da área de estudos de usuários passaram a atribuir maior importância ao contexto do usuário, reforçando a ideia de que as pesquisas devem considerar a influência da vida social, os precedentes históricos e efeitos da comunidade, organizações e culturas no comportamento informacional do sujeito (GONZÁLEZ TERUEL, 2005; ARAÚJO, 2010; GANDRA, SIRIHAL DUARTE, 2012).

Savolainen (2007) destaca que, embora o conceito comportamento informacional seja bastante estudado na área de Ciência da Informação, ele atende apenas a abordagem cognitiva, devido às teorias utilizadas que envolvem os aspectos cognitivos e emocionais dos usuários. Nessa perspectiva, o autor propõe outra opção de estudo, pautada nas ideias do construtivismo social, denominada de práticas informacionais, que tem como intuito apresentar os processos de busca e uso da informação como construções sociais, geradas na interação entre os membros de uma comunidade. A visão da perspectiva da prática informacional, que faz parte da abordagem sociocultural, possui um direcionamento diferente da abordagem cognitiva, pois a investigação se desloca do comportamento do usuário com suas motivações individuais para o estudo do contexto de cada grupo social, que influenciará as atividades relacionadas à informação dos membros da comunidade.

Dado o exposto, nos estudos de usuários há três abordagens aparentes, que direcionam o modo de analisar o usuário e que coincidem com os paradigmas da Ciência da Informação. Gandra e Shirial Duarte (2012) estabelecem um paralelo entre os paradigmas apontados por Capurro (2003), evidenciando os processos envolvidos em cada paradigma, relacionando-os com o olhar dos estudos de usuários na perspectiva da informação.

Para as autoras, o paradigma físico está focado para o sistema, envolvendo processos tecnológicos e possui um olhar para a organização e tratamento da informação. O paradigma cognitivo está focado no sujeito, envolvendo processos cognitivos e psicológicos, com uma perspectiva voltada para a informação como construção subjetiva na mente dos sujeitos. E por último, o paradigma social que está focado na coletividade, envolvendo os aspectos sociais e culturais, com um olhar voltado para a informação construída socialmente.

É importante ressaltar e compreender que não se busca apontar se uma abordagem seria melhor que outra. Cada abordagem vai analisar aspectos do comportamento informacional, do processo de busca ou uso da informação, respondendo determinados problemas de pesquisa, que ditarão se uma abordagem será mais favorável do que outra.

Em seguida, serão analisados alguns atributos da perspectiva das práticas informacionais, visto que não se tem uma visão unívoca e referencial teórico-metodológico específico. Assim, será delineada a perspectiva das práticas informacionais.

### 3.2. A perspectiva das Práticas Informacionais

Em 1995, Reijo Savolainen, da Universidade de Tampere, na Finlândia, apresentou a noção de práticas informacionais. O autor elaborou um modelo nomeado de *Everyday Life Information Seeking (ELIS)* que destaca a dimensão social da informação ao propor uma maneira de compreender as ações dos sujeitos na vida cotidiana. O modelo consiste em dois conceitos centrais, que são o modo de vida (*way of life*) e o domínio de vida (*mastery of life*).

Savolainen (1995) recorre ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1984) para destacar a dimensão da naturalização das práticas cotidianas incorporada pelos indivíduos por meio de normas e expectativas sociais. Conforme Bourdieu, o *habitus* é um sistema de pensamento social, culturalmente determinado.

No modelo, Savolainen (1995) explica que o conceito do modo de vida se refere à “ordem das coisas”, às escolhas que os indivíduos fazem na vida cotidiana. As “coisas” significam várias atividades que ocorrem na vida cotidiana, incluindo não apenas as relacionadas ao trabalho, mas também a outros tipos de tarefas, tais como cuidados domésticos e atividades voluntárias (*hobbies*). Já a “ordem” refere-se às preferências dadas a essas atividades, pois a ordem das coisas é determinada por bases objetivas e subjetivas.

Em relação ao domínio da vida, o autor explica que é uma predisposição cognitivo-psicológica para resolver problemas ao procurar informação, que pode ser percebida em quatro perfis: 1) *optimistic-cognitive* - aquele que possui confiança de que o problema será resolvido; 2) *pessimistic-cognitive* - há questões difíceis de serem resolvidas, mesmo que exista busca sistemática por informação; 3) *defensive-affective* - há otimismo na resolução de problemas, mas o sujeito recorrem a mecanismo que evite possíveis falhas; 4) *pessimistic-affective* - há uma visão pessimista sobre os problemas e uma tendência à acomodação, diminuindo o esforço em gerar um mudança.

Assim, Savolainen (1995) esclarece que o modo de vida e o domínio da vida (“manter as coisas em ordem”) são afetados por valores, concepções e o momento de vida do indivíduo, ressaltando a importância do capital material, social e cultural do indivíduo, pois fornece “equipamentos básicos” para buscar e usar a informação.

Apesar de o modelo ELIS não ser designado como resultante de um estudo de práticas informacionais propriamente dito, é um modelo pioneiro por destacar questões terminológicas e conceituais que não são abordadas pelos modelos de comportamento informacional. Desse modo, suas principais contribuições estão voltadas para a noção de vida cotidiana e para percepção dos fatores sociais, culturais, individuais e temporais que

influenciam na resolução de problemas pelos indivíduos e suas relações estabelecidas com a informação.

Com a necessidade crescente de novas propostas teórico-metodológicas, emerge a discussão acerca do conceito de práticas informacionais no final dos anos de 1990 e nas décadas dos anos 2000, nos trabalhos de Mckenzie (2003), Talja (2005) e do próprio Savolainen (2007), que aponta que essa perspectiva surge no intuito de encontrar outra alternativa para o conceito dominante de comportamento informacional e os contextos investigados. O autor considera o termo como um conceito guarda-chuva, que investiga os fenômenos relacionados à busca, ao uso e ao compartilhamento da informação.

De acordo com Talja (2005, p. 123) a característica marcante das práticas informacionais é que elas representam uma linha de pesquisa mais sociológica e contextual. Tuominen, Talja e Savolainen (2005, p. 328) pontuam que, a partir da perspectiva construcionista<sup>15</sup>, o conceito de práticas informacionais é preferível em vez conceito comportamento informacional, ao definir que os processos de busca e uso de informação são constituídos socialmente e dialogicamente, e não somente por ideias e motivos dos indivíduos. Todas as práticas humanas são sociais e elas se originam das interações entre os membros da comunidade. Dessa maneira, o conceito de práticas informacionais afasta o foco do comportamento, ações e motivos individuais.

Pamela Mckenzie está entre as pesquisadoras que contribuíram para os estudos iniciais de práticas informacionais. A pesquisadora cristalizou a ideia em um modelo que leva em conta os relatos de busca da informação na vida cotidiana, baseando-se nas descobertas da análise do discurso construcionista. Essa abordagem coloca ênfase nas práticas sociais, nas atividades concretas e situadas na interação entre as pessoas, reproduzidas no contexto social de rotina ao longo do tempo e do espaço. O foco está na prática, e não no comportamento, significando um deslocamento da análise cognitiva para a social, e isso constitui-se nos estudos de usuários orientados à busca de informação e seu contexto social (SAVOLAINEN, 2008).

Para McKenzie (2003), o termo "práticas informacionais" é preferido em relação à "busca de informação" ou "comportamento de informação", a fim de abranger toda a gama de atividades presentes. Curiosamente, o modelo da autora incorpora atividades como "busca ativa" que também são referidas nos modelos de comportamento de informação. No entanto, as formas como essas atividades são abordadas, em particular, as que se referem

---

<sup>15</sup> O construcionismo social enfatiza o discurso como um veículo no qual o eu e o mundo são articulados (GERGEN, 1999). Como uma metáfora explicitamente baseada na linguagem, o construcionismo não opera com conceitos como espaço cognitivo, funções cognitivas, modelos mentais ou estruturas de conhecimento, mas em processos linguísticos. Essas conceituações são baseadas na distinção entre mente e linguagem, sobre a dicotomia sujeito-objeto que caracteriza o pensamento moderno. O construcionismo vê a linguagem como constitutiva para a construção dos "eus" e a formação dos significados. Assim, o construcionismo trata de discursos, articulações e vocabulários, e substitui o conceito de cognição por conversas (TALJA; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005).

aos fatores contextuais que afetam a busca de informação e o uso variam consideravelmente.

A autora investigou as necessidades de informação e as práticas informacionais de mulheres canadenses grávidas de gêmeos, abarcando as fontes de informação usadas por essas mulheres. Um modelo bidimensional foi proposto, composto por quatro modos de busca: busca ativa; varredura ativa; monitoramento não dirigido; e procuração, modos dos quais estão conectados por fases: conexão e interação.

Mckenzie (2003) considera a busca ativa como o modo direcionado das práticas informacionais, pois as perguntas são planejadas e as pesquisas são realizadas em fontes previamente conhecidas como, por exemplo, ligar para o médico para eventuais dúvidas da gestação. A varredura ativa envolve a busca em locais prováveis onde a informação pode ser encontrada, por exemplo, a participação de discussões em grupo de pré-natal ou a escuta ativa de uma conversa. No monitoramento não direcionado, há um encontro acidental com uma fonte provável, mesmo que o sujeito não esteja à procura, ideia que a autora caracterizou como *serendipity*. A autora cita como exemplo momento em que o sujeito está lendo o jornal e se depara com uma informação relevante. E por último, por procuração, ou seja, a informação é obtida por meio de terceiro, por exemplo, quando uma pessoa próxima à mulher grávida compra um livro e torna-se informado sobre um assunto e o transmite para essa mulher. Ressalta-se que as características físicas das pessoas em determinados contextos podem ser indicadores para uma fonte de informação e interfere nas práticas informacionais. No caso das mulheres grávidas, a barriga pode despertar a atenção das pessoas acerca de alguma questão em torno da gravidez (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017; BARBOSA, 2017).

Conjuntamente, a autora apresenta ao modelo duas fases no processo de informação, que são a conexão (quando o sujeito estabelece contato com a fonte de informação) e a interação (depois da conexão, há uma identificação e estabelecimento efetivo do contato). Ressalta-se que os modos de busca propostos não são sequenciais, visto que ocorrem de acordo com a situação de busca por informação, porém as fases de conexão e interação são interdependentes. A fase de conexão revela as práticas dos participantes, o processo de identificar fontes potenciais e estabelecer contato com elas e, também, as barreiras que restringem esse processo. Já a fase de interação aponta as estratégias utilizadas para enfrentar as barreiras, formulando questões de pesquisa ou insistindo na busca.

Yeoman (2010) propôs uma versão estendida para o modelo de Mckenzie (2003) ao estudar as práticas informacionais de mulheres inglesas em fase de menopausa. A autora, ao aplicar o modelo, percebeu que ele categorizava o processo de busca da informação, mas notou a ausência de dimensões que analisassem o uso e o compartilhamento de informação. Isso porque a pesquisadora observou que as mulheres se tornavam uma importante fonte de informação para as demais, na medida em que buscavam informação.

Outra questão central para a alteração do modelo: foi observado que nem todas as barreiras informacionais podem ser superadas com sucesso, visto que a medicina não tem resposta para todos os problemas.

Desse modo, os modelos possuem como ponto de partida os estudos relacionados à busca de informação no cotidiano; as situações são diversas e há semelhanças e diferenças significativas. A semelhança se relaciona em ambos os grupos de mulheres que estão vivendo situações únicas, ou seja, a primeira gravidez de gêmeos e a menopausa. No entanto, essas situações se diferem do ponto de vista cultural (menopausa é associada ao envelhecimento, enquanto a gravidez é associada à fertilidade); temporal (a gravidez dura menos tempo que a menopausa e é notada pela barriga da mulher); situacional (grande parte das mulheres passa pela menopausa, mas não pela gravidez de gêmeos) (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017).

As pesquisas de Mckenzie (2003) e Yeoman (2010) ampliaram a perspectiva de estudos e contribuíram para a perspectiva das práticas informacionais, revelando a busca de informação na vida cotidiana das pessoas e considerando os diversos contextos e fontes de informação, se diferenciando dos estudos de comportamento informacional. Assim, observa-se que os estudos estão direcionados para as ações dos sujeitos, mas ainda é necessário estabelecer um diálogo mais profundo que leve em consideração as ações de buscar, usar e compartilhar com o contexto social, cultural, histórico e político, pois os sujeitos estão imersos na sociedade.

Inúmeros estudos e pesquisadores têm se associado para a disseminação do conceito de práticas informacionais nos estudos da Ciência da Informação. Rocha, Gandra e Rocha (2017) apresentaram três grupos que, àquela época, desenvolviam pesquisas nesse contexto, principalmente por seus líderes serem precursores na introdução do conceito no campo. Atualmente, esses grupos se mantêm com outras lideranças. Os dois primeiros grupos são europeus e o terceiro é brasileiro:

O primeiro grupo *Research Group on Information and Media Practices* (RIME) da *University of Tampere*, na Finlândia, é liderado por Tuomas Harviainen. O segundo grupo *Information Practices*, da *University of Borås*, na Suécia, é liderado por Jutta Haider e por Ola Pilerot. E o terceiro grupo *Estudos em Práticas Informacionais e Cultura* (EPIC), da Universidade Federal de Minas Gerais, é liderado por Carlos Alberto Ávila Araújo.

No Brasil, Marteleto (1995) foi a primeira pesquisadora a buscar compreensão das práticas informacionais. Para a autora, o conceito nuclear está localizado na cultura e na informação como conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza. A cultura desempenha um papel de memória, transmitida pelas gerações, que conserva e reproduz os artefatos simbólicos e materiais que sustentam a sociedade. Assim, os padrões culturais (religiosos, filosóficos, estéticos, científicos ou ideológicos) organizam os processos sociais e psicológicos, que são permeados por informação, que padroniza, julga e manipula o mundo. A cultura tem um funcionamento sócio histórico que permite a produção e a

reprodução dos artefatos culturais e institui a sociedade, diante da adesão, apoio, consenso, legitimação e crenças. Enquanto isso, o objeto informação é constituído de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais que regem o funcionamento da sociedade e a dinâmica cultural.

Assim, para Marteleto (1995, p. 4), a produção e a reprodução dos artefatos culturais se realizam pelo modo informacional, e na sociedade toda prática social é uma prática de informação, ou seja, “mecanismos mediante dos quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização”. Dessa maneira, Pinto e Araújo (2012, p. 223), a partir de Marteleto (1995), entendem que “os estudos das práticas informacionais consideram os significados atribuídos pelos sujeitos durante as ações de buscar, usar e disseminar informações nos espaços constituídos e concretos de realização de tais práticas”.

Cox (2012) corrobora com Marteleto (1995) na medida em que prefere adotar o termo informação na prática social em vez de prática informacional. O autor percebe que as atividades de informação estão emaranhadas por meio de todas as práticas sociais, escapando da visão da informação orientada para o objetivo de busca. Assim, precisa-se compreender primeiro, dentro de qualquer prática, o que os atores sociais veem como informação, e diante disso, como eles encontram, usam, criam e compartilham informação.

Percebe-se que a prática social é um ponto de partida para compreender as práticas informacionais, pois as práticas sociais são construídas, e a informação perpetua a permanência dessas práticas sociais, que possuem uma construção histórico-social. Assim, para entender as práticas informacionais dos sujeitos, necessita-se compreender as práticas que perpetuam dentro do campo dos quais estes participam e como os indivíduos atribuem significados e se relacionam com a informação. Assim, em última análise, o discurso sobre a prática da informação acentua a continuidade e a habitualização das atividades afetadas e moldadas pelos fatores sociais e culturais (COX, 2012).

A seguir, será apresentada a contribuição dos teóricos da prática para os estudos de práticas informacionais dos sujeitos.

### **3.3 Delineando a teoria praxiológica nas práticas informacionais**

O campo da teoria prática possui domínios abrangentes e disciplinas como a Filosofia (SCHATZKI, 2002), a Sociologia (GIDDENS, 1989; BOURDIEU, 1990), a teoria cultural (FOUCAULT, 1980), os estudos de ciência e tecnologia (KNORR CETINA, 1997; ROUSE, 2006), os estudos organizacionais (NICOLINI, 2012), e a educação e aprendizagem (LAVE; WENGER, 1991).

Segundo Smith (2016), não existe uma teoria da prática unívoca, isto é, as teorias da prática são tão abundantes quanto os teóricos que as propõem. Os teóricos acreditam que as práticas são a unidade básica da análise do social. Na abordagem prática, o “básico

domínio do estudo das ciências sociais não é nem a experiência do ator individual, nem a existência de qualquer forma de totalidade societária, mas práticas sociais ordenadas pelo espaço e pelo tempo" (GIDDENS, 1989, p. 2).

Triviño (2006, p. 122) destaca que a prática social é compreendida como o "[...] mundo material social elaborado e organizado pelos seres humanos no desenvolvimento de sua existência como ser racional", que por sua vez está em constante movimento perpetuante de organização e reorganização. Assim, o ser humano realiza uma atividade prática, objetiva que está além de sua consciência e que tende à transformação da sociedade. Esse processo de mudanças ocorre por meio da ação dos indivíduos localizados em classes sociais que estão em constante conflito.

Bourdieu (2002) propõe a praxiologia como uma forma de conhecer o mundo social, uma alternativa para superar a abordagem fenomenológica (conhecimento subjetivista, que se restringe em captar a experiência e a percepção imediata do mundo social) e estruturalista (investiga o peso das estruturas sociais sobre as experiências subjetivas).

Na abordagem praxiológica, a ação é inerente às relações sociais e de condições objetivas de existência, ou seja, o agente não age de forma completamente autônoma (fenomenologia) e sequer, de forma automática (estruturalismo) como executor da estrutura. O agente age por meio da mediação entre a posição em que se encontra situada no espaço social e as disposições internalizadas em seu corpo. Isto é, o agente age por meio das estratégias que são desenvolvidas a partir das disposições incorporadas em seu corpo no decorrer do processo histórico (BOURDIEU, 2002).

Para o entendimento dessa abordagem praxiológica, alguns conceitos são centrais, como o *habitus*, os campos e capitais. Com o *habitus*, Bourdieu busca romper com a lógica mecânica da reprodução, compreendendo o *habitus* como um princípio gerador das práticas e como princípio de invenção, produzido e gestacionado na história.

Thiry-Cherques (2006) explica que o *habitus* representa um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência. Além disso, é adquirido pela interação social, ao mesmo tempo em que é classificador e organizador desta interação, ou seja, é condicionante e condicionador das ações dos sujeitos. Dessa maneira, o *habitus* constitui a maneira que os sujeitos percebem, julgam e valorizam o mundo e conformam o modo de agir, corporal e materialmente.

O agente não nasce com o *habitus*, mas o adquire, sendo a socialização central para esse processo, seja a socialização primária (por meio da família) ou secundária (por meio da escola etc.). Assim, a aprendizagem das relações entre os sujeitos permite incorporar (impregnar a cultura no corpo) valores, normas, crenças do mundo externo (MONTEIRO, 2018). "É mediante este processo que o *habitus* funda condutas regulares, que permitem prever práticas – as "coisas que se fazem" e as "coisas que não se fazem" em determinado campo (BOURDIEU, 1987, p.95).

O *habitus* evoca o conceito de campo, pois é no campo que os agentes agem no mundo social, é tanto um campo de forças, em que a estrutura constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam de acordo com sua posição, conservando ou transformando a sua estrutura (MONTEIRO, 2018).

O campo possui regras próprias e objetivas, que é um dos seus aspectos, um microcosmo estruturado, espaço de força e lutas. O campo possui uma autonomia relativa, no entanto, as forças que encontram no macrocosmo (espaço social) também são interferentes. Os agentes operam de acordo com as disposições internalizadas, a partir da posição e da trajetória, isto porque o campo é o espaço de prática. Assim, as estruturas objetivas do campo são incorporadas no corpo e mente dos agentes, permitindo que esses atuem de acordo com os esquemas materializados em seus corpos, correspondendo a um *habitus*, de modo que o campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo (MONTEIRO, 2018).

Para Bourdieu, os capitais são os bens que se disputam, os quais não se resumem a um tipo específico. A sociedade contemporânea se estrutura em dois capitais principais: capital econômico e capital cultural. O primeiro constitui o patrimônio material, como terras, automóveis, equipamentos, salário, investimento etc., enquanto o segundo designa os recursos de qualificação intelectual, produzidos pelo sistema escolar e familiar, mensurado por indicadores de acesso a bens culturais (MONTEIRO, 2018).

O capital econômico e cultural são centrais para entender o campo, principalmente porque fundamentam a circulação do capital simbólico, que é reconhecido por todos os agentes de um determinado campo. Devido à acumulação de capital pelos agentes de um campo, ocorrerá uma hegemonia dentro do mesmo, levando a uma relação de dominação entre os demais agentes. Assim, o campo estará em constante movimento e a luta pelo capital simbólico envolverá todos os agentes (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu (1996, p. 149) define capital simbólico como:

qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categoriais de percepção, os princípios de visão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado.

É um capital percebido e concretizado pela visão e pelo discurso do indivíduo, ou seja, apreendido pela honra e reconhecimento (MONTEIRO, 2018). Desse modo, Bourdieu (1990) reconhece que o comportamento humano não está totalmente determinado por estruturas externas objetivas, além do controle do indivíduo, mas as estruturas sociais e culturais possuem influência nas percepções e práticas subjetivas.

Os capitais são mobilizados dentro do campo, que é reconhecido por Bourdieu (2001) como um campo de força, em que os agentes estão em constante luta, atuando

conforme suas posições, conservando ou transformando a estrutura. Assim, os campos não são estruturas fixas, mas produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam.

A noção de campo também serve de base para se analisar a estrutura do campo científico. Para Bourdieu (1983), o campo científico é um universo que abrange pesquisadores, alunos, financiadores, instituições de pesquisa públicas e privadas, a universidade, o conjunto de normas em ciência e tecnologia, governo e outros atores que, tradicionalmente, participam do processo de produção científica. Os agentes e as instituições atuam de acordo com as regras e interesses do universo em que estão inseridos, de modo que as práticas científicas não são neutras ou desinteressadas.

Por exemplo, o interesse por um objeto de pesquisa pode não estar relacionado somente com aquilo que o cientista considera importante, mas também com o que tem maior chance de reconhecimento pelos pares.

Pelo fato de que todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), o que chamamos comumente de "interesse" por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) tem sempre uma dupla face (BOURDIEU, 1983, p. 124).

Desse modo, o campo científico encontra-se permeado por vários interesses que resultam na disputa pelo capital científico, que ajuda a entender as práticas dos sujeitos nesse campo. Para Bourdieu (2004), o capital científico é uma forma de capital simbólico, pois está pautado em atos de conhecimento e reconhecimento, ou na atribuição de créditos pelos pares (número de menções, premiações, tradução etc.). Como explica Jorge e Albagli (2017), o capital científico é um conceito que está ligado à acumulação de competências e de autoridade científica, isto é, a capacidade de falar e de agir legitimamente. A sua acumulação vai depender da quantidade de trabalho realizado, da qualidade das pesquisas, da posição ocupada no campo e também do capital simbólico de que dispõe o agente.

Há duas espécies de capital científico que possuem leis de acumulação. A primeira é o capital científico "puro", que se constitui pelas contribuições científicas, por meio das invenções e descobertas, materializado pelas publicações. Esse capital atribui o prestígio pessoal, por meio do reconhecimento das competências científicas pelos pares. E segundo, pelo capital científico institucionalizado, que se adquire por estratégias políticas (BOURDIEU, 2004). Essa espécie de capital está ligada à ocupação de posições e cargos dentro das instituições científicas, direção de laboratórios, departamentos, comitês entre outros, e interfere nos meios de produção e reprodução de poder.

Para o autor, o capital científico puro e o capital científico institucionalizado têm em comum um "[...] processo lento de acumulação e estão envolvidos em formas invariantes de luta pelo monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social" (BOURDIEU, 1983, p. 127). Já a autoridade científica se

constitui pela “capacidade técnica e poder social; ou ainda o monopólio da competência científica [...] a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado”. (BOURDIEU, 1983, p. 127).

O monopólio da dominação científica é responsável por conceder a natureza da descoberta, como forma de legitimar a autoridade científica. Assim, a avaliação por pares, a competência técnica, os modos de pesquisa, a circulação e a difusão das ideias por meio dos canais de informações certificados pelas comunidades científicas, como os periódicos são importantes. Como explica Bourdieu (2004), a avaliação por pares tem a função de arbitragem pra garantir as regras de funcionamento do jogo do interesse científico. Os avaliadores reconhecem na escrita científica uma linguagem específica ao cientista por meio da competência técnica.

As contribuições de Bourdieu para as práticas informacionais decorrem da sua concepção teórico-metodológica para se analisar as ações dos sujeitos de se informarem, produzirem e disseminarem informações, imersas em uma dialética entre o *habitus* e a situação vivida. Além disso, propicia a noção de campo, delineando as características desses sujeitos. Pinto e Araújo (2012, p. 225) explicam que isso acontece dentro de um campo social, que pode ser representado por diversos setores, como o científico, sendo que o sujeito ocupa uma determinada posição e utiliza seu capital específico, para realizar suas práticas informacionais. Desse modo, as ações de produção, busca, apropriação e compartilhamento de informações precisam ser compreendidas “[...] a partir das posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social que determinam o *quantum* de capital informacional esses sujeitos dispõem para suas ações cotidianas”.

Considerando que os sujeitos estão imersos em condutas para a produção, uso e compartilhamento de informação, que são práticas sociais, é possível investigar a relação desses sujeitos como produtores e consumidores de informação. Logo, compreender os significados atribuídos pelos sujeitos em um determinado contexto, não só ajuda entender a sua performance, mas também, as relações históricas, sociais, culturais, políticas que os permeiam. Assim, Bourdieu apresenta sua concepção que visa à explicação do funcionamento e das interações na sociedade.

Smith (2017) chama atenção para se desenvolver uma visão das práticas com uma lente interpretativa. Essa visão é importante para analisar as situações em termo das atividades de atores, ferramentas que usam e como interagem (listando e enumerando as ações das pessoas). Para a autora, a teoria da prática compreende sete pressupostos básicos sobre a vida social. Dentre eles estão: a) baseia-se totalmente em ação e atividade; b) a atividade humana é temporal, sempre existente no tempo; c) a atividade humana existe no espaço e está sempre situada; d) as atividades humanas são contínuas e recorrentes; e) as atividades humanas são necessariamente incorporadas e a mediação desempenha um

papel fundamental nas ações humanas; f) acima de tudo, os seres humanos existem sempre no plano social.

Esses pressupostos ajudam a examinar empiricamente a vida social e as práticas dos sujeitos, ao destacar elementos de análise como a atividade e a ação; o contexto e a situacionalidade; e a socialização para os estudos de informação.

A **atividade e a ação** têm sido colocadas como essenciais para a teoria da prática, pois conforme postula Bourdieu (1992, p.52), para conhecer o mundo, o agente precisa situar-se dentro da “[...] ‘atividade real enquanto tal’, isto é, na relação prática com o mundo, na presença ativa, com suas urgências e das coisas a serem feitas e ditas, que governam as palavras e atos que não se desdobram como um espetáculo”. Assim, a ação e a atividade possibilitam que os sujeitos se mantenham em movimento, permitindo perceber as relações estabelecidas com a vida cotidiana em diálogo com o mundo.

Para Silva, Gões e Pinto (2007), dentre as abordagens interdisciplinares das ciências humanas, a Teoria da Atividade tem ajudado na compreensão dos conceitos fundamentais da atividade e ação e que, dentre os principais estudos, está o do psicólogo soviético Aleksei Nikolaevich Leontiev (1903-1979).

Segundo Bendassolli (2012), a atividade tem um objeto que a define, que pode ser físico ou imaterial. Nesse caso, a atividade vista como sistema objeto-orientado é reconhecer sua dimensão prática, que busca afastar da tradição idealista, segundo a qual o desenvolvimento cognitivo é independente dos vínculos materiais e intersubjetivos estabelecidos entre os sujeitos e destes com o mundo.

Desse modo, a atividade relaciona-se com o campo da motivação e são operáveis por meio das ações estabelecidas pelos sujeitos. As ações são consideradas unidades básicas da atividade e articulam-se em função de um sistema auto-organizado e autorregulado que se inaugura na aceitação ou formulação, por parte do sujeito, de um objetivo a ser alcançado. Assim, as ações são conscientes e visam à consecução de objetivos intermediários dentro da estrutura da atividade. Sendo conscientes, as ações dependem de planejamento, sequenciamento e decisão. Elas dependem do desenvolvimento de uma fase de orientação na qual o sujeito cria planos e modelos que auxiliam como recursos para a ação. Quando as ações se tornam automáticas ou inconscientes, elas passam a ser chamadas de operações, sendo direcionadas pelas condições e ferramentas de ações disponíveis. (BENDASSOLLI, 2012).

Leontiev (1981) exemplifica o funcionamento do sistema de atividade por meio da caça coletiva do homem primitivo. A atividade surge na motivação de encontrar comida para satisfazer a fome dos homens, sendo que a atividade de caça realizada pelos homens primitivos seria formada por diferentes ações. Dentre as ações, pode-se apontar a produção dos instrumentos usados na caçada, a produção do fogo usado para assar a carne, a ação do caçador de matar a caça e a ação do batedor. No entanto, cada ação é constituída por operações, que representam os meios pelos quais essas ações são realizadas.

A ação individual de cada um dos participantes da caça só adquire sentido dentro do conjunto da atividade social, assim para Leontiev (1981), as atividades humanas estão intrinsecamente relacionadas com práticas estabelecidas historicamente e coletivamente na sociedade, mesmo quando são realizadas de modo individual.

Na década de 1990, o finlandês Yrjo Engeström ampliou o conceito de atividade. Ele destaca que as atividades humanas também são mediadas pelo uso de instrumentos e ferramentas culturalmente estabelecidos, que determinam formas de dividir o trabalho, normas e os idiomas. Vale ressaltar que as ferramentas passam a ser compreendidas como artefatos para a realização das atividades (ENGESTRÖN, 1999).

Para o autor, os artefatos são construídos pelos homens e servem para mediar relações entre os próprios seres humanos. Assim, “[...] um sistema de atividade nunca é estático, seus componentes estabelecem entre si relações de desenvolvimento contínuo, caracterizadas pelo acúmulo de experiências, mudanças e transformações, ocasionadas por rupturas e descontinuidades.” (SILVA; GÕES; PINTO; 2007, p. 4). A evolução da atividade ocorre por meio de várias formas de interação dialética entre os organismos e o meio ambiente.

Como se pode observar, os sujeitos estão cercados de atividades e ações no seu cotidiano, independente do objetivo os orienta. Conforme postula Buckland (1991), o processo de tornar-se informado é uma rede de ações e atividades. Qualquer lista de mecanismos, pelos quais o sujeito pode vir a 'conhecer', demonstra a natureza da informação baseada na atividade: pesquisar, usar, compartilhar, navegar, monitorar, visualizar, ouvir, assistir, ver, etc.

O primeiro princípio do uso da palavra "informação" é descrever a ação de informar, de contar ou de ser informado. É importante perceber quais os significados dados pelos sujeitos ao realizar essas ações e atividades, pois não é só uma maneira que os mesmos operam no seu cotidiano, mas ajuda a entender a estrutura social que envolve os sujeitos e como interagem.

No contexto da produção do conhecimento, onde os pesquisadores estão cercados de atividades mediadas pelas ações de escrever, ler, orientar, pesquisar, discutir, entre outras, entender os significados dados ajuda a entender as implicações que perpassam por eles. Por exemplo, os pesquisadores, ao participarem de eventos científicos que se caracterizam como atividade, partem de uma ideia previamente construída da sua contribuição e interesse na vida acadêmica, porém ao questioná-los pode revelar outras situações que emergem do ambiente.

Claramente, o pesquisador não está como um sujeito externo à ciência, isto é, que só recebe instruções para atuar. Existem diretrizes que normalizam o funcionamento da ciência, porém o interesse que se coloca é o de compreender como os sujeitos dialogam e percebem o contexto de produção.

Logo, a **situcionalidade e o contexto** aparecem como outro pressuposto. Para Schatzki (1996, p. 115), as práticas existem no tempo e no espaço e na sua ocorrência consideram-se os significados atribuídos. Por exemplo, uma cama tem significado quando se entende ser um lugar para dormir, ou uma parada de ônibus quando se entende ser um local para pegar um ônibus.

O trabalho de Elfreda Chatman (1991; 1999) está bastante pautado na pesquisa de informações em situação e contexto. A “teoria do mundo pequeno” para explicar o compartilhamento de informações, como observa Savolainen (2008, p. 204-205), apresenta muitas características da abordagem prática, particularmente sua teoria do comportamento da informação normativa. “[...] Chatman fornece um caso convincente sobre as formas como os fatores sociais e culturais, como as normas, determinam a busca diária de informações, uso e compartilhamento no contexto específico do ‘mundo pequeno’”.

As pesquisas de Chatman (1991) dos universos dos zeladores, mulheres no cárcere (CHATMAN, 1999) e mulheres em casas de repouso (CHATMAN, 1992) foram inovadoras, não só porque aplicavam teorias de outras disciplinas para a pesquisa de informações ou por estudar populações desfavorecidas e marginalizadas, mas também por apresentar situações que proporcionaram uma riqueza de dados sobre suas atividades de informação.

Deve-se destacar que Smith (2017) não estabelece uma distinção entre situação e contexto nos estudos de usuário, colocando-os dentro de um mesmo grau de significação. No entanto, pode-se destacar algumas diferenças, talvez a mais clássica repousa sobre a metáfora do caminhante, que em determinado momento se depara com uma situação de parada, ou seja, uma lacuna representada por uma necessidade de informação (DERVIN; NILAN, 1986). A partir de então, o indivíduo desenvolve estratégias para ultrapassar esse obstáculo, que são representadas pelo comportamento de busca de informação. Quando a estratégia utilizada pelo indivíduo sana sua necessidade, esse então “constrói uma ponte” que ultrapassa sua lacuna e segue sua caminhada (DUARTE, 2013).

À vista disso, a situação como elemento de análise aparece como um problema, que é um mecanismo que ativa as ações de busca por informação, sendo que a partir dela os indivíduos se engajam no processo de busca que resulta no encontro e uso da informação (ARAÚJO, 2016).

Outro modo de ver a situação está vinculado a uma espécie de acontecimento que pode desencadear a necessidade de informação em três maneiras: (1) situação da ação, (2) desempenho da tarefa e (3) diálogo. Rocha, Duarte e Paula (20017) explicam que a “situação da ação” define a necessidade informacional que emerge a partir de uma situação e pode variar de acordo com os fatores temporais, especiais e situacionais. Já o “desempenho da tarefa” é o conceito atribuído a uma necessidade informacional que surge a partir de uma tarefa a ser realizada ou de um problema a ser resolvido, sendo que o sucesso da busca da informação é determinante para a conclusão da tarefa. E o diálogo consiste nas comunicações escritas e verbais entre os sujeitos, sendo que a necessidade

informacional é construída simultaneamente por meio da negociação discursiva. Muitas vezes, a situação é tratada como sinônimo de contexto, compreendida como as circunstâncias em que as necessidades de informação surgem (TALJA; NICE, 2015). Em relação ao contexto, Dervin (1997, p.14) já declarava que “[...] não há um termo mais usando, menos definido e, quando definido, o é de formas tão diversas como contexto”.

Courtright (2007), por meio de uma extensa revisão de literatura, chegou a cinco diferentes abordagens dos modos de entender o contexto. Primeiro, o contexto como “contêiner” é visto como o conjunto de elementos observáveis em torno da vida do sujeito, geralmente utilizado como um cenário que influencia as atividades de informação. Em seguida, o contexto é visto como significado construído, a partir do ponto de vista do sujeito. As atividades de informação são descritas diante das variáveis e influência contextual como as necessidades fisiológicas, afetivas e cognitivas dos sujeitos desempenhando diferentes funções (trabalho e lazer) e ambientes (socioculturais, político-econômico e físico).

A terceira abordagem, contexto socialmente construído, é uma crítica à anterior, pois o autor argumenta que os sujeitos são seres sociais que constroem informação por meio da interação social e não apenas numa perspectiva cognitiva. Assim, o contexto é entendido como uma construção social e não precedido ao sujeito. A quarta abordagem, contexto relacional, leva em consideração os fatores institucionais e tecnológicos, e a incorporação das atividades de informação em um contexto mais amplo. Dessa maneira, Courtright (2007) expõe que o contexto não pode ser separado de seus participantes, mas deve ser entendido como entidades que interagem com outros fatores sociais, culturais, situacionais e individuais que motivam a busca de informação em várias formas.

E por último, o contexto dinâmico, que está baseado na atividade humana em conjunto com as mudanças do contexto social. É uma contraposição ao contexto visto como contêiner ou pano de fundo, ou seja, o contexto dinâmico é visto como uma construção em que os atores e o contexto estão se moldando reciprocamente.

Pode-se dizer que as definições de contexto que se relacionam com a perspectiva das práticas informacionais são aquelas que envolvem a interação entre os sujeitos na sociedade, permeada por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, assim como fatores institucionais e tecnológicos.

E por último, a **socialização** que também é um pressuposto importante para entender as práticas informacionais. As atividades de informação são parte das práticas sociais, que são internalizadas pela socialização. Assim, perceber o processo de socialização dos sujeitos ajuda a compreender como e por que os sujeitos atuam de uma determinada maneira no mundo.

A socialização é o processo pelo qual o sujeito assimila as regras básicas do seu modo de vida (SCHATZKI, 1996). O processo de socialização consiste em os sujeitos adotarem um papel ativo desde a infância, que envolve a interpretação das mensagens e ação sobre o mundo. Esse processo pode se desenvolver em etapas e, por ter caráter

social, não se desvincula da estrutura biológica que estabelece a vida. Nos primeiros meses de vida, os sujeitos estão intensamente conectados com as funções biológicas vitais. Gradualmente ocorre uma abertura nesse meio, que vai sendo estimulada pela capacidade de manipular objetos, caminhar e se comunicar, abrindo espaço para estímulos simbólicos.

Nesse processo, duas etapas da socialização se consolidaram, a primária e a secundária. Para Berger e Luckmann (1998), a primeira constitui a introdução do indivíduo no mundo social, mediada por “outros significativos” (normalmente gerados pela família), que configura uma identificação ao modo subjetivo como o sujeito interpreta o mundo (dependendo do meio social e da idiosincrasia biográfica). Esse processo envolve emoções e se orienta pelo desenvolvimento da linguagem, sendo a experiência (objetiva e subjetiva) incorporada como “a” realidade. E se finaliza quando o “outro significado” “substituído” pela figura do “outro generalizado” (a sociedade), possibilita ao indivíduo envolver-se de forma autônoma em interações com o desconhecido.

Já a socialização secundária é um processo mais racional, voluntário e circunscrito de interiorização de “submundos institucionais”, principalmente no âmbito da divisão do trabalho, que tende a ocorrer dentro de instituições especializadas, tais como escola, exército e organizações profissionais. Segundo os autores, “a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.” (ABRANTES, 2009, p.124).

Assim, o processo de socialização envolve o sujeito (com suas experiências, posicionamentos, saberes, estruturas emocionais, capacidades cognitivas); suas interações, comunicações e atividades no meio social em que vive (relações familiares, escolares, interações com outras pessoas, meios de comunicação de massa, religião entre outras), assim como as distinções sociais que podem se manifestar em todas essas relações (sua origem racial, sua identificação de gênero sua estratificação social).

Esse processo envolve vários aspectos multidimensionais objetivos e subjetivos, pois envolve o processo de desenvolvimento da identidade e da comunicação e a interação com o outro (GRIGOROWITSCHS, 2008). Por isso, Simmel (2006, p. 58) afirma que a socialização é interação, e logo se compreende que as formas de interação são as formas de socialização.

Desse modo, a socialização é um processo permanente e nunca concluído, que implica em esforços contínuos de atualização. A interação propicia processos de (re)socialização que não se reduzem a características biográficas e socialização primária. Além disso, a mudança social acelerada em certos períodos provoca o processo de (re)socialização abrupto, pois transforma as práticas dos sujeitos, linguagens, ideologias e estruturas sociais (ABRANTES, 2011).

Os integrantes das comunidades científicas também passam por um processo de socialização desde a sua iniciação, pois ao longo dos anos eles absorvem o modo de funcionamento, as regras e os valores que perpassam a produção do conhecimento

científico e o funcionamento do sistema científico. Desse modo, apresentar o campo discursivo dos pesquisadores ajuda a revelar as práticas informacionais e assim fazer emergir as experiências dos sujeitos nesse mundo social.

Conforme expõe Elias (1992), inicialmente os sujeitos incorporam práticas simples, que ao longo do tempo, ao se repetir, criam disposições com maior protagonismo e se integram em práticas mais complexas tornando os sujeitos um exemplo para os recém-chegados na comunidade. Por exemplo, o envolvimento intenso e regular dos sujeitos em práticas desportivas permite uma modulação do corpo e do espírito, não apenas na incorporação das regras, mas também na produção criativa (mais sofisticada) de utilizar a regra a seu favor, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e (re)negociação das próprias regras, de modo que as práticas dos sujeitos geram mudanças nas estruturas sociais.

Transpondo essa interpretação para a comunidade científica, ao longo da carreira científica, os pesquisadores vão aprendendo a utilizar melhores fontes, recursos, canais de informação e estratégias que auxiliam melhor o desenvolvimento do seu trabalho, porém essas escolhas nem sempre ocorrem por uma transmissão e observação simples originada pelos seus pares, mas de necessidades múltiplas como interesse pessoal, prestígio, mudanças no sistema científico, dentre outros. Assim, emerge o modo de funcionamento que os pesquisadores atuam, sendo a socialização um ponto de partida para interpretar a dialética existente entre os sujeitos e o mundo social.

Esta não é, de modo algum, uma lista exaustiva de todos os conceitos encontrados em todas as teorias de prática. No entanto, essas três características condensam elementos centrais que servem de base para a perspectiva da prática. Os elementos - ação e atividade, situacionalidade e contexto e socialização- estabelecem um quadro de pesquisa usado para analisar as práticas informacionais dos sujeitos estudados nesta tese.

Compostos por um grupo de pesquisadores da área de Comunicação Social que possui vinculação de ensino, pesquisa e extensão atendendo a graduação e pós-graduação, o foco desta tese se direcionou às atividades de produção de conhecimento no contexto da pós-graduação. O ambiente da pós-graduação exige um alto grau de participação em atividades de pesquisa, o que impõe e estimula os pesquisadores a se envolverem em diversos ambientes de busca, uso e compartilhamento de informação. Deve-se levar em conta o contexto sócio-político em que esses pesquisadores se encontram, como as atuais políticas de fomento para a produção científica que norteiam a forma como produzem suas pesquisas. Parte-se do pressuposto de que essas questões inferem no modo dos pesquisadores estabelecerem o seu trabalho, e diante disso, também cria condições para que os mesmos desenvolvam outras soluções para superar as circunstâncias atuais. Assim, procura-se delinear a maneira por meio da qual os pesquisadores estão interagindo com seus pares e os artefatos, entendendo a relação estabelecida com o ambiente sociocultural da comunidade científica.

Diante do exposto, entende-se por ação e atividade, os caminhos estabelecidos pelos pesquisadores como forma de busca, uso e compartilhamento de informação ao produzir suas publicações científicas. Isso implica em recursos informacionais adotados por ele, que subsidiam a ideia de uma pesquisa até a sua disseminação e que não estão necessariamente ligados aos modos formais de comunicação científica. O processo de comunicação não se finaliza quando os resultados de uma pesquisa são disponibilizados em canais tradicionalmente formais. Com o advento das TICs, foram criados novos espaços para a circulação e discussão de informação científica, de modo que a comunicação apresenta-se de forma cíclica, se retroalimentando dentro desses espaços. Portanto, cabe refletir acerca dos espaços que os pesquisadores têm utilizado para fomentar suas pesquisas e a incitação para tais escolhas.

A situação vivenciada e o contexto, visto como o cenário político e institucional, delineiam as práticas informacionais desses sujeitos, que também atribuem significados particulares a partir de suas referências. Para tanto, a socialização dos pesquisadores na comunidade científica é um fator que situa o modo como eles incorporam e recorrem a recursos que dão acesso à informação, evidenciando a lógica da elaboração do produto científico. Ademais, os pesquisadores estabelecem contatos com diversos recursos informacionais, seja por meio de canais formais ou informais, que são meios utilizados tanto para busca, uso e compartilhamento de informação, de modo que funcionam como mediadores.

Diante da construção teórica deste capítulo, buscou-se compreender a perspectiva das práticas informacionais por meio das atividades que permeiam a busca, o uso e o compartilhamento de informações, a partir das ações dos sujeitos, as quais se inter-relacionam com o contexto sociocultural, criando novos significados.

A seguir, será apresentado o percurso metodológico utilizado nesta pesquisa.

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada possui caráter qualitativo e busca compreender os significados das ações apresentadas pelos sujeitos envolvidos. A pesquisa se enquadra em um estudo de caso (YIN, 2001), pois existem diferentes variáveis que perpassam o processo de produção dos pesquisadores, de acordo com a área em que estão inseridos. A escolha por um único grupo estudado (pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social) ocorreu por permitir uma interseção que abrangesse diferentes dimensões como desenvolvimento de pesquisa, canais de comunicação, publicação entre outros.

Para Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. O autor enfatiza ser a estratégia preferida quando é preciso responder à questão do tipo “como” e “por que” o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quanto o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real.

Optou-se pela entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Arksey e Knight (1999, p. 32) consideram a entrevista “[...] uma forma poderosa de ajudar as pessoas a explicar as coisas que até então estiveram implícitas – formular suas percepções, seus sentimentos e seus entendimentos tácitos”. Além disso, essa técnica possibilita uma interlocução direta entre entrevistador e entrevistado, permitindo novos questionamentos que não estavam previstos no roteiro da entrevista, o que torna este instrumento essencial pela sua flexibilidade. Baptista e Cunha (2007) também ressaltam as vantagens do uso da entrevista semiestruturada, um dos instrumentos mais utilizados nos Estudos de Usuários da Informação.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi composto com 18 questões, como pode ser observado no Apêndice C, para compreender as ações e os significados atribuídos pelos pesquisadores na sua rotina de trabalho por meio de suas falas. As questões foram elaboradas a partir das temáticas apresentadas no referencial teórico. As entrevistas foram gravadas e transcritas, formando o corpus de análise da presente pesquisa.

Por meio da identificação das dimensões individuais dos sujeitos ao produzirem conhecimento, acredita-se que ofereça suporte para compreender as dimensões sociais/coletivas levantadas, nas quais se situa a intencionalidade das práticas informacionais.

Em sequência, o procedimento selecionado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo que é um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.42).

A análise de dados tem o objetivo de fazer emergir aspectos a partir de inferências sobre indicadores qualitativos ou não, que são responsáveis por “fazer falar” o que compõem a mensagem contida no documento analisado e, assim, expor o contexto no qual a mensagem foi produzida. Esse método foi importante para a pesquisa, pois permitiu organizar o quadro de análise, que buscou apreender as manifestações em torno das ações, contexto, situacionalidade e socialização dos participantes.

Entre as técnicas que compõem o escopo do método da Análise de Conteúdo, optou-se pela Análise Categral. A partir dos temas principais abordados na pesquisa, foram estabelecidas categorias que orientaram o estabelecimento das perguntas do roteiro de entrevista e o processo de compreensão das respostas dos entrevistados.

Para a execução da análise de conteúdo, Bardin (2011) descreve algumas etapas necessárias: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A primeira etapa é composta pela organização dos dados e corresponde a um período de intuição. “[...] geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, p. 95, 2011).

O material pertinente é denominado de corpus, que é definido por Bardin (2011, p. 96) como “[...] o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleção e regras”. Assim, o corpus dessa investigação é formado pelos relatos extraídos das entrevistas.

A segunda etapa, a exploração do material selecionado, se constitui pelas operações de codificação, baseadas em regras preestabelecidas utilizadas para se chegar à terceira etapa, que é a inferência e a interpretação. Desse modo, os indicadores precisam de unidades de codificação, que possibilitam organizar o material em unidades significativas e classificáveis. Esse delineamento é útil para os objetivos do investigador, à medida que fornece significados. Considerando esses princípios, os dados dessa pesquisa foram coletados a partir da categorização utilizada para organizar o material e o conteúdo das mensagens, utilizando o tema como unidade de registro.

A terceira etapa da análise de conteúdo é composta pela realização de inferências, que são deduções lógicas, relevantes para a análise e destacadas como sendo o principal propósito da análise de conteúdo. Bardin (2011, p. 40) pontua que a intenção da análise de conteúdo é “[...] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” ou seja, “[...] o interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a << outras coisas >>” (BARDIN, 2011, p. 40). Se a descrição (enumeração das

características do texto, resumidas após o tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2011).

A inferência auxilia a esclarecer as causas e consequências da mensagem que, no caso da técnica aplicada para a coleta de dados, a entrevista, a inferência é usada na apreensão dos motivos (causas) e características determinantes das mensagens emitidas pelo sujeito, o que auxilia na compreensão das práticas informacionais dos pesquisadores.

#### **4.1 Universo e amostra da pesquisa**

O universo da pesquisa é constituído pelos docentes do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG inaugurou suas atividades em 1995, com a criação do curso de Mestrado, tendo iniciado o curso de Doutorado no ano de 2003. (UFMG, 2019). O programa possui nota seis na avaliação feita pela CAPES em 2019 e conta com 19 docentes no corpo permanente e cinco docentes colaboradores, conforme os dados disponíveis no site da pós-graduação<sup>16</sup>.

O programa se estrutura em torno de uma área de concentração, Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, que busca demarcar a dimensão relacional da comunicação por uma perspectiva interacional, voltando-se para seus componentes materiais, simbólicos e sociais. Há três linhas de pesquisa de onde se originaram 209 dissertações e 105 teses defendidas. No Quadro 1, é apresentada a síntese das linhas de pesquisas e sua descrição.

---

<sup>16</sup> Os dados foram atualizados em 2020, quando o programa de Pós-graduação em Comunicação Social possuiu a contar com 31 docentes permanentes e sete colaboradores.

Quadro 1: Linhas de Pesquisa

Linha de Pesquisa	Descrição da Linha de Pesquisa
<b>Pragmáticas da Imagem</b>	Aborda os procedimentos de criação, os modos de expressão e as formas de fruição das imagens, tendo em vista a especificidade dos dispositivos, discursos e performances que as produzem, assim como sua hibridação. A linha abriga a reflexão sobre a produção imagética, atentando-se para seus aspectos documentais, ficcionais ou plásticos. Levando-se em conta a dimensão pragmática que é intrínseca e co-extensiva à dimensão expressiva das imagens, procura-se compreender as mediações pelas quais elas instauram experiências subjetivas, políticas e estéticas.
<b>Processos Comunicativos e Práticas Sociais</b>	Investiga processos comunicativos que, sob o prisma da reflexividade, configuram as relações sociais, particularmente no âmbito da cultura e da política. Esta perspectiva incentiva a investigação do contexto sócio-histórico dessas práticas, da constituição de sociabilidades bem como das dinâmicas de poder a elas relacionadas. Os projetos nela abrigados propõem-se a analisar as formas interativas, as interlocuções, as ações dos sujeitos, os usos e as apropriações de distintos meios e estratégias comunicacionais, seja na vida cotidiana, seja no âmbito da vida pública.
<b>Textualidades Midiáticas</b>	Investiga as interconexões entre fenômenos da comunicação e suas textualidades, objetivando apreender os textos como processos de mediação temporal e espacialmente situados. As noções de dispositivo, experiência e semiose são referências para apreender as redes heterogêneas que entrelaçam as variadas dinâmicas comunicacionais e midiáticas. As reflexões se voltam para as dimensões sígnicas, discursivas, narrativas, materiais, informacionais e sociotécnicas que permeiam historicamente as textualidades investigadas nesta linha de pesquisa.

Fonte: PPGCOM, 2019

A partir da descrição das linhas de pesquisas e o interesse que se direciona para os múltiplos enfoques de estudos, notou-se que alguns tipos de materiais informacionais parecem mais relevantes em relação a outros para os entrevistados como, por exemplo, os catálogos de eventos. Assim, os resultados encontrados podem sofrer variações conforme a linhas de pesquisa à qual o entrevistado está vinculado.

Inicialmente, entrou-se em contato com a coordenadora do PPGCOM/UFMG solicitando a autorização para a realização da pesquisa, já que envolvia a menção do nome

do programa. Com a anuência (Apêndice A) da coordenação do curso, se iniciou a delimitação da amostra dos entrevistados a partir do contato estabelecido com todos os pesquisadores por correio eletrônico, com a apresentação da pesquisa por meio de uma Carta-Convite.

Ressalta-se que, nos encontros agendados, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG, ficando uma cópia em poder do entrevistado e a outra da presente pesquisadora. Entre os 15 pesquisadores que responderam à Carta-Convite, dois desistiram, o que resultou na realização de 13 entrevistas, entre os meses de abril a junho de 2019.

A duração das entrevistas foi bastante diversificada, com variação de tempo de 45 minutos a três horas. Após a realização das entrevistas, todos os áudios foram transcritos pela entrevistadora. A análise de dados ocorreu a partir da leitura e releitura dos documentos gerados pelas entrevistas e, assim, os fenômenos foram descritos buscando responder aos objetivos da pesquisa.

Embora os pesquisadores pertençam ao mesmo programa de pós-graduação, encontraram-se variáveis interessantes em relação à sua inserção na academia. Há pesquisadores que integram o quadro do programa desde seu início e outros que são recém-chegados, o que gera alguns contrastes nas respostas apresentadas por eles. No Quadro 2 foram resumidos os tempos de inserção dos entrevistados no PPGCOM/UFMG.

Quadro 2: Apresentação dos pesquisadores

<b>Pesquisador</b>	<b>Tempo aproximado de Instituição</b>	<b>Tempo aproximado de integração na Pós-graduação</b>
<b>Entrevistado 1</b>	10 anos	10 anos
<b>Entrevistado 2</b>	14 anos	4 anos
<b>Entrevistado 3</b>	3 anos	1 anos
<b>Entrevistado 4</b>	10 anos	9 anos
<b>Entrevistado 5</b>	19 anos	11 anos
<b>Entrevistado 6</b>	24 anos	22 anos
<b>Entrevistado 7</b>	23 anos	11 anos
<b>Entrevistado 8</b>	10 anos	9 anos
<b>Entrevistado 9</b>	8 anos	7 anos
<b>Entrevistado 10</b>	30 anos	10 anos
<b>Entrevistado 11</b>	8 anos	6 anos
<b>Entrevistado 12</b>	2 anos	1 ano
<b>Entrevistado 13</b>	2 anos	1 ano

Fonte: Plataforma Lattes, 2019.

Entre os entrevistados, somente um tem formação em Língua Portuguesa, os demais são oriundos do curso de Comunicação Social. Salienta-se que houve a preocupação em se manter o sigilo das identidades dos entrevistados devido às questões éticas, visto que se garantiu a segurança de seus dados no início da entrevista. Foram-nos relatadas algumas situações sensíveis e, para garantia do anonimato, optou-se em identificar os informantes por Entrevistado 1, 2, 3...13. Além disso, optou-se por substituir os nomes de outras pessoas que foram mencionadas por [nome].

## 5 ENTENDENDO AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS PESQUISADORES

Apresenta-se a análise dos dados a partir da extração do discurso de trechos dos entrevistados analisados com o aporte teórico-metodológico apresentado. A discussão se divide em um eixo central, que buscou delinear o processo de construção da produção científica e as implicações da organização da pós-graduação. Foram estabelecidos subeixos de análise para entender os significados atribuídos pelos pesquisadores que estão relacionados com os recursos informacionais; escolha de autores a serem lidos e citados; escolha de canais para publicação; decisões quanto à autoria, ao idioma, aos eventos científicos, usos de redes sociais, armazenamento e compartilhamento de dados; e os efeitos da pós-graduação na produção científica. A seguir, apresentam-se os relatos dos entrevistados e as análises dos dados.

### 5.1 Delineando o caminho da pesquisa dos pesquisadores

A comunicação científica exerce uma função importante para a produção do conhecimento. Para Mueller (2000), o conhecimento, para ser científico, precisa ser confiável, testável, possuir rigor metodológico para que os resultados obtidos sejam avaliados e divulgados para os pares. A exposição dos resultados para a comunidade científica acarreta confiança e, por esse motivo, os pesquisadores dependem do sistema de comunicação que compreende os canais formais e informais utilizados por eles para compartilharem seus resultados e se informarem de outras pesquisas.

Assim, a construção de artigo científico ou qualquer outra modalidade de meio de comunicação passa por diversas fases do processo de trabalho do pesquisador, desde a origem da ideia, passando pelo uso efetivo dos recursos de informação que subsidiam a pesquisa, a interação com os pares, até a efetivação da publicação. Entende-se que esse processo está distribuído ao longo das categorias apresentadas no decorrer da análise dos dados. No entanto, nessa categoria inicial, o objetivo foi captar o processo de geração da ideia e a relação de construção com os pares. Os relatos dos entrevistados apontam para motivações de origem afetiva e social, conforme se pode observar:

ENTREVISTADO 5: Por exemplo, tem um artigo que foi produzido a partir do momento em que eu estava assistindo RuPaul's Drag Race. Eu revi a temporada por conta de um trabalho de um orientando de doutorado e nessa temporada ocorre uma fala que me desperta para a ideia de um artigo. Que era: como os gays atuais estão desconectados da história da vivência gay e pensam que tudo foi inaugurado ontem quando eles começaram a existir, e muitas vezes desconsiderando essa trajetória. Dai surgiu uma ideia de escrever a cena LGBT no Brasil de 1970 como algo que abriu caminho para as possibilidades para esse grupo que existe hoje. Gloria Groover, Pablo Vitar e todo esse conjunto que surge mais

visivelmente pela tecnologia, mas efetivamente você tem um rol de cultura anterior que sustenta isso. Então essa foi uma das histórias, mas veja bem, eu estava lá assistindo, sou afetado por algo que aparece e isso dá um start para uma ideia e virou artigo.

ENTREVISTADO 11: O que motiva e impulsiona a ideia de um artigo vem muito das coisas que estão acontecendo no mundo. Então pensando, no último artigo que vai ser apresentado agora em junho, na Compós, que eu escrevi em parceria com uma professora de outra universidade que foi sobre a construção da imagem pública de [políticos]. Então a gente foi olhando pela performance dele e como vem atuando na cena pública, desde que ele despontou no cenário da [operação de investigação policial] e das ações questionáveis pra um grupo e elogiáveis para outro. Então a gente olhando para esse cenário, a gente tenta pensar a construção dessa imagem, as disputas envolvidas nessa imagem em desenvolvimento.

ENTREVISTADO 5: Eu estava me arrumando no carnaval de 2015 e eu li no jornal a notícia de um pai que assassinou um garoto de 8 anos por espancamento, que era filho dele, porque tinha desconfiança que o menino era gay. Então aquela criança morreu numa idade onde você não tem sexualidade definida, foi apenas uma suposição do pai. Naquele momento eu fui absolutamente tocado pela ideia da potencialidade da homofobia, de entender que mesmo quando o dado não era presente e declarado, a homofobia foi capaz de intervir sobre aquele corpo ao ponto do pai tirar a vida do filho por espancamento. Eu fui no carnaval naquele dia e eu não consegui ficar no lugar porque essa história não parava de bater na minha cabeça. E eu voltei para casa e tinha que fazer alguma coisa em relação a isso. Desde então, eu pesquiso crime de ódio contra a população LGBT. Você age a partir de condições de afetação, então minhas pesquisas estão ligadas ao LGBT, a questão do respeito aos direitos e eu peguei um ponto específico que é o crime de ódio.

ENTREVISTADO 9: Bom, eu pesquiso redes de homossexuais. Então, toda descoberta pequena me gera muita vontade de publicar, porque tem muita pouca coisa e eu sou uma mulher lésbica. O fato de não haver produção científica ou de haver muita pouca produção a respeito disso me toca muito diretamente e tem muito a ver com a minha vida. Então publicar nesse contexto é algo muito estimulante para mim academicamente, porque tem pouca coisa, mas também pessoalmente porque o fato de ter pouca coisa me afeta. É muito difícil, para mim, fazer pesquisas sem engajamento.

Conforme explica Gomes (2000), a pesquisa é uma atividade que possui uma dimensão social que move os pesquisadores para a resolução de problemas presentes na sociedade. De acordo com Catão (2011), os problemas sociais existem quando a coletividade sofre com o cotidiano devido à desigualdade social e outras injustiças vivenciadas. Eles são produtos de um sistema social, econômico, político e cultural e, por serem assim, não possuem apenas características e condições ligadas às instituições sociais vigentes ou oriundas dos seres humanos e da cultura.

Catão (2011) alerta que se trata de fenômenos sociais configurados no jogo dessas relações, na intersubjetividade da vivência no cotidiano, levando em conta as instituições e seus sistemas de produção e organização, assim como os indivíduos com suas funções psicológicas voluntárias, que medeiam a sua relação com o mundo. Em termos operacionais, a caracterização do problema social pode ser percebida pela análise da situação atual e da situação desejada, entre o que existe e o que deveria existir, entre o que foi alcançado e o que deveria ser alcançado.

Nos relatos dos entrevistados 5 e 9, se percebe a exposição de um problema social, a homofobia, que é a rejeição ou aversão à homossexualidade. As situações narradas e vivenciadas pelos entrevistados geram a indignação com esse fato, atuando como um estímulo para se questionar esse cenário presente na sociedade brasileira. Assim como o entrevistado 4 mostra a importância do papel desempenhado pelo movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) na busca pela equidade de direitos.

Porém, o impulso também passa por uma questão afetiva, ou seja, a ideia de um manuscrito não surge apenas pelas mazelas sociais, mas, também, pela proximidade dos pesquisadores com os grupos estudados, como esclareceu a entrevistada 9. De acordo com Codo e Gazzotti (1999, p. 48) a afetividade “[...] é um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado, de alegria ou de tristeza”. Assim, os pesquisadores, ao perceberem uma situação que os comove, são impulsionados a elaborar reflexões e trazer isso ao público.

Além disso, fatores políticos, econômicos e culturais também impulsionam o surgimento de uma ideia. Conforme o entrevistado 11 indicou, considerar acontecimentos que reconfiguram um cenário político, trazendo questões sobre a construção de uma imagem que repercute nas crenças políticas adotadas pelos sujeitos na sociedade.

Para Bourdieu (2001), não há escolhas científicas realizadas pelos pesquisadores (campo de pesquisa, métodos empregados, lugar de publicação entre outros), que não estejam orientadas por estratégias políticas de investimento para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. Porém, também há uma identificação com o objeto de estudo que envolve aspectos sociais, afetivos e políticos e que não estão diretamente ligados à obtenção de reconhecimento, apesar de poderem perpassar por essa questão.

Com o desencadeamento das ideias, o pesquisador pode estabelecer um processo de interlocução com os pares (outros pesquisadores/orientandos) ou permanecer sozinho nesse processo. Assim, observa-se a maneira como os entrevistados estruturam as ideias e realizam essa distribuição de tarefas. Em relação à estruturação das ideias, os entrevistados relataram as seguintes estratégias:

ENTREVISTADO 9: São maneiras muito distintas de produzir. Quando eu estou escrevendo sozinha, eu gosto de partir de uma ideia, de pensar na metodologia em função daquele objeto, começar a fazer a pesquisa em si, por meio dos dados e deixar o texto nascer dali. Eu gosto pouco de falar: isso vai aqui, isso vai ali. Eu gosto mais de começar escrever que me flui mais organicamente. Começar escrever e aí ver, olhar essa discussão se vai ser importante, então deixa eu ir atrás de referência a respeito disso, aí volto aos meus livros sobre isso e tal. Eu gosto mais de um trabalho que flui assim, do que um trabalho que flui de maneira muito planejada. Mas quando você está trabalhando com outras pessoas não tem jeito.

ENTREVISTADO 10: Eu tenho que sentar, eu tenho que estruturar, nesse ponto eu sou muito disciplinado, eu penso em uma estrutura, eu tenho na minha cabeça uma concepção daquilo que realmente é bom mandar. Dentro dessa concepção eu tento pensar em uma estrutura básica. Eu desenho isso antes. Aí então eu vou lá para a minha escrita, que na verdade não é tão ordenado assim, porque às vezes eu vou pra frente, eu vou pra trás. Eu tiro esse negócio do lugar e mudo um pouquinho a estrutura à medida que eu vou escrevendo, eu não tenho uma escrita tão fluida e linear onde eu concebi, eu vou lá, sento, escrevo e entrego. Cada um tem o seu processo. Eu tenho que sentir que arredondou o meu raciocínio. Eu sou muito exigente nesse ponto, então pra mim um processo descrito é um pouco assim.

ENTREVISTADO 11: Primeiro a gente pensa quais os conceitos que vão orientar a análise que a gente quer fazer. No caso desse artigo o conceito central foi de imagem pública. Então, quem são os autores e as perspectivas que ajudam a gente a pensar nesse conceito de imagem pública e quais os eixos de análise que esse conceito impulsiona na nossa reflexão. E aí depois, a gente fez uma coleta de dados, olhando para essa figura política, olhando para dois tipos de matérias.

O ponto de partida para a organização das ideias pode se apresentar de diferentes formas, sendo regido por dinâmicas individuais e de grupos. Os entrevistados relataram a existência de uma estrutura, que parte de conceitos utilizados para sistematizar e organizar a escrita, conferindo fluidez ao texto. Assim, nota-se que o estabelecimento de conceitos para a elaboração da investigação pode ser feito a *priori* ou a *posteriori*, conforme apontaram os entrevistados 9 e 11. O entrevistado 10 afirmou que a escrita não é um processo linear, sendo elaborada de acordo com as dificuldades que possam surgir durante o processo. Porém, há um esforço para se delimitar os parâmetros utilizados quando se envolvem outros sujeitos, conforme apontaram os entrevistados 9 e 11, para não se dispersarem as ideias e oferecer um fio condutor que garanta o avanço na elaboração da escrita.

A divisão do trabalho para a publicação se estabelece por meio de atividades compartilhadas entre pesquisadores ou exclusivamente individuais. As tecnologias auxiliam na construção da publicação por meio dos serviços de editoração online e de comunicação, utilizados para facilitar a interlocução entre os sujeitos.

ENTREVISTADO 5: No caso, quando está escrevendo em dupla, todo mundo faz tudo. A gente não divide, fulano faz uma parte, a análise o sicrano faz. Ainda que a escrita possa priorizar certos aspectos, o debate em torno do artigo é global o tempo todo, e presencial.

ENTREVISTADO 8: Isso não tem uma regra, a gente se senta nessa mesa aqui e conversa quinzenalmente. A minha parceria da [país europeu], por exemplo, a gente está escrevendo um livro juntas. A gente combinou a estrutura pelo Skype. A gente pensa nos argumentos de cada capítulo, divisão dos capítulos, e pensa na quantidade de páginas que tem que ter aquele livro, pensando no contrato que a gente assinou com a editora.

ENTREVISTADO 9: Depende muito, quando eu estou escrevendo com as minhas bolsistas, por exemplo, eu faço um esqueleto e a gente vai escrevendo juntas. Quando eu estou escrevendo com os meus colegas, se sou eu que proponho, eu faço mais ou menos a mesma coisa. Eu digo assim: vamos escrever sobre tal coisa, como é que vocês gostariam de contribuir. Então tem esses casos que a gente planeja antes até no momento que eu escrevo e mando a minha parte para o colega e ele vê como ele entra. Se é outro colega que está propondo, normalmente ele me diz no que eu posso contribuir com tal coisa. E também tem esse outro jeito, ele escreve e me manda e então varia muito. A gente também tem usado muito Google Docs para poder fazer essa produção.

ENTREVISTADO 12: A divisão de trabalho varia muito, do tipo de artigo que é feito. Nos trabalhos de rede de pesquisa, em geral, a gente vai com uma ideia de pré-texto. A gente verifica se o texto tem a ver assim com as temáticas. Então colocamos no Google Docs e vamos trabalhando conjuntamente. Nem sempre a gente divide, depende muito. Nesse último que vai ser publicado, ele foi bem rotorizado. A gente teve uma discussão geral [...] uma primeira escrita vai ser feita por mim nessa parte, na outra, vai ser fulano, depois a gente troca para também não ficar naquela espécie de Frankenstein.

Os relatos dos entrevistados 8, 9 e 12 demonstraram a existência de uma estrutura básica para dividir o trabalho, que pode orientar e atestar a responsabilidade de cada sujeito envolvido. Porém, apenas o entrevistado 9 elucidou como se pauta essa divisão do trabalho, que está baseada no conhecimento que cada sujeito possui, de acordo com sua área de estudos, habilidades com a temática abordada ou com o conforto gerado.

Já o entrevistado 5 pontuou que todos os sujeitos devem contribuir, sem se estabelecer previamente a tarefa de cada um. Acredita-se que esse modo de divisão pode gerar o que o entrevistado 12 chamou de “Frankenstein”, já que não se determina o papel de cada sujeito, correndo o risco de se produzir uma “colcha de retalhos” na produção da publicação.

Os meios de comunicação e editoração online, como o Skype<sup>17</sup> e Google Docs<sup>18</sup> se inserem como ferramentas que podem facilitar a participação de cada sujeito. Esses meios podem facilitar a comunicação entre os pesquisadores de maneira assíncrona e síncrona, viabilizando o processo de elaboração conjunta da publicação pelos sujeitos.

Os entrevistados também foram questionados sobre as mudanças percebidas no modo de produzir as publicações ao longo dos anos, como pode ser verificado nos relatos a seguir:

---

<sup>17</sup> Software que permite comunicação pela internet através de conexões de voz e vídeo, criado em 2003.

<sup>18</sup> As ferramentas do Google Docs funcionam de forma síncrona e assíncrona, portanto, on-line para acessar dados em nuvens e off-line através de aplicativos de extensão instalados diretamente do Google, onde há bancos de dados criados por essa extensão para posterior sincronização através de upload instantâneo ao acessá-los online.

ENTREVISTADO 5: Tem algumas mudanças que me produzem incômodos, que é essa velocidade de produção que muitas vezes transforma os produtos em coisas rasas ou muito requentadas. E isso é uma dificuldade, era preciso ter mais tempo para produzir com mais qualidade. A mudança que aparece que o digital permitiu maior volume do produto e você tem mais lugar para publicar. Por exemplo, algumas coisas que eu tenho lido recentemente parece tão repetitivo. As pessoas vão lá, fazem carreira, defendem o doutorado, depois vão dividir a tese pra virar artigo e fica dividindo, dividindo até pegar uma partícula da letra, achando que aquilo vai dar. E apresentam o mesmo conjunto teórico, o mesmo procedimento metodológico. E não traz nada de novo, isso é um incômodo. Essa meta de produção que falsamente cria esses pesquisadores engajados, não?! Ela engaja alguma coisa que ele fez para trás, pois não consegue apontar muito para frente.

ENTREVISTADO 12: Eu percebo um certo engajamento político maior nas pesquisas, uma tentativa de fazer sua pesquisa repercutir. Se antes a gente tinha essa imagem do pesquisador muito isolado da sociedade, cada vez mais as pessoas buscam um certo impacto da pesquisa. É uma percepção minha, eu posso estar equivocado, mas se antes as coisas estavam muito determinadas, eu tenho meu projeto de extensão, mas não tem muito a ver com o meu projeto de pesquisa, então eu acho que cada vez mais tem-se pensado maneiras de articular diferentes vertentes. Projeto de pesquisa pode derivar em ações de extensão e pode derivar de projetos de ensino também. Por exemplo, a pesquisa de [...mídia homofobia] derivou depois em tentativas de produzir materiais para ser divulgado em redações [...] etc. Para tentar despertar a importância desse sistema ser discutido para além da universidade. Isso gerou também disciplinas específicas na graduação. Por exemplo, mas recentemente, aqui na graduação, os colegiados instituíram os "projetos de ensino estruturantes". Esses projetos trazem consigo a marca dessas pesquisas que os professores estão desenvolvendo de maneira que eles podem ser articulados em projetos de extensão, mas também nas práticas pedagógicas.

ENTREVISTADO 10: Tirando o fato de que os primeiros que eu escrevi foram na máquina de escrever, de fato é uma mudança bastante significativa. E também aqueles que você escreve em coautoria, a questão de plataforma também é importante, quando você escreve uma plataforma colaborativa, no Google docs por exemplo, as pessoas acessarem e vão fazendo as suas intervenções. É uma mudança muito significativa do que se fazia há 30 anos. As primeiras coisas que eu publiquei eram assim, você tinha que escrever ali, tinha que rascunhar, depois fazer a versão definitiva, passar tudo a limpo na máquina de escrever. Mas logo veio o editor de texto, e isso facilitou muito esse tipo de coisa. Hoje é até mais fácil você fazer certas citações, porque se você vai citar literal, você copia e cola, desde que você coloca aspas, que não seja um plágio. Plagiar também ficou mais fácil, e esse é um cuidado que a gente tem que ter o tempo todo. Mas hoje fica tudo mais fácil de você fazer isso, de fazer as referências, a facilidade por exemplo, porque se eu estou escrevendo, e aí de repente está faltando algumas referências, imediatamente se eu entrar na internet, eu vou conseguir fazer a referência correta, se eu tenho dúvida sobre alguma referência eu tiro na hora. Eu vou lá no site da biblioteca, e vejo o livro. Se é um livro que eu usei e está na biblioteca, o sistema me dá ali ou no Google acadêmico etc. Essas coisas facilitam muito a escrita do artigo com muita certeza.

As mudanças percebidas pelos entrevistados são as alterações no processo de construção das publicações, gerando fatores positivos e negativos. Para o entrevistado 5, o que marca a mudança é a repetitividade de conteúdos de publicações dos mesmos autores,

pois os pesquisadores têm reciclado seus artigos, trazendo pouca contribuição para a discussão científica.

Essa constatação remete ao efeito do produtivismo que, para Sguissardi (2010), se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica em detrimento da qualidade das publicações. Assim, acaba gerando práticas denominadas de “ciência salame”, que consistem no fatiamento nas menores unidades possíveis de informação para serem publicadas, derivando vários artigos em diferentes revistas (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007).

Esse efeito acaba sendo impulsionado por uma série de fatores como o sistema de pontos estabelecido pela CAPES como critério de avaliação e *ranking* dos programas de pós-graduação (ROSA, 2008). Há diferentes argumentos contrários e favoráveis a esse modo de avaliação, se destacando a interferência na livre reflexão que pressiona os pesquisadores a divulgarem resultados preliminares de pesquisa, quando ainda não estão completos os trabalhos, com o objetivo de cumprir as exigências impostas. Ao se discutir a produção científica, deveria ser considerado o processo de amadurecimento das ideias, pois, de acordo com a associação feita por Honoré (2005) entre qualidade, quantidade e tempo de produção, a produção precisa ocorrer “devagar” para se ter qualidade. Quando se acelera esse processo, se compromete a qualidade e acaba gerando muitos “*fast papers*” que congestionam os anais de congressos e os periódicos científicos. O entrevistado 5 destacou que esses elementos acabam impactando na realização de pesquisas inovadoras que busquem propor novos caminhos e possibilidades metodológicas e demandam maior tempo de dedicação.

Nos dois relatos subsequentes, os entrevistados apontaram mudanças positivas na produção científica. Para o entrevistado 12, houve um estreitamento entre a pesquisa e os projetos de extensão, combinação que ultrapassa o âmbito da universidade, expandindo-se para as necessidades da sociedade.

Como Rodrigues et al. (2013) explicam, a relação da universidade com a comunidade se fortalece por meio da extensão universitária ao possibilitar o diálogo e o desenvolvimento de ações sócio-educativas que priorizem a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. A socialização e disponibilidade do conhecimento gerado oportunizam o exercício de compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, o conhecimento produzido também emerge das necessidades percebidas pelos pesquisadores e da conexão entre ensino, pesquisa e extensão, sendo a universidade o local viabilizador dessa junção.

O entrevistado 10 abordou as mudanças no modo de redigir o texto. Ele salientou que as tecnologias agilizaram a escrita, facilitaram a busca por informações que formem o corpus literário e técnico exigidos na publicação e, ao mesmo tempo, potencializaram práticas antiéticas como o plágio. Todavia, as ferramentas tecnológicas são profícuas e facilitadoras das práticas científicas, principalmente na escrita científica.

Nessa categoria de análise, identificou-se a ideia que impulsiona a elaboração de uma produção científica; a estruturação dos conceitos; a divisão do trabalho; a execução das tarefas; as mudanças percebidas no modo de produzir. Os resultados apontam que os pesquisadores são motivados por fatores afetivos e sociais e, também, por questões políticas, econômicas e culturais.

A estruturação da ideia é feita por etapas, nas quais os pesquisadores buscam delinear os referenciais utilizados na sua exposição. A divisão do trabalho acontece em âmbito individual e no grupo, com o uso de ferramentas que facilitam a integração entre os participantes.

As mudanças percebidas pelos entrevistados na produção de publicações podem ser divididas em três dimensões: a primeira é operacional, se relaciona com o uso de softwares para a escrita e técnicas de organização da escrita. A segunda se relaciona com as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade que apoiam a produção científica, e a terceira aponta para a intensificação da produção científica, pautada pelo produtivismo.

Na subseção 5.2 será apresentada a análise sobre os recursos de informação que auxiliam na produção da publicação e suas implicações.

## **5.2 Os recursos de informação**

Recurso é qualquer coisa de valor que pode apoiar a atividade orientada a um objetivo. O recurso pode ser algum objeto físico ou não, informações sobre coisas físicas ou não-físicas, ou qualquer coisa que possa ser organizada. Entende-se que, em termos gerais, recursos informacionais podem ser entidades, objetos, itens e instâncias, que estão relacionados com documentos ou não (SANTOS; SIMIONATO; ARAKAKI, 2014).

A comunicação científica está permeada por recursos que auxiliam na produção do conhecimento científico, como as fontes de informação formais e informais disponíveis em formatos analógicos, digitais, textuais e estatísticos, dentre outros. Esses recursos orientam as atividades desempenhadas pelos pesquisadores que os utilizam para identificar, localizar e acessar a informação que precisam.

Ao questionar os entrevistados sobre como se informam e quais recursos utilizam, perceberam-se alguns elementos comuns, principalmente devido ao compartilhamento de códigos da comunidade científica, sendo que os entrevistados atribuíram graus de importância diferenciados a esses elementos. Assim, a vida nessa comunidade compartilha padrões de comportamento, mas também conflitos resultantes de oposições a esses padrões.

Inicialmente, os entrevistados foram questionados sobre os recursos utilizados para buscar e acessar a informações. Houve os seguintes relatos:

ENTREVISTADO 4: No geral ao Google, colegas e periódicos científicos e anais de congresso. Mas acho que a literatura é um pouco mais difícil,

porque num primeiro momento se eu faço uma busca e não encontro nada, eu converso com meus colegas de grupo, de maneira que eu perceba que posso articular melhor e refinar essa busca.

ENTREVISTADO 5: Pela biblioteca e internet: Scielo é uma base bastante importante, banco de teses e dissertações da CAPES, e as revistas da área, que geralmente são publicações online e elas disponibilizam gratuitamente os artigos, a maioria delas. Agora, afora isso, tem esse conjunto que é mais institucionalizado, páginas de autores, grupos de discussão, alguns blogs.

ENTREVISTADO 9: Eu acho que a maioria dos meus colegas, a gente segue os periódicos da área. A gente participa de listas, e toda vez que os periódicos soltam números novos, eles mandam para lá a lista dos artigos publicados, a mesma coisa vale para os livros. Então a participação em lista de discussão é uma ferramenta muito utilizada por nós. Claro, também tem a busca em portais especializados como o Scielo. Google Acadêmico é obviamente utilizado, a gente pode chamar de seguir a trilha, ou seja, você leu algo que te interessou e aí você vai atrás das referências e eu acho que a maioria de nós faz isso. Alguns de nós, inclusive eu, mantêm alerta no Google Acadêmico. Eu faço isso com algumas palavras chaves, aí você tem esse movimento do qual você é passível de receber.

ENTREVISTADO 10: Eu adoro ir para a seção porque, às vezes, na seção você topa com o inesperado. Eu olhei o título que me chamou atenção uma vez, aí fui dar uma olhadinha. Aí pensei que aquilo poderia ser interessante e foi mesmo. E depois achei várias outras referências nele que me levaram a outros livros e autores. Mas esse é um hábito que está ficando difícil de fato porque eu não tenho tempo que eu tinha antes.

Os pesquisadores pontuaram as fontes formais de informação como os principais recursos informacionais: periódicos científicos, anais de congressos, teses, dissertações e livros foram os mais citados pelos entrevistados. Outros estudos, como os de Mueller (2005) e Oliveira; Silva e Novais (2005) já apontavam a frequência do uso desses recursos, pois com a geração de novos conhecimentos, os pesquisadores precisam utilizar conhecimentos produzidos e certificados pelos pares, garantindo respaldo para a exposição de ideias, o que justifica a utilização dos recursos citados.

Os entrevistados também citaram o uso de fontes informais de informação como a página do autor, que pode ser utilizada para disponibilizar informações que o pesquisador deseja compartilhar com os pares e o público.

Também foram mencionados espaços como listas de discussão, bibliotecas, repositórios de teses e dissertações e plataformas especializadas como o *Scientific Electronic Library Online* (Scielo)<sup>19</sup>. A lista de discussão pode desempenhar a função de um ambiente para debate e disseminação da informação, constituindo o chamado colégio invisível, onde os pares podem estabelecer um canal de comunicação constante. Nesses espaços, circulam informações que não estão nas fontes e canais formais, que são restritas ao espaço e à linguagem empregada. A biblioteca é um espaço tradicional e consolidado para os usuários localizarem e acessar a informação, pois disponibiliza literatura branca (livros e

---

<sup>19</sup> Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros criada em 1998 (SCIELO..., 2020).

revistas científicas) e literatura cinzenta (teses, dissertações e anais de congresso) (ARAÚJO; FACHIN, 2015).

O acesso a artigos científicos está se tornando cada vez mais facilitado pelas plataformas de acesso aberto. Vários materiais informativos se encontram com facilidade na *internet*, mesmo de maneira não autorizada. Desse modo, cada vez menos os pesquisadores estão dependendo de espaços físicos para acessarem às informações científicas, já que as publicações já estão nascendo ou sendo transferidas para o formato digital.

Isso tem ganhado destaque, principalmente, devido à crítica sobre a apropriação privada do conhecimento. O mercado científico cobra pela assinatura das revistas e para publicar artigos científicos. A produção da pesquisa é financiada pelo Estado, por meio das agências de fomento, universidades, pela sociedade que pagou impostos, mas nem o próprio pesquisador consegue acessá-la. Assim, plataformas de acesso aberto é uma reação dos pesquisadores a esse modelo, diante das facilidades oferecidas pelas TICs (COSTA, 2006).

Nesse sentido, a plataforma Scielo aparece como importante recurso de informação, assim como o Google e o Google Acadêmico. A plataforma Scielo proporciona um amplo acesso a coleções de periódicos, fascículos e aos textos completos dos artigos, principalmente em língua portuguesa, cobrindo documentos das áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, que são de interesse dos entrevistados desta pesquisa.

Vale ressaltar que, na tentativa de acessarem a informações que estão restritas, os entrevistados mencionaram que recorreram a sites não autorizados como “librarygennis.com” e “Sci-Hub”. Essa prática parece estar ligada ao discurso que defende que a informação científica seja acessível para todos os interessados, principalmente, as pesquisas originadas de financiamento público.

O entrevistado 10 falou sobre a possibilidade de se localizar uma informação por acaso, apesar desse fenômeno não ser uma prática comum. A ideia do encontro da informação ao acaso está presente nos estudos de práticas informacionais de Mackenzie (2003), que buscou entender como mulheres grávidas de gêmeos encontram informações. O encontro acidental com uma fonte provável de informação, que o sujeito não estava esperando, permite que não só uma potencial fonte de informação seja descoberta, mas que esse encontro possa levar a outras fontes, conforme o entrevistado expõe. Observa-se que o mecanismo de busca Google foi muito mencionado pelos entrevistados como o primeiro local de busca de informação e os posicionamentos deles em relação a essa ferramenta, como se pode observar nos relatos:

ENTREVISTADO 1: Eu trabalho muito com [mencionou o objeto de estudo]. Então eu tenho que fazer discussões na etnografia e etnologia, na leitura Antropológica, e como não é a minha área, eu tenho colegas que me

ajudam nisso. Google também. A biblioteca é engraçada, ela já é uma segunda forma, a partir das indicações que eu vejo no Google e dos colegas, aí eu vou na biblioteca.

ENTREVISTADO 7: Primeiro eu vou no instrumento de pesquisa tipo Google Acadêmico, depois de identificar as publicações é que eu vou no portal CAPES ou nessa base para poder recuperar o artigo. Ou eventualmente tem livros, de base como a Genesis etc, são verdadeiras bibliotecas virtuais com as obras disponíveis integralmente, e tem livros muito recentes, tem livro de 2019.

ENTREVISTADO 9: A mais frequente acaba sendo Google Acadêmico, aí eu falo assim deixa eu ir aqui só pra dar uma olhadinha rápida, aí o Google acadêmico é mais ágil. É muito frequente começar a pesquisa pelo Google e continuar, e aí chegou no periódico que eu não conhecia. Então eu vou atrás disso e veja no portal. O que me atrai no Google é a agilidade, a interface é muito ágil. Tem essa coisa do algoritmo, que tende a já, obviamente, tendo registrado que eu já acessei, tende também a me mostrar o que tem a ver com a minha pesquisa. Tem a ver com essa coisa da interface mesmo, da gente está habituado com uma interface do Google, e faz que seja uma coisa mais usado e ágil.

O primeiro ponto a ser destacado é que o Google Acadêmico (ou Google Scholar) está entre as primeiras opções para a busca de informação, antes mesmo do Portal de Periódicos CAPES e bibliotecas. O Google Acadêmico é uma plataforma de pesquisa lançada pelo Google em 2004, que constitui um grande acervo de publicações de conteúdo científico, como artigos, teses, dissertações, resumos, livros e outros tipos de fontes de informação.

Jacsó (2008) abordou os benefícios no uso do Google Acadêmico que ajudariam a explicar o interesse pelo seu uso. Para o autor, as vantagens são a cobertura das fontes disponíveis, variedade e tamanho das bases de periódicos. A base indexa milhares de periódicos científicos, textos completos e livros, mas nem tudo está disponível em acesso livre. Acredita-se que é uma forma de levantar e localizar os documentos recuperados nas pesquisas, pois, conforme mencionado pelos entrevistados 1, 7 e 9, que usam o Google Acadêmico para fazerem levantamento de fontes, caso não tenham acesso, acabam utilizando o Portal de Periódicos CAPES ou da biblioteca, que podem possibilitar o acesso à publicação completa. A cobertura geográfica e idiomática também chama atenção, pois vem aumentando ao longo dos anos, conjuntamente com a cobertura dos repositórios digitais, que estão longe de estarem completos devido aos milhares de novos documentos produzidos.

O entrevistado 9 problematizou a criação do histórico gerado pela ferramenta, que tende a mostrar resultados semelhantes ao se realizar uma busca, revelando também limitações. Pariser (2012, p. 36) discorre que o Google “monitora todo e qualquer sinal que consiga obter de nós[...]. Além disso, naturalmente, os termos que pesquisamos trazem grandes revelações sobre nossos interesses”. Isso porque o Google instala *cookies* de rastreamento nos computadores que captam informações dos sujeitos como histórico de pesquisa, região do usuário, sinais sociais (que envolvem o curtir, compartilhar, seguir em

redes sociais), informações técnicas sobre o computador utilizado, idioma, dentre outros. Assim, existe uma coleta implícita de informações sobre as características e preferências de cada usuário.

Para adaptar os resultados, o Google leva em consideração a interação do usuário com o sistema para produzir o contexto, seja por meio do perfil do usuário ou termos de serviço que autorizam a utilização dos dados, causando uma personificação das informações (CALDEIRAS, 2015). Assim, à medida que a ferramenta constrói um perfil dos sujeitos, apresenta resultados próximos ao que ele procura. Por outro lado, os entrevistados também apontaram as limitações dessa ferramenta de busca.

ENTREVISTADO 1: No Google, eu consigo chegar aos textos, mas eu tenho a sensação que ele tem repertório um pouco restrito. Eu não sei como te explicar isso direito, é amplo, tem um mundo de coisa, mas quando você digita alguma coisa, é recorrente a indicação dos mesmos artigos. O Google tem certos vícios de indicação, e para sair disso, eu preciso ir para biblioteca, com resumos de indicação dos colegas, buscar outros lugares de acesso. O Google ele supre a minha demanda de acesso parcialmente, por conta de algoritmos.

ENTREVISTADO 10: Hoje já tem uma prática nos dois grupos de usar outros motores de busca, pra evitar cair só nos filtros do Google. Isso já é uma grande coisa. É lógico que o Google está em um outro patamar, mas quando a gente pesquisa no DuckDuckGo, vai me dar resultados que eu não vou ver no Google, que eu vou ver na ponta da cauda. Hoje a gente tem essa prática de também variar um pouco, tem que fazer um exploratório mesmo, varia um pouco para tentar achar outras informações que de outra maneira podem estar filtrada demais no Google. Então são pequenos cuidados que a gente vai aprendendo a fazer para ver se enriquece e não depende só de um motor de busca. Várias fontes inclusive. E às vezes aquilo ali que vai ser importante para pesquisa, se não a gente fica só no *mainstreaming* dos algoritmos.

Os entrevistados 1 e 10 apontaram a recorrência de localização do mesmo tipo de informação em diversas buscas. Se, por um lado, isso é importante para localizar a maior quantidade de informações sobre um determinado assunto, por outro, dificulta a localização de informações que possam contrastar com aquelas já recuperadas e trazer novas perspectivas para a pesquisa. Esse fenômeno é nomeado por Pariser (2012) como “efeito bolha” e se trata da filtragem de dados por meio dos compartilhamentos que o usuário realiza na rede, gerando uma bolha informacional, onde o usuário acaba sendo isolado em relação a outros conteúdos, a partir da justificativa de se fornecer somente os resultados considerados mais relevantes. Para superar essa limitação, o entrevistado 10 relatou que utiliza outras plataformas que possam possibilitar outros campos de diálogo.

Os entrevistados também apontaram que o cotidiano e a vivência de trabalho fornecem informações que podem embasar a empiria de uma pesquisa, se constituindo como potenciais fontes de informação para respaldar a construção de uma investigação.

ENTREVISTADO 2: No meu processo de mestrado, eu encontrei meu objeto de estudo, caminhando pela rua, são escritos urbanos, plaquinhas

feitas por camelôs, pessoas anônimas, são escritas marginais e não convencionais, de forma improvisada, gambiarras. Isso foi uma coisa que alimentou minha pesquisa por um tempo. Como você encontra isso, na rua, mas a partir de uma formação de um olhar, que eu diria que é uma formação mais amplas. A condição para você encontrar esse tipo de coisa e incorporar ele como objeto de pesquisa depende obviamente de certa visão pessoal. Você pode olhar ali e ver uma coisa insignificante, ou você pode ver ali um material para a pesquisa. Isso depende muito do que você entende sobre ciência, pesquisa, política, como crítica, ou seja, o que move o motor da pós-graduação.

Mas eu acho o que você busca, uma coisa é você buscar uma informação específica, uma bibliografia, um conceito, cotejar com coisas parecidas, e outra coisa bem diferente é como que as coisas aparecem. Às vezes elas aparecem lendo um jornal. Por isso, que eu estou falando, no caso da comunicação, os professores falam uma coisa clichê, você não para de trabalhar, não só porque tem muito trabalho, mas porque tudo aquilo potencialmente é um produto e processo comunicativo, seja essa conversa com você, seja um filme que eu assisti, o teatro que eu fui, a conversa com a pessoa que vende qualquer coisa. São materiais de naturezas muito diversas. Isso pode despertar pesquisas, dependendo da forma que você compreende.

De acordo com o entrevistado 2, os objetos de estudos podem ser percebidos em vários ambientes, e não apenas em espaços institucionalizados e formais. Mas essa compreensão depende de uma construção pessoal, da percepção dos sujeitos.

Para Chauí (1999) a percepção é sempre dotada de significação, de sentido que faz parte do mundo do sujeito e de suas vivências. O sujeito dá às coisas percebidas sentidos e valores, pois as coisas são parte de sua vida, em interação com o mundo. Os sujeitos se constroem em interação com os membros da família, escola, laços de amizade, trabalho e entretenimento, estabelecendo referenciais para a percepção do que é significativo para eles em suas experiências no mundo.

Determinados sujeitos podem compreender um objeto de modo diferente de outros sujeitos, mesmo que todos estejam num mesmo contexto. E isso acontece porque as leituras de mundo estão relacionadas com as vivências. Na ciência, essa é uma questão muito relevante, pois possibilita aos pesquisadores terem diferentes leituras sobre um objeto, enriquecendo a discussão. Assim, o desenvolvimento de uma pesquisa também pode partir do uso de objetos não convencionais, que estão fora do circuito de canais habituais de transmissão científica e que não passaram por uma análise prévia ou comissão editorial, utilizando-se do conhecimento empírico.

Como os recursos de informação são componentes que auxiliam os pesquisadores a localizarem e terem acesso à informação, notou-se a precaução dos entrevistados em verificar a confiabilidade dos dados e as referências apresentadas pelos materiais de informação, conforme pode-se perceber nos relatos abaixo:

ENTREVISTADO 1: Quando eu preciso de um dado eu vou checar em livro, perguntar para alguém, ir à biblioteca. Eu não me sinto confortável em colocar dados da Wikipédia, por exemplo, porque não parece confiável totalmente, talvez um pouco de preconceito. Eu não conheço muito o procedimento de checagem. Eu prefiro esse circuito mais convencional

talvez. Mas eu não deixo de consultar não, Google, Wikipédia. É o que eu falo para os meus alunos, você tem que construir formas de confiar na informação. Qual o site que você está consultando? Qual tipo de ligação que esse site tem com alguma instituição. Eu tendo confiar nas instituições como fontes confiáveis.

ENTREVISTADO 3: Às vezes eu percebo que as pessoas ficam receosas por utilizarem informações de lugares que não têm um prestígio científico, como por exemplo Wikipédia. Eu não acho que tenha problema em utilizar, desde que isso seja mencionado. Eu acho que as pessoas sentem essa cobrança, pois os artigos não são de autores de peso, e isso é importante porque dá maior crédito ao trabalho, porém é possível encontrar reflexões interessantes em outros materiais que não seja convencional, e é claro, se tratando de dados tem que ser verificado.

ENTREVISTADO 5: O que eu estou dizendo são quais os comportamentos da ciência que você reconheceria como testagem, comprovações, qualidade bibliográfica. Então, muita das vezes, você encontra algumas coisas que são importantes, mas depois você tem que buscar a partir de lá, em outras bases para poder comprová-las e testá-las cientificamente. Se eu testo e elas são verificáveis, eu uso.

ENTREVISTADO 13: Eu utilizo vídeos, mas eu não sei se isso é por causa da natureza da comunicação. Eu estava estudando o [mencionou o objeto de estudo]. Tem grupos muito fortes no Facebook e páginas no Youtube, que chegou a ensinar como fazer [mencionou o procedimento], esse tipo de material é interessante para entender a natureza do objeto e as questões que eles trazem, mas eu não uso como dado, aí tento depois achar essas coisas que aparecem lá, em outros tipos de materiais. [...] Porque as pessoas podem mudar os dados, eu não considero uma informação credível, mas que, às vezes, pode te apontar caminhos, aí ali eu vou encontrar outras referências, e aí eu faço uma pesquisa acadêmica e encontrar em artigos, livros qualificados. E, às vezes, texto de congresso você encontra uns artigos mais simples, e, às vezes, eu fico mais receosa de entender qual a seriedade daquela revista, mas aí vem o método bola de neve, e, às vezes, eu vou no Lattes e vejo o que ela publicou ou as referências dela.

A confiabilidade da informação é parte dos aspectos que constituem a qualidade das fontes de informação, que diz respeito ao conjunto de atributos que atendam às necessidades amplas e específicas de uma comunidade de usuários (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2008).

Para as autoras (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2008), a confiabilidade se constitui por atributos como a autoridade, verificabilidade e veracidade da informação. A autoridade de uma fonte certifica a sua qualidade, na medida em que se podem observar alguns indicadores como conselho editorial e casa publicadora, por exemplo, que imputa um revisor ou passa por uma verificação de conteúdo antes da disponibilização para o público. A verificabilidade da informação, como o próprio termo já diz, se relaciona com a possibilidade de verificação da informação e a veracidade é a informação correta e objetiva.

A combinação desses atributos aparece nos relatos dos entrevistados 1, 3 e 13 que apontaram a busca por informações em locais institucionalizados, que tendem a selecionar materiais de informação certificados e fontes que passaram de alguma maneira por avaliação. Porém, observam-se outros critérios como a personificação do autor e a verificação da existência desse sujeito, como apontou o entrevistado 13 que recorreu à

plataforma Lattes. Na ciência, a confiabilidade das informações apresentadas em uma fonte e sua verificação e veracidade são fundamentais, pois o conhecimento científico avança por meio da verificação e contestação, sendo requisitos para o seu desenvolvimento.

Assim, os entrevistados 5 e 13 apontaram a necessidade de verificabilidade e veracidade dessas informações. Pode-se até ter como ponto de partida fontes de informação que não possuem esses atributos, como a Wikipédia e outros conteúdos produzidos em redes sociais, principalmente, para se entender um fenômeno de estudo, porém, ao embasá-lo, esses atributos são fundamentais. De modo que o entrevistado 1 propôs critérios para avaliar essas fontes, observando a origem, responsabilidade e instituições ligadas a essa fonte.

Além disso, a área de Comunicação investiga diferentes objetos de estudos em correlação com materiais não convencionais no campo científico, conforme o relato do entrevistado 6: “os catálogos<sup>20</sup> por exemplo, sempre têm sido evitados porque, às vezes, eles são vistos como uma coisa menor, mas o catálogo é uma fonte de informação muito importante. Assim como o que acontece no festival”. Os catálogos, apesar de passarem por uma edição, não possuem uma avaliação científica e, assim, há certa ponderação em utilizá-los, apesar de conterem informações relevantes para a construção das investigações.

E, por fim, houve menção à precaução em relação ao uso de imagens, conforme se pode verificar na fala do entrevistado 2:

ENTREVISTADO 2: Imagens sempre são um problema, porque você precisa de autorização. Às vezes o próprio processo de comunicação impede ou dificulta. Assim eu fico um ano preparando meu livro para publicar, peço autorização, ligo para as pessoas, porque a editora não faz isso. Eu me engajo, porque eu acredito da autorização do material, pois é importante essa informação, mas aí você tem que desembolar, e isso é uma dificuldade. Fora isso, pode ser porque não se encaixa, isso não tem a ver com recurso, pode ser uma coisa, imagem em movimento, por exemplo, é uma coisa complicada. Você quer mostrar um trecho e tem *copyright* e às vezes a natureza do que você quer, pode ser coisas que dificultem. A academia é um poço de situações.

O relato acima apontou a Lei de Direitos Autorais nº 9.610/1998, que oferece proteção às obras intelectuais nos campos literário e artístico, assegurando a autorização do autor ou do detentor dos direitos para a publicação do material, incluindo fotografias. O que implica para o entrevistado a necessidade de reelaborar suas estratégias de utilização de imagens que podem acarretar problemas na publicação. Nota-se que ocorre um investimento do pesquisador para produzir, argumentar e identificar a imagem que será utilizada, além dele precisar assegurar o direito de uso da imagem para não ter problemas futuros.

---

<sup>20</sup> Lista com breve informação a respeito dos filmes em exibição, nas quais geralmente apresentam nome, nacionalidade, ano, duração, gênero do filme, classificação, breve descrição da história e ficha técnica.

A escolha das fontes de informação revela diferentes ações dos entrevistados e aproxima-se do modelo de Ellis (1989), que descreveu o comportamento de busca e uso da informação de cientistas sociais, físicos e químicos, a partir de seis categorias não lineares: iniciar, encadear, navegar, diferenciar, monitorar e extrair.

Barros, Saorim e Ramalho (2008) explicam que a categoria iniciar consiste nas tarefas desenvolvidas no começo da busca, identificando as fontes de interesse que podem servir como ponto de partida. Na categoria encadear, os pesquisadores estabelecem relação com a informação encontrada que poderá levar a outras citações relevantes. Já na categoria navegar, a busca é semidirigida em área de interesse do pesquisador. A categoria diferenciar é a fase em que o pesquisador seleciona as fontes de acordo com a natureza e qualidade das mesmas. A categoria monitorar é acompanhamento da atualização da área de interesse do pesquisador, com base em suas necessidades. E categoria extrair consiste em explorar em profundidade uma ou várias fontes com o intuito de recuperar materiais de interesse.

Desse modo, pode-se perceber que os entrevistados, ao iniciarem o processo de busca de informação, apresentam um olhar holístico, que abrange base de dados, literatura e os colegas. Ao navegar no processo de busca, os entrevistados usam diferentes canais e fontes de informação, como os periódicos científicos, grupos de discussões e anais de congresso e, principalmente, buscadores como o Google e o Google Scholar. Na etapa de diferenciação, os entrevistados procuram verificar a autoridade, verificabilidade e veracidade da informação apresentada nos materiais informacionais. E, para monitorar e extrair as informações, os entrevistados recorrem aos periódicos científicos, aos pares e espaços institucionais como bibliotecas.

Os recursos informacionais utilizados se concentram em fontes e canais de informações consolidados na comunidade científica. Porém, nota-se o uso de outros caminhos, como catálogos, mecanismos não oficiais para a localização da informação e a própria possibilidade de se deparar com um material de informação sem estar procurando por ele. O requisito para o uso desses recursos é a confiabilidade da informação e a viabilidade de uso. Destaca-se o protagonismo que os mecanismos de busca têm apresentado para localizar as publicações científicas, fazendo com que os próprios pesquisadores pensem em estratégias para não recuperarem informações fora do seu escopo de interesse e que sejam interessantes para a pesquisa.

Na subseção 5.3, apresenta-se a categoria de análise relacionada ao uso de autores que subsidiam a produção científica, basilares para fundamentar as pesquisas científicas, pois legitimam as reflexões apresentadas.

### **5.3 Localizando e escolhendo os autores na literatura**

As Ciências Humanas e Sociais são áreas do conhecimento cujo interesse é estudar o homem como um ser social e as Ciências Sociais Aplicadas buscam reunir campos de

conhecimento interdisciplinares, voltando-se para os aspectos sociais das relações humanas. Assim, de modo geral, o campo das humanidades reflete sobre a existência e mudanças sofridas pelos seres humanos. As pesquisas pertencentes às áreas de humanidades possuem uma forte tradição de autores, pois demarcam a análise de um fenômeno, ao longo de um tempo histórico, que ajuda a fundamentar a construção de pesquisas que serão delineadas posteriormente. Como os autores se fazem importantes na produção científica, buscou-se entender como os pesquisadores selecionam o corpo teórico, sendo ligado às estratégias de identificação desses autores e às ideias que perpassam nessa seleção.

Entre as principais estratégias reconhecidas para se chegar aos autores, estão os mecanismos de busca, que são amplamente difundidos, o conhecimento dos pesquisadores, e a participação em bancas de defesa de teses e dissertações que possibilitam o encontro com autores desconhecidos. Observa-se também o uso da técnica de bola de neve ou “*snowball*” e do rastreamento.

ENTREVISTADO 2: [...] pelo modo de garimpo, mais básico e elementar. Claro que você usa todas as bases, Google Scholar, o Portal de Periódicos da CAPES. Faço pesquisa por palavras-chave, mas quando se detecta um ou mais outros autores ou livros de que se tem acesso e as referências bibliográficas. Basicamente é o *snowball*. Até chegar um certo limite de esgotamento.

ENTREVISTADO 3: É a bola de neve, eu parto de autores que eu conheço, tanto clássicos, filósofos e políticos quanto os grandes pesquisadores da área, por conta que eu já conheço da minha graduação, mestrado e doutorado que a gente vai sabendo quem são os grandes pesquisadores do Brasil e afora. Vou primeiro neles, livros ou artigos e olho depois as referências dele. Então para mim, a minha ex-orientadora é uma grande referência. Eu olho o que ela publicou, vou nesse artigo que ela publicou e vejo as referências dela e isso vai me puxando

A técnica bola de neve é uma cadeia de referências, isto é, pede-se a um entrevistador ou a vários, indicações de outros pesquisadores criando, assim, uma onda sucessória de indicação e ampliação da amostra (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019). Percebe-se que os entrevistados não estão falando especificamente da aplicação dessa técnica, mas ocorre uma ação similar, na qual o sujeito consulta uma referência que vai levando a outra, originando, assim, as táticas de rastreamento.

O rastreamento parece ser uma maneira comum dos pesquisadores descobrirem novos autores, estratégia utilizada desde docentes mais experientes até de estudantes que estão iniciando a carreira científica, conforme apontado por Jamali e Nicolas (2010).

Para Choo (2003), esse é um comportamento padrão de busca por informação realizada por pesquisadores. Durante a busca inicial, as fontes vão indicar, sugerir ou recomendar fontes adicionais ou referências e, assim, as novas pistas indicadas por essas fontes constituem o encadeamento que pode ser feito para trás ou para frente. Os autores

explicam que o encadeamento para trás ocorre quando as referências indicadas por uma fonte inicial são seguidas. O encadeamento para frente acontece quando se segue outra fonte relacionada a um documento ou fonte principal. Porém, o encadeamento para frente não é comum, pois os sujeitos não têm ciência das fontes atreladas ou, ainda, porque não existem instrumentos bibliográficos disponíveis.

Notou-se nos relatos que a principal forma de rastreamento se constitui por um encadeamento para trás. É importante, também, entender como os entrevistados construíram estratégias de rastreamento. Apesar de poucos entrevistados se recordarem e mencionarem em que momento começaram a realizar rastreamento, pode-se averiguar que há influência dos orientadores, conforme apontado pelo entrevistado 4: “essa técnica foi uma dica do meu orientador, assim que entrei na graduação e comecei a fazer IC [iniciação científica], é uma coisa que eu acabei levando para a vida toda”. Assim, observa-se que orientadores podem direcionar as estratégias que serão apreendidas pelos sujeitos e perpetuadas ao longo de sua carreira profissional.

Em relação às ideias que perpassam a seleção dos autores que serão utilizados nas pesquisas, foram observadas diferentes formas. O primeiro se relaciona com a autoridade cognitiva como pode ser percebido.

ENTREVISTADO 4: Bom, eu considero que, talvez, a primeira forma seja pelas contribuições que dado pensador possa oferecer, ele já tenha autoridade para falar, desde que ele se encaixe na sua pesquisa, é claro.

ENTREVISTADO 6: Eu vou pela especialidade e o conhecimento que a pessoa pode me oferecer, acho que isso é um processo meio natural. Às vezes, você não sabe para onde ir porque ainda está construindo um arcabouço teórico, então é interessante ver naqueles trabalhos proeminentes, o que o autor tem usado ou ir naquelas referências do autor que estou usando.

Para Wilson (1983), o conceito de autoridade cognitiva, que originou o trabalho conhecido como “conhecimento de segunda-mão”, tem como principal propósito compreender a importância que uma autoridade tem no desenvolvimento das ciências. O conhecimento é adquirido por meio de duas vias: pela experiência que as pessoas adquirem por meio do estoque de ideias e da compreensão do mundo e pelo fornecimento de informações por outras pessoas. As pessoas recorrem a esse “conhecimento de segunda mão” quando não estão satisfeitas somente com suas experiências, e aspiram ao conhecimento do outro, de como decidem, quem conhecem e sobre o que é o conhecimento.

O autor explica que a autoridade cognitiva requer o reconhecimento do sujeito como especialista, que é uma atribuição social de competência. Além disso, envolve uma questão de grau ou formação; é relativa à esfera de interesse e experiência do indivíduo. Porém, em outras situações, pode não ser considerada referência, envolve o exercício de um tipo de

influência, que não está relacionado com a autoridade administrativa (a pessoa que diz ao outro o que fazer, está na posição de comandar o outro em circunstâncias delimitadas); e é considerada fonte credível de informação.

Com a indústria do conhecimento também há produção de autoridade cognitiva representada pelos indivíduos e pelas autoridades como livros, organizações e instituições. Por exemplo, para muitas pessoas, a consulta de ortografia, pronúncia ou significado em um dicionário é resultado da autoridade cognitiva. Assim como relógios, termômetros ou barômetros são imprescindíveis para uns, para outros, organizações como igrejas, governos, partidos políticos são autoridades, independente dos indivíduos ocupantes do cargo (WILSON, 1983).

Dessa maneira, a autoridade cognitiva é representada pelas instituições e pelos sujeitos, que são as principais referências dos entrevistados para subsidiarem as pesquisas que serão desenvolvidas. O detentor de autoridade é um especialista e colabora na produção de novos conteúdos para a área de conhecimento onde os sujeitos desenvolvem a pesquisa. Bourdieu (1983) também traz contribuições sobre a escolha dos sujeitos para o embasamento de pesquisas, por meio da autoridade científica, que ajuda a entender as motivações dos cientistas. O monopólio adquirido pelo cientista detentor de autoridade permite definir critérios para definir o que é ou não científico, legitimando as pesquisas conforme seu interesse. Portanto, pondera-se que as escolhas dos entrevistados não são motivadas apenas pelas contribuições que os estudiosos possam oferecer, mas também, por eles ajudarem a legitimar uma pesquisa no campo.

Outra forma de escolha de autores é a opção por aqueles que não são amplamente conhecidos pelos pares, conforme se pode observar:

ENTREVISTADO 8: Sempre que eu vou utilizar um autor novo, eu procuro saber quem é aquele autor, olhar um pouco a vida dele, a trajetória dele para saber se eu não estou citando alguém, sei lá, que seja neonazista por exemplo.

ENTREVISTADO 9: Fico atento a outras formas de conhecimento, no grupo de pesquisa, mas também nas pesquisas individuais, tentar trabalhar com pesquisadores que não são os “bam-bam-bans” da área. Tentar perceber pesquisadores de outras matrizes e que podem ser muito importantes para revelar aspectos que essa epistemologia ocidental e europeia não dá conta. Esses caminhos meio subalternos, esses caminhos da pesquisa, labirintos são importantes. Se lá na IC [iniciação científica] eu tinha muito medo de me perder em determinados autores e buscava aqueles mais renomados, então acho que uma coisa que eu me permito é ler outras coisas.

ENTREVISTADO 11: Por exemplo, no caso dos estudos [mencionou o tema], você olha quem é ele [autor], que formação ele tem. Então você tem texto de professores consagrados, que estão se aposentando já. Eles têm uma tradição [mencionou o tema], outros pesquisadores têm menos tradição, mas isso não é uma justificativa para você não usar. Recentemente saiu um texto de um doutorando, que é da sociologia, é um texto ótimo, sobre [mencionou o tema]. Mas eu acho que é importante você olhar as pessoas que você está citando. De onde elas vêm e a inserção delas na academia.

Nessas narrativas, os entrevistados chamam a atenção para as produções de pesquisadores que ainda não têm reconhecimento amplo da comunidade científica, pontuando que essas produções podem ter igual contribuição, ou ainda maior, em relação aos pesquisadores reconhecidos. Saliencia-se que é uma maneira das discussões científicas avançarem, na medida em que o campo de estudo se fortalece por teorias, que não são, necessariamente, formadas por autores seminais.

Para Merton (1977), o meio científico é estratificado socialmente, construído por cientistas reconhecidos ou não. E, dentre os efeitos comuns desse sistema, está o “efeito Mateus<sup>21</sup>”, segundo o qual os pesquisadores mais célebres tendem a receber mais recursos financeiros e reconhecimento de suas atividades em relação aos pesquisadores pouco conhecidos, que tendem a ter pouco ou nenhum reconhecimento. Assim, o pesquisador iniciante ou menos reconhecido é menos citado e não é considerado referência, mesmo que seu trabalho seja melhor e mais inovador do que o de outro pesquisador reconhecido. Esse efeito se reflete no funcionamento da comunicação científica, pois os pesquisadores mais célebres terão mais chances de sucesso ao submeterem artigos para revistas e congressos, alcançando, assim, mais citações em outros artigos.

No entanto, também se faz referência ao modismo de se usar determinados autores, conforme apontou o entrevistado 11, pois, mais do que utilizar pensadores constantemente citados, é preciso conhecer suas contribuições efetivas para a pesquisa. Carvalho (1975) explica que existem diferentes razões para que autores de renome sejam citados. Tais citações podem realçar o trabalho de quem os cita, embasar assuntos controversos, indicar apreço, hostilidade a colegas ou obediência à política editorial. A possibilidade de um autor ser citado envolve, ainda, a acessibilidade e procedência do original, incluindo o idioma, tipo de material bibliográfico e data de publicação.

Garfield (1962) e Santos et al. (2019) estão entre os autores que apresentam as razões para ajudarem a explicar o comportamento na escolha de pesquisadores para citação. No momento em que o autor escolhe um trabalho para citar, está operando a sua subjetividade, conforme afirma Bavelas (1978), é um processo sóciopsicológico, vulnerável a preconceitos e pressões sociais.

Na perspectiva de Bourdieu (1983), pode-se realizar uma aproximação com a ideia de modismo e autoridade científica, ao passo que o sujeito que está sendo citado é reconhecido pelo citante de um determinado campo como uma autoridade que vai se perpetuando. Há o reconhecimento que o detentor da autoridade é especialista e pode colaborar efetivamente na produção do conteúdo para a área do conhecimento em que o sujeito desenvolve sua pesquisa. Ou ainda, sugere-se que os pesquisadores se valem da autoridade científica na tentativa de diminuir possíveis contestações ao seu trabalho.

---

<sup>21</sup> Menção ao capítulo 25, versículo 29, do livro de São Mateus: “Porque a todo o que tem, dar-se-á, e terá em abundância; mas ao que não tem, até aquilo que tem ser-lhe-á tirado”.

A utilização de autores não seminais também foi evidenciada pelo movimento a favor da decolonização das bibliografias utilizadas na produção do conhecimento. O relato do entrevistado 1 demonstrou a procura por essa mudança:

ENTREVISTADO 1: [...] com esse contexto da formação transversal e saberes tradicionais, a gente está muito afetado pela presença dos mestres [indígenas], por aquilo que eles trazem por meio de saberes, pois nos deparando com um repertório, uma literatura fortemente eurocêntrica, que é a literatura nossa, na universidade. Então tem todo um trabalho que a gente tá compartilhando dessa ideia da descolonização das nossas bibliografias. Então vamos ler textos menos acadêmicos produzidos nessas instâncias, nesses lugares que não exatamente a universidade. A gente tenta fazer a história dessas comunidades, de um mestre que escreve sobre mulheres, negros e negras, todo esse gesto é recente para nós. Tem tanta literatura que a universidade não da conta, a gente é muito eurocentrado. E isso foi mudando fortemente a bibliografia das minhas disciplinas e no grupo de pesquisa. Ai hoje eu sou muito atento a essa questão dos autores.

A decolonização é um conceito que se traduz em sentidos mais amplos que a conquista da independência ou a transferência de poderes. A decolonização inclui a análise de lutas, de compromissos, de acordo de resultados, o repensar dos aspectos fundamentais, de quem tem o poder e como o utiliza. É incluir a afirmação de outros saberes, subalternizados e suprimidos, valorizando o direito a ser-se, a pensar pela sua cultura. Pesquisar e escrever sobre um tema traduz-se em assumir dada posição; ou seja, todo e qualquer saber é situado e, por isso, é impossível afirmar que se produz um saber neutro. A localização social, o lugar de expressão de cada grupo ou indivíduo define a sua posição no campo (MENESES, 2016).

A decolonização do conhecimento ou do saber tem o intuito de redirecionar as aplicações que são controladas por alguns grupos para os interesses de outros grupos não dominantes, incluindo conhecimentos de diferentes culturas nas escolas e nas universidades (SANTOS, 2007).

O entrevistado 1 abordou a importância de se buscar outros conhecimentos tidos como não acadêmicos para a universidade, que é um local onde deveria ter pluralidade de pensamentos. O conhecimento gerado pelos diferentes grupos deveria estar representado nesse ambiente, e não somente o pensamento eurocentrista que, pela lógica da colonização, tem sido reproduzido repetitivamente, não só na academia, mas em todas as esferas da sociedade.

Esse argumento evoca a análise da ciência como um campo de poder. Bourdieu (1983) já postulava que o campo científico é lugar de disputas pela autoridade científica. A posição assumida pelo sujeito no campo dependerá do capital que ele possui (científico, econômico, social ou cultural). O *quantum* de capital simbólico, representado pelo reconhecimento, legitimidade e consagração do pesquisador, pesa nas disputas entre os membros do campo, sendo que a lógica da reprodução se estabelece a partir de quem possui o poder.

Os agentes ou grupos dominantes são aqueles que possuem mais capital simbólico e que direcionam e se constituem como referências, indicando o corpo teórico utilizado em dado campo, por exemplo. Quanto maior a reputação do pesquisador, mais fundos obterá, atrairá melhores estudantes, terá mais acesso ao financiamento de pesquisa, bolsas, convites e publicações. Assim, a decolonização do conhecimento desponta com o interesse de se advogar a favor de pesquisadores que não integram o polo hegemônico e estão localizados em países periféricos.

Outro elemento que pautou a escolha dos autores, nos relatos, foi a filiação de pensamento, representada pela trajetória do pesquisador. Cupani (1998) assevera que não há neutralidade na ciência, pois é inimaginável um pesquisador que não tenha posições prévias, que não esteja envolvido com uma teoria, tradição profissional ou intelectual, ideologia ou que seja emocionalmente neutro e, assim, essa afinidade se reflete nas escolhas dos autores conforme se pode observar:

ENTREVISTADO 8: [...] Eu acho que eu seleciono aqueles que tem uma afinidade de pensamento com a minha formação, é claro que a gente pode mudar algumas coisas durante a carreira. Por exemplo, eu percebo essa mudança na minha formação do mestrado e doutorado e como pesquisador. É claro que eu percebo que para ser um pesquisador consolidado parece que você tem que seguir uma linha teórica durante toda a carreira, é assim que você ganha reconhecimento, mas não sei se funciona mais assim. Tem que haver uma certa consistência de pensamento, eu não vou mudar de esquerda para a direita, mas o pesquisador precisa ser versátil, até para acompanhar as mudanças teóricas e empíricas.

ENTREVISTADO 9: [...] tem coisas que já vêm das matrizes que a gente vai se filiando ao longo do tempo, quer dizer, que já me deu uma perspectiva da Comunicação Organizacional nas relações públicas, e dentro dessa matriz a gente já tem os autores que vem desde muito cedo. Isso vai sendo atualizado, a partir de pessoas que escreve, ou dentro dessa matriz ou fora dela, ou até contra ela. Porque, às vezes, o que vai me chamar atenção é alguém que não dialoga comigo, por algum motivo, que questiona minha matriz teórica. Então, eu me sinto obrigado a recorrer esse autor, a ler esse autor.

ENTREVISTADO 10: Por exemplo, eu tenho um aluno de doutorado fazendo uma pesquisa sobre o [diário de um cineasta brasileiro]. Quando eu tenho uma dúvida, eu procuro me informar: Quais desses autores que pensa um sistema latino-americano? Quais que eu tenho na biblioteca? Quais são os comentadores que eu tenho referência? Então eu vejo quem foi que pesquisou o [cineasta pesquisado], aí eu vejo se eu conheço alguém. Eu penso primeiro em procurar nos autores de referência. Eu não começo a pesquisar, por exemplo, no campo dos periódicos e dos autores atuais. Eu começo ver quem será essas pessoas. Aí vejo a leitura desses novos autores para além dos comentadores já conhecidos. É a primeira maneira de como eu penso [...] então a primeira coisa que eu consulto é a minha biblioteca, aqueles autores que eu tenho como referência.

Nota-se, nos relatos apresentados, que a filiação de pensamento ocorre de duas maneiras principais. A primeira está ligada à trajetória do pesquisador, à influência que seus professores e orientadores exerceram, aos cursos de graduação e pós-graduação que frequentou e, ainda, à cultura que molda esse ambiente. Como pode-se observar no relato

do entrevistado 10, a presença de uma tradição em que os discentes constroem seus próprios repertórios. A segunda maneira está ligada à visão de mundo do pesquisador e sua aproximação com o objeto. A seleção de autores passa pelo entendimento que os pesquisadores têm dos objetos de estudo.

Mills (1982) explica que o pesquisador não separa seu trabalho de investigação de sua vida, havendo um processo de fusão entre o pessoal e o intelectual. Não existe um ponto exato que determina a pesquisa, sendo que sua gênese está delineada pela experiência de vida do pesquisador, núcleo marcante para configurar a produção intelectual que mantém o pesquisador ativo. A realidade não é externa ao sujeito e vai sendo construída no seu cotidiano, assim, muito do que vai ser escolhido e observado pelo pesquisador tem influência do seu questionamento sobre a realidade.

Apesar da filiação de pensamento ser um requisito que orienta os pesquisadores na seleção de bibliografias, houve menções sobre a necessidade de autores que contrargumentam sobre determinada temática, como apontado pelo entrevistado 9, para se conhecer a argumentação crítica e a forma que o autor defende sua posição.

Outro elemento usado pelos sujeitos nas escolhas de autores é o tempo e o contexto das publicações, assim como a atualidade das informações veiculadas.

ENTREVISTADO 2: [...] O que é significativo de fato para esse tipo, é pensar: quanto isso foi publicado? Isso é uma questão importante para estabelecer um ponto, onde aquele discurso, que você está recorrendo a ele. É importante você ter consciência, não que você tenha que saber tudo, ou que você tenha todas essas respostas. Tudo começou com Aristóteles. Eu até entendo o que quer dizer com isso, mas eu não concordo e não acho razoável. Eu acho importante a questão da comunicação é saber assim: quando isso foi editado? quando foi traduzido? quando que isso passou a ser utilizado? Cada autor tem a sua onda, inclusive na academia, assim como no mercado editorial e em qualquer tipo de lugar. Ele é passível de ondas, modas, se certo autor está na moda, todo mundo vai utilizar.

ENTREVISTADO 8: [...] Eu acho fundamental você utilizar autores mais clássicos como da semiótica, a minha referência principal é o Peirce. E eu acho que tem que usar os mais recentes para dar conta de assuntos mais contemporâneos sob a luz do conhecimento teórico que já vem sendo construído. O mais recente depende do que está sendo produzido. O que é impossível você falar, por exemplo, do contexto contemporâneo, da internet e usar alguém de 2005. Eu vejo isso demais em teses e dissertações, e aí o texto publicado em 2002 que foi escrito em 2001. As pessoas usam para falar de como funciona internet atualmente. Era outra internet esse tempo.

Os aspectos levantados pelos entrevistados, ao selecionarem e mencionarem autores, envolvem a observação do ano de publicação e tradução, quando a publicação começou a circular e de que forma a publicação dialoga com o objeto de pesquisa. Vaz e Caregnato (2003) afirmam que a menção de autores em publicação revela um vínculo semântico que se estabelece com as ideias, pensamentos, conceitos, metodologias, resultados etc., e representa um grau de contribuição e relevância de trabalhos existentes com os que estão sendo desenvolvidos. Os entrevistados, ao mencionarem a averiguação

das datas de publicação, não estão apontando somente se é uma publicação que apresenta informações atualizadas, mas se as informações dialogam com a discussão da pesquisa.

As informações nas ciências humanas e sociais são mais textuais, de modo que a literatura mais antiga continua sendo mencionada, como pontua Meadows (1999). A literatura antiga na área das humanidades representa, muitas vezes, a matéria-prima das investigações, oferecendo base para a análise do objeto estudo. A tendência de um campo citar mais trabalhos antigos em detrimento dos mais recentes indica um tipo de “metabolismo humanístico” (BRAGA, 1974). É preciso absorver tudo que foi publicado, amadurecer o conhecimento adquirido para produzir novos textos, versando aproximações sobre os problemas de pesquisa.

Porém, Velho (1986) afirma que o número de citações, por ano, de um artigo declina ao longo do tempo, indicando sua obsolescência, seguindo o próprio movimento da ciência, cuja tendência é o deslocamento da atenção dos pesquisadores para outros interesses, levando às mudanças paradigmáticas. No entanto, as formas de distribuição da idade das citações variam entre as áreas do conhecimento.

O entrevistado 1 apontou a indicação pelos pares como mais uma maneira de se encontrar uma fonte:

ENTREVISTADO 1: [...] cheguei justamente por conta de indicação e convívio dos colegas da antropologia, por causa do trabalho dos saberes tradicionais. [...] Aí quando fui fazer o artigo lembrei da indicação. Tem um caso interessante de te contar. Quando eu comecei a fazer essa pesquisa [mencionou o tema] e eu submeti um artigo que não era na comunicação e cinema, pela primeira vez, que era nas ciências sociais, aí veio um parecer bem minucioso e crítico. Eu não sei quem foi, mas sou muito grato, porque de fato ele abriu um campo de pesquisa, sabe aquele parecer que dá uma luz. Ele foi muito preciso e minucioso, é muito legal quando você tem um parecer generoso, de uma pessoa que está efetivamente contribuindo para seu trabalho. Aí ele apontou os autores, os livros e eu fui lendo e isso me abriu outras leituras. Essa situação é a mais saudável que pode ter, parecer com muita boa vontade. Essa relação pode ser muito construtiva, por outro lado, cabe ao autor entender também o parecer. Meu texto foi acabado pelo parecerista, mas, enfim, tinha alguma coisa que ele estava apontando pra mim.

Os pareceristas ou avaliadores desempenham a função de julgar os originais enviados às revistas, numa atividade carregada de subjetividade, cujos comentários apontam o valor da contribuição do trabalho para o desenvolvimento da ciência (STUMP, 2008). Apesar de inúmeras críticas como o processo de avaliação, morosidade, entre outros, Wenneras e Wold (1997) e Mulligan (2004) afirmam que a avaliação é um ponto de interlocução entre pesquisadores que pode auxiliar na localização de autores potenciais para subsidiarem investigações.

Os pares podem reforçar indicações de literatura que circule na comunidade científica ou abrirem espaço a outros textos com iguais contribuições, mas que são pouco

mencionados. A interdisciplinaridade do conhecimento também pode ser colocada como um fenômeno importante, pois ao avaliador indicar leituras que não são de domínio do autor que está sendo avaliado, possibilita a realização de conexões com as áreas de origem, ampliando o horizonte teórico, como é o caso exposto pelo entrevistado 1. Assim, os pares se posicionam como sujeitos imprescindíveis para a referência de autores, seja para reforçarem os autores já utilizados, ou para apresentarem novos autores.

O entrevistado 1, ao mencionar os pares na indicação de novas leituras que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa, revela uma das formas possíveis de se encontrar autores. Nesse caso, ocorre uma busca por procuração, categoria definida por McKenzie (2003). A informação é adquirida por meio de terceiros, que realizam a indicação para os sujeitos, sendo o colégio invisível um componente central para que os pesquisadores cheguem até os autores.

Essa categoria de análise revelou que os entrevistados chegam aos autores utilizando várias estratégias. Inicialmente, abordaram a utilização da técnica bola de neve, com a qual iniciam o encadeamento de ideias e de autores. Os pares também são um componente importante nesse processo, pois sugerem literatura que ainda não estava presente no arcabouço teórico dos pesquisadores. O uso efetivo desses autores tem a ver com o reconhecimento que possuem, se constituindo como uma autoridade.

O modismo também aparece como outro componente, em decorrência do que tem sido utilizado constantemente no campo de estudo, mas que tem despertado os pesquisadores para a decolonização do saber, a favor de trazer para o campo científico o conhecimento produzido nos chamados países periféricos. A filiação de pensamento dos pesquisadores, o tempo e o contexto de uma obra também perpassam a escolha de autores pelos entrevistados. Desse modo, essa categoria envolve uma dimensão operacional, como o processo de levantamento bibliográfico; uma dimensão intelectual, como a filiação de pensamento; e uma dimensão político-social, como o modismo e a decolonização.

Na subseção 5.4, apresenta-se a análise relativa aos tipos de publicações que os pesquisadores escolhem para divulgar os resultados de suas investigações e as implicações dos formatos, visto que esse é o modo de disseminar as informações e informar aos pares os seus achados.

#### **5.4 Escolhendo a publicação**

O ato da escrita faz parte do ofício do pesquisador e passa por um longo processo da comunicação científica, com suas ramificações de atividades. Garvey e Griffith (1979) condensaram em um modelo diferentes modalidades de publicação que contribuem para a informação circular entre os pares, sendo os artigos de periódicos científicos, livros, artigos de anais de congresso e outros, os recursos usados pela comunidade científica. Assim, tornar as informações disponíveis implica em escolher os meios de divulgação, que pode ser por razões pessoais, científicas, institucionais ou políticas. Nesse sentido, procurou-se

entender as implicações dos modelos da publicação utilizados pelos entrevistados e as razões dessas escolhas.

Inicialmente, observou-se a existência da preponderância de publicações em periódicos científicos, em detrimento dos livros e outros formatos como anais de congresso, resumos etc. Apesar desse formato de divulgação não aparecer como preferencial para todos os entrevistados, conforme se pode verificar no relato do entrevistado 4:

ENTREVISTADO 4: Bom, olhando para os meus colegas acho que seria os livros, mas não é o que eu e eles fazemos. Você sabe que os artigos têm um peso maior, mas claro, não é qualquer revista. Então acho que para a gente se manter, publicamos mais em revistas e eventos selecionados, porque publicar também em qualquer evento é uma energia gasta que não vale a pena. Uma vez ou outra quando a gente quer se dar ao luxo, a gente publica em livro.

Esse relato apontou que as publicações de artigo científico se destacam pelo peso atribuído a esse recurso pela estrutura nacional de avaliação coordenada pela CAPES (ROSA, 2008). Os critérios geram impacto na avaliação dos programas e nos recursos financeiros concedidos para financiar infraestrutura, eventos, bolsas de pesquisa, ajuda de custo etc. Desse modo, para atenderem ao quadro de avaliação, os pesquisadores precisam publicar em periódicos que atinjam os padrões de qualidade, conforme os relatos a seguir:

ENTREVISTADO 1: No ponto de vista estratégico é publicar de B1 para cima. Acaba que essa política da CAPES leva o pesquisador a priorizar esses endereçamentos para essas revistas mais qualificadas.

ENTREVISTADO 5: Em revista porque qualifica. Comidinha para o Lattes. Na verdade, você publica de acordo com a indexação e você publica de acordo com o Qualis. Eu não publico em qualquer um porque o exercício da produção é alto e como tem que pontuar no programa, você vai nas publicações mais altas. Eu adoro publicar em livro, eu acho um prazer, mas o Qualis do livro é baixo. Então faço um pouco em livro e depois volto para as pesquisas indexadas e qualificadas.

ENTREVISTADO 7: Eu sempre tento mandar para aquelas que está melhor qualificada na área, pelo Qualis, que vão beneficiar os autores de forma mais intensa de B1 para cima.

ENTREVISTADO 13: Em geral tem muita publicação em revistas nacionais, mais qualificadas B1 e A2, mas a minha experiência pessoal e do meu grupo de pesquisa, a gente olha mais revistas internacionais com fatores de impacto relevante para dar visibilidade.

Nota-se a ênfase que os entrevistados dão à observação da qualificação das revistas às quais submeterão artigos, buscando atingir os requisitos que os mantenham na pós-graduação, uma prática que se estende para a rede de pesquisadores onde os entrevistados se inserem. Conforme destacou o entrevistado 13, além da qualificação dos

periódicos, o fator de impacto também é levado em consideração, porém com pouca preponderância em comparação com o Qualis CAPES.

Qualificadores como o Qualis CAPES e Fator de Impacto são utilizados como forma de classificar a informação científica, no âmbito nacional e internacional, respectivamente (BIANCHETTI; VALLE, 2014). A inclusão dos periódicos nesses tipos de índices confere a regularidade da publicação; acesso sobre as fontes dos artigos; diversidade internacional de autores; diversidade de equipe editorial; número de citações e outros elementos de análise que possam vir a cobrir.

A classificação das revistas também tem sido ponderada para maior ou menor adesão pelos entrevistados. Conforme mencionou o entrevistado 11, a escolha de um periódico para se publicar não é branda e implica em acontecimentos que podem influenciar no êxito do pesquisador:

ENTREVISTADO 11: Hoje eu tenho olhado muito a classificação das revistas, tem que olhar porque se eu publicar em uma revista mal avaliada na área, isso não conta. Já que eu tenho, eu posso até publicar depois que eu já tiver cumprido os três que são exigências. Eu posso até publicar em revista B2 ou B3, às vezes a gente tem uns orientandos, e é difícil para eles conseguirem publicar em revistas mais bem avaliadas. Eu não me lembro de publicar em revista B2. Mas tem que olhar, por senão além de eu publicar isso, eu tenho que publicar mais um, então é melhor tentar nas revistas mais bem avaliadas.

No entanto, se observou também o uso de outros critérios para se escolher o periódico que avaliará o artigo, conforme expressaram os relatos abaixo:

ENTREVISTADO 4: Se você tem um dossiê que é interessante que vai circular mais, o endereçamento é mais específico. Aí tem um dossiê que é B1 e eu poderia pensar em publicar numa A2, porque é um dossiê sobre [figura pública]. Não é só a chance de publicar, mas de querer a sua publicação em um conjunto que tem a ver com seu tema.

ENTREVISTADO 5: É o conjunto temático da revista. Vai aproximar os autores com trabalho semelhante, vai melhorar a visibilidade.

ENTREVISTADO 6: Primeiro, eu olho o histórico que o periódico já tem na área. Por exemplo, entre os periódicos que eu publiquei, tem o Significação, que é a revista da USP, que é dedicada ao audiovisual. A Galáxia é uma revista também, primeiro que o editor dela é muito zeloso com a periodicidade, com o trabalho dos pareceres. Eu acho uma revista muito rigorosa no tratamento que ela tem. Eu mesmo quando recebo pareceres dessa revista, eu vejo o cuidado que o editor tem. E aí fala que tem algo que precisa ser revisto, e o texto volta pra mim, porque acontece, às vezes, de você como parecerista, o texto não volta pra você, e aí você não sabe se foi modificado ou não. Então é menos a nota que elas têm, é mais um certo consenso que elas adquiriram. Mas eu não saio pesquisando qual é o Qualis. Eu acabo indo mais pela temática, pelos dossiês.

Os entrevistados 4 e 5 apontaram a relevância do pesquisador publicar num conjunto de artigos com temáticas próximas, em números temáticos e dossiês. Entende-se que, para

esses entrevistados, esse contexto permite uma maior valorização e visibilidade dos manuscritos, já que estão em conjunto com outros artigos que retratam temas similares.

Para além disso, o entrevistado 6 destacou os locais de avaliação para esse manuscrito, que envolve todo o processo de qualidade editorial da revista. Acredita-se que, por mais que o desejo e necessidade do pesquisador consistem no aceite de seu artigo, ele precisa sentir que o processo avaliativo é seguro, sendo uma variável importante para a sua escolha. Pode-se localizar na fala do entrevistado que, entre as fases importantes está o parecer, formado por sugestões e críticas dos pares, uma fase importante para os pesquisadores terem um suporte para melhorias em suas pesquisas.

O entrevistado 10 apontou o fato de que publicar em revista com classificação alta não equivale a ter maior circulação do artigo, leitura e citação pelos pares, o que impulsiona os pesquisadores a se orientarem por outros critérios.

ENTREVISTADO 10: E até mesmo as publicações que eu tenho no exterior, tem um fator de impacto alto, mas nunca ninguém leu, nunca ninguém comentou, ninguém entrou em contato comigo, aí não têm referência nenhuma, ninguém comenta. E não se traduz nas citações.

A circulação da publicação permite que os pares a conheçam, aumentando a chance de menções na literatura, seja para apoiar ou criticar as informações expostas. Dessa maneira, artigos publicados em periódicos com classificação alta deveriam implicar em maior índice de citação, já que a publicação compõe o periódico que tem boa qualidade e é mais acessado. Mas, a realidade aponta para o fato de que a publicação pode não seguir esse caminho linear.

Nesse sentido, Day (1998) explica que muitos pesquisadores concluem os experimentos científicos após a publicação dos dados, porém essa é só uma variável levantada para a publicação. Isso ocorre porque a publicação é o meio e não o fim, ela é imprescindível para que se tenha a possibilidade de reconhecimento pelos pares e a comunidade científica nos âmbitos nacional e internacional. O conhecimento científico é originado pelo método científico e atestado pela comunidade científica, por meio da avaliação dos manuscritos apresentados, mas essa anuência não oferece garantia de que a publicação será lembrada. Publicar não é suficiente, é preciso que o texto seja encontrado, lido e aceito, se tornando o grande desafio (VOLPATO, 2001).

É como a analogia levantada por Day (1998), quando uma árvore cai na floresta e não há ninguém para ouvi-la cair, ela soa? A resposta correta é não. O som é mais do que ondas de pressão, assim, não pode haver som sem um ouvinte. A publicação como um modo de comunicação científica não é efetiva, a menos que o artigo científico seja percebido e compreendido pelo público-alvo. Pode-se afirmar o axioma da ciência da seguinte forma: um experimento científico não está completo até que os resultados sejam publicados e compreendidos. A publicação não passa de ondas de pressão, a menos que o artigo publicado seja entendido. Muitos artigos científicos caem silenciosamente na floresta.

Um dos eventos que pode silenciar ou repercutir essas ondas na floresta é o número de citações de um determinado artigo. Geralmente, se priorizam aqueles que já estão consagrados pela literatura internacional. A citação bibliográfica valida a informação perante a comunidade científica, pois não há nada mais razoável e prudente do que escolher pesquisas já reconhecidas pela comunidade, que apresentam uma boa base informacional. Do mesmo modo, artigos provenientes de países desenvolvidos acabam sendo priorizados e, nesses casos, também pode haver influência de preconceitos (VOLPATO; FREIRAS, 2003). Pode-se compreender assim o relato do entrevistado 10. A publicação, vista principalmente no âmbito internacional, implica em reconhecimento da comunidade científica e ocorrência de acumulação de menções.

Os livros apareceram também como formas de publicação para os entrevistados. Cunha (2001) explica que o livro é considerado um documento que se constitui como uma unidade bibliográfica para atender às necessidades da área científica e tecnológica. O livro tende a oferecer ao leitor um conjunto de conhecimentos consolidados e especializados. Porém, o autor (CUNHA, 2001) adverte que esse tipo de fonte de informação pode se tornar obsoleto rapidamente, pois consome maior tempo de produção e, quando é publicado, as informações ali contidas podem estar defasadas. Desse modo, os entrevistados apontaram as questões referentes à escolha desse material, que recai sobre a estrutura do texto, conforme se pode verificar:

ENTREVISTADO 2: Tem gente que não faz, não tem interesse, mas as pessoas que têm nome, elas têm um livro. É mais difícil uma pessoa que ficou muito conhecida por um artigo. Ela tem que ter volume, o artigo é uma ideia para ela me convencer de alguma coisa, tem que soar. Imagina um acadêmico que tem um doutorado, que estuda. Pra eu mudar a minha posição ou incorporar o que ele está dizendo, ele precisa falar bastante.

ENTREVISTADO 5: Eu gosto de publicar em livro porque você tem uma liberdade maior de espaço, aprofundamento de algumas discussões que é diferente da pesquisa. A natureza do produto é diferente e muda a escrita.

ENTREVISTADO 7: O livro normalmente é uma demanda por encomenda que você vai fazer. A elaboração do texto para o livro é diferente do artigo de periódico porque, normalmente, ele tenta a ter um formato bem mais característico, recortado etc. Então, ele entra em uma comunicação de pesquisa, que é diferente da elaboração conceitual do que se pretenda fazer em um capítulo de livro. Às vezes, eles vão para caminhos diferentes em função do que você pode fazer.

Os entrevistados 2, 5 e 7 vão ao encontro da ideia de que o formato livro pode proporcionar um espaço de maior reflexão, de modo que o entrevistado 2 chama atenção para a necessidade de convencimento dos leitores. Entende-se que, como as Ciências Sociais, geralmente, não utilizam uma linguagem cifrada (fórmulas matemáticas, cálculos etc.), os pesquisadores precisam desenvolver uma espécie de convencimento de seus leitores, trazendo autores em quem suas reflexões possam se sustentar. Caso o

pesquisador não consiga alcançar êxito, ele pode ter pouca chance de receber notoriedade pela pesquisa desenvolvida. Assim, acredita-se que o livro é um dos espaços propícios para alcançar esses objetivos, mas não se descarta que essa situação possa ocorrer em artigos científicos, por exemplo.

Todavia, o formato livro também recebe críticas, principalmente por alguns modos de estruturação e por ainda não terem requisitos claros e concisos para a sua avaliação pela CAPES em comparação com o que já ocorre com os periódicos, conforme se pode observar a seguir:

ENTREVISTADO 11: Hoje tem uma pressão muito grande para se publicar em revistas né?! Revistas bem avaliadas no Qualis. No nosso programa a gente tem pressão pra publicar em revistas A1, A2 e B1, que é o que conta, mas tem pesquisadores que preferem publicar em livros, mas isso não tem sido tão valorizado na hora que vai avaliar o programa. Eu acho que é assim em todas as áreas, tem L1, L2, L3, L4 que pontuam os livros e ninguém entende direito como é essa avaliação é feita, ainda tem alguns critérios parecem muito nebulosos pra nós.

ENTREVISTADO 13: Eu vejo também no programa que o pessoal publica em capítulo de livro. Eu participei agora de uma comissão de credenciamento de professor e eu tive que fazer a pontuação. Eu não acho correto, mas o programa decidiu. Capítulo de livro, por exemplo, se ele é internacional, ele vale tanto quando um A1, e o capítulo de livro nacional vale A2. Eu não acho isso muito bom, às vezes eu acho que publicar em livro é menos rigoroso do que em revistas. Eu tenho vários colegas que publicam capítulo de livro e o idioma que você percebe que prevalece é o espanhol e português. Então, eu acho que tinha que ter um investimento maior em livros e revistas em inglês, infelizmente.

ENTREVISTADO 9: Organizar um livro é uma coisa meio chata, livro tem algumas inseguranças quando a gente vai publicar. Em primeiro lugar em relação ao Qualis, porque você não sabe qual vai ser, porque depende da editora que você vai mandar. E também tem isso, depende de quem está organizando o livro, depende de quem mais está publicando o livro. Então a gente não tem muita segurança sobre isso. No periódico, ainda que tenha uma revisão de tempos em tempos, ainda há uma segurança porque se você for mandar para periódico, ele não vai cair pra B4, na próxima avaliação. Então eu acho que isso é uma coisa que influencia. Para além disso, o processo de leitura do livro normalmente é muito estendido, então dependendo do artigo que você manda, quando for publicado, ele já está velho, então isso também é um problema.

Os entrevistados mencionaram as inseguranças decorrentes da publicação de livros para avaliação do programa de pós-graduação, além dos critérios de qualificação que parecem não serem claros, pois envolvem a avaliação subjetiva da classificação. De acordo com o entrevistado 9, a classificação ocorre de acordo com a composição de pesquisadores na publicação, assim se pode entender que, quanto mais os pesquisadores que compõem a publicação obtiverem capital científico, maiores serão as chances do livro que compõem receber boa classificação. Assim, o investimento de se publicar em livros que atendam a

bons critérios de avaliação é muito maior, além do tempo de preparação envolvendo os sujeitos que participarão da sua produção.

Percebe-se, também, que o interesse em publicar em formato livro ou artigo depende de estratégias utilizadas pelos pesquisadores para facilitar o processo de produção, conforme os seguintes relatos:

ENTREVISTADO 2: Algumas pessoas juntam um conjunto de artigos e fazem um livro. Outros, fazem uma pesquisa de quatro anos criando estratégias. Na primeira fase da pesquisa, eu vou escrever o capítulo um do meu livro. Na segunda fase, o capítulo dois. Não é exatamente planejado, isso não é exatamente um conjunto de artigo, isso é um livro, entendeu?! Isso vai se finalizar. Aí você tem essa outra temporalidade, pelo menos assim, as pessoas mais espertas fazem isso. Grosso modo, os pesquisadores estão fazendo isso o tempo todo, estão publicando picado os artigos e têm narrativas mais longas.

ENTREVISTADO 7: Em função dessa demanda para publicar de forma qualificada e internacionalizada da produção, você tem que adquirir uma dicção desses lugares. E eles têm formatos muito característicos, tanto aqueles que estão disponíveis em formatos CAPES ou em outros. Eles possuem características de seus artigos muito particulares. Você já escreve pensando em qual periódico vai mandar, então o periódico X, só recebe nessa estrutura. Então você vai formatando um pouco a linguagem da sua produção em função disso [...] se é um periódico que tem tal estrutura, isso já desenha o formato do artigo, aí você tem uma padronização muito forte da escrita, que tipo de artigo, que tipo de pesquisa empírica é exigida, isso acaba reincidindo no tipo de pesquisa que você vai fazer.

O entrevistado 2 abordou a prática contemporânea de se fragmentar a pesquisa em menores unidades de informação publicáveis. Porém, se observa que, em vez do montante da pesquisa ser dividido, o pesquisador, inicialmente, se propõe a tornar cada artigo um capítulo de seu livro, o que gera uma economia de tempo. Além disso, pressupõe-se que isso possa estar relacionado com o próprio objeto de estudo que, às vezes, demanda uma discussão longa, fazendo que o próprio pesquisador opte por fragmentar a pesquisa. Já o entrevistado 7 alertou sobre a necessidade de se observar as características das revistas como, por exemplo, os tipos de estudos que geralmente são aceitos, teóricos e empíricos.

Sobre isso, Bourdieu (2001, p. 86) afirma que a escrita científica carrega consigo uma materialidade das práticas sociais, um *habitus* linguístico do campo, que se configura num mercado das trocas linguísticas. Para o autor, o discurso científico não é simples, mas

uma produção que se ajusta a uma “situação”, num mercado ou num campo. A escrita científica é uma prática onde os “jogadores do campo científico são convidados a registrar suas práticas, utilizando uma linguagem própria do campo” (CARVALHO, 2017), sendo as publicações formas de identificação desse campo científico. Nas Ciências Sociais e Humanas, há diferentes correntes de pensamento, como demonstra Tanus (2017), e, nesse sentido, as revistas e eventos direcionam o seu escopo para atender a determinados embasamentos teóricos e metodológicos. Essa é uma questão a ser observada pelo pesquisador que quer acessar esse circuito internacional ou ter prestígio. Como o entrevistado 7 retratou, há uma necessidade de readequação da pesquisa ou do escopo que atenda a esse tipo de investigação produzida.

Entre os fatores que levam os entrevistados a escolherem a forma da publicação, há questões éticas que orientam suas ações. Os entrevistados mencionam as seguintes situações:

ENTREVISTADO 11: Tem um grande projeto e tem várias pessoas envolvidas. Tem bolsa de apoio técnico, de IC e vários voluntários, mestrandos, doutorandos, ou egressos do programa que estão participando e que acreditam no projeto. E na hora da gente publicar, nem toda revista aceita graduandos, a gente tem procurado sempre publicar em revistas que aceitam graduandos. Por enquanto, a gente não teve problema com isso, mas a gente está com várias pessoas porque agora que a pesquisa está dando resultado. A gente tem quatro textos submetidos. Então, eventualmente, a gente possa passar por um conflito ético se, por acaso, a revista falar que graduandos não possam entrar. Não se faz esse tipo de pesquisa sem aluno de IC, porque é eles que fazem esse trabalho insano das planilhas e da coleta de dados, da sistematização dos dados. A gente entra muito depois, lá na análise desses resultados. Mas como é que o nome dessas pessoas não pode entrar?! não pode ter graduando?! Não faz sentido. Isso vai nortear o critério para onde vamos publicar, porque às vezes as revistas colocam que não podem ter mestrando e doutorando em parceria com doutor. Mas tem isso, a gente não tá querendo que o graduando publique sozinho, mas que o nome dele participe, porque afinal de contas ele participou da produção do texto e da pesquisa.

ENTREVISTADO 9: Uma vez eu escrevi um artigo para um periódico e era sobre [manifestações públicas]. E era um artigo que tinha um posicionamento, e um dos pareceres diziam que aquele artigo estava assumindo uma posição, e eu respondi dizendo que sim. O editor disse se eu iria alterar e eu respondi que não. Aí eu disse que se eles não quiserem publicar tudo bem, mas eu não tiraria. Eu disse que o artigo tinha um posicionamento e ele estava claro. Estava escrito que eu estava olhando essa posição a partir de tal lugar. E aí o editor resolveu publicar. O editor perguntou para o parecerista, e ele disse se é assim por ele tudo bem. E aí resolveu publicar.

O relato do entrevistado 11 chama a atenção para os sujeitos que integram as pesquisas e podem não ser considerados autores da publicação, que é o caso dos alunos de graduação. Sabe-se que esses sujeitos são indispensáveis para a ciência, pois sem eles muitas pesquisas não conseguiriam se desenvolver devido à alta demanda de trabalho.

Além disso, a iniciação científica é a primeira experiência com a pesquisa que se pode ter na universidade, gerando interesse pela carreira científica.

As diretrizes para Periódicos CAPES da área de Comunicação e Informação (CAPES, 2017), indicam que os estratos B1, A2 e A1 devem apresentar, em cada uma das edições da revista avaliada, no mínimo, a participação de 80% de autores doutores. Esse fato pode justificar as condições impostas pelas revistas para a submissão de manuscritos, que solicitam, por exemplo, que, no mínimo, o autor esteja no processo de doutoramento, como é caso das revistas *Matrizes* e *Galáxia*, da área de Comunicação e que possuem estratificação alta.

Assim, gera-se um impasse. Os sujeitos que não possuem a titulação mínima exigida por algumas revistas são excluídos, como é o caso dos graduandos. Porém, esses sujeitos deveriam participar da autoria, como defendeu o entrevistado 11. Publicar em revistas com Qualis mais baixos que B1 também significa correr risco, já que os pesquisadores dependem de publicações em revistas bem avaliadas para poderem permanecer credenciados nos programas de pós-graduação, conforme já mencionado pelos entrevistados. Contudo, entende-se que, quanto mais doutores houver em uma publicação, mais qualificada a revista será considerada.

O entrevistado 9 apontou também a questão de posicionamento e conflitos teóricos que podem envolver a avaliação de um artigo nas revistas científicas. Stumpf (2008) explica que os avaliadores julgam os manuscritos enviados para as revistas, e que se espera deles comentários justos, que apontem o valor e as contribuições que o trabalho oferece para a ciência. Todavia, a atividade de avaliação envolve a subjetividade dos sujeitos que atuam como um filtro de artigos que serão publicados.

Para Stumpf (2008), a situação é complexa visto que os avaliadores podem cometer erros, permitindo a publicação de pesquisas que não sejam tão valiosas ou a rejeição de outras que trazem inovações para o campo de estudo. E essa limitação tem sido apontada entre as principais críticas em torno da avaliação dos manuscritos, pois os avaliadores são escolhidos pela sua especialidade em determinado assunto, o que pode ocasionar a aceitação de determinadas teorias e procedimentos, dificultando a publicação de contribuições mais inovadoras.

Como já constatado, a qualificação das revistas é utilizada para orientar a submissão dos artigos. Se por um lado há lentidão no processo de avaliação devido ao grande fluxo de submissão e ao quadro reduzido de colaboradores da revista, por outro, há poucas revistas para atenderem à demanda de pesquisadores. Devido ao crescimento da área de Comunicação, por meio da abertura de novos cursos de pós-graduação, há um incremento de professores e pesquisadores que precisam publicar, como aponta Costa (2015). Assim, os pesquisadores apontam estratégias para rastreamento dos periódicos de modo a diversificar a publicação, conforme se pode observar nos relatos a seguir:

ENTREVISTADO 9: Eu sempre levo em consideração o Qualis, mas também vou seguindo as chamadas. Às vezes, a gente tem um artigo que não tem chamada pra ele. Então eu faço uma pesquisa e vejo onde ele pode se encaixar, ou onde eu não publiquei nos últimos tempos. Assim, eu dou um espaço maior entre uma publicação e outra, para não publicar no mesmo periódico, basicamente isso.

ENTREVISTADO 10: A gente tem um cardápio e a gente tem que ver o que está disponível com chamadas abertas. Fazemos um radarzinho, principalmente, no nosso caso para dossiês. A gente vê se aborda o tema que estamos trabalhando aqui ou é na questão específica da minha subárea de pesquisa. Tem que ficar de olho. Mas isso eu estou falando de periódico né!, porque é claro que na minha área muita publicação vem por chances que a gente tem, de livros que alguém organiza, os colegas que chamam. Mas no periódico a gente olha para o mapa que tem. Agora se é para mandar para chamada mais geral, a gente tenta focar lá no B1, e aí a gente vê quais que se encaixam e as regras, porque têm periódicos que eu tenho que esperar dois anos para poder submeter outro artigo, que são ótimos, mas tem que esperar. Então ali eu já torrei a minha cota. Então é sempre um quebra-cabeça, onde a gente vai olhando a cada momento. Todo mundo do nosso grupo é vigilante para ver as chamadas, não só os que a gente recebe, a gente tem que ser proativo porque, nem sempre, eu vou receber isso no meu e-mail.

Os relatos apontaram que os entrevistados realizam suas buscas individuais para identificarem as melhores revistas para submeterem seus originais. Há também o monitoramento dos integrantes do grupo de pesquisa como uma espécie de rede, pois, conforme apontou o entrevistado 10, há a possibilidade de falhas das notificações dos editores. Assim, os entrevistados precisam contar com seus pares para obterem esse tipo de informação que é disseminada, principalmente, por correio eletrônico e redes sociais.

Verificou-se que os artigos científicos são as principais formas de publicação científica, impulsionados, principalmente, pela classificação das revistas e circulação da publicação que permita que os pesquisadores sejam lidos e citados.

A adesão à publicação em livros se relaciona com a possibilidade de trazer um caráter autoral, em que há um espaço para os pesquisadores exporem de maneira mais detalhada suas ideias. Porém, comparados com os artigos de periódicos, eles apresentam insegurança, já que os critérios de avaliação da CAPES não parecem ser tão claros como os critérios de avaliação dos periódicos científicos.

Os entrevistados apontaram táticas para direcionarem a publicação, como a observação das características das revistas para a submissão de artigos que correspondam ao seu escopo. Da mesma forma, o planejamento da estrutura das publicações é pensado com o intuito de manter os pesquisadores ativos na sua produção científica. Questões éticas

também foram levantadas como a possibilidade de estudantes que integraram a pesquisa não poderem assinar a publicação, por questões de titulação, além dos conflitos dos posicionamentos do autor e avaliador das revistas. Por fim, os entrevistados apontaram que rastreiam as chamadas para publicações por meio da participação de listas, notificações de e-mail e pelos próprios pares que fazem a indicação.

Contudo, a produtividade na ciência tem evidenciado, cada vez mais, o capital científico puro que, para Bourdieu (1983), está representado pelas publicações. Em torno delas, se articula o financiamento de pesquisa e a visibilidade dos pesquisadores, de modo que esses elaboram estratégias para atingirem os seus objetivos, ao mesmo tempo em que precisam administrar o modo de funcionamento das publicações.

Na subseção 5.5, apresenta-se a investigação em torno da constituição da autoria das publicações que, além de assinalar a responsabilidade da investigação desenvolvida, tem envolvido muitos conflitos em torno da sua ordenação.

### **5.5 Determinando a autoria nas publicações**

A publicação científica se relaciona intrinsecamente com a imagem do pesquisador. Para a aprovação e comprovação das publicações, os pesquisadores precisam passar pela avaliação de seus pares, que vão lhes conferir reconhecimento e crédito pelo trabalho desenvolvido. O campo científico exige identificação da figura do autor para garantir confiabilidade ao que foi escrito.

Desse modo, a autoria individual ou compartilhada (coautoria) estabelece, em primeiro plano, a responsabilidade pela obra intelectual. Porém, o estabelecimento da autoria envolve diversos interesses que movem a organização dos sujeitos ao publicarem. Como sugere Hilário et al. (2008), a autoria abrange interesses como a apropriação de uma produção intelectual, direitos autorais, princípios éticos e a construção de um discurso intelectual. Assim, procurou-se analisar de que maneira os entrevistados estipulam a autoria de suas produções e quais os valores estão inseridos nessa prática.

Entre os entrevistados que possuem maior frequência de publicação de trabalhos feitos individualmente, se observam os seguintes argumentos:

ENTREVISTADO 6: eu publiquei em parceria, mas não muito em comparação com outros colegas que publicam muito com seus orientandos. Eu publico pouquíssimo porque eu vejo colegas muito com seus alunos, todo tema de seus alunos vira artigo deles. Eu não consigo fazer, eu não sei exatamente por quê. Tenho algumas publicações com alguns alunos e que foram derivadas das pesquisas que demandou um certo amadurecimento, mas, de qualquer forma, eu não tenho isso como uma coisa programática. Talvez isso seja um problema. Eu vejo colegas muito bem-sucedidos e que produzem sistematicamente textos com seus alunos, às vezes, mais de um texto. Aí você vê um professor que publica três ou quatro artigos com aquele aluno. A minha maneira ainda não é de fazer assim.

ENTREVISTADO 4: Bom, eu acho que tem um movimento para publicar em coletivo porque assim as pessoas publicam mais. Honestamente, para mim,

quando não é trabalho relacionado com o grupo de pesquisa ou orientando, eu prefiro publicar sozinho porque é uma forma que vejo da pessoa ser conhecido como pesquisador. O que vejo muito, e não é criticar os colegas, mas alguns colegas nunca publicam sozinhos e isso não mostra uma trajetória como pesquisador. Publicar sozinho é uma maneira do pesquisador se consolidar como tal, mostrando sua trajetória de pesquisa. Outra coisa que vejo é que a gente precisa se debruçar mais tempo em trabalhos teóricos do que empíricos, não que eles não sejam importantes, mas acho que falta reflexões. Às vezes, os trabalhos têm muito dados e carece de reflexões. Mas para isso, eu também entendo que precisamos mudar esse modo de trabalho. A gente, como professor e pesquisador, tem outras mil atribuições na universidade e requer tempo para alcançar um estágio de maturidade teórica.

O entrevistado 6 relatou não ter a prática recorrente de publicação conjunta, mesmo pontuando ser essa uma prática habitual na área, principalmente, com a colaboração dos orientandos da pós-graduação. O entrevistado 4 corroborou essa percepção, destacando a importância da autoria individual, pois, para ele, é uma maneira do pesquisador construir uma trajetória relevante de pesquisa. Esse ponto de vista pode estar vinculado com a ideia do “cientista solitário” que projeta sua autoria individual com identidade formalizada no binômio autor *versus* obra (TARGINO, 2010), que pode ser motivada por preocupações de natureza científica ou por anseios pessoais.

Esse binômio destaca a presença de um forte caráter autoral do pesquisador em uma obra. Segundo Hilário et al. (2018), essa prática representa a construção de um discurso individual, que parece se conformar num esforço de consolidação de um nome na comunidade científica, quando o pesquisador passa a ter a sua existência marcada no campo. Essa prática pode estar associada à aquisição da autoridade científica, pois ao buscar o reconhecimento por meio do trabalho individual, o pesquisador pode demonstrar a sua capacidade científica. Como lembra Bourdieu (1983), o interesse por uma atividade científica pode apresentar dupla face, assim como as estratégias utilizadas para garantir a satisfação desse interesse.

Além disso, essa narrativa também pode estar atrelada ao grande volume de publicações que acabam não dispendendo de um aprofundamento teórico. Supõe-se que esse efeito é incentivado pelo movimento produtivista que induz os pesquisadores a publicarem recorrentemente, em detrimento da dedicação de um tempo maior para a realização de reflexões. Como afirmam Souza et al. (2018), a lógica produtivista subtrai algumas características intrínsecas ao saber/fazer científico, como a reflexão e a criticidade, de modo que colabora para reduzir as possibilidades de se produzir aperfeiçoamento e inovação, promotoras de avanços científicos e sociais.

Ao se falar sobre produção científica, se deve considerar o processo de amadurecimento das ideias. Rosa (2008) argumenta que, sob o ponto de vista histórico, uma das primeiras mudanças significativas, que marcou a aceleração da produção acadêmica brasileira, foi a redução de tempo na produção de tese. Até 1998, a CAPES estabelecia e financiava a pesquisa de doutorado em um período de até 12 anos, segundo

uma lógica de funcionamento mais vagarosa e reflexiva. O pesquisador podia imergir-se no estado da arte, coletar dados e se aprofundar nos estudos que permitissem apreender o fenômeno analisado num espaço de tempo razoável para captar as mudanças percebidas ao longo da pesquisa e, até mesmo, reelaborar as análises, possibilitando o seu retorno à versão final do texto.

Com a mudança desse cenário, a produção científica passa a sofrer uma pressão do tempo cronológico. O tempo para a defesa da tese de doutoramento chega a 48 meses, três vezes menor que o tempo anterior. Além disso, a realização do curso de doutorado no tempo estipulado foi atrelada ao sistema de pontos contabilizados na avaliação dos programas de pós-graduação. Assim, independentemente da proposta da tese, o tempo é o balizador e a pesquisa deve ser submetida ao prazo, sob o risco do programa perder pontos, o que implica na perda de posições no ranking da CAPES. Como consequência, a produção de artigos também é colocada sob essa lógica sendo, inclusive, exigência para recém-titulados que devem publicar para receber o título (ROSA, 2008). Contudo, produzir um texto requer amadurecimento, diálogo e revisão. Deixar de considerar esses fatores acaba gerando uma incompatibilidade entre quantidade e qualidade da produção científica.

A escolha por publicações individuais também decorre do interesse dos pesquisadores em demonstrar competência para o desenvolvimento pleno de uma pesquisa. Assim, o pesquisador pode evidenciar suas habilidades na elaboração intelectual individual, conforme exposto por Queiroz (2019). Possuir uma publicação sem coautoria pode representar, para o sujeito, a satisfação do esforço intelectual, amparado pelo desejo de reconhecimento pelos seus pares.

A autoria compartilhada ou coautoria é uma prática muito comum e reconhecida na área, como já foi apontado. O estabelecimento da ordem dos autores no texto é um elemento que aparece no processo da publicação, pois, por meio dessa ordem, se pode questionar se, efetivamente, os pesquisadores têm contribuído e compartilhado o conhecimento gerado na produção científica. Os relatos apontaram que a prática mais comum é determinar a ordenação pelo peso da participação dos pesquisadores ou pela afinidade que cada um tem com o tema da pesquisa.

ENTREVISTADO 9: Principalmente, a gente parte de uma regra de quem trabalhou mais assina primeiro. A segue essa linha, por exemplo, eu e a minha orientanda, se aquilo faz muito parte do trabalho dela, ela assina primeiro.

ENTREVISTADO 7: Às vezes, eu escrevo com aluno da pós-graduação em que eu fui o responsável principal pelo texto e o inverso também, principalmente, quando é um texto dele. Então eles estão trabalhando e eu faço o texto junto, mas, em geral, o tema, o interesse, as principais bibliografias são levantadas por aquele pesquisador. Então aí, naturalmente, o segundo nome passa ser o meu e não da outra pessoa.

ENTREVISTADO 13: eu acho que é muito nítido. O artigo [mencionou o tema] é óbvio, porque o [mencionou o nome] iniciou o convite e era de uma

área muito específica dele, aí tinha que ser ele o primeiro autor. Eu fui a segunda porque eu tive um trabalho mais teórico e a [mencionou o nome] muito mais inicial [...]. Já no caso da [mencionou o nome], a gente teve trabalhos que eu considere que foi bem dividido, mas, ela fez o convite, era uma área de maior afinidade com ela, então ela foi a primeira autora.

Para atribuição de autoria, os entrevistados 9 e 7 demonstraram optar por ordenar os sujeitos de acordo com a contribuição de sua participação. Para Hilário, Grácio e Wolfram (2017), esse é um requisito muito comum para se determinar autoria, pois atribui um senso de justiça e adequação entre os participantes. Todavia, se esclarece que os dados apresentados se diferem da categoria proposta por Monteiro et al. (2004) nomeada de coautoria participativa, segundo a qual a assinatura da autoria ocorre por algumas atividades pontuais e não engloba uma participação efetiva na elaboração da produção. E, de acordo com os dados apresentados, se observa que os entrevistados e autores parceiros tiveram uma participação efetiva na elaboração da produção.

O entrevistado 13 também menciona a atribuição de autoria relacionada ao peso de participação e ao convite para a pesquisa e escrita do artigo, quando a iniciativa parte de um dos integrantes, de modo que todos contribuam para a publicação. Esse relato contradiz a definição de Monteiro et al. (2004) para coautoria convidada, de acordo com a qual, os participantes são convidados, mas há ausência do desenvolvimento de qualquer atividade por parte do convidado. O entrevistado afirmou que o convite parte da necessidade de uma contribuição efetiva, de acordo com a especialização do conhecimento que os sujeitos possam fornecer.

A categoria autoria convidada (MONTEIRO et al ,2004), que se estabelece por meio da assinatura na publicação sem a efetiva participação de alguns integrantes, não foi identificada, porém observou-se situações que podem ilustrar a sua ocorrência.

ENTREVISTADO 3: Outros orientandos já publicaram, mas eu pedi que não colocassem meu nome, porque eu achava que o mérito era muito maior dele. Se eles tivessem dificuldade para publicar, eu colocaria meu nome.

ENTREVISTADO 5: Vai muito do tipo de produto, artigo para revista, resenha, entrevista e tal e vai muito da intencionalidade do texto. O que eu estou chamando de intencionalidade se há um texto, grande parte do trabalho de alunos da pós, há de se respeitar. Muitas das vezes você não pode colocar essa pessoa como primeiro autor porque a revista não aceita. Mas é respeitar ao máximo o trabalho e entender a contribuição e ver onde você cabe, ao invés dessa apropriação, como se fosse uma esponja.

ENTREVISTADO 13: Quando eu estava na pós, eu sofria demais com a exigência para ter um doutor. Você tem que ter aquela carona, pedir para a pessoa assinar comigo e é difícil, mas ao mesmo tempo eu entendo que é necessária essa exigência para dar uma qualidade para a revista. Tinha que descobrir alguma maneira de como equalizar isso. Talvez uma cota nas revistas, com mestrados e doutorandos. Também manter parcerias com outras instituições, porque nessa experiência a gente aprende muito com a outra realidade. Em congresso eu percebia que acontecia mais.

Os entrevistados apontaram as dificuldades que os estudantes de graduação, mestrado e doutorado encontram para publicar, pois a titulação torna-se um atributo para a autoria, participação em eventos científicos e aprovação de artigos em periódicos. As revistas renomadas e os eventos técnico-científicos tendem a, cada vez mais, privilegiar textos produzidos por autores com titulações mais elevadas, tornando esses espaços excludentes.

Isso privilegia os detentores de autoridade científica e o acúmulo do seu capital científico, pois serão requisitados pelos discentes de graduação e pós-graduação para que estes tenham condições mínimas de inserção no campo. Bourdieu (1983) observa que a autoridade científica pode ser explicada por meio do monopólio adquirido pelo pesquisador, que permite definir critérios para dizer o que é ou não científico, legitimando as pesquisas. Assim, os pesquisadores que estão em posição de privilégio em relação a outros sujeitos, serão requisitados cada vez mais para assinarem artigos, acumulando mais publicações, o que expõe parte da forma de funcionamento do campo.

Esse tipo de situação também atinge docentes recém-doutores em início de carreira ou que ainda não integram um programa de pós-graduação, conforme os relatos a seguir:

ENTREVISTADO 10: Quando a gente precisa que meu nome seja o primeiro autor prevaleça para efeito, a gente consegue de fato aquela publicação no Congresso e etc. O meu nome acaba prevalecendo mesmo, nesse caso do artigo que te contei é um bom exemplo. [mencionou nomes] e eu estamos no programa de pós, a [mencionou nome] não. Ela ainda não é uma professora de pós. Ela tem um alto nível, mas ainda não está na pós, então, o que acontece: o primeiro autor só poderia ser eu ou a [mencionou nome]. Nós dois, a gente já lida junto há muito tempo e a gente vai fazendo revezamentos muito naturais, ora sou eu o primeiro, outra hora ela vai como primeiro. Agora, como ela está de professora visitante nesse semestre em Portugal, ela não vai à Compôs, mas produziu conosco, aí eu fiquei como primeiro autor.

ENTREVISTADO 13: É meio feio a gente admitir que era importante ter a [mencionou nome] pelo nome dela para nos ajudar, ainda mais porque eu e o [mencionou nome] somos pesquisadores em início de carreira, recém doutores e tudo.

O relato do entrevistado 10 revela mais uma faceta da autoria entre os pares. Primeiro, o entrevistado demonstra que, quando há parcerias fixas, a divisão de autoria se estabelece por alguns acordos explícitos, sendo a ordem trocada de acordo com atribuições adicionais. No caso de trabalho apresentado em evento científico, a ordem da autoria não ocorre apenas por quem mais contribuiu na elaboração de um manuscrito, ou quem possui maior titulação, mas, também, por quem se encarrega do ofício de discursar sobre o manuscrito.

Os eventos e periódicos científicos estipulam regras que validam os sujeitos aptos a participarem, a partir da comprovação da titulação. Todavia, aqueles sujeitos que não

atendem aos requisitos para integrá-los, mesmo que suas pesquisas sejam relevantes para a área, precisam encontrar outras formas de inserção nesses espaços, e uma delas é estabelecer publicações com sujeitos que atendem aos requisitos e normas dos eventos e publicações.

Todavia, na perspectiva dos entrevistados, mas em posição ainda de aluno de pós-graduação, pode-se compreender a divergência na autoria da publicação que envolve docente e discente, conforme o relato a seguir:

ENTREVISTADO 13: Quando você trabalha com o orientador, geralmente o nome dele vem primeiro e, às vezes, é uma discussão controversa e sensível porque, às vezes, o texto é sobre a sua pesquisa, aí é uma questão supercomplicada. A pesquisa é sua, então todo o raciocínio até se chegar à reflexão é trabalho seu. Por outro, aquele artigo vai ter uma mão mais forte do orientador que tá ali, aproveitando seus dados para trabalhar outra questão, que te chama para ser o segundo autor. Ai você pensa: qual é o lugar correto, é um dilema, sempre tem pessoas que saem insatisfeitas e magoadas. Eu já tive situações dessa que foi até artigos que não foram publicados, mas que foi para congresso. Era minha pesquisa de mestrado que eu fiquei como segundo nome, várias pessoas viraram pra mim e disseram, [mencionou nome] isso é injusto, a pesquisa é sua. Você que achou esses dados e fez a análise. Mas, naquele momento que você é doutoranda que você precisa mais da presença daquele texto em circulação. E, sinceramente, eu tento não pensar muito nessas disputas, senão você adocece.

Witter (2010) discute a apropriação indevida de autoria de pesquisa que envolve a relação docente e discente, principalmente, pelo aspecto ético, apontando as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos envolvidos. O predomínio da autoria pode estar relacionado com o fato dos pesquisadores conduzirem o desenvolvimento do trabalho, ou ainda, como já apontado, da necessidade da publicação ter um doutor como autor para ser avaliada ou aceita. Ressalta-se que a ordem dos nomes é um fator que pode ser utilizado para avaliar a importância que cada autor teve no trabalho científico, o que pode ser empregado como critério na aprovação de projetos de pesquisa, processo de promoção e concursos públicos.

Há também pesquisadores que demonstraram que não se importam com a ordem de autoria e parecem estar mais preocupados com a publicação da pesquisa. De acordo com esses entrevistados:

ENTREVISTADO 3: Sobre a autoria, todo mundo assina igual, é igual ao Red Hot Chili Peppers, eu nunca fiz questão de ser o primeiro, mas eu sei que tem essas disputas para aparecer, para que o doutor seja o primeiro.

ENTREVISTADO 11: Eu nunca liguei pra isso. Em geral, por exemplo, esse texto que eu mencionei vai sair em 2019, é uma parceria com o [menciona o nome]. Ele foi o que mais trabalhou no texto. Ele é o primeiro autor, tem isso, às vezes, é quem mais contribuiu no texto. Com orientando, eu nunca

conversei sobre isso, recentemente eu soube que tinha essa diferença. Então nunca liguei pra isso, o importante é que saia.

Apesar dos entrevistados 3 e 11 mencionarem que não se importam com a ordem na autoria, sendo que o principal objetivo é fazer a informação circular, eles evidenciaram a disputa entre os pares sobre o posicionamento da autoria na publicação. Nassif (2019) assevera que as disputas na hierarquia de autoria podem estar relacionadas com o mérito de quem contribuiu mais para a elaboração da publicação, e o impacto que os nomes dos autores podem gerar nos leitores. A publicação que possui o primeiro autor com reconhecimento público tende a uma maior circulação e pode alcançar maiores níveis de citação.

Nessa categoria de análise, abordou-se os modos de autoria única e coletiva. Percebeu-se que a coautoria tem se estabelecido como uma prática mais usual em relação às práticas individuais. A autoria única está marcada pelo interesse em produzir um conteúdo que tenha uma forte marca autoral, que demonstre a capacidade intelectual do pesquisador. Enquanto a coautoria está marcada pelas contribuições que cada sujeito possa oferecer. Assim, as escolhas por autoria única ou coautoria não são neutras e desinteressadas, os sujeitos vão agir para se manterem no universo em que estão inseridos. A ordenação da autoria apresenta questões conflitantes de hierarquia porque acaba contribuindo com quem possui maior titulação, cargo, mérito de contribuição na pesquisa ou reconhecimento na comunidade científica.

Na subseção 5.6, apresenta-se os dados relativos às implicações do idioma utilizado na publicação científica, fenômeno que carrega várias questões para a comunidade científica, principalmente, para os chamados países periféricos como o Brasil.

## **5.6 O idioma na circulação das publicações**

A habilidade de se comunicar oralmente e textualmente em outro idioma pode ser associada à sobrevivência acadêmica para muitos pesquisadores, pois permite maior visibilidade da pesquisa no cenário internacional e pode gerar novas oportunidades de diálogo. (VASCONCELOS, 2007). Porém, a existência da universalidade do idioma de publicação tem causado várias discussões e críticas, entre elas, a supremacia da língua inglesa, que tem sido considerada a língua franca da ciência (SERRA, 2017).

Desse modo, os pesquisadores foram interpelados sobre sua posição em relação às publicações internacionais, levando em conta os interesses que estão movendo essa escolha. Inicialmente, percebeu-se que os entrevistados publicam em inglês, espanhol e francês. Os sujeitos relataram não possuírem uma prática compulsória de publicações em idiomas estrangeiros. Porém, abordaram a importância dessa forma de produção para a

circulação das publicações das investigações no contexto internacional, contribuindo para o sistema da pós-graduação. Conforme alguns depoimentos:

ENTREVISTADO 1: Eu não me sinto obrigada a publicar em outro idioma não, mas eu acho importante. Por exemplo, partindo de iniciativas, se eu fui pro pós-doc, eu tento fazer circular no âmbito mais amplo. Eu tenho publicações em língua estrangeira, mais recentes em inglês, mas tá na perspectiva de sair no francês. Eu acho importante também por conta desse trânsito de pesquisadores, que quando vem um aqui, aí você tem alguns textos que você possa indicar para as pessoas. Ainda que a minha pesquisa não tenha uma vocação para a internacionalização, não é uma pesquisa que é dedicada internacional, é uma pesquisa que está atenta a uma certa produção no Brasil, em diálogo com uma certa antropologia feita no Brasil.

ENTREVISTADO 3: Existe uma pressão para a internacionalização, mas também um desejo em ser lido por outros fóruns, de circular. Eu conheço pesquisadores que publicam e participam de congresso nacional e internacional com estratégias distintas, as vezes com o mesmo artigo publicado nacionalmente é traduzido e publicado internacional. Eu não consigo ver nenhuma sobressaliência da publicação internacional em detrimento da nacional. A impressão que eu vejo as coisas andam em paralelo, há colegas que já escrevem em inglês e por conta de uma oportunidade de algum periódico internacional, mas que apresentam o mesmo texto em um congresso nacional.

Dentre os entrevistados, a internacionalização aparece como um fator impulsionador para o uso de outros idiomas na publicação. Marrara (2017) explica que a internacionalização pode ser compreendida conforme diferentes visões. A primeira, meramente institucional, significa o processo voltado para a aquisição de reconhecimento internacional das Instituições de Ensino Superior (IES). A sua representação pode ocorrer por meio da oferta de cursos internacionalmente populares, organização de eventos internacionais, atração de alunos e pesquisadores estrangeiros ou, ainda, pelo número de publicações de seus pesquisadores em periódicos internacionais. O que pode ser considerado uma ferramenta de *marketing* a favor da promoção das IES, motivada, geralmente, por interesses financeiros.

Por outro lado, a internacionalização pode ser vista como ferramenta a serviço da formação de docentes, pesquisadores e discentes. Nesse enfoque, ela permite a realização de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da graduação e pós-graduação, contribuindo para o desenvolvimento da educação e da ciência, por meio da colaboração e troca de experiências com estrangeiros. Para os docentes e pesquisadores, as atividades no processo de internacionalização estão voltadas para estágios de pesquisa no exterior; participação em cursos e congressos internacionais; celebração de

cotutelas<sup>22</sup>, orientações ou coorientações de mestrado e doutorado. Assim, as experiências geram produções científicas de diversas naturezas, tanto de pesquisadores que saem de seus países como de outros que chegam, pois as políticas de internacionalização também preveem a mobilidade de pesquisadores estrangeiros.

Nesse contexto, disponibilizar o conhecimento produzido em inglês pode acarretar maior visibilidade para o pesquisador, possibilitando mais condições de visualização de suas publicações por pesquisadores estrangeiros e, conseqüentemente, mais citações, diálogos e convites. Destaca-se que os principais periódicos estão indexados em bases de dados de língua inglesa, tornando esse idioma essencial para o pesquisador ser notado ou para que outros pesquisadores consigam chegar até suas publicações. Porém, a escolha do idioma não está relacionada somente à busca de visibilidade do pesquisador. Como explicou o entrevistado 1, é uma maneira de apresentar o tipo de pesquisa que está sendo realizada no país, os tipos de discussão, abordagens e métodos.

Contudo, o entrevistado 7 destacou o tipo de pesquisa que é aceito nas revistas, principalmente naquelas internacionais. Pode-se perceber indícios de como esse sujeito atua quando pensa sobre submeter um artigo em uma revista estrangeira.

ENTREVISTADO 7: O idioma pesa mais por causa desse circuito internacional de publicação na área de humanidades. Você tem um tipo de pesquisa que, para ser publicada em língua inglesa, você tem que fazer uma mudança inclusive do tipo de pesquisa que se faz no Brasil. São artigos bem tópicos, com baixo grau de reflexão teórica, e distinta do que a gente faz aqui. E aí demanda um tipo de pesquisa empírica que normalmente não é a que a gente faz aqui na humanidade. Eles são muito quantitativistas ou demandam demais que você faça pesquisa em função de temática publicadas no próprio periódico. Assim, você escreve em um periódico de língua inglesa, você tem que ter lido e incorporado na bibliografia as coisas publicadas naquele próprio periódico. E isso vai contar para a publicação, porque se você não cita as coisas publicadas naquele periódico, fatalmente você vai receber um parecer negativo. Então, tem todo um circuito que dificulta bastante as publicações em língua estrangeira para as humanidades brasileira.

Nota-se que a dificuldade de se publicar em revistas estrangeiras não está relacionada somente com o idioma. As maneiras como são conduzidas as pesquisas nos países centrais acabam obrigando os pesquisadores a reposicionarem suas investigações, se desejarem êxito em alguns periódicos estrangeiros. Em concordância com Velho (2008), cada área do conhecimento tem sua caracterização e sua agenda de pesquisa. As pesquisas em ciências humanas estão mais direcionadas aos fenômenos locais e regionais, o que pode ser um fator que ajude a explicar o relato desse entrevistado.

---

<sup>22</sup> A cotutela se distingue da coorientação, principalmente porque, no primeiro caso, o aluno de pós-graduação obtém o diploma com validade nas duas instituições em que realizou suas pesquisas. As regras de formação das bancas de defesa e de apresentação dos trabalhos de conclusão também são diferenciadas na cotutela. A coorientação exige, em regra, apenas a participação de um docente externo na atividade de orientação do aluno.

Velho (2008) explica que as ciências básicas, como física e química, possuem essas fronteiras internacionais, o que significa que os problemas estudados são definidos por uma comunidade internacional interessada nos resultados produzidos em qualquer parte do mundo. Assim, esses pesquisadores tendem a publicar artigos em inglês, em periódicos internacionais com alta visibilidade, tradicionalmente indexados em base de dados ISI. Em contrapartida, uma parte considerável da produção do conhecimento em outras áreas como engenharia, ciências agrárias e, inclusive, ciências humanas e sociais, é orientada, principalmente, para o público local. Essas áreas tendem a abordar tópicos de estudos da realidade nacional e regional. Assim, os resultados gerados são submetidos mais em periódicos nacionais e livros no idioma local.

Outras possíveis causas das dificuldades em se publicar em revistas internacionais são a falta de adequação das contribuições teóricas, *design* do estudo, método, discussão dos resultados, qualidade das referências e linha teórica utilizada (FERREIRA; FALASTER, 2016), conforme demonstrado pelo entrevistado 7.

Para isso, o processo de avaliação dos pares exerce uma função fundamental na produção científica, pois, conforme explica Stumpf (2008), contribui para a manutenção dos padrões de qualidade da ciência, envolve um sistema complexo que reúne pessoas e atividades diferenciadas. Para a autora, a tríade principal é formada pelo editor, avaliador e autor. O editor é a pessoa responsável pela revista e cabe a ele realizar as distribuições dos manuscritos para os avaliadores que, por sua vez, vão julgar os originais, apontando falhas visando à melhoria da publicação. Os autores são os produtores do trabalho submetido. Antes de enviá-lo para a revista, levam em consideração a reputação do periódico e a qualidade do trabalho para a submissão, observando os procedimentos e normas que devem ser seguidas para que o avaliador inicie o processo.

No entanto, o entrevistado 7 também chama atenção para o enfoque de algumas revistas estrangeiras renomadas na metodologia quantitativa, diferindo da tradição de pesquisa no Brasil, mais qualitativa. Esse tipo de colocação também aparece em outras áreas do conhecimento, como nas ciências da saúde (TAQUETTE; VILLELA, 2017). A metodologia qualitativa é pouco valorizada por algumas revistas com a justificativa de que se presta pouco à reprodutibilidade e à generalização dos resultados.

Devers (1999) destaca que os critérios tradicionais de avaliação de qualidade dos textos científicos ainda estão enraizados na perspectiva filosófica positivista, estreitamente associada à estatísticas e à matemática, abrangendo um número maior de sujeitos pesquisados. Porém, os estudos qualitativos também permitem replicabilidade, embora isso não signifique que os resultados sejam semelhantes. As diferenças entre os resultados são consideradas elementos para o enriquecimento da compreensão do fenômeno estudado e para a formulação de novas hipóteses. Da mesma forma, a ideia de generalização nos estudos qualitativos não se aplica, pois a intenção não é reproduzir uma afirmação que possa ser válida em geral, mas produzir informações sobre dimensões da experiência

humana marcadas pelo contexto sociocultural que as produz. O pressuposto é que as experiências singulares são histórica e socialmente circunscritas, passíveis de serem vivenciadas por diferentes sujeitos, mas não de forma determinista ou linear. Ademais, as abordagens qualitativas não deixam de apresentar rigor em sua execução (TAQUETTE; VILLELA, 2017).

A escolha do idioma também passa pela tradição daquele objeto de estudo, de onde recebe maior influência literária, conforme exposto pelo entrevistado 6:

ENTREVISTADO 6: Por exemplo, eu sou um leitor dessa tradição francófona, por causa da minha formação, pelo meu gosto estético pelos autores, que foi muito importante para mim. Mas, eu mesmo não sou um pesquisador que escreve inglês e mando texto para essas editoras. Primeiro, porque o universo francês é super fechado, ele não funciona como o universo anglo-saxão. E que efetivamente a comunidade dos pesquisadores em cinema funciona assim. Na França, você não tem revistas de cinema, eles funcionam muito em torno dos livros, os livros têm uma forte marca autoral. E também, como meu meio de referência é o francês, e essa peculiaridade dessa pesquisa, do conhecimento do cinema francês, eu acabo me vendo um pouco motivado a escrever os textos em francês e mandar para os periódicos. Eu sinto que se eu quisesse fazer isso, eu teria que passar para o inglês, eu teria que fazer um esforço porque não é minha primeira língua de referência, mas tem a ver com o domínio de uma outra língua, quais são os periódicos e quais são os seus interlocutores nessas outras línguas. A impressão que eu tenho, que para os colegas que têm grupos de pesquisa e encontram uma interlocução forte de outros países, isso fica mais natural. E também porque eles próprios têm como referência bibliográfica os autores dos periódicos pelos quais eles enviam seus textos. Eu não vejo os periódicos como os destinatários dos meus textos traduzidos.

Nesse relato, observa-se que o sujeito tende a publicar em revistas de países onde seu objeto de estudo possui maior tradição, privilegiando o idioma que favoreça maior interlocução com seus pares. Apesar do idioma inglês ser considerado a língua franca da ciência e a produção científica brasileira estar em um processo de internacionalização, o entrevistado se sente motivado a publicar em espaços em que perceba a existência de interlocutores.

Contudo, os sujeitos também mencionaram o desafio de se redigir em outro idioma, em razão da falta de recursos financeiros para contratação de tradutores. A maioria dos entrevistados se sente despreparada e precisa recorrer a serviços de tradução cujo acesso é dificultado devido à escassez de recursos financeiros do programa de pós-graduação.

ENTREVISTADO 9: Quando tem que publicar no periódico em outro idioma, alguma despesa que é de mandar traduzir, ainda que muitos de nós fale em outro idioma, aí escrever em outros idiomas eu acho que é um salto, que poucos de nós fazemos isso. Quando a gente resolve publicar em um periódico, eu, pelo menos, em um periódico internacional, ou um periódico que eu quero muito ou que eu admiro muito, ou um periódico A1, você vai investir do seu próprio bolso.

ENTREVISTADO 11: A gente não é obrigada a publicar em língua inglesa. Isso pode ser uma coisa que venha em um horizonte com essa pressão por internacionalização porque a gente é um programa nota seis, e a tendência pra gente chegar no sete tem que ser um programa internacionalizado. Mas acho que vai ser uma pressão que vai acabar excluindo alguns docentes, porque a dinâmica internacional é muito mais rigorosa e difícil do que a produção nacional. Esse movimento está acontecendo, tem uma professora no nosso programa que praticamente só publica inglês, até livros. Para alguns, isso já é uma realidade. Para outros, está muito fora do horizonte, eu tô no meio do caminho, eu acho. Deve sair um texto em inglês agora, em parceria com outros pesquisadores. Tem outro capítulo de livro em via de publicação, tá no horizonte, mas não é uma coisa fácil.

A insegurança em se redigir os textos em outros idiomas remete à competência em língua estrangeira necessária nos cursos de pós-graduação (IGLESAS; BATISTA, 2009). Apesar de não se ter investigado o nível de proficiência desses sujeitos, sabe-se que cada vez mais são exigidas habilidades de leitura, fala, escrita e compreensão dos futuros mestres e doutorados. Os relatos demonstram que os colaboradores da pesquisa não possuem o domínio amplo do idioma e, por isso, se sentem inseguros aos publicar, necessitando de auxílio financeiro para contratarem serviço de tradução e prosseguirem concorrentes na comunidade científica internacional. Essa é uma questão problemática, pois, atualmente, as agências de fomento do país têm reduzido os recursos financeiros, o que contribui para dificultar o acesso de pesquisadores às revistas estrangeiras, dificultando também sua inserção no âmbito internacional.

As publicações internacionais contribuem para o acúmulo de capital científico do pesquisador. Porém, para Bourdieu (1983), esse acúmulo não se inicia após a inserção no meio científico, no campo de conhecimento onde se estabelece, mas começa desde o período escolar, onde o sujeito vai aprendendo sobre o papel da competição e do prestígio para seu futuro. Ele deve garantir boas avaliações na escola para conseguir entrar em boas universidades, para depois garantir a estima dos professores que o recomendarão para outros professores, bolsas, prêmios etc. Assim, os pesquisadores dependem da acumulação de capital cultural, que está relacionado com a sua formação, escolaridade, os idiomas que aprendeu, os lugares que frequentou. Desse modo, o domínio de outro idioma, principalmente o inglês, considerado como idioma hegemônico na comunicação científica, atribui ao sujeito uma posição de privilégio na comunidade, pois ele terá mais facilidade de acessar a eventos e periódicos internacionais, em relação a pesquisadores que não possuem esse capital.

Nessa categoria de análise, o peso do idioma está ligado à circulação da informação científica, que se estabelece pela procura de visibilidade e como uma forma de diálogo com outros pesquisadores. Também há o processo operacional da publicação, a internacionalização vista como um requisito que atesta a qualidade dos programas de pós-graduação e impulsiona a necessidade de se publicar em revistas estrangeiras bem avaliadas que, em sua maioria, estão no idioma inglês. Assim, evidenciam-se os esforços

para que a publicação entre nesses circuitos, seja para dar visibilidade ao pesquisador ou para atender aos requisitos da internacionalização.

Na subseção 5.7, apresenta-se os dados relativos às perspectivas dos entrevistados com relação à participação em eventos científicos, que são espaços propícios para a troca de informação entre os pares.

### **5.7 Participando dos eventos científicos**

O processo de comunicação científica acontece por meio da comunicação formal, com as publicações em periódicos científicos, e da comunicação informal, que envolve os contatos pessoais. Esses contatos são viabilizados nos encontros científicos que, normalmente, reúnem em um local um número significativo de pesquisadores sobre um determinado assunto, possibilitando a troca de informações.

Os encontros científicos variam em função de sua abrangência e objetivo. Campello (2007) explica que alguns encontros se voltam para a comunicação de pesquisas, reúnem interessados em discutir o avanço do campo científico e são organizados, normalmente, por associações científicas. Outros envolvem interessados nas práticas profissionais e são organizados por entidades profissionais. Porém, ambos tendem a apresentar uma estrutura semelhante, que varia de acordo com o tamanho do local.

O congresso é um evento de grande porte, de âmbito nacional ou internacional que, normalmente, ocorre durante uma semana e congrega pesquisadores de uma comunidade científica ou profissional. Por exemplo, os informantes desta pesquisa mencionaram eventos científicos como o Encontro Anual da COMPÓS, organizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM). O primeiro está direcionado para os estudos desenvolvidos pelas pós-graduações no Brasil e o segundo fomenta a troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais atuantes no mercado. Eventos que atendem a um público mais especializado também foram mencionados como o Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (ABRAPCORP).

Os eventos podem ocorrer com certa periodicidade. A divulgação começa por meio de chamadas de trabalho que consistem no convite aos pesquisadores para submeterem relatos de suas pesquisas. Essa formalização gera a produção escrita, conhecida como anais de eventos que podem ser estruturados em resumos, resumos expandidos ou trabalhos completos. Vale ressaltar que os anais não se enquadram nos aspectos formais convencionais, mas são documentos valiosos, conhecidos como literatura cinzenta. Población (1992, p. 243) lembra que os anais “[...] trazem informações que circulam nos eventos e permitem a agilidade dos contatos entre investigadores, fortalece os elos de comunicação entre os membros dos colégios invisíveis”. Porém, a interlocução ocorre por

meio de apresentações orais que constituem a principal atividade dos eventos científicos, pois, por meio delas, há circulação de informações e a troca de experiências entre os participantes.

Os pesquisadores entrevistados concordam que os eventos são extremamente relevantes como ambientes para se buscar e se disseminar informação. Um ambiente com uma conjuntura própria, que se impõe por meio da dinâmica da exposição das ideias pela oralidade, conforme apontou o entrevistado 2:

ENTREVISTADO 2: A conferência é importante porque se valoriza muito a publicação, mas a academia funciona muito pela oralidade. Claro que é modelada pela escrita, argumento, mas uma boa conferência, uma pessoa que tem capacidade de comunicação oral, ela tem muito mais capacidade de se dar bem, até mesmo com os alunos e colegas. Isso é bastante relevante.

Meadows (1999) afirma que as apresentações orais possuem vantagens, tais como a retroalimentação imediata; adaptação da informação no momento em que é transmitida ao ouvinte; dúvidas explicitadas; e a exposição de conhecimento prático e conceitual. Porém, se o apresentador não conseguir se expressar adequadamente com a audiência, a comunicação sofrerá rupturas e poderá não alcançar seu objetivo. Essas características estão relacionadas com a veiculação de elementos que não estão presentes na comunicação formal, ou seja, a maior parte do conhecimento e da experiência adquirida na realização da pesquisa não é possível de ser explicitada nas publicações. Assim, os eventos propiciam a interação social para a divulgação dessas informações que não cabem aos artigos de periódicos disseminarem. Nesse sentido, o entrevistado 2 expôs a importância da oralidade como forma de alcançar êxito na sua comunicação e expressar o conhecimento.

Apesar da importância dos trabalhos científicos apresentados em eventos, os órgãos que avaliam a pesquisa científica nacional e agências financiadoras de pesquisa não atribuem o mesmo valor para essas comunicações, quando comparado com as publicações em periódicos científicos. As discussões orais subsidiam as publicações, na medida em que estabelecem um contato com a informação que não era conhecida pelos pesquisadores, como afirmou o entrevistado 7:

ENTREVISTADO 7: Quando, em um evento, eu apresento uma pesquisa e que teve algum processo de diálogo em que eu fui interpelado, isso muda, porque aparecem questões boas nas quais eu não tinha pensado. Essa é uma questão importante a ser considerada. Aparece um olhar mais externo à pesquisa e ajuda você a deixar mais claro o argumento, ou explicitar um procedimento metodológico

Como explicam Witter e Souza (2007), os eventos científicos cumprem várias funções no estatuto da ciência. Constituem um meio de comunicação entre os pares, possibilitando visibilidade interna e externa para a investigação. Permitem que as pessoas se conheçam, estabeleçam relações produtivas para trabalhos futuros, trocando

informações e se insiram em redes sociais de comunicação científica ou grupos de pesquisa. A reunião desses sujeitos forma os colégios invisíveis que discutem e apresentam informações atuais de trabalhos recém-concluídos. Nos eventos, também poderão se aproximar futuros colaboradores de diferentes locais, interessados em temas semelhantes. Assim, os eventos científicos funcionam como um circuito onde se podem operar novas ideias, já que as discussões trazem novos elementos para o desenvolvimento da pesquisa, como o entrevistado apontou.

No entanto, observa-se várias ressalvas relacionadas aos modelos de eventos, à dinâmica das apresentações e aos espaços de interação, conforme apontou o entrevistado 6 : “depende do tamanho do evento e da natureza do que se faz ali”. A primeira crítica que foi pontuada está relacionada com a duração das apresentações, que atinge o nível de discussão, conforme os relatos abaixo:

ENTREVISTADO 9: Nos grandes congressos é difícil haver essa troca. Não existe uma discussão de fato. O que eu vejo que acontece nesses congressos maiores, é o seguinte: muitas vezes alguém se interessa e vai tomar um café com você e isso pode propiciar uma troca posterior, mas a troca de fato, rica, se dá nesse tipo de congresso como eu citei anteriormente, que são restritos à pós-graduação [como a COMPÓS].

ENTREVISTADO 10: Congressos internacionais já criaram uma certa distorção. Você atravessa o oceano, tem 10 minutos para apresentar, ninguém te faz uma pergunta e você sai de lá com o certificado bonitinho para o Lattes. Não faz mais contato com mais ninguém, ou seja, o que vale isso? Você não tem um espaço mínimo pra qualificação do seu trabalho?! Isso é muito tempo reduzido para um investimento enorme que você faz.

ENTREVISTADO 11: Agora tem eventos na área que são uma feira, que as pessoas vão lá e falam durante 10 ou 15 minutos e acabou. Então eu acho que depende do evento. Às vezes, as pessoas não fazem nenhum comentário. Então eu parei de ir a esse tipo de evento.

Os modelos dos eventos podem influenciar na interação entre os participantes. Os pesquisadores, ao compartilharem seus achados nos eventos, possibilitam a convivência com os membros da comunidade científica, onde podem trocar experiências sendo uma oportunidade para o avanço do conhecimento produzido. Como afirmam Carmo e Prado (2005), a ciência é uma atividade social e precisa ser divulgada, debatida e refletida. Nos diálogos estabelecidos surgem novos questionamentos, perspectivas e aprendizagem, tornando os eventos ambientes para a socialização dos pesquisadores e o intercâmbio de experiências. Porém, há eventos que não propiciam esse espaço, gerando perda de oportunidades, como apontaram os entrevistados.

Em vista disso, os entrevistados afirmaram que buscam participar de eventos que apresentem outras formas de estruturação, que se desdobram em critérios para ajudá-los nessa seleção.

ENTREVISTADO 10: Por exemplo, em congressos da INTERCOM, que é o maior da nossa área, às vezes tem esse problema. E, às vezes, você não

encontra quem você quer porque as pessoas estão lá em outro prédio, lá não sei aonde, de tão grande que é. E aí você fica dentro de uma bolha, sempre confinado ao mesmo grupo de trabalho. Isso é bom em alguns casos e ruim em outros. No caso da COMPÓS, já é uma discussão mais qualificada porque você tem um relato que é feito por alguém, você tem um tempo maior para discutir os trabalhos. Em outros eventos como a ABRAPCORP, estão tentando fazer isso, uma discussão com mais tempo para que as pessoas se envolvam nessa discussão, eventualmente, ler o trabalho do outro antes, pelo menos está disponível. Pelo menos está lá, você disponibiliza e alguém lê.

ENTREVISTADO 11: Por exemplo, a gente está organizando esse evento na semana que vem, que é esse tipo de evento que você convida pessoas para debater um tema, essa rede institucional que a gente está criando. É em torno desses dois conceitos: acontecimento e figuras públicas. Então esse tipo de evento é muito frutífero, consolidando parcerias já existentes. [...] Esse tipo de evento pequeno que a gente consegue de fato discutir questões é muito bom. Ou esse evento na COMPÓS, que eu mencionei antes, também é um evento bem frutífero, de modo geral, porque é um evento em que cada grupo de trabalho tem 10 artigos apresentados durante 2 dias. Então, são 5 textos por dia de discussão e cada texto tem em torno de 1 hora só pra ele. Então, a gente apresenta em torno de 20 minutos, mais ou menos. Tem um relator que prepara o relato para debater com a gente, depois abre para discussão de todo o grupo. Então, eu acho que é um evento bastante qualificado, de fato o texto é debatido.

ENTREVISTADO 12: Isso é uma coisa que eu tento mudar, eu tenho evitado grandes eventos. Esses eventos que você vai e tem 15 minutos para apresentar. INTERCOM é um que eu não vou há muitos anos. Você tem GTs que se desdobram em várias sessões paralelas e aí a dificuldade de encontro, de poder dialogar, ela é muito impedida pela própria questão do tempo. Eu tenho pensado mais nessa questão de pequenos eventos que talvez tenha uma temática legal, que tenha um tempo mais longo de exposição ou outra dinâmica de exposição. Por exemplo, esse evento da [rede de historicidade] foi determinante para a minha tese, da maneira como eu pesquiso mesmo, porque as condições de escuta elas são muito atentas, e as pessoas estão lá para efetivamente te escutar e tentar contribuir. Essa condição afetiva da pesquisa é uma dimensão que você se sente em um lugar confortável e você sabe que as críticas vão ser produtivas, não só para o seu trabalho, mas para algo maior do que você. Se um grupo de pesquisa está interessado em discutir o seu trabalho e se insere ali, isso ajuda muito.

ENTREVISTADO 3: A gente vai fazendo uma seleção ao longo da vida, eu não vou mais em alguns congressos que não renderam boas discussões, a não ser que tenha alguma novidade interessante ou se constate uma mudança. Por exemplo, aqueles congressos com aquela superestrela que você assistiu foi ótimo no início, aí você faz uma viagem, muda o estado, vai lá pra ouvir a pessoa e ela apresenta o mesmo texto que apresentou 10 anos atrás. Aí você pensa que não precisa né?! É essa coisa de preenchimento do Lattes. [...] A seleção sempre foi pelo rigor e pelos personagens envolvidos, que são os pares e a qualidade do trabalho e a possibilidade de troca de experiência.

Nas falas dos entrevistados, apareceu o critério que se relaciona com o tempo disponível para as discussões, conforme apontaram os entrevistados 10, 11 e 12. Um espaço de diálogo do apresentador com os ouvintes proporciona o debate e se torna um local de escuta. A questão do tempo para a apresentação e debate apareceu como outro critério. Ter um tempo hábil para apresentar o trabalho e dialogar com ouvintes pode

propiciar uma melhor qualidade nas discussões. Como o entrevistado 12 apontou, a intencionalidade do público demonstra o engajamento na discussão, assim, os eventos de pequeno porte e especializados acabam sendo os mais escolhidos entre os pesquisadores, ao propiciarem a aproximação com o público.

O terceiro critério identificado se relaciona com as sessões paralelas que ocorrem nos eventos. Sabe-se que muitos eventos se desdobram em GTs que, se por um lado significam o aprofundamento teórico e metodológico de um campo de estudo, por outro, os sujeitos envolvidos podem ficar reclusos em um único espaço em eventos de grande porte. Essa situação indica a especialização e a fragmentação dos saberes. Pombo (2004) explica que a ciência moderna se constitui pela adoção da metodologia analítica, que se constituiu em uma metodologia que permite dividir em pequenas partes a totalidade estudada.

Todavia, o desenvolvimento das diferentes áreas científicas, principalmente no século XX, depende muito mais da relação de reciprocidade entre as disciplinas, da transferência de conceitos, de problemas e métodos (THIESEN, 2008). Essa compreensão está ligada a um olhar interdisciplinar, constituindo em um movimento de diálogo e integração das ciências e do conhecimento. Assim, parece que mais do que a movimentação física dos participantes, a circulação das informações contribui para conhecer o que está sendo produzido na área e não só no seu campo de estudo, permitindo que os pesquisadores possam descobrir e estabelecer novos diálogos para a sua produção.

E o quarto critério se relaciona com os sujeitos que integram os eventos e não necessariamente estabelecem uma correlação com o formato e a amplitude do tipo de evento, como demonstrou o entrevistado 3. Os eventos se tornam uma forma de trocar informações que podem contribuir para o aperfeiçoamento da pesquisa, e para traçar o estado da arte das áreas permitindo examinar tendências e perspectivas (CAMPELLO, 2007).

Os conferencistas também apareceram como um requisito a ser considerado para a participação dos pesquisadores, pois eles são responsáveis por apresentar a tônica do evento. Geralmente, isso ocorre porque os eventos têm um tema central abordado pelos convidados principais, que palestram nas aberturas. Dependendo da trajetória desses sujeitos, eles podem interessar mais ou menos ao público, sendo que a atualidade das informações apresentadas parece ser central quando se avalia o conferencista de um evento.

As entrevistadas 9 e 11 também pontuaram a influência da maternidade na tomada de decisão sobre a ida a um evento:

ENTREVISTADO 9: Eu também preciso dizer isso, eu não vou a um congresso fora de Belo Horizonte há uns cinco anos por causa do meu filho. Eu acho muito importante quando a gente pensa nessa questão de gênero, quando a gente pensa nos hábitos de informação, porque de fato é uma questão muito influenciadora.

ENTREVISTADO 11: Eu tenho que me planejar muito bem, meus filhos são pequenos, não posso ficar muito tempo fora daqui, principalmente porque eles estão em idade escolar e têm que ficar muito em cima. Então, quando os eventos são longos, eu tenho que pensar tudo antes.

Apesar desta pesquisa não pontuar questões relacionadas à maternidade e paternidade, esse tema apareceu como uma variável entre os entrevistados. Durante a coleta dos dados, alguns pesquisadores mencionaram terem filhos pequenos, porém apenas as pesquisadoras se referiram à maternidade como um fator que influencia na participação ou não em determinados eventos.

Velho (2006) lembra que, feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, seus deveres com a família *versus* exigências da vida acadêmica. Aquelas que realizam essa combinação se desdobram para cumprirem as tarefas cotidianas, tendo que conviver com a culpa de não se dedicarem mais aos filhos e de não serem tão produtivas academicamente como gostariam. Assim, a maternidade e paternidade possuem efeitos diferentes sobre as carreiras dos pesquisadores.

Esse é um aspecto que deve ser considerado ao se investigar as práticas informacionais das mulheres. Como pode-se observar, a dupla jornada pode afetar a produção científica delas, pois as exigências da maternidade influenciam na participação em várias atividades acadêmicas, dentre elas, os congressos que possibilitam a troca de informações. Os cuidados com uma criança envolvem uma maior dedicação das mulheres devido à construção social do papel delas, em detrimento dos homens.

Assim como na maternidade, a ciência exige dedicação. O grupo *Parent in Science* <sup>23</sup> divulgou uma pesquisa em 2018, na qual foi demonstrada a penalização na carreira das cientistas que optaram por serem mães. Os dados apontam que 81% das cientistas consideraram que ter um filho impacta negativamente na progressão da carreira e 54% das mães são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos. As condições para a produção científica acabam sendo muito distintas entre homens e mulheres, e expor essa realidade pode subsidiar políticas públicas para as mães pesquisadoras, como, por exemplo, a oferta de creches para apoiar essas mulheres.

A distância geográfica entre o sujeito e o local de realização do evento científico é um requisito que afeta consideravelmente a participação das mulheres, sendo que, dentre as alternativas possíveis, pode-se considerar os eventos científicos virtuais. Como discorrem Sá, Ferreira e Sherpa (2019), esse modo de realização de evento apresenta algumas desvantagens em detrimento do *face to face*, mas a proposta torna-se acolhedora ao permitir um sentimento de pertencimento. Outra alternativa sugerida pela *Parent in Science* (2020), é o uso de serviços recreativos, visando à participação de mães e pais em eventos

---

<sup>23</sup> É um movimento que surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade e paternidade dentro do universo da ciência brasileira. Liderado pela pesquisadora Fernanda Staniscuaski da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 2016.

científicos, que terão um local para deixarem seus filhos enquanto participam das atividades do evento.

Os eventos científicos constituem um dos espaços para discussões, mas seus formatos têm demonstrado fragilidade, levando os pesquisadores a estabelecerem critérios para a participação. As práticas informacionais desses pesquisadores vão sendo orientadas pelas vantagens e desvantagens que os eventos possam proporcionar. Todavia, deve-se levar em conta que a ligação dos pesquisadores aos programas de pós-graduação e o objeto de estudo os levam a priorizarem determinados eventos.

Nessa categoria de análise, evidenciaram-se as possibilidades oferecidas nos eventos científicos, assim como as suas dificuldades e contradições. Os eventos científicos se tornaram uma maneira de se trocar informações, sendo que a principal forma de articulação é por meio das apresentações orais, uma oportunidade para que os pesquisadores possam dialogar e estabelecer parcerias. No entanto, foram apontadas como questões problemáticas as dinâmicas de apresentação e os espaços de interação. Assim, os entrevistados apontaram a preferência por eventos que proporcionem tempo hábil para apresentações e discussões, possibilitando a interação entre os sujeitos.

Os entrevistados também relataram observar quem são os integrantes principais e o tamanho dos eventos. Eventos maiores propiciam a dispersão dos participantes. Além disso, houve relatos sobre as dificuldades de adesão aos eventos oriundas da sobrecarga gerada pela maternidade

Na subseção 5.8, apresenta-se os dados relativos ao uso das redes sociais que também são espaços de circulação científica apropriados pelos pesquisadores para a disseminação e produção de informações.

## **5.8 Usando as redes sociais**

Para Tomaél e Marteleto (2006, p. 7) as redes sociais são “um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais”. Diversos fatores são motivadores para a construção da rede, como o interesse comum entre os sujeitos, a amizade, as relações de trabalho, dentre outros. Assim, os laços criados pelos sujeitos, grupos ou comunidades configuram as redes sociais.

As redes sociais são fundamentais para a comunicação e a produção científica, pois os pares estão em uma interação constante, dependendo um do outro para conferirem os conhecimentos produzidos e, assim, poderem avançar. Os colégios invisíveis, por exemplo, têm se constituído numa forma de estabelecerem os laços entre os pesquisadores por via informal de comunicação pela conversa, correio eletrônico, lista de discussões, entre outros. Os estreitamentos dos laços também podem acontecer por meio dos grupos de pesquisa, que não precisam estar, necessariamente, institucionalizados e serem locais.

A dispersão geográfica dos sujeitos e a busca por manter as trocas de informação têm atraído a atenção para o uso de ferramentas que possibilitam a aproximação das

pessoas. Há várias ferramentas/sites utilizadas, diariamente, para facilitar a comunicação e as atividades de pesquisa, como o uso de plataformas de vídeo e de troca de mensagens, plataformas que foram se denominando redes sociais *online*.

Lopez e Quadros (2015) argumentam que redes sociais *on-line* como Facebook e Twitter podem ser entendidas como a transposição para a internet das relações e interações mantidas pelos atores sociais nas redes sociais do mundo físico. Porém, não se trata de uma transferência do *offline* para o *online*. As redes sociais na internet podem revelar vários aspectos das redes *offline* e serem complexificadoras de seus espaços de atuação (RECUERO, 2009). Dessa maneira, o uso das redes sociais pelos pesquisadores tem se tornado uma possibilidade para a interação entre os pares e um local de produção e disseminação de informações.

Os entrevistados foram questionados sobre o uso de redes sociais a partir dos dados da Digital 2019 Reports (WE ARE SOCIAL, 2019), que elenca as redes sociais mais utilizadas no Brasil. Destaca-se que os entrevistados também poderiam mencionar outras. Assim, as redes sociais mencionadas pelos entrevistados foram Facebook, Instagram e Twitter, que são usadas como um espaço privado, principalmente, para os entrevistados manterem contatos pessoais, não vinculados ao fazer científico.

O Facebook é uma empresa proprietária da rede social que leva o mesmo nome. Constitui-se como uma rede lançada em 2004 pelo americano Mark Zuckerberg, sendo que seu funcionamento ocorre por meio de perfis e comunidades. Os recursos que facilitam a interação incluem lista de amigos, quadro de aviso, status, eventos, fotos, vídeos, mensagens, bate-papo, grupo e afins. A rede permite realizar atividades como postar, curtir, compartilhar e comentar (NADKARNI; HOLFMANN, 2012).

Já o Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, que foi desenvolvida por engenheiros de programação, o estadunidense Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger em 2010, comprada pelo Facebook em 2012. O Instagram permite a aplicação de filtros e compartilhamento, entre outros serviços, como o próprio Facebook e Twitter. A ideia por trás da rede é compartilhar fotografias e vídeos usando *hashtag* (#) para que outros usuários possam encontrar os materiais (SHELDON; BRYANT, 2016).

O Twitter também é uma rede que utiliza *hashtag* como modo de interação. Essa rede social foi criada em 2006 pelos desenvolvedores de software Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass. A rede permite que os usuários enviem e recebam atualizações de outros contatos em textos de até 280 caracteres, que incluem emojis, fotos, vídeos, URLs e menções a outros usuários, sendo que as publicações são conhecidas como *tweets*. Ressalta-se que o Twitter possui o “Tópico de Tendência” (*Trending Topics*), que consiste em uma lista em tempo real das palavras mais postadas nessa rede em todo mundo.

O Whatsapp (serviço de troca instantânea de mensagens e de chamada de vídeo) também foi mencionado como uma forma de comunicação, principalmente, com os orientandos. Já o Youtube (plataforma de compartilhamento de vídeo) foi apontado como

uma forma de consulta de materiais de informação para subsidiarem as investigações, como apontou a entrevistada 13: “tem páginas muito fortes no Youtube que ensinam como fazer desintoxicação de vacina, esse tipo de material é interessante para entender a natureza do objeto e as questões que eles trazem. Então eu uso.”

Diante do questionamento sobre o uso das redes para fins profissionais, obteve-se os seguintes relatos:

ENTREVISTADO 5: Como o meu perfil é pessoal e não profissional nem sempre eu vou abrir pra todo mundo, porque não me interessa qualquer sujeito me vendo lá tomando cerveja etc., mas como tem algumas interfaces, para alguns eventos específicos eu uso.

ENTREVISTADO 8: Eu também não acho que faz muito sentido. Eu não vejo o porquê colocar no Facebook uma publicação sobre o livro, de interesse restrito.

ENTREVISTADO 9: Eu entendo que a minha rede é um lugar pessoal, elas são atualmente fechadas, eu não vejo como lugar de circulação da minha produção [...] Agora, porque é uma rede que eu não entendo que é específica para isso. Por exemplo, meu Twitter, o meu Instagram eu vejo que é uma rede pessoal e não profissional

ENTREVISTADO 12: Eu uso muito pouco mesmo a rede, o meu Instagram também, é mais pessoal do que para outra coisa.

Os relatos apontaram que as redes sociais têm sido utilizadas algumas vezes para a divulgação de eventos da área. Não há menção ao seu uso como espaço de produção, já que os entrevistados entendem que as redes são mais utilizadas como espaços privados. Notou-se que o uso das redes sociais para a divulgação de suas atividades científicas causa nos entrevistados certo desconforto, podendo repercutir na maneira como os sujeitos da rede os percebem, conforme foi indicado nos seguintes relatos:

ENTREVISTADO 7: Mas eu publicar e divulgar, eu normalmente não faço. Há pouco tempo a universidade gravou um pequeno vídeo sobre um dos aspectos da pesquisa em que eu estava. Eu não tenho problema nenhum quando alguém me procura, ou fora dela etc. mas eu mesmo fazer essa divulgação eu não me sinto à vontade.

ENTREVISTADO 6: Redes sociais eu tenho certo pudor, porque me parece muito autopropaganda. Que outros façam e digam da iniciativa eu acho bacana.

ENTREVISTADO 11: Até essa semana eu dei uma entrevista para um projeto aqui do curso, falando sobre a minha pesquisa e tal, e aí um aluno me mandou mensagem falando porque que eu não divulguei. Eu fiquei encabulada.

ENTREVISTADO 13: Eu fico com vergonha, mas, às vezes, eu penso que a gente devia fazer porque é uma estratégia de, às vezes, criar redes, mas eu não dou conta. [...] Eu tinha Facebook, mas depois da eleição eu saí, mas antes da eleição eu sofria muito com isso, eu via vários colegas fazendo post e eu ficava tímida. Mas eu não acho errado não, só fico tímida.

ENTREVISTADO 10: Mas de certa forma a gente já é uma pessoa de figura pública, porque não tem jeito, eu tenho que publicar, não é?! Aquilo que eu penso, que é o que eu falo, eu estou falando sala de aula, estou falando no congresso, alguém está gravando e você vai me encontrar no YouTube dando uma palestra. Então assim, não quer dizer que eu não estou nessa circulação, e que alguém também não poste algo sobre mim. Eu sou uma celebridade, eu posso não ser igual a Anitta ou o Wesley Safadão, mas no meio acadêmico, alguém vai falar. Mas não quero ficar alimentando, eu não me vejo nesse papel de ter que alimentar por vaidade própria e, por outro lado, alimentando também outros debates que não são exatamente os debates acadêmicos que poderiam sustentar. Pra fazer esse tipo de coisa, eu acho melhor não fazer.

Diante do exposto, entende-se que o desconforto, a vergonha e a timidez podem estar associadas a crenças que foram introjetadas no decorrer da vida privada desses sujeitos. Por outro lado, esse sentimento pode estar associado à sua reputação junto aos pares. Bourdieu (1983) explica que as práticas científicas estão associadas à aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.) no campo científico que garantem o reconhecimento pelos pares.

Aquilo que fica em evidência no campo científico é resultado de uma disputa de interesses, com predominância das escolhas daqueles que possuem maior capital científico (JORGE; ALBAGLI, 2017). O capital científico se constitui pelo reconhecimento de competências e pela autoridade científica, sendo que a sua acumulação se relaciona com a quantidade de trabalhos realizados; a qualidade das pesquisas; a posição que o pesquisador ocupa no campo. Assim, o que é percebido como importante e interessante tende a ser reproduzido pelos outros sujeitos que compõem esse campo.

Desse modo, as redes sociais se estabelecem como uma vitrine onde o pesquisador estará exposto. Assim, acredita-se que, se os pares não considerarem/reconhecerem a importância desse espaço, há um desinteresse ou resistência ao seu uso. Isso porque o cientista vai buscar espaços que propiciem algum tipo de prestígio ou lucro, lhes dando visibilidade. Se o espaço não for interpretado para tal propósito, ele tenderá a não ser empregado.

Contudo, apenas o entrevistado 1 manifestou o desejo de ser produtor de conteúdo: “eu gostaria muito de ter um blog e poder colocar os resultados da pesquisa, eu sou bem favorável, mas eu não consigo administrar o tempo”. Como observou em seu relato, essa prática não ocorre efetivamente.

Devido à falta de adesão ao uso de redes sociais, procurou-se aprofundar o questionamento. Os entrevistados destacaram a privacidade na rede e direitos autorais como critérios que influenciam a não utilização das redes sociais:

ENTREVISTADO 3: Eu estava até conversando com alguns amigos meus, falando que se o governo quiser monitorar a vida dos cidadãos para poder controlar, ele consegue essas informações. Aí fiquei pensando se excluo ou não minhas redes sociais e fui jogar no Google isso, e percebi como meu nome está relacionado tanto com a direita como a esquerda. E de como isso tomou proporção e sobre tantas outras coisas. Post meus que

circularam em blogs me execrando. A eu pensei, não vai adiantar eu cancelar nada porque já está tudo aí. As pessoas reproduzindo os textos do Facebook sem o meu consentimento. Teve um muito engraçado que eu vou até imprimir. Um blogueiro de extrema direita que era bem hidrófobo<sup>24</sup>, " [mencionou o nome] um dos oráculos da esquerda brasileira?". Eu pensei como assim?! Quando chega o tempo das eleições aparecem muitos convites para entrevistas em jornais e rádios. E você vê, eu fiz uma análise [mencionou agente público em um veículo de comunicação] e isso rodou muito. Alguns conteúdos você percebe que extrapola a sua rede particular e isso é viral.

ENTREVISTADO 10: Eu tenho várias motivações para não ter, mas uma delas é de fato uma questão de privacidade [...]. Mas também porque a gente estuda isso, a gente estuda essas questões do problema da privacidade e aí eu optei por não ter. Eu não tenho nem WhatsApp. Eu não tenho nada, nada de rede social. E também eu não acho que seja um bom lugar para um diálogo sobre aquilo que eu pesquiso. De fato, preciso falar isso para os meus amigos?! Eu já posso falar a qualquer momento por meio de outros meios, divulgar isso entre eles. Uma rede de professor pesquisador é sempre composta por pessoas que estão na sua própria bolha, porque aquelas pessoas que querem te curtir são pessoas que te seguem, são os seus orientandos, os ex-alunos e alunas que ficam encantados com o que você produz. Para seduzi-los eu não preciso mais do que eles já foram. Eu não preciso ficar lá colocando coisas para eles entrarem na minha vida privada, não é o caso. Eu não gostaria que fosse assim. Eu ter que alimentar isso é um esforço ainda maior pra mim. Além de ter que publicar, eu tenho que ficar atento a tudo o que o pessoal publica ali, e aos comentários que todo mundo faz sobre o que eu publico.

ENTREVISTADO 8: Eu não compartilho os artigos e livros lá no Facebook que é aberto, porque pode me dar problema com editora por causa dos direitos autorais, mas se no contrato que eu assinei não está dizendo nada sobre passar para os colegas, eu compartilho para quem está trabalhando com o assunto.

Os entrevistados 3 e 10 apontaram que a privacidade de dados e o monitoramento de informações dos usuários causam insegurança para a utilização das redes sociais. Dall Bello (2011) explica que a invasão de privacidade, de forma geral, é permitida pelos usuários, principalmente, em casos que envolvem empresas. Muitas vezes, os usuários permitem o acesso a seus dados pelo buscador, redes sociais, provedor de internet ou outros, mas, de forma geral, não há uma reflexão sobre o uso dos dados coletados. Nem exatamente quais tipos de dados se está deixando disponíveis para consulta e, até mesmo, compartilhamento por essas empresas. Os usuários acabam por não terem outra opção, ou eles aceitam as condições e termos de uso, ou são impossibilitados de acessar a rede.

A ausência da privacidade dos dados está relacionada ao monitoramento das ações dos usuários na rede. Conforme os usuários acessam a rede, vão fornecendo informações que acabam compondo bancos de dados e perfis computacionais que buscam antecipar preferências, tendências, escolhas, traços psíquicos ou comportamentais dos sujeitos ou de grupos.

Bruno (2006, p. 169) nomeia esse fenômeno de “vigilância digital”, que consiste em “monitoramento sistemático, automatizado à distância, de ações e informações de

<sup>24</sup> Segundo o dicionário Michaelis (2020) é que ou quem está enfurecido ou raivoso.

indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas e escolhas”. Baseada em Foucault (1983), a autora aponta que a informação se torna um dispositivo de vigilância, isso porque o monitoramento requer todo “um sistema de registro intenso e de acumulação documentária”, no qual diz sobre os sujeitos (FOUCAULT, 1983, p.168). Os sujeitos se constituem ao mesmo tempo como “um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (FOUCAULT, 1983, p. 170). É para isso que o entrevistado 3 chamou a atenção: esse controle pode ser usado por governos e empresas para mapearem o comportamento dos usuários, direcionando suas decisões. Esse fenômeno pode explicar o receio dos pesquisadores em utilizarem as redes sociais para qualquer propósito, inclusive, para a disseminação e produção de conteúdo científico.

O entrevistado 10 apontou para formação de bolhas nas redes sociais, uma implicação da vigilância digital. Pariser (2012) discute sobre os filtros invisíveis no uso da internet, presentes nas redes sociais e mecanismos de busca, que coloca os sujeitos em uma “bolha de filtros” confortável, apenas mostrando informações que atendem ao gosto e interesse dos usuários. Essas bolhas são formadas por meio dos algoritmos que levantam dados de comportamentos dos usuários na rede.

Para o autor, quando os sujeitos entram nessa bolha de filtros permitem que as empresas desenvolvedoras escolham os conteúdos informacionais que serão mostrados. Existe a ilusão de que os sujeitos controlam a própria busca, mas a personalização pode levá-los a um determinismo informativo, no qual ao clicar no passado, determina o que será visto no futuro, e assim ficarão aprisionados em uma versão estática, cada vez mais estreita de quem são, numa repetição infundável deles mesmos. [...] “O pior efeito da bolha dos filtros é nos confinar ao nosso bairro de informações, incapazes de ver ou explorar o restante das enormes possibilidades do mundo on-line” (PARISER, 2012, p. 147).

Assim, o entrevistado 10 chamou atenção para o funcionamento das redes e da circulação da informação, de modo que os algoritmos geram bolhas de conteúdo informacional para os usuários. Vale ressaltar que o documento de área da Comunicação Social (CAPES, 2019) pontua alguns objetos de estudos, dentre eles, o fenômeno das *fake news*, o direito ao sigilo da informação pessoal, a desinformação e a contrainformação. Esses fenômenos têm recebido destaque nas redes sociais e podem estar associados à precaução dos pesquisadores em fazerem uso delas, já que possuem conhecimento dessas implicações.

E, por último, o entrevistado 8 abordou os direitos autorais das revistas pagas e dos livros como obstáculos para a disseminação de conteúdo. As revistas pagas limitam o acesso ao artigo apenas a quem possui suas assinaturas, inviabilizando o compartilhamento do material por outros meios. Os periódicos científicos são marcados pela consolidação do oligopólio das grandes editoras comerciais como Elsevier, Blackwell, Springer, Taylor & Francis, American Chemical Society e Sage, tornando as comunidades científicas dependentes desse sistema. Larivière, Haustein e Morgeon (2015) explicam que uma das

consequências desse sistema é o lucro abusivo dessas editoras, impulsionado pelo modelo de negócio. Se os pesquisadores publicam artigos e livros frutos de investimentos públicos, não deveria ser cobrado o acesso à essa informação. Outro ponto é a exploração do *copyright* (direito autoral), transferido do autor para a revista ou editora sem que ele receba remuneração financeira, além de, muitas vezes, nem ter acesso à publicação ao não pagar por ela (ALMEIDA; FISCHMAN, 2009).

No Brasil, onde grande parte das pesquisas é financiada com recursos públicos das instâncias estadual e federal, tem-se criticado as empresas privadas que cobram pelo acesso e dominam o mercado da publicação científica. Aliás, nota-se que isso se tornou uma barreira para o pesquisador circular a sua produção, na medida em que os modelos de negócio normatizam a forma dos direitos autorais que implica na disponibilização do conteúdo.

Esse é um dos fatores que tem movido os pesquisadores a favor do acesso aberto à informação científica, que é a disponibilização livre e irrestrita dos resultados das pesquisas científicas em texto completo na internet (LYNCH, 2003). Como expõem Costa e Leite (2017), os argumentos que sustentam as estratégias para o acesso aberto se relacionam com a natureza pública do conhecimento científico. Também abrangem a possibilidade de acesso à literatura científica por parte das instituições que não possuem condições de manterem as assinaturas cobradas pelas editoras. Por fim, o acesso aberto é um instrumento que pode viabilizar a produção científica de regiões historicamente excluídas da comunidade científica internacional, sendo uma alternativa para a circulação das publicações que amplia o acesso às informações para a comunidade científica ou para aqueles que desejam adquiri-las.

De todos os participantes da pesquisa, observou-se que apenas um sujeito utiliza mais ativamente as redes sociais como um espaço direcionado para a interlocução e debate. De acordo com o entrevistado 3:

ENTREVISTADO 3: E quando esses sites de rede social surgiram, eles ganharam uma importância, a gente acabou se inserindo. Eu destaco isso porque a gente acabou adotando um perfil de pesquisador de tomar parte da discussão, de usar aquele espaço para publicar opiniões e análise sobre fatos, episódios, eventos sociais e políticos. [...] Eu sempre usei para isso e para interagir com outros, levantar discussões e ver o que estão pensando. No Twitter, a gente ficava monitorando como estava sendo apropriado por atores políticos. Vimos a gênese dessas coisas, como autores ali atuantes. Eu uso muito Facebook e Twitter.

Observa-se que o entrevistado situa as redes na esfera pública, onde há circulação de informação que instiga o debate. Benkler (2006), baseado no conceito de Jürgen Habermas sobre a esfera pública<sup>25</sup>, relaciona as redes como um espaço deliberativo da

---

<sup>25</sup> “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas” (HABERMAS, 2003, p. 92).

sociedade civil ao ambiente comunicacional formado pelas TIC's. O autor explica que, antes do advento das redes, existiam barreiras técnicas que dificultavam a distribuição e a produção de informações causadas pelos canais "proprietários", baseados na lei do mercado – os *mass media*. Com a diluição dessas barreiras, por meio da ampliação do acesso às TICs, os agentes dominantes deixam de ser os únicos detentores e os utilizadores do monopólio da produção e distribuição de informação.

Desse modo, há mais facilidade para a participação dos sujeitos, que passam expressar mais suas opiniões na internet. Se antes os sujeitos ficavam restritos à receberem informações, atualmente, podem comentar, criticar, corrigir ou complementar as informações veiculadas nas mídias. Porém, os custos ainda não são acessíveis para todos, assim como a velocidade e conectividade. Benkler (2006, p. 220) afirma que a participação dos sujeitos na internet alterou a forma como eles se percebem, pois passaram de receptores passivos para potenciais contribuidores [...] "como atores potenciais nas arenas políticas, em vez de quase sempre serem receptores passivos de informação mediada". Desse modo, os sujeitos, que até então não tinham voz, viram na internet um espaço potencial para manifestações, opiniões, passando a ocupar um lugar na esfera pública (LOPEZ; QUADROS, 2015).

Essas modificações trouxeram possibilidades para os pesquisadores, que podem usar as redes sociais a favor de seus trabalhos. Como Príncipe (2013) explica, as redes permitiram divulgar as pesquisas, obter comentários de outros pesquisadores e, também, de fora do círculo usual de leitores ou ainda, a partir das publicações, estimular a troca de ideias e trazer à tona novas perspectivas.

Ao se divulgar as pesquisas em redes sociais, é possível obter comentários de outros pesquisadores e de outras pessoas fora do círculo usual de leitores. Também se pode, a partir das publicações, estimular a troca de ideias e trazer à tona novas perspectivas. É nesse sentido que o entrevistado 3 apontou o uso das redes sociais. Ao levantar discussões sobre os acontecimentos políticos e sociais, há a possibilidade de análise do que está sendo produzido e de troca com o público (PRÍNCIPE, 2013).

As redes sociais podem ser uma possibilidade para circular e fomentar a informação científica na interação com outros sujeitos, e não apenas um espaço de reprodução de informação. Cria-se um canal de diálogo com os públicos científico e leigo, aproximando-os do espaço acadêmico, já que a internet ganhou proporções incogitáveis, apesar do controle dos algoritmos.

Os entrevistados também foram questionados sobre o uso de redes sociais para busca e compartilhamento de informações acadêmicas. A Academia.edu e ResearchGate foram as redes mais mencionadas por eles. Porém, identificou-se que eles não utilizam efetivamente essas redes. A Academia.edu foi fundada em 2008 por Richard Price e tem a proposta de facilitar a comunicação e a troca de experiências entre os usuários que atuam dentro de numa área do conhecimento. A rede permite compartilhar artigos, monitorar o

impacto de acessos, além de acompanhar pesquisas em campos particulares do conhecimento (DUFFY; POOLEY 2017). Algumas funcionalidades dessa rede não são gratuitas. Dentre elas estão: rastreamento do perfil do usuário que realizou o *download* do artigo; menção do usuário; rastreamento de reputação na rede; comentário dos pares no perfil; pesquisa de texto completo e citações; perfil de visitantes da rede do usuário; localização de financiamento, bolsas de estudo e premiações.

O ResearchGate também é uma rede social acadêmica, desenvolvida em 2008 pelos médicos Ijad Madish e Sören Hofmayer e o informático Horst Fickenscher. O sistema se baseia na capacidade para depositar e armazenar qualquer documento científico pelos autores e na obtenção de dados estatísticos de uso (quem visita, realiza *download* ou cita um documento). A rede social também permite a interação com os outros usuários por meio do rastreamento de atividades (seguidores e seguidos) e participação direta por meio de perguntas e respostas. É possível localizar pesquisadores, projetos, publicações, fundos, empregos, instituição e departamentos (ORDUÑA-MALEA; MARTÍN-MARTÍN; LÓPEZ-CÓZAR, 2016). Segundo o relato dos entrevistados:

ENTREVISTADO 3: Então até tenho a conta, mas eu não pago. Eles ficam me atiçando o tempo inteiro porque vem a mensagem que alguém me procurou pelo meu nome. E se aproveitam dessa hipervigilância e hipercuriosidade acerca de quem está te procurando. Esse é um recurso no atual sistema de curiosidade social que não sei se tem funcionado, comigo não, porque eu sou super-resistente. É interessante porque, quando chega no período eleitoral, essas buscas aumentam. É exatamente o momento que as pessoas estão escrevendo sobre eleição que elas começam a me procurar. Isso é interessante. Às vezes, a rede atiza dizendo que uma pessoa de tal lugar buscou o seu nome. Isso já contempla minha curiosidade.

ENTREVISTADO 6: Eu até entrei nessa rede Academia.edu e por que aconteceu isso?! Alguns alunos que eu havia publicado em coautoria, eles me demandaram que eu colocasse os nossos textos na academia porque é importante. Eles queriam que os textos fossem encontrados, eles fazem ali um lugar de pesquisa. Esse é um lugar que eu não pesquisei muito, mas, às vezes, eu recebo que o fulano de tal acabou de publicar e tem tais e tais textos. Algumas vezes eu vou por esse link, mas, no geral, não é uma coisa que faz parte da minha maneira de pesquisar, e aí eu acabei colocando alguns textos. Eu vejo lá, o seu texto mais unido, mas não foi um texto que eu mesmo quis colocar não, em geral foram outros autores que me incentivaram colocar os nossos textos. Então vamos colocar. Eu uso toda versão free.

ENTREVISTADO 9: Eu uso Academia.edu. de vez em quando para levantar pesquisadores que abordem alguma questão que eu tenho interesse, mas eu confesso que recebo mais mensagens de pessoas pedindo artigos para elas não precisarem comprar.

Os entrevistados demonstraram que não há uma aderência a essas redes sociais, que são vistas mais como um modelo de negócio que possui um mecanismo para estimular o uso, um espaço de busca de informação, no qual os sujeitos possam pesquisar dentre outras atividades.

Para Pieterse e Meishar-Tal (2016), as redes sociais acadêmicas podem ser utilizadas para a gestão da imagem do pesquisador (apresentam a experiência profissional, ideias e as habilidades para promover sua reputação profissional); difusão dos estudos (espaço para o armazenamento e difusão das publicações); colaboração (ferramentas que permitem a comunicação entre os pesquisadores, como correio eletrônico e sistemas de mensagens); gestão da informação (possíveis rascunhos, ideias que possam ser retiradas de artigos, referências e citações presentes na rede); e a mensuração do impacto das publicações (medida pelo número de citações e métricas adicionais, como o número de pessoas que leu ou abaixo o artigo, por exemplo).

Nota-se que essas redes são utilizadas como um dos meios de localização de pesquisadores, para seguir as discussões apresentadas por eles, conforme apontou o entrevistado 9. Noorden (2014) constatou que a procura por pares é a terceira causa mais citada para o uso de redes sociais com o propósito acadêmico, sendo que a primeira incide sobre a busca por contato dos pesquisados, seguida pela postagem da pesquisa. A Academia.edu e ReserchGate são redes do âmbito internacional, onde qualquer pesquisador pode criar sua conta.

No Brasil, há uma plataforma, mencionada pelo entrevistado 2, um tipo de rede social para cientistas, mas que não oferece mecanismos de interação entre as pessoas:

ENTREVISTADO 2: Algumas pessoas dizem que a plataforma Carlos Chagas é o currículo, é a rede social dos acadêmicos brasileiros. Você vê uma pessoa, vai convidar para uma mesa e então você vai lá ver o currículo dela, com quem ela estudou, o que ela publicou, lá tem tudo. Querendo ou não está lá colocada toda a sua vida institucional. O academia.edu, essas plataformas que são estrangeiras, elas têm ganhos, inclusive é meia garrafa no mar, pode ser que chegue um cara que lê um artigo seu e te convide. Eu não acho que isso é incomum, porque têm pessoas com perfis muito organizados e publicam muito. Nem tudo são as grandes universidades, tem muitas que são menores, às vezes as pessoas são convidadas, eu já escutei casos. Assim eu acho que é positiva para a esfera pública, essa publicidade. Eu considero o Lattes a minha rede social.

A Plataforma Lattes é um repositório de currículos dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros envolvidos com a pesquisa científica realizada no Brasil. Essa plataforma tornou-se, nos últimos anos, a principal referência das competências científicas e tecnológicas do país. Os formulários são preenchidos pelos próprios pesquisadores e servem de subsídio para os produtos e serviços nacionais em Ciência e Tecnologia, tais como: conhecimento de competências por área regiões ou instituições e pesquisa; produção e produtividade em um dado campo; perfil dos pesquisadores brasileiros, tendência de estudos em áreas de conhecimento entre outros.

Os pesquisadores precisam manter os currículos atualizados, pois é por meio dessa plataforma que também ocorrem as avaliações da CAPES necessárias para se pleitear financiamentos de bolsa de pesquisa. A Plataforma Lattes se tornou uma das principais

formas de identificação dos pesquisadores, com limitações para a interação entre eles. Por exemplo, não há uma caixa de mensagem para contato com o pesquisador.

Apesar de o entrevistado pontuar a existência de pesquisadores que possuem informações organizadas no seu currículo, pode-se encontrar algumas limitações na literatura referente à Plataforma Lattes. Brito, Quoniam e Mena-Chalco (2016) pontuam que o fato de as informações serem atualizadas pelo próprio pesquisador não garante padronização. Assim, em um conjunto de currículos analisados, pode-se concluir que alguns foram atualizados recentemente, enquanto outros o foram há anos atrás. Outra questão levantada é o grau de confiabilidade das informações cadastradas pelos próprios pesquisadores em seus currículos, visto que não há uma verificação direta dos dados na plataforma, podendo ser inseridos dados enganosos a respeito de sua trajetória.

Considera-se que, apesar de a Plataforma Lattes não ser uma rede social, se constitui como um dos meios para orientar os pesquisadores na busca de informações sobre seus pares. Ela permite a exposição dos sujeitos, conforme apontou o entrevistado 2.

Nesse tópico de análise, verificou-se que as redes sociais possuem pouca adesão dos entrevistados com o intuito de produção e disseminação da informação científica. Os entrevistados apontaram a privacidade de dados nas redes sociais e a declaração de direitos autorais das revistas pagas como impeditivos para a circulação das produções científicas nas redes sociais. As redes sociais podem se configurar em um ambiente onde se compartilha o mesmo tipo de informação, quando os sujeitos produzem, compartilham informações e seguem outros sujeitos que tenham os mesmos interesses. Se, por um lado, essa utilização parece ser compatível com o propósito dos pesquisadores, por outro, se usa como justificativa pela ausência de divergências e de embate de ideias.

As redes também têm mobilizado e criado um espaço para os pesquisadores na esfera pública, apesar dos dados revelarem pouca incidência. A tomada desse espaço pelos pesquisadores permite um canal de debate e análise, no qual as investigações podem ser ampliadas, fornecendo contribuições para a sociedade, na medida em que elas saem do âmbito institucionalizado e ganham uma dimensão mais ampla. Vale ressaltar que as redes sociais acadêmicas ainda têm pouca utilização efetiva. Seu uso está voltado para a troca e consulta de materiais de informação.

Na subseção 5.9, será apresentado o posicionamento dos pesquisadores em relação ao compartilhamento e armazenamento dos dados gerados pela pesquisa, que constitui uma etapa importante ao possibilitar o crescimento da ciência, já que permite que outros pesquisadores possam analisar e refletir sobre esses dados.

## **5.9 Compartilhando e armazenando dados**

O compartilhamento da informação e do conhecimento na ciência pode ser considerado uma atividade rotineira, já que todo trabalho de pesquisa, para ser reconhecido pelos pares, precisa ser compartilhado. A pesquisa científica gera muitos dados brutos

durante o seu desenvolvimento, porém os dados que chegam para grande parte dos pares ou na literatura, já foram analisados e sintetizados. Assim, os dados brutos não devem ser negligenciados, pois eles podem ser usados como suporte a outras investigações e, até mesmo, para se contestar os próprios dados apresentados em outra pesquisa, por isso, iniciativas como a Ciência Aberta têm crescido, como apontam Delfanti e Pitrelli (2015).

Nesse sentido, procurou-se entender os posicionamentos dos entrevistados em relação ao compartilhamento e armazenamento de dados de pesquisa. Atestou-se que essa atividade não é realizada pela maioria dos entrevistados e, alguns, ao serem questionados, expressaram as razões de não realizarem o compartilhamento de dados. Apesar de afirmarem que consideram essa prática importante, não o fazem, conforme pode ser observado nos relatos abaixo:

ENTREVISTADO 9: Não, porque na verdade a gente não usa dados assim, dados sistematizados.

ENTREVISTADO 4: Não tenho feito isso não, infelizmente. Hoje está se falando muito de ter acesso aos dados de pesquisa, mas, às vezes, eu sinto que é uma discussão que acontece muito em áreas biológicas e exatas. Eu não percebo que isso aparece tão forte pra gente, apesar da gente estar na área de comunicação onde ocorre um grande fluxo de informação. Acho que talvez se a CAPES colocasse isso como critério de avaliação, todos nós faríamos. Eu penso assim, porque isso exige uma grande mudança na atitude das pessoas e eu percebo que isso só acontece quando há uma exigência, ou quando acontece alguma situação negativa com a pessoa, parece que elas entram em estado de alerta e começa a se preocupar.

Percebe-se que esses pesquisadores veem que os dados gerados em suas pesquisas são distintos dos dados gerados em outras áreas como as ciências exatas e biológicas. O termo dado possui variações consideráveis entre pesquisadores e áreas do conhecimento. Sayão e Sales (2013) constatam que os dados são produzidos para diversos intuítos, diferentes comunidades científicas e por meio de diversos processos. A National Science Foundation (2015) define dado como qualquer informação que possa ser armazenada em formato digital: texto, números, imagens, vídeos, áudio, *software*, algoritmos, equações, animações, modelos, simulações geradas por vários meios da observação, computação e experimento. A Comissão Europeia<sup>26</sup> (apud OLIVEIRA; SILVA, 2016, p.13) também define como dados quaisquer “dados estatísticos, resultados de experimentos, medidas e observações resultantes do trabalho de campo, gravações de entrevistas e imagens”.

Nos resultados do projeto de pesquisa Rede de Dados de Pesquisa Brasileira (RDP Brasil), Vanz (2018) apontou que a prática de compartilhamento de dados não é algo tão

---

<sup>26</sup> EUROPEAN COMMISSION. H2020 programme: guidelines on open access to scientific publications and research data in horizon 2020. Version 3. 25 Aug. 2016.

comum na pesquisa brasileira. O entrevistado 4 pontuou que, embora a discussão do compartilhamento de dados tenha crescido nas comunidades científicas, talvez essa prática só se consolide a partir de exigência de agências que assegurem o investimento de recursos financeiros para as pesquisas. De fato, algumas iniciativas já começaram a ser estruturadas. No final de 2019, o CNPq firmou um acordo com o IBICT que resultará na criação de uma plataforma de armazenamento de dados científicos, que será chamada de Lattes Data. A iniciativa objetiva armazenar e permitir acesso aos dados oriundos dos projetos fomentados pelo CNPq, permitindo o compartilhamento e reuso pela comunidade científica e acompanhada pela sociedade (CNPQ, 2019).

Esse também é um movimento de âmbito internacional. De acordo com Kim e Adler (2015), desde 2010, a The National Science Foundation (NSF), uma das maiores agências de fomento dos Estados Unidos, tem exigido que seus beneficiários concedam acesso aos dados da pesquisa. Assim, para os pesquisadores que pleitearem recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas terão que cumprir, entre os requisitos, a contribuição para uma ciência mais aberta.

O campo científico é pensado por Bourdieu (1983) como um universo que envolve pesquisadores e alunos, mas também, financiadores, instituições de pesquisa, a própria universidade, conjunto de normas em ciência e tecnologia, governo e muitos outros atores, que, tradicionalmente, participam do processo de produção da ciência. Dessa maneira, há várias influências e os agentes vão agir de acordo com as “regras” e interesses do universo em que estão inseridos. A partir do momento que iniciativas de compartilhamento de dados forem efetivamente cobradas pelo conjunto institucional e de financiamento, os pesquisadores passarão a desenvolver essas ações, mesmo que de modo forçado, se quiserem se manterem atuantes nos programas de pós-graduação e de fomento à pesquisa.

O entrevistado 10 evidenciou possíveis implicações éticas do compartilhamento de dados dada a confiabilidade assegurada para os sujeitos que aceitam em colaborar com as pesquisas.

ENTREVISTADO 10: Cada caso é um caso, cada pesquisa uma pesquisa. Porque tem pesquisa que você tem que trabalhar com alto grau de confidencialidade. Em geral, de uns anos para cá, tenho passado todas essas pesquisas que envolvem seres humanos no Comitê de Ética, na plataforma Brasil. Inclusive a dos meus orientandos, só não mando quando realmente não envolve pessoas. Tem que ter esses cuidados. E aí, é claro, quando envolve esse alto grau de confiabilidade é evidente que isso vai ficar armazenado comigo ou com os orientandos, ou com a equipe.

Os estudos científicos, de acordo com os direitos humanos, têm buscado antever possíveis problemas originados da intervenção do pesquisador na realidade estudada. No início do século XXI, as pesquisas começaram a ser avaliadas por Comitês de Ética. Passaram a ser necessários o consentimento dos sujeitos da pesquisa e o sigilo dos dados individuais obtidos a partir de normas que atendam à confiabilidade, ao anonimato e ao

sigilo. Foram formados a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) em cada instituição que realiza investigações científicas. Sobre os aspectos éticos da pesquisa que envolvem seres humanos, os comitês estipulam que os sujeitos devem ser tratados com dignidade e respeito, de modo que seja necessária a obtenção do consentimento livre e esclarecido em um documento escrito e assinado pelos participantes, resguardando a autonomia e autoridade dos sujeitos (BARBOSA; SOUSA, 2008).

Esse documento prevê a confidencialidade citada pelo entrevistado 10 que, segundo Fabi (2000, p. 312) “relaciona-se à garantia (no sentido de confiança) de que as informações dadas não sejam reveladas sem autorização prévia da pessoa, por isso também são denominadas, às vezes, de informações privilegiadas”. Desse modo, coloca-se a questão de como compartilhar os dados primários para uso e reuso, sendo que a sua produção envolve confiabilidade, privacidade e anonimato dos sujeitos que participam das investigações na área de humanidades em geral. Os pesquisadores fazem circular os dados já analisados nas publicações, em formato de artigos científicos, anais de congresso, livros, dentre outros. Mas, disponibilizar dados primários pode implicar em expor os sujeitos da pesquisa, gerando um dilema ético.

Todavia, essa é uma questão que deve ser analisada, pois a comunidade científica está, gradualmente, entrando em consenso sobre a disponibilidade livre e aberta dos dados de pesquisa gerados com financiamento. Disponibilizar os dados acarreta reconhecimento para a pesquisa, já que outros pesquisadores poderão acessá-los e conferi-los com a análise realizada. Além disso, implica em gerar economia e tempo no desenvolvimento das pesquisas.

O armazenamento de dados também é uma prática científica importante, principalmente, quando visa à sua preservação e compartilhamento. Ao se notar que o compartilhamento de dados constitui uma prática atípica entre os respondentes, também se questionou sobre o armazenamento de dados mais elementares, ou seja, a forma que os pesquisadores guardam e preservam inicialmente os dados de suas pesquisas.

De modo geral, levantou-se que os pesquisadores armazenam os dados prioritariamente em computadores e e-mails, tanto pessoais como aqueles que fazem parte dos grupos de pesquisas. Também são usados *pen-drive*, HD (*hard disk*) externo e armazenamento nas nuvens, como o Google Drive e Dropbox.

Vanz (2018) também constatou o uso de meios parecidos para o armazenamento de dados, que são respectivamente: computador pessoal, mídia externa, serviço de nuvem, servidor localizado no laboratório do grupo de pesquisa, servidor/data center da instituição e arquivo em papel.

De acordo com os entrevistados, essas são algumas formas de armazenamento de dados primários:

ENTREVISTADO 4: Bom, acho que de maneira comum. No computador e e-mail quando é algo muito importante. Ultimamente também tento salvar nas nuvens porque o acesso é rápido aos arquivos se eu não estou com o meu laptop.).

ENTREVISTADO 6: Eu tenho uma pasta de referência bibliográfica, outra pasta com filmes, uma outra pasta dos artigos que eu já escrevi e uma outra pasta com coisas inacabadas. Tudo fica no computador e tem uma cópia no HD. Assim que eu tenho arquivado.

ENTREVISTADO 8: Cheio de pastinha, eu salvo no computador e na nuvem. Eu deveria salvar em um HD externo, mas eu nunca lembro. Tá cheia de pasta, aí quando preciso eu procuro, eu custo saber aonde está. É superdifícil.

ENTREVISTADO 10: Minha pesquisa de pós-doutorado, por exemplo, como foi totalmente minha, o meu armazenamento foi no computador mesmo, eu tenho todos os diretórios lá, com muitos backups. Tudo bem salvo, porque eu sou muito cuidadoso com isso. Eu nunca tive problema com isso, tipo de dizer, eu perdi tudo. Eu sempre tenho armazenado tudo em mais de uma mídia, nas nuvens e pendrive.

Observa-se que os meios utilizados pelos pesquisadores para o armazenamento são equipamentos como computadores, HD externo, *pendrives* e serviço de armazenamento online. Conforme aponta Dobebei (2010), a revolução tecnológica transformou o modo como os acadêmicos criam, se comunicam e preservam o conhecimento científico, longe, entretanto, da preocupação com a proteção dos conteúdos, a longo prazo.

Enquanto alguns pesquisadores armazenam os dados em mais de um tipo de mídia, outros mantêm em um único local. De qualquer forma, chama a atenção para o fato da obsolescência tecnológica e fragilidade das mídias. Isso acontece porque a informação digital só é acessível por meio de aparatos tecnológicos, que funcionam como intermediadores, como *hardware*, *software*, formato de mídias, dentre outros. Assim, o ciclo de obsolescência vai se renovando a cada lançamento de uma nova tecnologia, que é capaz de armazenar e visualizar os dados (HEDSTROM, 2001; SANTOS, FLORES, 2017).

Por isso, destaca-se a importância da preservação digital que, segundo Hedstrom (1996, p.189) se refere ao “[...] planejamento, alocação de recursos e aplicações de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável [...]”. A condição basilar da preservação digital, segundo Márdero Arellano (2008), é a adoção de métodos e tecnologias que integram a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais. Assim, a preservação física está centrada nos conteúdos armazenados em mídia magnética (fitas cassete de áudio e de rolo, fitas vídeo Home System – VHS e Digital Áudio Tape - DAT) e discos óticos (CD-ROM, WORM e discos óticos regraváveis. A preservação lógica busca na tecnologia formatos atualizados para a inserção dos dados (correio eletrônico, material de áudio e audiovisual e material em rede), além de novos *software* e *hardware* que mantenham vigentes seus bits para conservarem sua capacidade de leitura.

Sayão e Sales (2012) explicam que registrar nos sistemas formais de informação (arquivos, bibliotecas, repositórios, bases de dados) os resultados das pesquisas em forma de documentos são insuficientes para guardar os dados obtidos ao longo da pesquisa. Pode-se exemplificar com o relato do entrevistado 10. Durante a realização de seu pós-doutorado, sua pesquisa foi documentada na apresentação de um relatório final e, posteriormente, nas publicações científicas, onde o entrevistado apresentou um retrato parcial dos conteúdos intelectuais gerados. Os dados que sustentaram a pesquisa, e que foram analisados e discutidos pelo pesquisador, permaneceram armazenados em computadores e mídias pessoais. A obsolescência tecnológica e a falta de intencionalidade para preservar adequadamente os dados afetam a sua conservação e, conseqüentemente, a possibilidade de se constituírem como pontos de partida para novas pesquisas.

Por isso, a preservação digital dos dados e mídias onde estão registrados se torna uma preocupação essencial para a continuidade da pesquisa, pois busca assegurar as informações do passado e do presente, dando continuidade para o futuro.

Os entrevistados relataram também a organização das informações e dos dados referentes às pesquisas desenvolvidas. Os entrevistados 6 e 8 afirmaram que procuram organizar as informações em pastas criadas em dispositivos móveis e computadores pessoais, enquanto o entrevistado 13 pontuou outra estratégia:

ENTREVISTADO 13: Em drive, eu tô com a pesquisa da [mencionou o tema]. Então eu criei um e-mail específico. Eu tenho uma voluntária de IC, ela me ajuda nisso. A gente está entrando nas matérias de jornais e guardamos tudo lá no drive. Incluindo os artigos de literatura específico da pesquisa e eu vou criando esses e-mails para não lotar o drive.

Como já foi visto, o correio eletrônico é um espaço de armazenamento rotineiramente usado pelos entrevistados. Utilizá-lo com o propósito de depósito de informações é um caminho possível para ajudar os pesquisadores a armazenarem e organizarem os dados, já que o e-mail tem a função de enviar e receber informações. Porém, em longo prazo, essa estratégia pode dificultar a recuperação das informações se o pesquisador não criar pastas e rótulos que organizem as mensagens. Além disso, o pesquisador pode estar envolvido em vários projetos e, usando a mesma lógica de armazenamento de dados, ele terá que gerenciar várias contas ao mesmo tempo. Assim, usar mecanismos que congreguem, em um mesmo espaço, as informações geradas pela pesquisa, pode facilitar o armazenamento e a recuperação de dados.

Apenas um entrevistado informou usar banco de dados online para o armazenamento e gerenciamento dos dados coletados na pesquisa. O entrevistado 7 explicou que sugeriu a compra com recurso financeiro por meio de um edital, e a

necessidade surgiu de algumas situações que eram frequentes nas pesquisas desenvolvidas até aquele momento.

ENTREVISTADO 7: Na hora que a gente foi fazer a pesquisa, todo mundo era muito acostumado a fazer uma pesquisa muito manual ou armazenar as coisas em computador, mas era uma forma muito frágil e insegura. Isso porque você precisava ter acesso a um lugar físico, específico, aquele computador está com os dados armazenados o que colocava um risco, e era assim: faz uma cópia, faz backup, e também dificultava o acesso. Eu, quando comecei a pesquisa, eu falei pro pessoal, vamos contratar, não é caro para o volume de dados que a gente vai precisar manipular e permite o acesso remoto. Então facilita bastante o trabalho. Em 2013, a gente assinou o serviço. A coleta se encerrou em 2016, o material estava no banco de dados e eu vim fazendo a renovação até agora porque eu pretendo ainda usar o material para outras coisas. Há artigos para ainda ser publicados etc. Para você ter acesso ao material que você produziu, você tem que pagar a assinatura, poderia simplesmente baixar o banco de dados e cancelar. Mas eu acho mais fácil e seguro ter acesso porque está na nuvem, não só o acesso e a replicação das cópias de segurança é mais tranquila.

Porém, quando questionado se ainda fazia uso de base de dados para armazenar outros projetos, a resposta foi negativa devido à falta de recurso financeiro para manter a assinatura. Assim, observou-se que essa não é uma atitude rotineira do pesquisador. O suporte financeiro é apenas um dos elementos que devem ser levados em consideração para promover o compartilhamento e armazenamento dos dados, pois a infraestrutura também tem um papel importante nesse cenário. Como descrevem Sayão e Sales (2014), o compartilhamento e armazenamento necessitam de uma infraestrutura tecnológica para o armazenamento seguro, a recuperação, o acesso a coleções de dados da pesquisa que assegure e passe confiabilidade para os pesquisadores.

Viu-se, ao longo dessa categoria de análise, que iniciativas de compartilhamento de dados são quase inexistentes, pois ainda não há uma cultura de compartilhamento de dados brutos no campo da Comunicação Social. Os dados são compartilhados depois de analisados, por meio das apresentações em eventos científicos e nas publicações. Os entrevistados apontaram a dimensão ética da circulação dos dados primários e a ausência de uma regulamentação institucional e das agências financiadoras.

O armazenamento dos dados ocorre de uma maneira simples, por meio de dispositivos, apesar de se notar um crescimento do uso de serviços em nuvens. As iniciativas em torno de serviços profissionais de armazenamento de dados ainda são moderadas e se associam com a falta de recursos para assinatura de serviços.

Na subseção 5.10, será apresentado os dados relativos ao impacto da pós-graduação na produção científica. Verificou-se, no decorrer das análises de dados, elementos da organização da pós-graduação que interferem na produção científica dos entrevistados e que serão descritos e analisados.

### 5.10 Pós-graduação e seus efeitos

A pós-graduação é um sistema que estimula o desenvolvimento de pesquisas no país, levando os sujeitos à construção, reflexão e comunicação dos resultados. Envolve uma extensa cadeia de atores, passando pelas agências de regulação e investimento, como a CAPES e o CNPq, a universidade, o próprio programa de pós-graduação, docentes e discentes que o compõe. Desse modo, procurou-se entender quais os aspectos presentes na pós-graduação que influenciam o desenvolvimento das atividades de pesquisa.

Na literatura, investigações como de Bianchetti e Valle (2014) e Guimarães e Chaves (2015) revelam as condições de trabalho na pós-graduação que se relacionam com a produção acadêmica. Compreende-se que essa relação não está atrelada ao trabalho realizado somente na pós-graduação, pois perpassam as atividades desempenhadas também no âmbito da graduação. Porém, foi basilar para se entender as práticas de produção de conhecimento dos pesquisadores que também orientam estudantes da graduação e pós-graduação, ofertam disciplinas, desempenham atividades administrativas, dentre outras que acabam interferindo no tempo disponível para o estudo e a reflexão exigidos pela pesquisa científica.

Assim, as primeiras questões levantadas pelos entrevistados envolvem o excesso de atribuições que impactam na dedicação à pesquisa, como se pode verificar abaixo:

ENTREVISTADO 5: Tempo e quantidade de trabalho. Meu número de atividades é alto. A minha situação cotidiana, eu dou aula três vezes por semana, trabalho em várias comissões, tem a preparação dos materiais e de pesquisa e me sobra de noite para escrever. E, além disso, eu não sou um trabalhador só de dedicação. Eu tenho outras formas de vida e devo considerá-las.

ENTREVISTADO 8: Tempo, porque você participa de várias comissões, você tem orientações, cargo administrativos, reuniões toda hora. Eu prefiro trabalhar em casa porque aqui não dá tempo. Fundamentalmente é o tempo, porque a gente faz coisas demais e parece que escrever tem que ser de madrugada, no final de semana.

ENTREVISTADO 12: Tem outros fatores dificultadores como as gerências, [...]. Por exemplo, não que seja necessariamente sobre a pós-graduação, mas eu acumulo responsabilidades administrativas. Isso impacta em horas que eu desempenho para eu programar uma série de atividade. Essas horas no colegiado não são contabilizadas, você não tem redução de carga horária em relação a outras demandas.

Mancebo, Goulart e Dias (2010, p. 9) tratam das atividades que envolvem a participação em entidades colegiadas, comissões e conselhos ligados à universidade, cuja carga horária dedicada pelo docente acaba não sendo computada como efetivo trabalho. Um tempo investido em atividades de captação de recursos, elaboração de pareceres científicos e alimentação de sistemas de avaliação, dentre outras. Percebe-se que a jornada de trabalho se expandiu não se correspondendo com a carga de 40 horas semanais, o máximo permitido para os docentes. Fato que camufla os dados, pois a quantidade de horas

estipulada pela instituição não atende às necessidades geradas pelas funções desempenhadas por ele.

A relação que se estabelece é de mistura entre o tempo no trabalho e fora dele, confundindo os momentos de vivência. Como Mancebo, Goulart e Dias (2010, p. 9) esclarecem [...] “vai-se fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as ‘tarefas’ são muitas, além das inovações tecnológicas possibilitarem a derrubada das barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional (celulares e principalmente e-mail)”.

Nesse sentido, as TICs facilitaram a localização de informações, ampliaram e intensificaram a jornada de trabalho dos pesquisadores, pois permitiram a realização de muitas atividades que não dependem da estrutura da universidade, possibilitando aos pesquisadores realizarem seu trabalho sem as limitações de lugar e tempo. Bianchetti e Machado (2009) afirmam que as TICs deveriam promover a qualidade do tempo, gerando mais momentos de lazer para os sujeitos. Contudo, o que ocorre é que as tecnologias estão se constituindo como ferramentas de acúmulo de trabalho, ampliando a produtividade e carecendo os sujeitos de mais momentos de lazer, que são tão importantes para a sustentação do equilíbrio físico e emocional. Situação que, inclusive, pode recair negativamente sobre a originalidade e inovação, características importantes para a pesquisa científica (LUZ, 2005).

Outra questão levantada pelos entrevistados envolve o financiamento das atividades de pesquisa, que é imprescindível para subsidiar toda a cadeia do desenvolvimento científico, abarcando desde a simples compra de produtos até o aperfeiçoamento do conhecimento dos sujeitos.

ENTREVISTADO 9: Então, hoje a principal dificuldade são as verbas. Não tem dinheiro pra projeto de pesquisa, você vai publicar no exterior, você tem que pagar a tradução, tem que tirar do seu bolso. Então, eu vou para o congresso ou comprar um livro, eu tenho que tirar do meu salário. Então, meu salário não é um salário, ele é um pouco salário e um pouco uma verba de pesquisa e isso eu acho muito ruim. E uma das coisas que eu parei de fazer nos últimos tempos é ir para congresso, no geral. Congressos no exterior, que é um negócio caro, que a gente gasta, investe muito, uma grana alta do salário. Eu tenho um filho, eu preciso pagar escola pra ele. Então eu acho que essa dificuldade financeira é muito grande. A gente continua fazendo, mas tende a ser uma produção que circula menos, que circula mais nacionalmente e, portanto, tem menos impacto. Essa coisa das bolsas também, se eu for pensar lá no meu grupo, a gente tinha reuniões semanais de textos teóricos, e isso impacta fortemente no trabalho dos meninos. Como, atualmente, a gente tem um enxugamento das bolsas, temos pouca gente que pode estar aqui sexta-feira à tarde inteira para discutir. Então, a gente fez com que as discussões fossem de quinzenais para mensais e isso dificulta muito a presença dos estudantes de pós-graduação nos grupos de pesquisa. E mesmo o desenvolvimento da pesquisa deles.

ENTREVISTADO 10: Eu acho que uma coisa importante é as questões de financiamento, a possibilidade de viajar para participar de evento e recentemente tem impactado negativamente. Tenho tirado parte do meu salário para poder financiar minha ida para eventos, pagamento de inscrição, taxas etc.

ENTREVISTADO 12: Uma barreira para a pós-graduação é o apoio à participação de eventos. Mesmo a gente como professor, a minha vontade é de desistir porque eu tô indo para [congresso promovido por associação estrangeira de estudos] e o dólar tá muito alto, e você não tem nenhum tipo de apoio. Isso cansa muito. Os congressos são importantes para estabelecer contato, amadurecer a pesquisa, ter um retorno. E acho que uma coisa que tinha que ser feito é a estrutura. Igual, eu estava te falando do computador, a gente mesmo como docente sente falta de softwares, se o programa pudesse comprar para os docentes e grupo de pesquisa, acho que seria importante. Por exemplo, quando eu olho para a minha pesquisa, eu vejo como a minha pesquisa lá [no exterior] foi profissionalizada. Você vê que tem um técnico contratado para dar suporte de metodologia em softwares, tem acesso a computadores velozes. Então eu acho que os grandes desafios para a pós são as estruturas. Pessoas dedicadas e inteligentes tem, mas a gente precisa de apoio financeiro para isso.

Melo, Freitas e Cericato (2005) demonstram que os investimentos na universidade são reivindicações prioritárias na pauta dos dirigentes universitários. Já está consolidada, no meio acadêmico a ideia de que sem pesquisa não há resultados e nem mudanças para a sociedade. Se a pesquisa deixar de existir, a universidade perde uma de suas principais funções e passa a desempenhar o papel de reprodutora de conhecimento.

Além disso, os dirigentes precisam gerenciar diversas crises. Em reportagem escrita ao Portal de Notícias G1, em 15 de maio de 2019, Tenente e Figueiredo (2019) retratam o contingenciamento no orçamento das universidades, que significa o bloqueio, pelo governo federal, do orçamento previsto com o argumento de arrecadação insuficiente de recursos. A redução de recursos obriga os dirigentes das universidades a cortarem despesas tidas como não obrigatórias como energia elétrica, água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados; e despesas de investimento como obras e compra de equipamentos.

Assim, a situação das universidades, principalmente as públicas, atinge diretamente a produção científica. Os pesquisadores se envolvem e dependem de colaboradores (orientandos), estrutura física (laboratórios, computadores, *softwares*, etc.) e bolsas de auxílio, uma rede que precisa estar articulada para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa. A falta dessa estrutura acarreta a diminuição do engajamento, como apontaram os entrevistados, já que são obrigados a selecionar qual atividade será primordial para a pesquisa.

Ressalta-se que a falta de incentivos financeiros para a participação dos eventos científicos foi constantemente relatada pelos entrevistados. Os eventos são importantes ao propiciarem a troca de informações. Apesar da comunicação oral possuir desvantagens como o baixo nível de absorção comparado com a comunicação escrita, Meadows (1999, p. 136) adverte que a apresentação da pesquisa pelos envolvidos chama mais atenção para questões úteis, em relação à leitura dos textos impressos. Além disso, as apresentações permitem a interação com o público, sendo [...] “retroalimentação imediata, informação

adaptada ao receptor, implicações explicitadas e conhecimento prático transmitido junto com o conhecimento conceitual”.

Em relação às questões do funcionamento da pós-graduação que influenciam a produção científica, foram mencionados os indicadores utilizados para a avaliação dos programas. Nem sempre são impostos pelo sistema de avaliação, mas pelo próprio programa de pós-graduação como uma forma de superar os indicadores pré-estabelecidos pelo sistema de avaliação.

ENTREVISTADO 6: É o andamento da revista e a velocidade das publicações. Você tem que publicar mais em menos tempo para dar notícia da sua pesquisa. Eu já fui cobrado, não no termo de dizer faça essa pesquisa render, mas em outro sentido. Por exemplo, quando você vai recredenciar hoje há uma exigência grande. A universidade tem dificuldade em compreender que você atua em diferentes âmbitos, e se a sua publicação não tem um índice muito elevado, isso se deve ao fato de ter que trabalhar em diferentes registros, isso não é visto como uma coisa boa, não é uma justificativa, nenhuma desculpa. E como que você tivesse que isolar sua vida de pesquisador, e outros elementos que aparece como lugares importantes da sua atuação na universidade, acaba não constando tanto para a pós. O critério do índice, da quantidade de publicações é muito forte. Sobretudo quando chega essa época de credenciamento. Eu devo pedir no final de semestre, eu sempre fico preocupado. E aí eu fico pensando que o meu índice está muito aquém dos colegas. Isso causa angústia, uma pressão. E eu fico angustiado porque eu falo assim, não vou deixar que uma coisa externa governe aquilo que eu venho fazendo, mas você também pode se dar conta que isso também é bastante arriscado, porque se você não der conta de atingir os índices que são necessários você não será recredenciado. Você perguntou uma dificuldade né?! Aumentou uma pressão para que você possa cuidar da sua carreira individualmente, de maneira eficaz, racionalizada e sistematizada, o que muda na forma de escrever os artigos se deve a uma mudança na maneira de como é exigido conduzir a sua carreira e governar sua produtividade. Ter um controle sobre ela, mas no sentido colocá-la no trilho dos parâmetros exigidos. Isso muda a forma de conduzir a escrita, ela tem que acontecer de outra maneira, você tem que estabelecer uma espécie de vigilância, um cronograma, calendário do modo de produzir. É forçar o pesquisador a cuidar da sua carreira individual, talvez force os pesquisadores a gastarem menos tempo com outras iniciativas que não seja tão rentável, de trabalhos mais compartilhados, de tempos mais demorados.

ENTREVISTADO 2: Seria os indicadores, porque eles geram muita desigualdade entre as áreas e, apesar da própria função das ciências humanas que é de criticar, percebe-se que essa questão do sistema está ligada muito à política e é uma questão cultural. Quem publica mais, quem tem mais visibilidade, quem vai apresentar em congressos em outros países, quem está vinculado a outros projetos de pesquisa tem uma maior visibilidade e tendo isso, consegue mais recursos financeiros. Isso tem muito a ver com o poder do discurso do Foucault, quanto mais poder, mais poder ele vai ter. [entrevistado citou uma pesquisadora da área da física], no Lattes dela tinha mais de 300 artigos porque a publicação é diferenciada. Uma mesma pesquisa envolve um monte de pessoas. E ela conseguia uma série de coisas. Os indicadores são muito comparativos, eles privilegiam algumas áreas e tem que olhar para outras áreas. Por exemplo, um livro não é valorizado o esforço intelectual que demorou 2 anos para ser publicado. Essas questões têm que ser levantadas. Se uma pessoa demora 2 anos para publicar, talvez ela poderia ficar um tempo sem publicar. E esse sistema recai sobre áreas que não tem o mesmo sistema de funcionamento.

ENTREVISTADO 11: Hoje a gente tem uma pressão enorme para publicar para atender aos indicadores da pós-graduação no Brasil. No caso do programa, eu acho uma exigência muito alta. Claro, a gente tem que cumprir mesmo, mas a gente tem que publicar 3 artigos por ano, o que no quadriênio dá 12 produtos, mas pode ser em parceria, e é o que a gente tenta fazer. É possível cumprir essa meta?! Sim, os professores que estão na pós-graduação têm cumprido, mas há um exagero nisso. Há professores no meu programa que publicam mais de 20 artigos em um ano. Eu não consigo viabilizar, isso é excessivo e desumano. Não é a toa que a gente tem visto um adoecimento das pessoas na universidade em diferentes níveis. A gente tem que publicar em revista B1 pra cima, a regra é clara, mas esse esforço da internacionalização é uma dificuldade para mim.

Os indicadores referidos cumprem o objetivo de alcançar as metas de publicação, importantes para a avaliação dos programas. A avaliação, nesse sentido, torna-se um importante instrumento de indução e direção das reformas, pois facilita os mecanismos de financiamentos, (projetos, bolsas, infraestrutura, equipamentos e eventos), mecanismos legais (autorização, credenciamentos, recredenciamento) e de mecanismos de legitimidade (reconhecimento na sociedade).

Desse modo, a Pós-Graduação está ligada a esse modelo de espiral produtiva cada vez mais ambiciosa, induzindo os programas à frenética superação de indicadores e aos desafios de quebra dos limites próprios ou dos concorrentes. Para Cunha (2005, p. 22) as palavras-chaves passam a ser “competitividade, excelência e produtividade” sendo que “[...] o professor é tratado como peça de engrenagem para que o projeto político-econômico funcione.”

Trata-se de um contexto que influencia a maturação da pesquisa, como relatou o entrevistado 6. Para atender aos critérios, os pesquisadores acabam sendo impulsionados a publicar, mesmo que as reflexões ou resultados ainda não estejam suficientemente amadurecidos. Assim, os indicadores tornam-se impulsionadores do produtivismo, como atestaram os entrevistados 2 e 11, numa lógica de publicação de artigos para se acumular pontuação, garantindo a permanência na pós-graduação, e desconsiderando as peculiaridades da produção científica de cada área do conhecimento.

Logo, o produtivismo é marcado pelos entrevistados como um referente que incide sobre a forma de se operar ao produzir a pesquisa, como se pode observar nos seguintes relatos:

ENTREVISTADO 5: Se você estuda, você tem sobre o que escrever, mas dá para ser com mais profundidade e oferecer coisas mais robustas. Nisso, eu não estou falando de dureza, estou dizendo que as pessoas possam estudar mais e quando for publicar, têm algo a oferecer e não porque tem que bater a meta. O povo escreve qualquer coisa, e não estou elencando que esses objetos sejam bons ou ruins, mas você vê uma pessoa que hoje está escrevendo sobre reality show, amanhã ela vai escrever sobre programa da Ana Maria Braga e depois a nota de coluna de política de fulano. Assim você fala: meu Deus, que versatilidade pra olhar para os objetos. E você percebe que a apropriação nem sempre é bem cuidada e isso me incomoda. Os objetos mudam, fenômenos mudam, mas você tem que ter certa constância naquilo ao longo do tempo, desenhando o que é

uma carreira acadêmica. Porque a carreira não vai ser uma colagem de um montão de publicação. Se quando você olha para o que é um pesquisador maduro, ele tem uma trajetória. Ele parte de um conjunto de autores, sabe lidar com esse tipo de fenômeno, ele sabe perguntar ou responder diante de uma questão. Quem sai fazendo essa adesão irresponsável tem uma estrada que é uma grande colcha de retalhos. Estou pensando aqui, eu tenho 20 anos na universidade e 23 de docência. Nesses 20 anos a minha grande marca foi trabalhar com [mencionou o tema]. Então, as coisas que eu faço estão abrigadas sob desse âmbito, em que eu vou ser conhecido. Eu posso ter autores para ler isso, que tragam coisas novas, mas eu tenho um lugar, um objeto, um conjunto teórico que ancora esse caminho. Parece que as pessoas perderam nesse tiroteio de vamos somar pontos, porque eu preciso fazer currículo, porque preciso passar em um concurso, vamos somar pontos porque preciso manter a minha bolsa produtividade.

ENTREVISTADO 11: Essa coisa da produtividade é que a gente não consegue ler o que está sendo publicado. A gente não dá conta diante dessas inúmeras atividades. Eu sinto muita falta de tempo de ler, e aí eu fico imaginando quem está lendo as coisas que eu escrevo?! Será que as pessoas estão lendo?! eu fico feliz de ver as vezes um texto meu circulando, que alguém comenta, de ver citado em um artigo. Tem uma colega que publica mais de 20 textos em um ano, como que você lê a produção da colega?! Não consegue. Se a gente não tem tempo por causa desse excesso de trabalho, você vai ler as questões que dialogam com a sua pesquisa, que te interessa mais de perto. Isso é muito ruim, porque você não sabe o que o seu colega de gabinete está produzindo. Então esse excesso de produções acaba dificultado essa integração do campo, essa interlocução interna. É uma questão a se pensar.

O entrevistado 5 destacou que as atuais metas de produtividade acabam gerando a superficialidade das análises e do conteúdo produzido. O pesquisador, na tentativa de atender aos indicadores, adere a um fluxo intenso de publicação, questionando o quão relevante são essas produções para o avanço do conhecimento científico. Como apontam Godoi e Xavier (2012), a ênfase na quantidade de trabalhos acadêmicos, com limitada relevância e capacidade pífia, não gera para a sociedade o principal produto acadêmico, o conhecimento científico.

Além disso, como mencionou a entrevistada 11, a grande quantidade de publicações causa uma dispersão na literatura, pois não é possível acompanhar tudo que está sendo produzido no campo de investigação. O produtivismo, combinado com os indicadores, levam os pesquisadores a publicarem com certa regularidade, muito além do necessário e muitas vezes, artigos superficiais (ZANDONÁ; CABRAL; SUZBACH, 2014). Assim, ao se realizar o levantamento de literatura para a identificação e aproximação com os temas abordados, há uma dificuldade em acompanhar tudo o que está sendo produzido.

A pós-graduação contribui para a formação do campo científico que, segundo Bourdieu (2008), é o lugar onde os agentes agem de forma objetiva e calculada, obedecendo a programas e métodos elaborados de maneira consciente. As regras e normas não são seguidas pelos agentes somente por um ato pensado, mas, principalmente, pelas estratégias adquiridas por meio das experiências com o jogo no campo científico. Dessa forma, quando os entrevistados identificam os problemas da pós-graduação, eles buscam resolvê-los com estratégias do próprio campo. Com a falta de recursos financeiros, criam

estratégias como escolher os eventos a serem investidos e equipamentos a serem adquiridos, por exemplo. Outra questão pontuada foi o produtivismo que se tornou uma perversão da produtividade, alavancado a busca por indicadores da produção que acabam influenciando na originalidade e qualidade daquilo que é disponibilizado para a comunidade científica.

Nessa categoria de análise, percebeu-se que são atribuídas aos pesquisadores diversas atividades nem sempre contabilizadas na carga oficial de trabalho, o que influencia no tempo disponível para imersão na pesquisa. A falta de recursos financeiros dificulta a aquisição de equipamentos que dão suporte à pesquisa, assim como a participação em eventos científicos, principalmente os estrangeiros. Os indicadores das agências de fomento para avaliação dos programas de pós-graduação podem se tornar barreiras ao desenvolvimento científico, pois os sujeitos se sentem pressionados a atingirem aos critérios estabelecidos.

O produtivismo também interfere na produção científica, pois o incentivo está relacionado à quantidade de publicações em detrimento da qualidade das reflexões apresentadas. Os pesquisadores levam mais tempo identificando o que realmente pode ser relevante para ser utilizado em suas pesquisas, além de não conseguirem acompanhar tudo que é publicado.

As questões levantadas pelos pesquisadores apontaram as dificuldades encontradas para a produção científica, pois eles são obrigados a reelaborarem outros meios para desenvolverem a pesquisa, o que pode influenciar na qualidade dos resultados apresentados e nos lugares utilizados para aquisição de informação.

Contudo, compreender o processo de comunicação e produção científicas elucida as implicações enfrentadas no fazer científico, ao se identificar questões que envolvem a produção científica. O campo científico se torna um marco para delinear as estratégias utilizadas pelos sujeitos, independente da posição que ocupem nesse espaço. Assim, as práticas informacionais dos pesquisadores colaboram para a manutenção dos sujeitos no campo ou a busca pela mudança de posição, permeada por significados que revelam a dinâmica dos pesquisadores ao produzirem e se comunicarem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e comunicação científica são processos diários na vida do pesquisador, influenciados pelo funcionamento do sistema científico, com suas regras, e pela intersubjetividade. Os pesquisadores, na sua relação com outros sujeitos, aprendem e também ensinam, constroem significados que podem modificar sua atuação.

Diante da problemática exposta, esta tese partiu de indagações sobre o modo como os pesquisadores se orientam na produção e comunicação científica, e os elementos que determinam e constituem essa significação. Os pesquisadores se norteiam por suas vivências, observações decorridas do trabalho e da formação acadêmica. Os pares e orientadores se tornam referências na trajetória e na formação desses sujeitos. A dinâmica do campo científico também se constitui como um formador nas práticas informacionais dos sujeitos. Os pesquisadores não baseiam suas decisões apenas em seus desejos, levam em conta também a demanda do campo científico. As ações desses sujeitos voltam-se para atender a critérios que os mantêm ativos na produção científica, como na escolha de autores para embasarem suas pesquisas, outros pesquisadores para compor autoria de investigações, canais de comunicação, idioma e eventos científicos. No entanto, a elaboração dessa identificação também ocorre quando os pesquisadores se propõem a pensar novas maneiras para suas ações, ou ainda, de realizarem movimentos a favor daquilo que tem pouco espaço no campo, como a busca por conhecimento não hegemônico, outros meios de publicação e comunicação, por mais que ainda estejam na lógica da produtividade.

Considera-se que a investigação das práticas informacionais no processo de produção e comunicação científica dos pesquisadores foi realizada. O objetivo específico de identificar os recursos informacionais utilizados pelos pesquisadores foi respondido na subcategoria 5.2, onde perpassam várias categorias de análise. Há ferramentas, estratégias e materiais que auxiliam os pesquisadores na busca, no uso e no compartilhamento de informações. Desse modo, os canais de informação científica e fontes de informação não se diferem muito do que já é consolidado pelas comunidades científicas, sendo repassados para os novos integrantes do campo. A confiabilidade da informação é o requisito que embasa o uso desses recursos. Os mecanismos de busca também se destacam pela possibilidade de recuperar, principalmente, materiais de acesso aberto. Porém, evidenciou-se que a similaridade dos resultados de diferentes pesquisas nesses mecanismos dificulta a descoberta de fontes que tragam outras abordagens.

Em relação ao objetivo de compreender os significados atribuídos pelos pesquisadores às estratégias utilizadas nos processos de produção e comunicação científica, as subcategorias 5.1, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9 apresentam análises que contemplaram esse objetivo. As escolhas pelas temáticas de pesquisa são impulsionadas,

principalmente, por aspectos sociais, afetivos e políticos que movem os pesquisadores para as discussões. O uso de autores para subsidiar as reflexões passa pelo rastreamento da literatura, mas traz como significado a autoridade que o autor exerce no campo científico, podendo se estabelecer pela recorrência de uso na área de conhecimento, pela identificação que o pesquisador possui com as ideias do autor e, até mesmo, pela busca por autores que não fazem parte desse circuito principal, como forma de reivindicar a entrada de outros conhecimentos na produção científica.

Já os encontros científicos são entendidos como espaços de troca de informações, mas a sua estrutura pode interferir na interação dos participantes, em razão dos espaços e tempo de diálogo estabelecidos. Os participantes são considerados marcadores importantes para determinar as contribuições e aprendizados nesse espaço.

As redes sociais, vistas como espaços que, potencialmente, podem permitir o compartilhamento, disseminação e produção de informação científica são consideradas, pelos pesquisadores, espaços da vida privada, que geram “bolhas” informacionais, restringindo o contato com usuários que compartilham conteúdos divergentes. Essa observação já colabora para afastar o uso das redes pelos pesquisadores para fins de compartilhamento de informações sobre as pesquisas desenvolvidas por eles. A tomada desses espaços como forma da inserção do pesquisador na esfera pública aparece com pouco engajamento dos entrevistados, mas há certa percepção de que as redes poderiam ser usadas como plataformas de debate. Já as redes sociais próprias do âmbito acadêmico apareceram como uma forma de disponibilização de publicações científicas, notando-se também pouco uso desses espaços.

As publicações científicas, principalmente os periódicos e livros, são os meios mais utilizados para se divulgar a informação. No entanto, o periódico se destacou por permitir uma elaboração mais sucinta, além de estar claramente qualificado pelo Qualis CAPES, garantindo uma estabilidade para a avaliação da agência. Por outro lado, não representa a circulação efetiva, menções e reconhecimento da publicação. Há uma grande demanda pelas revistas mais prestigiadas, principalmente porque elas atendem aos requisitos que contribuem para a boa avaliação dos programas de pós-graduação e do pesquisador. Assim, a demora da aprovação do manuscrito submetido às revistas faz com que os pesquisadores distribuam suas publicações em revistas com diferentes Qualis para terem mais sucesso, mas sobretudo, naquelas que ainda atendam aos requisitos das agências reguladoras.

A autoria dessas publicações também é levantada para análise, de modo que a coautoria tem sido uma prática comum, sendo marcada pelo conhecimento com que cada pesquisador possa contribuir, mas também pela necessidade da comprovação da formação, por meio das titulações, que tende atribuir qualidade às publicações. Por outro lado, a autoria única está marcada pelo interesse de gerar um produto de informação que contenha uma marca autoral, demonstrando a capacidade intelectual do pesquisador. As titulações aparecem como credenciais que autorizam os pesquisadores a publicarem tanto em revistas

como em eventos, pois é uma das formas de se obter espaço e reconhecimento dentro do campo. Para isso, os pesquisadores precisam de parcerias que permitam ou, pelo menos, ofereçam condições para que possam publicar em periódicos e eventos.

As publicações estrangeiras são meios utilizados para a visibilidade da pesquisa e dos pesquisadores. Porém, a escolha de qual idioma será utilizado pauta-se pela maior interlocução com pesquisadores que também estudam os objetos de pesquisa dos entrevistados. Outros fatores também foram citados, como o movimento a favor da internacionalização na pós-graduação, que tende a acarretar maior projeção na carreira do pesquisador. A publicação em revistas no circuito internacional, que possuem bons conceitos, tende a alcançar mais pesquisadores, pois são fontes usadas para se localizarem pesquisas relevantes e atuais. Essas revistas podem conferir os objetos de pesquisa a serem estudados, métodos, contribuições teóricas para a efetiva publicação do artigo, instigando os pesquisadores, que almejam obterem sucesso na avaliação, a reconfigurarem suas pesquisas, caso não atendam aos padrões das revistas pretendidas. Para tal, é necessário que o pesquisador incorpore e se aproprie dos discursos presentes nessas revistas. Mas, tal inserção não garante citações e aproximações profissionais.

Pouco se tem explorado sobre o compartilhamento e armazenamento de dados gerados pelas pesquisas, colocando em evidência a ponderação sobre a circulação desses dados, principalmente, por envolverem outros sujeitos que devem ser resguardados, colocando em questão também a natureza dos dados que se diferenciam de acordo com as áreas de conhecimento. Para isso, pensar em estratégias que possibilitem o compartilhamento dos dados é essencial para conferir visibilidade e reconhecimento para as pesquisas, tanto do ponto de vista dos pesquisadores para o engajamento, como das instituições de pesquisa e fomento e da universidade, oferecendo respaldo e incentivo a essa atividade. Identificou-se que o armazenamento de dados ocorre de modo informal, por meio de ferramentas do uso do cotidiano, que não devem ser menosprezadas, pois a preservação dos dados é um pressuposto para seu compartilhamento.

Por fim, o objetivo de analisar como os pesquisadores percebem os efeitos da pós-graduação na produção científica foi atendido na subseção 5.10, onde foram abordadas as implicações do trabalho na pós-graduação na produção e na comunicação científicas. A carga de trabalho dos pesquisadores incide sobre o tempo para a dedicação à pesquisa. O pouco acesso aos recursos financeiros também foi mencionado como um fator interveniente no suporte e na estruturação das pesquisas. O produtivismo foi indicado como um fenômeno que gera produtos de informação com pouca carga reflexiva, impulsionado pela busca de indicadores de produtividade, colocados pelas agências de regulamentação e fomento e pelo próprio programa de pós-graduação.

Sintetizando as considerações em torno das práticas informacionais dos pesquisadores entrevistados, observou-se que as atividades e as ações desempenhadas estão marcadas pelas práticas científicas convencionais, perpassando percepções afetivas

e sociais. As situações vivenciadas no ato de se produzir e se comunicar, no contexto em que os entrevistados estão inseridos, mostram a inserção de novos elementos que vão fazendo parte das práticas científicas, como a descoberta de conhecimentos não centrais, que levam os entrevistados a refletirem sobre as maneiras que conduzem pesquisas e tomam decisões. A socialização dos pesquisadores ocorre com sua inserção no campo, conjuntamente com as instituições e outros agentes, incorporando regras que moldam as suas práticas. Todavia, abre-se possibilidade para que novas iniciativas se insiram como a utilização de outros campos de interlocução, publicações e meios para se localizar a informação, principalmente, para aqueles pesquisadores críticos à estrutura do campo científico.

Olhar para as práticas informacionais, no âmbito da pesquisa científica, consiste no exercício de compreender os significados atribuídos pelos pesquisadores às suas ações, envolvendo o movimento dialético entre o sujeito e a estrutura do funcionamento do campo científico. De tal modo, a hipótese levantada nesta pesquisa se confirma ao se evidenciar que as instituições científicas exercem influência no processo de produção científica, podendo reconfigurar as práticas informacionais dos pesquisadores. Assim como a tese de que os pesquisadores observam as transformações ocorridas na produção científica, se atentando a novas percepções no seu cotidiano de produção. Apesar de esforços ainda pequenos, há tentativas de mudanças para reconfigurar o fazer científico, na procura por outros meios que ajudem os pesquisadores a buscarem, selecionarem, usarem e compartilharem informações.

Esta pesquisa não teve o objetivo de apresentar respostas que sejam universalizadas. Como foi relatado inicialmente, a intenção não foi realizar comparações com as mais diversas áreas do conhecimento, porém alguns relatos se justificavam a partir dessa comparação, como o compartilhamento de dados da pesquisa. Assim, sugere-se analisar outras áreas científicas e investigar as suas práticas, percebendo os enfrentamentos comuns entre os pesquisadores, e considerando as suas características. De modo que se possa entender o funcionamento de outros campos científicos e os significados dados pelos sujeitos em suas práticas informacionais, ampliando o panorama das práticas informacionais na produção científica. Ainda, destaca-se que o compartilhamento de dados precisa ser discutido, já que se deve encontrar caminhos viáveis para que as informações produzidas na área de humanidades também possam ser compartilhadas.

Sugere-se também outras variáveis para se estudar as práticas informacionais, como a temporalidade, visto que as mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas influenciam as atividades de pesquisa e, conseqüentemente, os significados atribuídos pelos pesquisadores às suas ações de busca, produção e compartilhamento de informações. Assim, conclui-se que a adoção da perspectiva das práticas informacionais utilizada para entender as ações informacionais dos sujeitos é relevante e atende aos interesses de

investigações que se propõem a desbravarem o processo de construção da pesquisa científica, do ponto de vista de compreensão das ações dos pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 21, p.121-139. 2011. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2229>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.434-450, nov. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v10i2.747>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- ALBUQUERQUE, J. C. B.; ALVES, R. D. Técnica bola de neve em construção amostral na rede social Instagram. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 21., 2019, Goiânia. [**Anais eletrônicos...**] Goiânia: Intercom, 2019. p.1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0575-1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.
- ALMEIDA, F. R.; FISCHMANN, A. A. Editoras científicas: uma análise estratégica. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. [**Anais eletrônicos...**]. São Paulo: FEA-USP, 2009. p.1-17. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/131.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.
- ALVEZ, M. A. S. A. A autoria em questão a partir de Foucault: autor, discurso, sujeito e poder. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.22, n. 37, jul./dez. 2015. Disponível: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19932/14530>. Acesso em: 21 de fev. 2019.
- ARAÚJO, C. A. A. Abordagem interacionista de estudo de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.4, n.2, p.2-32, set. 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/3856>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Brinquet de Lemos: ABRAINFO, 2014.
- ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n.1, p. 145-159, jan./abr. 2012
- ARAÚJO, C. A. A. Estudo de usuários da Informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v.1, n.1, jan./jun.2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- ARAÚJO, N. C.; FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v.29, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- ARAÚJO, R. F.; FURNIVAL, A. C. M. Comunicação científica e atenção online: em busca de colégios virtuais que sustentam métricas alternativas. **Informação & Informação**, Londrina, v.21, n.2, p.68-98, maio/ago. 20016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27297/20120>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- ARKSEY, H.; KNIGHT, P. **Interviewing for social scientists**. London: Sage, 1999.
- BAPTISTA, S.; G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p.168-184,

maio/ago. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/48/89>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARBOSA, B. R.; SOUZA, M. P. R. Ética na pesquisa qualitativa: reflexões sobre privacidade anonimato e confidencialidade. In: GUERREIRO, I. C.Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 237-252.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, D. S.; SAORIM, R. N. S. RAMALHO, F. A. Necessidades informacionais e comportamento de busca da informação dos vereadores da câmara municipal de João Pessoa – Paraíba. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p.171-184, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1763>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BAVELAS, J. B. The Social Psychology of Citations. **Canadian Psychological Review**, Calgary, v.19, n.2, p. 158-163, 1978. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1980-01827-001>. Acesso em 28 fev. 2018.

BELKIN, N. Cognitive models and information transfer, **Social Science Information Studies**, [S.], v. 4, n. 2-3, p. 111-29, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/014362368490070X>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BELKIN, N. J. Anomalous States of Knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, Toronto, n. 5, p.133-143, may, 1980. Disponível em: <http://infobehavior.pbworks.com/f/Belkin+ASK+p1.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BENDASSOLLI, P. Psicologia do trabalho como psicologia da ação: o aporte das teorias da atividade. **Psico**, Porto Alegre, v. 43, n.3, p. 341-349, jul./set. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8639>. 15 ag. 2018.

BENKLER, Y. Political freedom part 2: emergence of the networked public sphere. In: BENKLER, Y. (org.). **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 212-272.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERTI, I. C. L.W. **Práticas e regimes de informação: os acontecimentos “Carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela recatada e do lar”**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v.22, n.82, p.89-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BJORK, B.; C. A Model of Scientific Communication as a global distributed information system. **Information Research**, Borås, v.12, jan. 2007. Disponível em: <http://informationr.net/ir/12-2/infres122.html>. Acesso em: 2 maio. 2019.

BØYUM, I.; AABØ, S. The information practices of Business PhD students. **New Library World**, London, v. 116, n. 3/4, p. 187-200, 2015.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia cabila. Portugal: Celta, 2002.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática. 1983. p.122-155.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

BOURDIEU, P. The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason. **Social Science Information**, London, v. 14, n. 6, p. 304-317, 1975. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901847501400602>. Acesso em: 21 de ago. 2018.

BRAGA, G. M. **Informação, Ciência da Informação**: breve reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/612/614>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRITO, A. G. C.; QUONIAM, L.; MENA-CHALCO, J. P. Exploração da plataforma lattes por assunto: proposta de metodologia. **Trasinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p.77-86, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00077.pdf>. Acesso em 25 set. 2019.

BRUNO, F. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, mai./ago, p.152-159, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6129>. Acesso em: 20 fev. 2010.

BUCKLAND, M. **Information and Information Systems**. Westport, CT: Greenwood Press, 1991.

BUFREM, L., PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p.9-25. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1086/1190>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CALDEIRA, F. H. O mecanismo de busca do Google e a relevância na relação sistema-usuário. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 91-106, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/19616>. Acesso em: mar. 12. 2010.

CAMPELLO, B. S. Encontros científicos. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

CANCHUMANI, R. M. L.; LETA, J. Colaboração e produtividade científica: a propósito do vínculo institucional do autor. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Salvador, **Anais eletrônicos...** Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/585/814](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/585/814). Acesso em: 10 maio. 2019.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **[Anais eletrônicos...]** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 26 fev.2020.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109/14530>. Acesso em: 20 abr. 2019. Acesso em: 15 mar. 2018.

CARVALHO, M. M. Análises Bibliométricas da Literatura de Química no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 119-141, 1975. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/56>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CASE, D. O. **Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behavior**. 3. ed. Oxford: Elsevier, 2012. 350p.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: O artigo científico é uma mercadoria acadêmica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/25.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CATÃO, M. F. O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.19, n.2, p.459-465, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v19n2/v19n2a09.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2020.

CAVE, R. Overview of the Altmetrics Landscape. In: PROCEEDINGS OF THE CHARLESTON LIBRARY CONFERENCE, n.4,. 2012, Indiana. [**Electronic Proceedings....**] Indiana: Purdue University Press, 2012. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1381&context=charleston>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CHATMAN, E. A. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n.3, p.207-217, 1999.

CHATMAN, E. A. Life in a Small World: applicability of Gratification Theory to Information-Seeking Behavior. **Journal of American Society for Information Science**, New York, v.42, n.6, p. 438-449, 1991. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/%28SICI%2910974571%28199107%2942%3A6%3C438%3A%3AAID-ASI6%3E3.0.CO%3B2-B>. Acesso em: 14 out. 2018.

CHATMAN, E. A. **The Information World of Retired Women**. Westport, CT: Greenwood Press, 1992.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHOO, C.W. **A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W (org.). **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. **CNPq e IBICT implementação repositório de dados científicos**. Coordenação de Comunicação Social do CNPq. 13 dez. 2019. Disponível em: [http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/7549430](http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/7549430) .Acesso em: 27 mar. 2020

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Diretoria de avaliação. **Documento de área: comunicação e informação**. 2019. Disponível em: [http://www.ppgcom.fafich.ufmg.br/docs/Documento\\_de\\_area.pdf](http://www.ppgcom.fafich.ufmg.br/docs/Documento_de_area.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Considerações sobre qualis periódicos**: comunicação e informação. Brasília: MEC, 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plataforma Sucupira**. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60900008>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CORRÊA JR., E. A.; SILVA, F. N.; COSTA, L.F.; AMANCIO, D. R. Patterns of authors contribution in scientific manuscripts. **Journal of Informetrics**, Amsterdam, v.11, n.2, p. 498-510, maio. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1751157716302693>. Acesso em: 14 jun. 2019.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017.

COSTA, R. C. **Pesquisadores brasileiros em periódicos científicos de ciências da comunicação**. 2015. 126p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, R. C. Autoria em Periódicos Científicos de Ciências da Comunicação – uma avaliação das revistas Qualis A2. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2016.

COURTRIGHT, C. Context in information behavior research. **Annual Review of Information Science and Technology**, White Plains, v. 41, n.1, p. 273-306, 2007. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/aris.2007.1440410113>. Acesso em: jun. 2018.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information Science. **Journal of Information Science**, n. 32, v. 2, p. 176-188, 2012.

CRONIN, B. Science as a social system. In: CRONIN, B. **The Citation Process**: the role and significance of citations in scientific communication. London: Taylor Graham, 1984.

CROSSLEY, N. Social Class. In: GRENFELL, M (Org.). **Pierre Bourdieu: Key Concepts**. Durham, UK: Acumen Publishing, 2008.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informações em ciência e tecnologia. Brasília: Brinquet de Lemos, 2001.

CUNHA, M.I. As políticas públicas de avaliação e docência. In: CUNHA, M.I. (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005, p.8-48.

CUNHA, A. A. L. **Uso de bibliotecas digitais de periódicos**: um estudo comparativo no Portal de Periódicos CAPES entre áreas do conhecimento. 2009. 207f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUPANI, A. A Propósito do “Ethos” da Ciência. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n.6, p. 16-38, 1998.

CURY, C. R. J. Prefácio: Da crítica à avaliação à avaliação crítica. In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação**: gestão e avaliação. Campinas: Autores Associados, 2009.

CURTY, R. G.; CROSTON, K.; SPECHT, A.; GRANT, B. W.; DALTON, E. G. Attitudes and norms affecting scientists' data reuse. **Plos One**, São Francisco, v. 12, n. 12, p.1-22, 27 dez. 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0189288>. Acesso em: 14 nov. 2019.

DAL BELLO, C. Visibilidade, vigilância, identidade e indexação: a questão da privacidade nas redes digitais. **LOGOS 34**: o estatuto da cibercultura no Brasil, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, 1º semestre, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/1261>. Acesso em: 9 mar. 2020.

DAY, R. A. **How to write & publish a scientific paper**. 5a ed. Phoenix: The Oryx Press; 1998.

DELFANTI, A.; PITRELLI, N. Ciência aberta: revolução ou continuidade?. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; HANNUD, A. A. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT, 2015.

DERVIN, B. Sense-Making theory and practice: an overview of user interests in knowledge seeking and use. **Journal of Knowledge Management**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 36-46, 1998. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/13673279810249369/full/html>. Acesso em 15 mai. 2018.

DERVIN, B. Given a context by any other name: methodological tools for taming the unruly beast. In: PROCEEDINGS OF AN INTERNATIONAL CONFERENCE ON RESEARCH IN INFORMATION NEEDS, SEEKING AND USE IN DIFERENT CONTEXTS. London: Taylor Graham. 1997. p. 13-38. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/267190.267191>. Acesso 15 abr. 2019.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. In: WILLIAMS, M (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Chicago: Knowledge Industry Publications, 1986.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Uso e usuário da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, out./dec. 2014, p.225-250. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142014000300014&lng=pt&tng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142014000300014&lng=pt&tng=pt). Acesso em: 23 jan.2019.

DUFFY, B. E.; POOLEY, J. Facebook for academics: The convergence of self-branding and social media logic on Academia.edu. **Social Media + Society**, [s.l.], v.1, n.11, jan./mar, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305117696523>. Acesso em 15 jan. 2010.

ELIAS, N. Ensaio sobre o desporto e a violência. In. ELIAS, N.; DUNNING (Org.). **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. p.223-256.

ELLIS, D. A. Behavioral approach to information retrieval system design. **Journal of Documentation**, London, v. 45, n. 3, p. 171-212, Sept. 1989. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb026843/full/html>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ELLIS, D. **The derivation of a behavioural model for information retrieval system design**. These (Ph.D. in Information Studies) - Department of Information Studies, University of Sheffield, Sheffield, 1987.

ENGESTRÖM, Y. Activity Theory and Individual and Social Transformation. In: ENGESTRÖM, Y. et al. (Ed.) **Perspectives on Activity Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p.19-38.

FABRI, M. Desafios para preservação da privacidade no contexto da saúde. **Revista de Bioética e Ética Médica**, Brasília, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-290879>. Acesso em: 8 jan. 2020.

FERREIRA, M. P.; FALASTER, C. Uma análise comparativa dos fatores de rejeição nos periódicos de diferentes estratos de administração. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p.412-433, jul./ago. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552016000400412&script=sci\\_abstract&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552016000400412&script=sci_abstract&tIng=pt). Acesso em: 29 jan. 2020.

FERREIRA, S. M. S. P. **Estudo de necessidade de informação**: dos paradigmas tradicionais à abordagem sense-making. Porto Alegre, 1997. Disponível em: [www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/](http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/). Acesso em: 14 mai. 2018.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FORATTINI, O. P. A língua franca da ciência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 3-8, fev. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489101997000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101997000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 jun. 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.

FOUCAULT, M. **O que é um autor ?**. Lisboa: Vegas, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2010.

FROTA, M. G. da C. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, A. S. dos; CABRAL, A. M. (Orgs.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007

GARCIA, M. M. A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.97, p.64-72, mai. 1996.

GARFIELD, E. Can citation indexing be automated?. **Essays of an Information Scientist**, [s.l.], v. 1, p. 84-90, 1962. Disponível em: <http://www.garfield.library.upenn.edu/essays/V1p084y1962-73.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

GARVEY, W. D.; Griffith, B. C. Scientific Communication as a social system. In: GARVEY, W. D.; Griffith, B. C. **Communication**: the Essence of Science. USA: Pergamon Press, 1979.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fonseca, 1989.

GODOI, C. K.; XAVIER, W. G. O produtivismo e suas anomalias. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jun. 2012.

GOMES, A. A. **Considerações sobre a pesquisa científica**: em busca de caminhos para a pesquisa científica. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000. Disponível em: <https://>

[www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula\\_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf](http://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf). Acesso em: 23 fev. 2019.

GOMES, C. M. **Comunicação científica**: alicerces, transformações e tendências. [s.l.]: Livros LABCOM books, 2013.

GONZÁLEZ-TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos d información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Ediciones, Trea, 2005.

GRÁCIO, M. C. C. Colaboração científica: indicadores relacionais de coautoria. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v.12, n.2, p.24-32, 2018. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7976/5128>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. A produção e comunicação científica em CT&I – GT7 da ANCIB: análise bibliométrica no period 2003/2009. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2011, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**] Rio de Janeiro: ANCIB, 2011. Disponível em: [mhttp://revista.ibict.br/liinc/article/view/3298/2914](http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3298/2914). Acesso em: 18 jun. 2019.

GRANDA, T. K.; SIRIHAL DUARTE, A. B. Estudo de usuários na perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.22, n.3, p.13-23, set./dez. 2012. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ABSD%20e%20GANDRA%20Fenomenologia%20InfSoc.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GRIGOROWITSCHS, T. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 29, n. 102, jan./abr.2008. p.33-54. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302008000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302008000100003&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 22 jan. 2020.

GUIMARÃES, A. R.; CHAVES, V. L. J. A intensificação do trabalho docente universitário: aceitações e resistências. **RBP AE**, [s.l.], n. 31, n. 3, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/59914>. Acesso em? 30 fev. 2020.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARO, F A. O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 113, p. 83-106, set. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6659>. Acesso em: 15 mar. 2019.

HEDSTROM, M. **Digital Preservation**: Problems and Prospects. [s.l.]: University of Michigan, 2001.

HICKS, D. The Four Literatures of Social Science. In: MOED H.F., GLÄNZEL W., SCHMOCH U. (eds.). **Handbook of Quantitative Science and Technology Research**. Springer: Dordrecht, 2004.

HILÁRIO, C. M.; GRÁCIO, M. C. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos da coautoria em publicações científicas. **Em questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p.12-36, maio./ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/76312/47506>. Acesso em: 25 mar. 2019.

HILÁRIO, C.M.; GRÁCIO, M. C. C.; WOLFRAM. D. Contribuições dos autores e ordem da autoria nos artigos do Journal of Infometrics. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28, 2017, Marília. [**Anais eletrônicos...**] Marília: ANCIB,

2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/372/498](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/372/498). Acesso em: 9 nov. 2019.

HILÁRIO, M. et al. Autohershship in Science: a critical analsis from a Foucauldian perspective. **Research Evaluation**, Guildford, v.27, n.2, p.63-72, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/rev/articleabstract/27/2/63/4772235?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 22 maio. 2020.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

HYLAND, K.; SALAGER-MEYER, F. Scientific writing. **Annual Review of Information Science and Tecnology**, New York, v. 42, n. 1, 2009.

HONORÉ, C. **Devagar**: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HURD, J., M. Scientific Communication: new roles and new players. **Science and Technology Libraries**, New York, v. 25, n. 1-2, p. 5-22, 2004. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J122v25n01\\_02](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J122v25n01_02). Acesso em: 14 ago. 2019.

IGLESIAS, S. R. A.; BATISTA, N. A. A língua inglesa e a formação de mestres e doutores na área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, n. 34, n. 1, p.74-81, 2010.

ISAH, Esther Ebole. **Physicians' information practices: a case study of a medical team at a Teaching Hospital**. 2012. 453f. Thesis (Doctor of Philosophy in Library and Information Science) – Swedish School of Library and Information Science, University of Borås, Borås, Suécia, 2012.

JACSÓ, P. Google Scholar revisited. **Online Information Review**, Brandfor, v. 32, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14684520810866010/full/html>. Acesso em: 19 abr. 2010.

JORGE, V.; ALBAGLI, S. Pierre Bourdieu e a produção do conhecimento científico. In: MARTELETO, M.; PIMENTA, R. M. (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

KIM, Y.; ADLER, M. Social Scientist's data shering behaviors: investigating the role of individual motivations, institutional pressures, and data repositories. **Intermtional Journal of Information Management**, Guildford, v. 35, p. 408-418, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401215000432>. Acesso em: 20 agos. 2019.

KNORR-CETINA, K. Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? a Critique of Quasi-economic Model of Science. **Social Studies of Science**, London, v. 12, n. 1, p. 101-130, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/284886?seq=1>. Acesso em: 16 fev. 2019.

KNORR-CETINA, K. **The Manufacture Knowledge: An Essay on the Construtivist and Contextual Nature of Science**. Oxford: Pergamum, 1981.

KREMER, J. M. Os gatekeepers na engenharia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.10, n.1, p.19-33, 1981. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/158/158>. Disponível em: 23 mar. 2019.

KROHLING, M.; GOBBI, M. O campo acadêmico-científico da Comunicação no Brasil: panorama, constituição e perspectivas. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”**, Rosario, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/xml/5115/511552709005/index.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. 2nd ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KWON, N. How work positions affect the research activity and informacional behavior of laboratory scientists in the research lifecycle: applying activity theory. **IRinformation research**, Borås, v.22, n.1, mar. 2017.

LARA, M. L. G.. Termos e conceitos da área de Comunicação e Produção Científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, F. M. (orgs.). **Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

LARIVIÈRE, V.; DESROCHERS, N.; MACALUSO, B.; MONGEON, P.; PAUL-HUS, A.; SUGIMOTO, C. R. Contributorship and division of labor in knowledge production. **Social Studies of Science**, London, v. 46, n.3, p. 417– 435, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306312716650046>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era, **PLoS ONE**, Belgium, v. 10, n. 6, p. 1-15, 2005. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0127502&type=printable>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LATOR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora** São Paulo : Editora UNESP, 2011.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, F.; AMARO, B., BATISTA, T.; COSTA, M. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012.

LEONTIEV, A. N. The Problem of Activity in Psychology. In: WERTSCH, V. (ed.). **The Concept of Activity in Soviet Psychology**. New York: M. e Sharpe, 1981. p.37-71.

LETA, J., CRUZ, C. H. B. A produção científica brasileira. In: VIOTTI, E. B., MACEDO, M. M. (orgs.). **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 121-168.

LEYDESDORFF, L. **Theories of citation?**. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 43, n.1, p. 5-25. 1998. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02458391>. Acesso: 20 fev. 2019.

LIMA, R. A.; VELHO, L. M. L. S.; FARIA, L. I. L. Indicadores bibliométricos de cooperação científica internacional em bioprospecção. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/04.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

LOPEZ, D, C.; QUADROS, M. R. Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 92-103, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a03v25n1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010.

LUZ, M. T. Prometeu ocorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, jun.2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010373312005000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010373312005000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 29 mar. 2020.

LYNCH, C. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL: A Bimonthly Report**, Washington, v. 226, 2003. Disponível em: <http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>. Acesso em: jul. 2020.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 3, maio./jun.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v51n3/v51n3a05.pdf>. Acesso em 19 jan. 2018.

MACIAS -CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.134-140, maio./ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/macias.pdf>. Acesso em: 13 marc. 2019.

MANCEBO, D.; GOULART, S. M S; DIAS, V. C.. Trabalho docente na UERJ (1995-2008): intensificação, precarização e efeitos de subjetivação. In: SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 2., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais Eletrônicos...**] Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Mancebo-Goulart-Dias.pdf> Acesso em: 26 out. 2010.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 354 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, 2008. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4547](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547)>. Acesso em: 9 mar. 2020.

MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/132/126>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARTELETO, R.M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.89-93, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em 26 abr. 2018.

MCGUIGAN, G. S.; RUSSEL, R. D. The Business of Academic Publishing: A Strategic Analysis of the Academic Journal Publishing Industry and its Impact on the Future of Scholarly Publishing. **Electronic Journal of Academic and Special Librarianship**, [s.l.], v. 9, n. 3, 2008. Disponível em: [http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan\\_g01.html](http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html). Acesso em: 14 fev. 2019.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday- life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p.19-40, 2003. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410310457993/full/html>. Acesso em 14 out. 2018.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELO, P. A.; FREITAS, C. M.; CERICATO, D. Financiamento de Universidades: o relacionamento com o segmento empresarial como alternativa para captação de recurso extra-orçamentários. In: SIMPÓSIO EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIAS, 2., 2005, Rio de Janeiro. **[Anais eletrônicos...]**. Rio de Janeiro, 2005. P. 722-731. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/8\\_Financiamento%20de%20Universidades.%20o%20relacionamento%20com%20o%20segmento%20empresarial.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/8_Financiamento%20de%20Universidades.%20o%20relacionamento%20com%20o%20segmento%20empresarial.pdf). Acesso em: 18 set. 2019.

MENESES, M. P. Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Mocambique. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 16, n. 1, p; 26-44, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/36904>. Acesso em: 18 abr. 2010.

MERTON, R. K. El efecto Mateo en la ciencia. In: MERTON, R. K. (Org.). La MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 211-243.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MONTEIRO, R.; JANETE, F. B.; GOLDENBERG, S.; POBLACIÓN, D. A.; PELLIZZON, R. F. Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-8, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-76382004000400002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382004000400002). Acesso em: 23 abr. 2019.

MOREL, R. L. M.; MOREL, C. M. Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do institute for scientific information (ISI). **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1977, p. 99-109. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/85>. Acesso em: 29 maio. 2019.

MOYA-ANEGÓN, F.; GUERRERO-BOTE; V.P.; BORNMANN, L.; MOED, H.F. The research guarantors of sci-entific papers and the output counting: a promising new approach, **Scientometrics**, Amsterdam, v. 97, p. 421-434, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-013-1046-0>. Acesso em: 23 maio. 2019.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A publicação da Ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev, 2005.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p.313-340.

MULLIGAN, A. Is peer review in crisis?. **Oral Oncology**, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 135 -141, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15695114/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

NADKARNI, A.; HOFMANN, S.; Why do people use facebook?. **Personality and Individual Differences**, s.l, v. 52, n. 3, 2012, p. 244-249. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191886911005149>. Acesso em: 2 fev. 2020.

NASSIF, V. M. J. Autoria nos artigos científicos: porque a ordem importa aos pesquisadores?. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, São Paulo, v. 8, n. 2, maio./ago. 2019. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/1574>. Acesso em: 3 mar. 2020.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. **Long-lived digital data collections**: enabling research and education in the 21st century. 2005. Disponível em: <http://www.nsf.gov/pubs/2005/nsb0540/nsb0540.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020. 26 mar. 2020

NERSESSIAN, N. Interpreting scientific and engineering practices: integrating the cognitive, social, and cultural dimensions. In: GORMAN, M. et al. **New directions in scientific and technical thinking**. Hove: Psychology Press, 2005. p. 17-56.

NEVES, D. A. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a05.pdf>. Acesso em: 16 jan. 218.

NEWMAN, M. E. J. The structure of scientific collaboration networks. **PNAS**, Santa Fé, v. 98, n. 2, p.404-409, jan. 2001. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/98/2/404>. Acesso em: 24 maio. 2019.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work, and Organization**: An Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2012.

NIELSEN, M. **Reiventing Discovery**: the new era of networked science. New Jersey: Princeton University, 2012.

NUNES, J.; CARNEIRO, B. L. F. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.9, n.2, p.150-168, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134406>. Acesso em: 24 mar. 2019.

NOORDEN, R. Scientists and the social network. **Nature**, [s.l.], n. 512, p. 126-129, 2014. Disponível em: <http://www.nature.com/news/online-collaboration-scientists-and-the-social-network-1.15711>. Acesso em: 11 jan. 2018.

NORONHA, D. P. ; MARICATO, J. M. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Biblio**, Florianópolis, n. esp., 1º sem., p.116-128. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/macias.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2019.

ODELIUS, C. C.; ONO, R. N. Características da colaboração científica entre grupos de pesquisa de áreas de exatas, vida e humanas. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/64739/74429>. Acesso em 7 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. C. S.; SILVA, E. M. Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p.5-39, maio/ago., 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/27666/20113>. Acesso em: 27 jan. 2020.

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, I.; NOVAIS, E. S. Canais de Informação dos Pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. **Informação & Informação**, v. 10, n.1/2, jan./

dez. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1738/1487>. Acesso em: 24 abr. 2018.

OLIVEIRA, J. F. A pós-graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulamentação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, jul./nov, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89438284005>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ORDUÑA-MALEA, E.; MARTÍN-MARTÍN, A.; CÓZAR, E. D. L. Researchgate como fuente de evaluación científica: desvelando SUS aplicaciones bibliométricas. **El profesional de la información**, Barcelona, v. 25, n. 2, mar./abr., 2016. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2016.mar.18>. Acesso em: 21 abr. 2010.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PETROIANU, A. Autoria de um trabalho científico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 60-65, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v48n1/a31v48n1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PIETERSE, E.; MEISHAR-TAL, H. Academics' use of academic social networking sites: the case of reserchgate and academia.edu. In: EUROPEAN DISTANCE AND E-LEARNING NETWORK, 2016, Budapest. [**Proceedings eletronic...**] Budapest: s.n., 2016. p.1-12. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Hagit\\_Meishar-Tal/publication/309704505\\_Academics'\\_use\\_of\\_Academic\\_Social\\_Networks\\_The\\_case\\_of\\_ResearchGate\\_and\\_Academiaedu/links/58206e3a08ae12715afbba43.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Hagit_Meishar-Tal/publication/309704505_Academics'_use_of_Academic_Social_Networks_The_case_of_ResearchGate_and_Academiaedu/links/58206e3a08ae12715afbba43.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

PINHEIRO, L. V. R. **Usuário - informação: o contexto da ciência e da tecnologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Ed., 1982.

PINHEIRO, V. R. P. Constituição epistemológica e social da comunicação científica no brasil. In: PINHEIRO, I. V. R.; OLIVEIRA, E. C. P. (orgs.). **Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científica: transformações em cinco séculos**. Brasília: IBICT, 2012.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. A. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a06v24n3.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.

POBLACION, D. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, set./ dez. 1992. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/04/pdf\\_9eb9bd10da\\_0009060.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_9eb9bd10da_0009060.pdf). Acesso em: 3 out. 2019.

POMPO, O. **Interdisciplinaridade: ambições e limites**. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRIEM, J., TARABORELLI, D., GROTH, P., & NEYLON, C. **Altmetrics: manifesto**. 2010. Disponível em: <http://altmetrics.org/manifesto>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PRÍNCIPE, E. Comunicação científica e redes sociais. In: ALBAGLI, S. (org.). **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília: IBICT, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Programa De Pós-Graduação em Comunicação Social**. Disponível em: <http://www.ppgcom.fafich.ufmg.br/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Resolução número 02/2019, de dezembro de 2019**. Dispõe sobre critérios para credenciamento e credenciamento do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Colegiado de Pós-Graduação em Comunicação Social. 2019.

Disponível em:

<http://www.ppgcom.fafich.ufmg.br/docs/Resolucao-01-2018>

CredenciamentoRecredenciamento.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

QUEIROZ, D. G. C. A autoria única nas publicações científicas: uma revisão de literatura.

**Em Questões**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4656/465660194012/html/index.html>. Acesso em: 11 jun.2018.

QUEIROZ, D. G. C., MOURA, A. M. M. A produção científificada matemática brasileira na web of science (2004-2013). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador, **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB, 2016.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021822/566637a4ffc7ac3620819c1c37a0fd48>.

Acesso em: 13 abr. 2019.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, Jun. 2014.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022014000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022014000200003&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 14 fev. 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, E. C. F.; GANDRA, T. K; ROCHA, J. A. P. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios**, Brasília, n. 68, p. 96-109, 2017.

Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n68/a07n68.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S; PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./ab.2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67014>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ROCHA, J. A P. **A produção do conhecimento como cognição distribuída: práticas informacionais no fazer científico**. 2018. 210f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2018.

RODRIGUES, A. L. L.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B.S.; COSTAS, C. L. N. A.; PASSOS NETO, I. F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais**, Aracajú, v. 1, n. 16, p. 141-142, mar. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RODRIGUES, K.; ROSA, F.; OLIVEIRA, M.; BARROS, S. O livro no sistema de avaliação da CAPES. **SciELO 20 Years Repository**, p. 1-23, 25 set. 2018. Disponível em: <https://repository.scielo20.org/index.php/documents/article/view/129/89>.

Acesso em: 19 fev. 2019.

ROSA, A. R. “Nós e os índices” = um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 4, out./dez. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902008000400010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000400010).

Acesso em: 11 jun. 2020.

ROUSE, J. Practice Theory. In: TURNER, S. P.; RISJORD M. W. **Philosophy of Anthropology and Sociology**. Amsterdam, NL: Elsevier, 2007.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

SÁ, M.J., FERREIRA, C. M.; SERPA, S. Virtual and face-to-face academic conferences: comparison and potentials. **Journal of Education and Social Research**, Roma, v.9, n.2, mai. 2019. Disponível em: <http://www.richtmann.org/journal/index.php/jesr/article/view/10431/10060>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SANTANA, G. A., SILVA, F. M. A produção colaborativa de conhecimento dos grupos de pesquisa brasileiros e os desdobramentos das relações entre seus pesquisadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **[Anais eletrônicos...]** João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3059/1145>. Acesso em 28 maio. 2019.

SANTOS, B. S. Beyond Abyssal Thinking. From Global Lines to Ecologies of Knowledges. **Review**, s.l., v. 30, n. 1, p. 45-89, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241677?seq=1>. Acesso em: 18 out. 2019.

SANTOS, F. B.; ALVAREZ, G. R.; GABRIEL JUNIOR, R. F.; MOURA, A. M. M. Altimetria no Brasil: estudo de citação e cocitação na base de dados BRAPCI. **Prisma.com**, Portugal, n. 36. 2018. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3929/3678>. Acesso em 2 abr. 2019.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. **Brazilian Journal in Information Studies Trends**, Marília, v.11, n.2, 2017. p.28-37. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5550>. Acesso em: 19 jun. 2010.

SANTOS, P. L. V. A.; SIMIONATO, A. C.; ARAKAKI, F. A. Definição de metadados para recursos informacionais: apresentação da metodologia BEAM. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 146-163, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15251>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices: a social phenomenological perspective**. Plymouth: Scarecrow Press, 2008.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”. **Library & Information Science Research**, Norwood, v. 17, p.259-294, 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818895900489#:~:text=The%20study%20offers%20a%20framework,consumption%2C%20and%20nature%20of%20hobbies>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/517840?seq=1>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12224/8586>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, jun., p.76-92, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/611>. Acesso em: 2 mai. 2020.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Dados de pesquisa: contribuição para o estabelecimento de um modelo de curadoria digital para o país. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/102>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SCHATZKI, T. R. **Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, T. R. **The Site of the Social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2002.

SCIELO 20 ANOS. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 13 fev.2020.

SERRA, P. As línguas francas em Ciências e a questão dos paradigmas. In: MARTINS, M. L. (Org). **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas: o caso das ciências da comunicação**. S.L: Húmus, 2017.

SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SHELDON, P.; BRYANT, K. Instagram: motives for its use and relationship to narcissism and contextual age. **Computers in Human Behavior**, s.l, v. 58, 2016, p. 89-97. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0747563215303307>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SILVA, G. N.; COSTA, M. F. O.; BARROCAS, A. L. Usuário da informação: estudo de caso da Biblioteca do curso de Física da Universidade Federal de Ceará, **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p.265-278, maio/ago. 2017.

SILVA, E. L.; TAVARES, A. L. L.; PEREIRA, J. P. S. O estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica (1996-2006) realizada no Brasil no âmbito da Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, n. 22, v. 3, p. 207-223, set./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v22n3/a02v22n3.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, V. C.; GÓES, M. B.; PINTO, M. M. F. Teoria da atividade: possibilidades para a educação nos cursos de engenharia e arquitetura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 35., 2007, Curitiba. **[Anais eletrônicos...]**. Curitiba: COBENGE, 2007. 1-15. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/12/artigos/135-Viviane%20Cota%20Silva.pdf>. Acesso: 10 jan. 2020.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SMITH, S. I. Information through the lens: information research and the dynamics of practice. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, 9., 2017, Uppsala, Sweden. **[Proceedings ...]**, Uppsala: Colis, 2017. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/22-1/colis/colis1603.html>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SOARES, P. C. Contradições na pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 289-313, 2018.

SONDERGAARD, T.; ANDERSEN, J.; HJORLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information revising and updating the UNISIST Model. **Journal of Documentation**, London, v. 59, p. 278-320, 2003. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/meet.14504001102>. Acesso em 12 maio. 2019.

SOUTO, L. F. O leitor universitário e sua formação quanto ao uso de recursos informacionais. **Biblios**, Lima, n. 17, p. 16-24, ener./mar. 2004. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/5456/1/2004\\_003.pdf](http://eprints.rclis.org/5456/1/2004_003.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

SOUZA, M. L.; CHAVES, R. L. L. L. C.; TAVARES, T. R. R.; VIEIRA, T. W. M. Coautoria ou orientação? Algumas questões éticas e científicas envolvidas na colaboração entre orientadores e orientandos. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, s.l., v. 14, n.24, p. 179-195, mai./jul. 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8866>. Acesso em: 12 jan. 2018.

STUMPF, I. Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: revisão dos editores, autores e avaliadores. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.18-32, jan./abr. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362008000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000100003). Acesso em: 22 jul. 2019.

TALJA, S. The domain analytic approach to scholar's information practices. In: FISHER, Karen; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L. (Eds.). **Theories of Information Behavior**. Medford: Information Today, 2005. p. 123-127.

TANANBAUM, G. **Article-Level Metrics: a sparc primer**. 2013. Disponível em: < <http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/sparc-alm-primer.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2010.

TARGINO, M. G. Artigo científicos: a saga da autoria e co-autoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. Rio de Janeiro. **[Anais eletrônicos...]** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0277-1.pdf>. Acesso em: 11 jan 2018.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.informacoesociedade.ufpb.br>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TARGINO, M. G. Orientador ou tutor é autor?. **Informação & Informação**, Londrina, v.15., n.1 esp, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7623/6778>. Acesso em: 24 mar. 2020.

TATEMOTO, R. 80% da pesquisa no Brasil está ligada a programas de pós-graduação. **Brasil de Fato**, Brasília, 5 ago. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/05/80-da-pesquisa-no-brasil-esta-ligada-a-programas-de-pos-graduacao/>. Acesso em: 5 ago. 2018.

TAYLOR, R. S. Information use environments. In: Dervin, B.; VOIGT, M. (eds.). **Progress in Communication Sciences**. Norwich: Ablex, 1991.

TENENTE, L.; FIGUEIREDO, P. Entenda o corte de verbas das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores. **G1**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

THIESES, J.S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível : <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>. Acesso: 127 mar. 2020.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

TOMAÉL, I. M.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. In: Fontes de Informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I (org.). **Fontes de Informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008, 2008.

TOMAÉL, M. I; MARTELETO, R. M. Redes sociais: posições dos fatores no fluxo da informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., 1. sem., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/342>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TRIVIÑOS, A. S. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.121-142, mai./ago., 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2899>. Acesso em: 11 mar. 2018.

TUOMINEN, K., TALJA, S., SAVOLAINEN, R. Multiperspective digital libraries: the implications of constructionism for the development of digital libraries, **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 54, n. 6, p. 561-569, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.10243>. Acesso em: 15 abr. 2018.

TUOMINEN, K.; TAJLA, S.; SAVOLAINEN, R. The social constructionist viewpoint on information practices. In: FISHER, K.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L.. (Eds.). **Theories of information behavior**. Medford: Information Today Inc, 2005. p.328-333.

VALERIO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v.20, n.2, p. 159-169, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v20n2/04.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

VANZ, S. A. S. **Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: práticas e percepções dos pesquisadores: relatório 2018**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

VANZ, S. A. S. **A produção discente em comunicação: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VANZ, S. A. S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75>. Acesso em: 14 out. 2018.

VANZ, S. A.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico- conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1105/731>. Acesso em: 2 abr. 2019.

VASCONCELOS, S. M.R. Writing up a research in english: choice or necessity?. **Revista do Colégio Brasileira de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v.34, n.1,p.62-63. , Jan./Fev, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912007000100013&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000100013&lng=en). Acesso em: 3 out 2019.

VELHO, L. A Contemporaneidade da Pesquisa Agrícola Brasileira como Reflexo da Distribuição da Idade das Citações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 3-9,jan./

jun. 1986. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/17829>. Acesso em: 28 set. 2019.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F (Orgs.). **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina, IAPAR, 2006.

VELHO, L. Ciências, publicações e avaliação. In: HOFFMANN, W.A.M.; FURNIVAL, A. C. M. (Orgs.). **Olhar**: Ciência, Tecnologia e Sociedade. São Paulo: CECH – UFSCar, 2008.

VOLPATO, G. L. **Ciência: da filosofia à publicação**. 3. ed. Jaboticabal: FUNEP, 2001.

VOLPATO, G. L.; FREITAS, E. G. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v.17, n.1 supl., p.49-56, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-74912003000500008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-74912003000500008). Acesso em: 16 nov. 2018.

WE ARE SOCIAL. **Digital in 2019 Reporter**. 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 12 jan. 2018.

WEITZEL, S., R. 2006. **Os repositores de e-prints como nova forma de organização da produção científica**: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil. 361 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WENNERAS, C.; WOLD, A. Nepotism and sexism in peer-review. **Nature**, s.l, v. 387, n. 22, p. 341-343, may. 1997. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/387341a0>. Acesso em: 3 out 2019.

WILSON, P. **Second-Hand Knowledge**: and inquiry into cognitive authority. Westport, USA: Greenwood Press, 1983.

WILSON, T. Models in information Behavior Research. **Journal of Documentation**, London, v. 55, n. 3, p. 249-270, jun., 1999. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EUM0000000007145/full/html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-54, 2000. Disponível em: <http://www.inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

WILSON, T.D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, London, v. 37 n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c402/314407034f3670ce1db0a41d07cee0349a1e.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

WITTER, G. P. Ética e autoria na produção textual científica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp., p.132-144, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6568/6771>. Acesso em: 14 jun. 2018.

WITTER, G. P.; SOUZA, J. R. S. British Psychophysiology Society Annual Meeting(2005): análise da produção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 85-91, maio/ago. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200009). Acesso em: 23 abr. 2020.

YEOMAN, A. Applying McKenzie's model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. **Information Research**, Borã, v.15, n. 4, 2010. Disponível em: <http://informationr.net/ir/15-4/paper444.html>. Acesso em: 11 jun. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANDONÁ, C.; CABRAL, F. B.; SULZBACH, C. C. Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: um estudo bibliográfico. **Perspectiva**, Erechim. v. 38, n. 144, p. 121-130, dez. 2014 Disponível em: [http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144\\_457.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_457.pdf). Acesso em: 18 abr. 2010.

ZIMAN, J. M. **Conhecimento público**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

## APÊNDICE A - Declaração de Anuência

### DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado pela Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques, declara anuência quanto à participação dos docentes do PPGCOM no projeto de pesquisa intitulado "As práticas informacionais na produção científica: uma análise a partir dos pesquisadores da pós-graduação", da doutoranda Maíra Prado da Silva sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

Estou ciente que os sujeitos da pesquisa serão os docentes vinculados ao programa do PPGCOM e que o projeto irá seguir a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, em conformidade com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 1 de Março de 2019.

*Ângela Cristina Salgueiro Marques*  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação Social  
FAFICH/UFMG



Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação  
Social (PPGCOM).

## **APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Prezado (a) Senhor (a),**

Eu, Maíra Prado da Silva, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, venho convidá-lo (a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “As Práticas Informacionais na Produção Científica: uma análise a partir dos pesquisados da Pós-Graduação”, realizada no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em nível de doutorado. O objetivo da pesquisa é compreender as interações dos pesquisadores na produção científica, a respeito de sua trajetória como pesquisador assim como do fluxo de informação que orienta a produção científica. O objetivo é estritamente acadêmico e sua participação se dará concedendo uma entrevista, com duração de aproximadamente 2 (duas) horas. Sua participação não gerará nenhum custo para o senhor (a), assim como não receberá qualquer pagamento ou indenizações pela mesma. O benefício de sua participação nessa pesquisa será a contribuição para esse estudo.

A sua identidade e participação na pesquisa será mantida em sigilo e os dados divulgados pela pesquisa não conterão nomes ou quaisquer outras informações que permitam identifica-lo (a). Seu nome não será usado na divulgação dos dados, sendo utilizado o termo “pesquisador”, para quaisquer referência a sua pessoa. Os arquivos contendo as gravações e transições da entrevista, bem como as anotações feitas, não serão acessados por outras pessoas, além de mim e de meu orientador. Garanto a confidencialidade desses registros, comprometendo-se a manter os arquivos sob minha guarda. Caso o senhor (a) queira que qualquer parte da entrevista não seja gravada ou caso você relate algo que o senhor (a) considere que lhe seja prejudicial, basta pedir para interromper a gravação e logo após a mesma será retomada.

Os riscos relacionados à sua participação nessa pesquisa envolvem o desconforto ao responder as questões da entrevista, mas o senhor (a) poderá deixar de respondê-la, de forma a minimizar o constrangimento. Além disso, o senhor (a) tem o direito de solicitar sua exclusão da participação na pesquisa a qualquer momento. Nesse caso, todos os dados serão imediatamente excluídos, sendo apagadas todas as gravações efetuadas.

Para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa, coloco-me à disposição, através do telefone e e-mail informados ao final deste termo, assim como em caso de dúvidas éticas, o senhor (a) pode entrar em contato com o COEP- UFMG, cujo endereço, e-mail e telefone também se encontram no final desse documento. Caso haja concordância em participar desta pesquisa, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias de igual teor (uma ficará em seu poder), informando os dados solicitados abaixo:

Eu \_\_\_\_\_, portador (a) do documento \_\_\_\_\_ declaro que entendi todas as informações recebidas pela pesquisadora Maíra Prado da Silva a respeito da pesquisa. Declaro ainda estar ciente de que sou voluntária na pesquisa e que não receberei qualquer tipo de pagamento para participar da mesma, assim como a qualquer momento poderei pedir anulação da minha participação na pesquisa sem sofrer nenhuma penalidade.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da pesquisadora

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Título da Pesquisa:** As Práticas Informacionais na Produção Científica: uma análise a partir dos pesquisados da Pós-Graduação.

**PESQUISADOR:** Maíra Prado da Silva

**email:** mairaprados@gmail.com - Telefone: (31)-995082345

**ORIENTADOR:** Profa. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

**email:** casalavila@yahoo.com.br - Telefone: (31)-3409-6132

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG) e-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br) - Telefone: (31) 3409-4592

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

### APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista

- 1) Gostaria que você me contasse sobre sua trajetória acadêmica, deste o início da graduação até sua integração como docente do programa de pós-graduação?
- 2) Como surge a ideia das publicações para você? Conte-me uma situação que ilustre sua opinião.
- 3) Em sua percepção, como e onde os pesquisadores obtêm as informações e documentos para suas pesquisas? E você?
- 4) Quais recursos de informação (ferramentas/base de dados) são essenciais no seu trabalho?
- 5) Conte-me a história da elaboração de um artigo (ou publicação) de sua autoria. Como foi pensando/estruturado. Descreva-o.

Pontos a levantar:

- Importância da publicação;
- Tipo de colaboração – Autores e instituição;
- Autores utilizados (como se deu as escolhas);
- Revista Ou canal utilizado para disseminação
- Organização em grupo – forma de participação e distribuição.

- 6) Em sua percepção, onde você acredita que os pesquisadores preferem publicar? Por quê? E você?

Pontos a levantar:

- Tipos de publicação;
- Idioma
- Autoria – individual e coletiva.

- 7) Como você se atualiza para produzir artigos? Essa maneira tem mudando durante os anos? Como? Explique.
- 8) Você acredita que as conferências, eventos e congressos tem ajudado efetivamente para a busca e troca e uso da informação? Conte-me sobre isso.
- 9) Como você escolhe os autores para embasar a sua produção? Quais são os critérios que você utiliza para escolher um autor em detrimento de outro.

- 10) O que você leva em consideração ao escolher onde vai publicar? Como você fica sabendo desses canais? Sempre foi assim? (critérios)
- 11) Quais são as maiores dificuldades de se publicar os resultados ou andamento da sua pesquisa? O que você faz para driblar essas situações? Conte-me uma situação.
- 12) Com quem você geralmente publica? – Relate-me a sua última experiência
- 13) Como você tem armazenado os dados de sua pesquisa? Isso é uma prática constante? Pontos a levantar: Você compartilha os dados da sua pesquisa? Como? Por quê? Ou por quê não.
- 14) Quais mudanças você tem percebido no modo de produzir um artigo científico nos últimos tempos? Conte-me uma história que ilustre isso.
- 15) Você compartilha suas publicações e produz post em redes sociais? Por quê (sim ou não)? Quais redes você tem usado?
- 16) Conte-me alguma situação relacionada à elaboração de uma publicação que te colocou em um dilema ético.
- 17) Quais obstáculos existentes na pós-graduação você considera que impactam a sua produção científica? Relate essa situação.
- 18) Se você pudesse mudar algo no atual sistema de produção científica, o que seria? Conte-me uma situação que ilustre as motivações para essa mudança.